



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Marcelo Ribeiro de Mendonça

**A Geografia das Lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese
de Três Lagoas (MS): a Opção Preferencial pelos Pobres**

Três Lagoas
2021

Marcelo Ribeiro de Mendonça

**A Geografia das Lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese
de Três Lagoas (MS): a Opção Preferencial pelos Pobres**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

Três Lagoas
2021

Marcelo Ribeiro de Mendonça

A Geografia das Lutas da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Três Lagoas (MS): a Opção Preferencial pelos Pobres

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

Resultado: _____

Três Lagoas, MS, ____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador:
Prof. Dr. Sedeval Nardoque
(UFMS/CPTL)

2º Examinador:
Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
(UFMS/CPTL)

3º Examinador:
Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior
(UFPB)

Dedico este trabalho a todos aqueles que
contribuíram nessa caminhada em busca
do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Este momento é a concretização de um árduo trabalho de investigação que só pôde ser efetivado pela solidariedade de muitos. Teço meus mais sinceros agradecimentos a todos que fizeram parte dessa jornada.

Aos meus pais que deixaram o campo a fim de proporcionar os estudos dos filhos na cidade, para que, através da educação, nos fosse dada a possibilidade de alcançar uma vida melhor. Sem este sacrifício, não seria possível estar aqui hoje.

À Érica, minha companheira. Agradeço por ter ficado ao meu lado, mesmo nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Às companheiras de pós-graduação, Letícia e Luana, que sempre foram prestativas e solidárias em todos os momentos nos quais eu precisei de orientação.

Aos entrevistados de todos os recantos do Bolsão Sul-Mato-Grossense pela hospitalidade e contribuições através de seus relatos que tanto enriqueceram esse trabalho.

Aos agentes pastorais, Dalve, Chico, Carlito e Mieceslau. Sujeitos que são a memória viva da CPT e foram fundamentais para esta pesquisa. Estudar a CPT na Diocese de Três Lagoas é estudar a ação desses sujeitos que dedicaram parte de suas vidas a apoiar, incentivar e orientar os mais pobres em suas lutas, logo, a fonte de toda ação pastoral.

Aos professores do Programa de Pós-graduação, Patrícia Milani e Jodenir Calixto Teixeira, pelas contribuições.

À Prof. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida que, durante a Graduação, foi professora de Movimentos Sociais e Geografia Agrária e na Pós-Graduação de Agroecologia e Sustentabilidade Agroambiental. Segundo Paulo Freire, o educador se eterniza em cada ser que ele educa. Este trabalho expressa bem essa realidade.

Ao Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero que, além de ter sido uma das principais referências teóricas deste trabalho, deixou importantes considerações durante os exames de qualificação que foram essenciais para consolidação desta pesquisa.

Ao professor e orientador Prof. Dr. Sedeval Nardoque, pelos ensinamentos, confiança, apoio e compreensão. Mais que um professor, um parceiro nesse estradar pelo mundo do conhecimento.

“A vida é bela. Que as futuras gerações a livrem de todo mal e opressão, e possam desfrutá-la em toda sua plenitude”.

(TROTSKY, 1940).

RESUMO

Ao se analisar a questão agrária no Bolsão sul-mato-grossense, verifica-se a estrutura territorial agrária demasiada desigual e concentrada, constituída via expropriação, expulsão e exploração de indígenas, camponeses, ilhéus, ribeirinhos e assalariados rurais. Tais contradições oprimem a classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, encerram em si as possibilidades de transformação social, possibilidades encontradas na luta pela terra. No Brasil, no século XX, a luta pela terra foi marcada pela formação de movimentos sociais e pela ação da Igreja Católica. Devido à ausência de outras organizações autônomas de trabalhadores, desde 1981, ano de sua criação, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem sido a principal mediadora das lutas do campo na Diocese de Três Lagoas. Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a participação da CPT nas diversas lutas travadas na Diocese, por meio da verificação das evidências e dos registros de suas ações e resultados concretos, desnaturalizando o discurso ideológico hegemônico do progresso e demonstrando as contradições do capitalismo, assim como a luta de classes que tanto a burguesia procura ocultar e apagar da memória da classe trabalhadora. Para tanto, como objetivos específicos, a pesquisa propõe-se a evidenciar as relações de poder que conformam o território capitalista no Brasil, envolvendo diretamente o domínio e a posse da terra, um capitalismo rentista, desigual e combinado, dirigido pela arcaica e subserviente classe dominante brasileira. Também, pretende-se analisar a Teologia da Libertação, suas afinidades e discordâncias com o marxismo, bem como sua influência na América Latina. Ainda se objetiva, especificamente, compreender as determinações que levaram à criação da CPT, partindo de sua gênese em meio à barbárie promovida pelo capital no campo, tutelada pelo Estado brasileiro em nome do projeto de modernização conservadora e antidemocrática, assim como as particularidades de sua inserção em Mato Grosso do Sul e, principalmente, na Diocese de Três Lagoas, identificando, analisando e mapeando suas ações e resultados ao longo de 40 anos de luta.

Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra. Igreja. Luta. Terra. Capital.

RESUMEN

Al analizar la cuestión agraria en el Bolsão, región de la provincia de Mato Grosso do Sul, se verifica la estructura territorial agraria demasiado desigual y concentrada, constituida por medio de la expropiación, expulsión y explotación de indígenas, campesinos, isleños, pueblos ribereños y asalariados rurales. Tales contradicciones oprimen a la clase obrera, pero, al mismo tiempo, encierran en sí mismas las posibilidades de transformación social, posibilidades que se encuentran en la lucha por la tierra. En Brasil, en el siglo XX, la lucha por la tierra fue marcada por la formación de movimientos sociales y por la acción de la Iglesia Católica. Debido a la ausencia de otras organizaciones autónomas de trabajadores, desde 1981, año de su creación, la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) ha sido la principal mediadora de las luchas del campo en la Diócesis de Três Lagoas. Así, el objetivo general de la presente investigación es analizar la participación de la CPT en las distintas luchas lidiadas en la Diócesis, por medio de la verificación de evidencias y registros de sus acciones y resultados concretos, desnaturalizando el discurso ideológico hegemónico del progreso, y demostrar las contradicciones del capitalismo, así como la lucha de clases que la burguesía tanto busca ocultar y borrar de la memoria de la clase obrera. Para tanto, como objetivos específicos, la investigación propone resaltar las relaciones de poder que conforman el territorio capitalista en Brasil, involucrando directamente el dominio y la tenencia de la tierra, un capitalismo rentista, desigual y combinado, dirigido por la arcaica y servil clase dominante brasileña. También se pretende, como objetivo específico, analizar la Teología de la Liberación, sus afinidades y desacuerdos con el marxismo y su influencia en América Latina. Aún se busca, específicamente, comprender las determinaciones que llevaron a la creación de la CPT, partiendo de su génesis en medio de la barbarie promovida por el capital en el campo, bajo la tutela del Estado brasileño en nombre del proyecto de modernización conservadora y antidemocrática, así como las particularidades de su inserción en Mato Grosso do Sul y, principalmente, en la Diócesis de Três Lagoas, identificando, analizando y mapeando sus acciones y resultados a lo largo de 40 años de lucha.

Palabras clave: Comisión Pastoral de la Tierra. Iglesia. Lucha. Tierra. Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lema fascista do integralismo.....	41
Figura 2 – Rio de Janeiro (RJ): Marcha da Família com Deus pela liberdade – 1964.	68
Figura 3 – Selvíria (MS): anúncio de compra de terras pela indústria de celulose. ..	71
Figura 4 - CPT Nacional: organização no território brasileiro.	77
Figura 5 – Mato Grosso do Sul: ataques da Direita Católica à Igreja Progressista – 1982.	82
Figura 6 - Mato Grosso do Sul: situação Fundiária no ano de 1987.....	87
Figura 7 - Três Lagoas (MS): vista parcial da estrada de Ferro Noroeste do Brasil – sem data.....	111
Figura 8 - Três Lagoas (MS): rebate às críticas da mídia à CPT – 1986.....	119
Figura 9 – Três Lagoas (MS): atentado ao Dom Izidoro Kosinski – 1992.	121
Figura 10 – Três Lagoas (MS): “Jornal O São Paulo” – 8 de novembro de 1984...	123
Figura 11 - Três Lagoas (MS): boletim Informativo “O Barranqueiro”.....	133
Figura 12 - Andradina (SP): Assembleias de flagelados – abril de 1983.....	134
Figura 13 - Três Lagoas (MS): Reunião de prefeitos dos municípios atingidos – Abril de 1983.	136
Figura 14 - Três Lagoas (MS): Enchente em Ilha Comprida – 1982.	141
Figura 15 - Três Lagoas (MS): Reunião com Flagelados na escola de Ilha Comprida – 1982.	142
Figura 16 - Três Lagoas (MS): Comporta rompida de canal em Ilha Comprida – S.D.	143
Figura 17 - Três Lagoas (MS): vila de pescadores Prainha – 1982.....	149
Figura 18 - Três Lagoas (MS): Estragos da enchente na vila de pescadores Prainha – 1982/1983.	150
Figura 19 - Três Lagoas (MS): Distribuição dos lotes em Capatazia dos Pescadores – 5 de julho de 1984.....	153
Figura 20 - Três Lagoas (MS): nota da CPT jornal – 1984.....	154
Figura 21 - Panorama (SP): Desalojados de Porto João André – 1983.	160
Figura 22 - Três Lagoas (MS): “Jornal Dia a Dia” – 21 a 27 de julho de 1999.....	166
Figura 23 - Brasilândia (MS): Associação do reassentamento Pedra Bonita – Fevereiro de 2021.	168
Figura 24 - Panorama (SP): balsa de travessia entre Brasilândia (MS) e Panorama (SP) – S.D.	172
Figura 25 - Brasilândia (MS): Olaria na barranca do rio Paraná – S.D.....	173
Figura 26 - Brasilândia (MS): Cerâmica Novo Porto João André – Fevereiro de 2021.	174
Figura 27 - Três Lagoas (MS): “Jornal Gazeta Popular” – 1984.....	179
Figura 28 - Mato Grosso do Sul: “Jornal Correio do Estado” – 30 de julho de 1982.	184
Figura 29 – Três Lagoas (MS): “Jornal Vida Diocesana” – Abril de 1985.....	191
Figura 30 – Mato Grosso do Sul: “Jornal Sem Terra” – 30 de junho de 1985.	193
Figura 31 - Três Lagoas (MS): despejo do acampamento de Água Limpa – 1986.197	
Figura 32 - Três Lagoas (MS): “Jornal Folha de Três Lagoas” – 17 de junho de 1986.	201
Figura 33 - Três Lagoas (MS): “Jornal de Brasília” – 10 de junho de 1986.	203
Figura 34 - São Paulo: “Jornal O Estado de São Paulo” – 11 de junho 1986.....	205

Figura 35 - Brasília (DF): “Jornal Correio Brasiliense” – 7 de julho de 1986.	208
Figura 36 - São Paulo: “Jornal Folha de São Paulo” – 11 de julho de 1986.....	209
Figura 37 - Brasilândia (MS): mudança para o assentamento Marcos Freire – 1987.	210
Figura 38 - São Paulo: “Jornal O São Paulo” – 1988.	218
Figura 39 - Paraná: “Jornal O Estado do Paraná” – 21 de Junho de 1996.....	223
Figura 40 - Mato Grosso do Sul: Boletim Companheiros da Terra – S.D.	228
Figura 41 - Três Lagoas (MS): “Jornal Bolsão Notícias” – 15 a 21 de fevereiro de 2003.	250
Figura 42 - Selvíria (MS): Antigo barraco provisório do Assentamento São Joaquim – Fevereiro de 2021.	252
Figura 43 - Santa Rita do Pardo (MS): Curso realizado no Assentamento São Thomé – 16 de Março de 2002	253
Figura 44 - Três Lagoas (MS): “Jornal do Povo” – 20 de setembro de 2003.....	255

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: assentamentos de Reforma Agrária e colônias agrícolas – 1986.....	84
Mapa 2 - Mato Grosso do Sul: distribuição dos acampamentos na década de 1980. 86	
Mapa 3 - Mato Grosso do Sul: Diocese de Três Lagoas.....	106
Mapa 4 - Diocese de Três Lagoas (MS): assentamentos e reassentamentos criados com participação da CPT.	127
Mapa 5 - Mato Grosso do Sul: Complexo de Barragens no rio Paraná.	128
Mapa 6 – Brasil: Bacia do rio Paraná.....	129
Mapa 7 - Três Lagoas (MS): Ilha Comprida.	137
Mapa 8 - Três Lagoas (MS): trajeto da IV Romaria da Terra e das Águas – 2004.	151
Mapa 9 - Mato Grosso do Sul: Território original dos Ofayé.	213
Mapa 10 - Brasilândia (MS): Usina Debrasa.....	245

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Estrutura fundiária – 1960-1985.....	74
Tabela 2 - Mato Grosso do Sul: Concentração fundiária – número de imóveis e área ocupada em hectares –1975-1978.....	80
Tabela 3 - Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – número de estabelecimentos e área ocupada em hectares –1975-1980.....	80
Tabela 4 - Mato Grosso do Sul: assentamentos na década de 1980.	88
Tabela 5 - Brasil: Evolução da estrutura fundiária – 1960 a 2017.....	104
Tabela 6 - Região do Bolsão (MS): efetivo de bovinos – 1974 -1990.....	112
Tabela 7 - Mato Grosso do Sul: Perfil da Evolução dos Plantios de Eucalipto e Pinus - (ha).....	113
Tabela 8 - Região do Bolsão (MS): população urbana e rural – 1970 e 1991.	114
Tabela 9 - Região do Bolsão (MS): população rural e urbana no Bolsão – 1980 ...	227
Tabela 10 - Mato Grosso do Sul: Usinas no Estado –1987.	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia de movimentos sociais, segundo Pedon (2013).	91
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Desembolso do BNDES ao Complexo Agroindustrial (CAI) – 2003/2011 – em R\$ bi	105
Gráfico 2 - Rendimentos por classe monetária	243

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECAMS	Associação dos Educadores de Colônias, Acampamentos e Assentamentos de Mato Grosso do Sul
AEP	Associação para a Evangelização e Educação Popular
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APASF	Associação de Produtores Agroecológicos de Subsistência Familiar
ARABAPP	Associação dos Ribeirinhos Atingidos pela Barragem de Porto Primavera
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAMPO	Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDOC	Centro de Documentação
CEFNOB	Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Estado de Mato Grosso do Sul
COAGRAN	Cooperativa dos Assentamentos da Região de Grande Dourados
COARJ	Cooperativa dos Assentados da Região de Jardim
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CTG	China Three Gorges Corporation
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DETR/CUT	Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
DRT	Delegacia Regional de Trabalho
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELN	Exército de Libertação Nacional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER	Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAGRI/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
FUCMT	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
GPI	Grandes Projetos de Investimentos
I PNRA	Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária
IAESE	Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos
IAJES	Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LABET	Laboratório de Estudos Territoriais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens

MEB	Movimento de Educação de Base
MER	Movimento de Evangelização Rural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores Rurais
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OEA	Comissão de Direitos Humanos e na Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONIS	Organização Nacional para a Integração Social
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECAP	Secretaria de Agricultura e Pecuária

SEMADES-MS	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-Mato Grosso do Sul
SFAP	Sociedade Francesa de Acompanhamento e de Cuidados Paliativos
STF	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TERRASUL	Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul
UDR	União Democrática Ruralista
UFMS/CEUL	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Centro Universitário de Três Lagoas
SED/MS	Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul
UFMS/CPTL	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	29
2 TERRITÓRIO, MARXISMO E RELIGIÃO	34
2.1 Religião e território: da crítica à religião à religião crítica	40
2.2 Teologia da Libertação e marxismo: desiguais e combinados	47
2.3 Teologia da Libertação: das contradições sociais à luta pela liberdade em território latino-americano.....	54
3 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: DA GÊNESE À CRISE	62
3.1 Oligarquias rurais e camponeses: contradições do campo e luta de classes.....	63
3.2 A gênese da CPT: da Amazônia ao Mato Grosso do Sul.....	73
3.3 Crise na CPT: reabertura política e autonomia dos movimentos sociais	89
4 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA DIOCESE DE TRÊS LAGOAS	106
4.1 A luta junto aos ribeirinhos de Três lagoas.....	128
4.1.1 Ribeirinhos de Ilha Comprida	137
4.1.2 Pescadores da Prainha	148
4.2 A luta junto aos Ribeirinhos de Brasilândia	159
4.2.1 Reassentamentos Santana/Santa Emília e Pedra Bonita	165
4.2.2 Reassentamento Novo Porto João André	171
4.3 A luta junto aos sem-terra	176
4.3.1 Gleba Água Limpa em Cassilândia (MS).....	180
4.3.2 Projeto Sucuriú em Paranaíba (MS).....	188
4.3.3 Acampamento América Rodrigues da Silva em Três Lagoas (MS).....	195
4.4 A luta da CPT em apoio ao povo Ofayé	211
4.5 A CPT e os sindicatos autênticos.....	221
4.6 A luta contra o trabalho escravo.....	233
4.6.1 A luta contra o trabalho escravo nas carvoarias.....	234
4.6.2 A luta contra o trabalho escravo nas Usinas de Álcool	244
4.7 A CPT no século XXI.....	249
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	258
REFERÊNCIAS.....	261

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1980, a questão agrária em Mato Grosso do Sul apresentava um quadro social bastante complexo, com constantes tensões sociais envolvendo posseiros, brasiguaios, arrendatários e trabalhadores rurais assalariados que lutavam pelos seus direitos garantidos no Estatuto da Terra (1964). Foram milhares de trabalhadores sem terra ou boias-frias (assalariados rurais), migrantes que vieram para o estado em busca de trabalho ou terra para plantar, que deram impulso à luta pela terra (FALCHI, 2007).

No contexto da época, foi criada a Diocese de Três Lagoas (MS), recorte espacial dessa pesquisa. A diocese é uma circunscrição geográfica subordinada a um bispo e formada por um conjunto de municípios, que, por sua vez, rege as paróquias, espalhadas em sua base territorial e subordinada pelo Vaticano, que tem o *status* de Estado central, localizada em Roma (MITIDIERO, 2008).

De acordo com documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (s.d.), chamado “Projeto de Manutenção de Agentes de Pastoral Rural da Diocese de Três Lagoas”, a Diocese foi criada em 3 de janeiro de 1978, desmembrada da Diocese de Campo Grande e instalada em 7 de maio, ficando responsável pelas paróquias dos municípios pertencentes à chamada região do Bolsão Sul-mato-grossense: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. O primeiro bispo nomeado foi Geraldo Majela Reis (Janeiro de 1978 a Fevereiro de 1981)¹.

A desigualdade social existente no campo se expressava pelos polos. De um lado, capitalistas e oligarquias rurais apoiados pelo Estado e, do outro, desamparados, trabalhadores sem terra, boias-frias, peões de fazenda, empregados das reflorestadoras, diaristas, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários desassistidos pelo Estado, posseiros, carvoeiros, ribeirinhos, oleiros, pescadores e o povo indígena Ofayé. Na época, a Teologia da Libertação encontrara adesão por pequena parte de bispos e clérigos em todo Brasil, como o Bispo D. Izidoro Kosinki (Fevereiro de 1981 a Maio de 2009), quando se iniciou o trabalho da Igreja junto aos trabalhadores pobres do campo. A partir de seu bispado, iniciou-se a

¹ Disponível em: <http://diocese3lagoas.com.br/newsite/?page_id=2>. Acesso em: 9 nov. 2020.

formação de equipe com agentes interessados em participar das ações pastorais e criou-se o Projeto de Pastoral Rural, iniciado em outubro de 1980. No dia em 15 de dezembro de 1981, fundou-se a CPT de Três Lagoas.

Esta linha pastoral adotada pela Igreja de Três Lagoas, fundamentada pela Teologia da Libertação, rendeu ao bispo e agentes da CPT muitos inimigos, inclusive dentro da Igreja, e muitos padres passaram a pressionar o bispo diocesano para acabar com a CPT. Atendendo a esta exigência, depois de muita pressão, perseguição e atentados, o bispo encerrou os trabalhos na Diocese em 1992. Por certo tempo, a CPT deixou de atuar na Diocese, recomeçando a partir de 1995, mas vinculada, pastoral e juridicamente, à Comissão Pastoral da Terra Regional (MS), sediada em Campo Grande (MS), direcionando o seu trabalho ao acompanhamento das famílias atingidas pela barragem de Porto Primavera, na Subcomissão de Investigação ao Trabalho Escravo nas Carvoarias e Destilarias, acompanhando a luta pela terra, apoiando a organização de acampamentos, assentamentos e a luta dos posseiros do Cinturão Verde, além de promover cursos e palestras sobre agroecologia e produção orgânica.

Tendo em vista a relevância da participação da CPT nas insurgências populares ocorridas no campo brasileiro, o objetivo geral do presente trabalho é evidenciar, analisar e registrar, de forma geral, a participação da CPT na luta pela terra nos municípios que integram a Diocese de Três Lagoas, buscando, no processo histórico e nas contradições do modo de produção capitalista, as determinações internas desse fenômeno. Não se pretende fazer a análise pormenorizada, aprofundada em seus múltiplos aspectos e, sim, a análise mais ampla e geral, tendo em vista a dimensão e o ineditismo do objeto em pesquisa. Esgotar os 40 anos de luta da CPT em um único estudo é algo que não cabe nestas linhas.

Se tratando de processos de luta, a categoria de território é a mais adequada para se abordar geograficamente o objeto em questão. Enquanto conceito, o território é compreendido neste trabalho como domínio contraditório, de dominação, mas também de resistência. Portanto, território capitalista é produto da luta de classes; do domínio sobre o espaço² que, apropriado pelas classes dominantes,

² Na reflexão proposta por Oliveira (1988, p. 71-72), o espaço (e o tempo) é realidade objetiva. Esse autor, apoiado no pensamento de Lênin, concebe o universo como matéria em movimento, e esta matéria em movimento não pode se movimentar senão no espaço e no

gerou a separação deste meio de produção dos trabalhadores para se explorar a mais-valia e a renda da terra. Território está em movimento constante, porém, repleto de contradições, pois, na mesma medida em que sua expansão promove a concentração de riqueza, inversamente, promove o aumento da pobreza, a destruição dos recursos naturais, a expulsão, a expropriação e o extermínio de povos indígenas e de comunidades tradicionais.

Contudo, a apropriação do espaço e sua transformação em território do capital não se dá sem que haja confronto, luta e resistência. A luta se manifesta no espaço na disputa pelo território e resistência contra a hegemonia das relações capitalistas, na luta pela manutenção das tradições, culturas e modos de vida baseados em relações sociais não capitalistas. Assim sendo, pretende-se realizar o estudo da inserção da CPT na luta de classes, a luta e resistência no território.

Para a análise das disputas territoriais, fez-se necessário a análise do poder simbólico da Igreja devido a suas contribuições nas lutas e revoluções na América Latina pós-meados do século XX, assim como na Diocese de Três Lagoas. A Igreja Católica historicamente – desde sua elevação à religião oficial de Roma – exerce seu poder como instrumento de dominação de classe, poder simbólico, afinando seu discurso religioso com os interesses da classe dominante. Porém, a contradição reside no posicionamento não raro da Igreja em favor da classe trabalhadora. Dessa forma, as disputas políticas existentes dentro da Igreja representam diferentes interesses de classe e manifestam diferentes formas de ser Igreja: conservadora ou progressista.

A Teologia da Libertação é expressão de um dos polos dessa contradição, pois está situada nas ações da Igreja progressista, fazendo a crítica social ao capitalismo e a defesa de uma sociedade mais justa e, em alguns casos, de uma nova sociedade, embora não se tenha bem delimitado que nova forma de organização social está se propondo (LOWY, 2016). Constituída por nova forma de interpretação do Evangelho, aliada a determinados e selecionados instrumentos

tempo. Portanto, dada a eminente materialidade da existência humana, o espaço (e o tempo) apresenta-se como condição essencial para a existência de tudo e de todos. A categoria espaço é uma categoria importante e determinante em várias disciplinas do conhecimento, da Geografia à Matemática, da Antropologia à Física. Então, qual é o espaço do geógrafo? É o espaço produzido?

Se for aceita a concepção de que o espaço (e o tempo) é condição de existência da humanidade, ele, na condição de categoria primeira, elementar, já existe. O que é produzido posteriormente, pela ação humana, é outro tipo de espaço, um espaço (pós)elaborado, isto é: o território (MITIDIERO, 2008).

analíticos das Ciências Sociais, com forte influência do marxismo e de Paulo Freire, a Teologia da Libertação coloca a necessidade de “nova forma de ser Igreja”, inspirada por Cristo, se coloca ao lado dos mais pobres (MITIDIERO, 2008).

Nesse sentido, compreende-se que a Igreja, ao intervir nas lutas sociais, promove ações territoriais: “[...] ações coletivas de parte da sociedade que, imbuída por ideologias, sentimentos, utopias e estratégias, visa transformar as estruturas injustas e perversas da organização sócio-territorial capitalista” (MITIDIERO, 2008, p. 69). Trata-se de ação territorial do amplo conjunto das organizações fundamentadas na Teologia da Libertação – a esse conjunto, Lowy (2016) chama de Cristianismo da Libertação. No Brasil, a Teologia da Libertação inspirou, por exemplo, a formação da Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), assim como movimentos populares, como o Movimento de Evangelização Rural (MER), Movimento de Educação de Base (MEB), criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e de diversas pastorais. Na Colômbia, o padre Camilo Torres organizou o movimento militante e, logo após, entrou para o Exército de Libertação Nacional (ELN). Têm-se, também, os Sacerdotes para o Terceiro Mundo (Sacerdotes para el Tercer Mundo), na Argentina; Organização Nacional para a Integração Social (ONIS), no Peru; o grupo Golconda, na Colômbia, entre outros (LOWY, 2016).

Muitos integrantes das organizações influenciadas pela Teologia da Libertação se desdobraram ou participaram na formação de novos movimentos sociais independentes da Igreja. No Brasil, tem-se o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado a partir do trabalho da CPT. Outro exemplo foi a JUC, desdobrando-se em organização política marxista, denominada de Ação Popular (LOWY, 2016).

A criação da CPT Nacional, em 1975, se deu em um dos períodos mais obscuros da história da América do Sul, o período das ditaduras militares. No Brasil, a Ditadura Civil-Militar-Empresarial (Abril de 1964 a Março de 1985) foi executada por civis, empresários, militares e com influência do imperialismo norte-americano, buscando pôr fim aos avanços democráticos que gradualmente vinham sendo conquistados pela classe trabalhadora. Especificamente no campo, a Ditadura buscou pôr fim à luta da classe camponesa pela Reforma Agrária, implantando, no campo, o modelo de agricultura excludente e predatório via processo de modernização conservadora, beneficiando majormente os grandes proprietários de

terra e capitalistas, os concedendo grandes parcelas de terras, viabilizando a legalização de terras griladas, concedendo crédito farto e barato, criando dependência nacional diante do capital internacional no que se refere a maquinários e insumos, promovendo inúmeros projetos regionais³ que estimularam o avanço do capital sobre o interior do território nacional e combatendo violentamente as organizações de classe, como partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais, associações etc. (MARTINS, 1994).

Diante da violência do projeto dos civis-militares-empresários no campo contra indígenas e comunidades tradicionais – ribeirinhos, quilombolas, posseiros etc. –, a Igreja – ou pelo menos parte dela – se posicionou junto aos oprimidos, aos mais pobres, aos desamparados, estimulando e assessorando sua organização para o enfrentamento e resistência, uma vez que a Ditadura Civil-Militar-Empresarial havia colocado na ilegalidade partidos e organizações de esquerda. Com a proibição e perseguição às organizações de esquerda, a Igreja se tornou a principal mediadora nas lutas contra o regime, embora esta também tenha sofrido com a violência e perseguição por parte das oligarquias rurais e do Estado. Teve, também, por meio de seus agentes, de enfrentar a dura resistência dentro da própria Igreja, pois havia movimentos contrários ao trabalho pastoral (MARTINS, 1994).

Devido às enormes dimensões territoriais do país e às diferentes características de cada região, a CPT executou formas particulares de ação. Para compreender as particularidades da ação pastoral na Diocese de Três lagoas (MS), foi necessário analisar suas determinações específicas, ou seja, as contradições do território regionalizado, pois foram a partir dessas contradições que se originou o movimento reverso: a organização e a luta dos sujeitos do campo, sobretudo, da classe camponesa.

Entre as principais contradições da territorialização do capital na Diocese de Três Lagoas/MS, tem-se a formação de latifúndios, a formação da oligarquia rural estabelecida como classe dominante regional, e suas ações inviabilizando a democratização do acesso à terra, promovendo a especulação fundiária, na tentativa

³ Dentre os principais programas executados pelo governo militar, destacam-se os implementados pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), criado em 1971, como o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PRODOESTE). Em 1975, como parte do II PND, é instituído o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), com objetivo de modernizar as atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do Oeste de Minas Gerais, assim como o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) e o Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN), ambos voltados para a modernização do Sul do ainda estado do Mato Grosso (HESPANHOL, 2000).

de genocídio do povo Ofayé, na expulsão de ilhéus, ribeirinhos e de camponeses, na destruição da atividade oleira, na proletarização no campo, no trabalho escravo e/ou análogo à escravidão, na destruição do Cerrado, no desequilíbrio ecológico, entre outros. Em função dessas contradições, a CPT diocesana de Três Lagoas, com sua ação territorial fundamentada na Teologia da Libertação, engajou-se fortemente na luta de classes em favor dos mais necessitados.

Seu trabalho tem origem junto a ilhéus e ribeirinhos, inclusive, vindos de outros estados e trazidos para Mato Grosso do Sul, principalmente, do Paraná e de São Paulo. Com a construção do complexo de barragens (Urubupungá) ao longo do rio Paraná, esses sujeitos foram perdendo suas terras de trabalho e moradia pela inundação das águas dos reservatórios das barragens das usinas hidrelétricas de Jupia e de Ilha Solteira. Com apoio do Estado, o território passa a ser utilizado para os interesses do capital, deixando os ilhéus e ribeirinhos em situação de angústia, insegurança e incerteza. Muitos foram expulsos de suas terras sem saber para onde ir, sem saber se seriam indenizados e/ou o valor das indenizações. Outros foram transferidos para longe de suas terras de origem de forma precária e desumana como forma de aliviar as tensões sociais em áreas de conflito. Os que resistiram em suas terras tinham que lutar contra as consequências sociais e ambientais das obras, como a diminuição do pescado, a poluição das águas e, principalmente, as enchentes que, por vezes, alagaram áreas de plantio e de moradia de ilhéus e ribeirinhos. Muitos perderam suas terras sem nenhum tipo de indenização e passaram a integrar o numeroso grupo de trabalhadores sem terra deste país. Por fim, sem ter saída, muitos se proletarizaram no campo ou na cidade.

Em apoio aos atingidos, a CPT, por meio de seus agentes, participou da fundação e da organização de sindicatos rurais autênticos para que os trabalhadores tivessem efetivo instrumento de luta por seus direitos, uma vez que os sindicatos existentes, sindicatos pelegos, não continham caráter classista, não lutavam pela Reforma Agrária nem pelos direitos dos trabalhadores, pelo contrário, estavam aliados aos detentores do poder, aos patrões e ao Estado.

Os agentes pastorais desenvolveram, em parceria com outras instituições, projetos em outras frentes, como no combate ao trabalho escravo nas destilarias e carvoarias, inclusive trabalho infantil, fiscalizando e denunciando as empresas e os proprietários que não respeitavam os direitos dos trabalhadores, exigindo o mínimo de dignidade e de condições de trabalho.

Ademais, os agentes da CPT prestaram apoio aos trabalhadores rurais sem terra, apoiando na organização dos acampamentos, na formação e desenvolvimento dos assentamentos, prestando-lhes assessoria política, jurídica, financeira e técnica. A intervenção da CPT junto aos trabalhadores sem terra foi mais exigida na Diocese de Três Lagoas em relação ao contexto nacional, pois, desde a sua formação em 1984, o MST atuou efetivamente no Centro-Sul de Mato Grosso do Sul e no Oeste de São Paulo⁴. O mesmo se pode dizer na questão dos ilhéus e ribeirinhos, pois na falta de outras organizações sociais de esquerda – partidos, sindicatos, movimentos sociais etc. –, a CPT assumiu a responsabilidade de ser o principal mediador das lutas desses sujeitos, uma particularidade de sua ação territorial na Diocese de Três Lagoas, fato que gerou intensos conflitos entre a Igreja e os fazendeiros locais, antigos aliados.

A concessão de terras para a Igreja é uma prática territorial histórica utilizada por fazendeiros com o intuito de formar pequenos vilarejos em torno das Igrejas, promovendo o povoamento e a valorização fundiária das propriedades e estabelecendo um claro jogo de poder de ambas as partes. Porém, com a mudança da prática social da Igreja, a partir da criação da Diocese de Três Lagoas, em 1981, essa relação ganhou novos contornos. Os fazendeiros se indignaram e até mesmo se sentiram traídos e usados pela Igreja, que lhes virou as costas e passou agir contra seus interesses. Uma ruptura que se desdobrou nas lutas travadas na Diocese de Três Lagoas (LEONARDO, 2020).

A partir de então, a violência passou a ser elemento integrante das novas relações estabelecidas entre a Igreja e a oligarquia rural local na Diocese. O Estado, por sua vez, demonstrou sua instrumentalidade de classe defendendo, por meio de seu aparato jurídico-militar, a manutenção da propriedade capitalista da terra, promovendo a desmobilização e a proibição de acampamentos por meio de expulsões, criminalização da luta dos trabalhadores e a legitimação da violência executada por fazendeiros e seus jagunços contra trabalhadores e clérigos.

A mídia local também foi instrumento ideológico poderoso no ataque ao trabalho da CPT. Em análise de recorte do jornal “Folha de Três Lagoas”, disponível no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, verificou-se a divulgação de

⁴ Em documentos da CPT, justifica-se a atuação do MST no Centro-Sul de Mato Grosso do Sul no sentido de centrar esforços para lutar por terras mais férteis e onde havia a presença maior de camponeses sem terra, contribuindo para engrossar as fileiras do movimento.

mentiras e calúnias contra o Bispo Dom Izidoro e os agentes pastorais. Representava-os, em suas páginas, como sujeitos apoiadores da desordem, como inimigos da sociedade, usando termos pejorativos em suas reportagens. A Igreja, por sua vez, utilizando-se de seus meios de inserção social, rebatia as calúnias publicadas pela “Folha de Três Lagoas” por meio de outros jornais, inclusive da própria CPT, relatórios de atividades, cartilhas, boletins informativos, entre outras formas, justificando o trabalho dos agentes e apontando para a verdadeira motivação das injúrias disseminadas pela mídia local, que falava em nome dos fazendeiros insatisfeitos com o trabalho da Igreja, portanto, disseminando a ideologia dos ruralistas. O papel das ideologias é fundamental para a manutenção do *status quo*, pois legitima a dominação territorial, a propriedade privada da terra e do latifúndio; por outro lado, criminaliza as lutas dos dominados, dos subalternos e de seus aliados, que lutam e resistem contra as imposições do capital.

No que tange a metodologia, o levantamento documental nos arquivos da CPT, devido aos poucos estudos realizados sobre essa temática na Diocese de Três Lagoas, foi essencial para este trabalho. Fizeram-se buscas no Centro de Documentação Honório Carneiro, do Curso de História, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Campus Três Lagoas, com documentos produzidos, principalmente, pela Diocese de Três Lagoas (MS). Também, buscaram-se documentos e informações no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, hospedado no endereço eletrônico da CPT Nacional⁵. Entretanto, a fonte principal foi a página CPT Regional MS⁶ que, por motivos técnicos de sua reformulação, não se encontra mais hospedado na *Web*, porém, os documentos podem ser encontrados fisicamente no Centro de Documentação da CPT em Dourados (MS)⁷.

Nos documentos constam registros dos compromissos estabelecidos pela Igreja, das ações junto aos necessitados, o posicionamento do Estado, da mídia, dados sobre os conflitos no campo, questão agrária, relatórios semestrais junto às entidades parceiras, recortes de jornais, cartas, publicações, boletins, informativos, mapas, cartilhas etc. Foi realizada a procura em meio à grande quantidade de arquivos selecionando aqueles que trouxessem informações relevantes ao

⁵ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

⁶ Disponível em: <<http://cptms.org/site>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

⁷ Informação prestada pelo agente pastoral Vadevino através de contato feito por e-mail.

desenvolvimento da pesquisa, separando-os por temáticas estabelecidas a *priori*, transcrevendo para o texto de forma cronológica e sistematizada.

Também foi primordial a realização de entrevistas com agentes pastorais e trabalhadores. Foram realizadas entrevistas e contatos com os agentes Mieceslau Kudlavicz, Dalve Manoel, Luiz Ernesto Brambatti e Carlito Dutra, que são a memória viva da CPT Diocese de Três Lagoas (MS). Também é apresentada a entrevista realizada pelo jornal local, “JP NEWS”, com o bispo Dom Izidoro, falecido no dia 15 de setembro de 2017, responsável pela direção da CPT, de 1981 até 2008, quando decidiu, por motivo da idade avançada, renunciar ao cargo. Também foram realizadas entrevistas com reassentados nos Projetos Jupiá, Capatazia dos Pescadores, Piaba, Novo Porto João André, Santana/Santa Emília, Pedra Bonita, Projeto Sucuriú, do antigo Projeto Água Limpa, e com moradores dos assentamentos Alecrim e São Joaquim. As entrevistas com os trabalhadores foram realizadas de acordo com as orientações do agente pastoral Mieceslau, que indicou as principais lideranças em cada caso. As entrevistas foram realizadas de forma espontânea, dando liberdade para os entrevistados darem suas versões dos acontecimentos.

Para dar sustentação teórica à pesquisa, foram realizados levantamento e revisão bibliográficos em autores que discutem elementos relacionados ao tema proposto. Para a demarcação conceitual sobre o território, buscou-se embasamento em vários autores, como Mitidiero (2008), Machado (1997), Raffestin (1980), Souza (2013), Barbosa (2011), De Azevedo (2011), Haesbaert (2002), Quaini (1979), Vasconcellos (2016), Santos (2011), Nardoque (2016) e Oliveira (1999).

Para compreender a Teologia da Libertação, sua relação com o marxismo, seus princípios, baseou-se em Lowy (2016), Martins (1994), Mitidiero (2008), Raffestin (1980), Bourdieu (1986), Luxemburgo (1905) e Marx (2010), pois tais autores pautaram, em certa medida, elementos pertinentes a esta discussão e teorizaram sobre o fenômeno religioso que está intrinsecamente ligado à ação territorial da CPT.

Em relação à CPT, sua origem, das condições/contradições que engendraram sua criação, sua atuação, adversidades e contradições internas, fundamentou-se em Mitidiero (2008), Martins (1994), Leonardo (2020), Silva (2012), Da Silva (1981) e Pedon (2013). No que diz respeito à CPT Regional de MS e à CPT Diocese de Três Lagoas, a pesquisa foi essencialmente baseada em documentos, entrevistas,

depoimentos e documentários, embora alguns autores tenham sido utilizados, como Leonardo (2020), Francisco (2013), Bittar (2017), Souza (2005), Almeida (2017), Farias (2006), Falchi (2007) e Belon (2012).

No que se refere à estrutura da redação, a dissertação compõe-se de três capítulos. De início, é apresentada uma demarcação conceitual de território, categoria e conceito norteadores deste estudo. Com o advento dos avanços técnico-científicos no século XX, a Geografia passou por novas reformulações e, a partir da década de 1970, a concepção de território passou por renovação epistemológica em função das transformações sociais e crise da modernidade. O avanço do neoliberalismo trouxe a necessidade de novas perspectivas de análise e concepções de território que fossem para além da perspectiva positivista do Estado-Nação.

Buscando uma Geografia Crítica autêntica, deve-se realizar a constante observância da realidade em sua totalidade, abstraindo dela os elementos essenciais de sua estrutura e dinâmica, sintetizando suas múltiplas determinações, contradições e relações diversas em busca da unidade do diverso. Nesse sentido, o método marxista (que não existe a *priori* e, sim, em função do objeto) é o caminho mais adequado e eficaz a ser percorrido.

Outro ponto fundamental da Geografia Crítica, do marxismo e da Teologia da Libertação, é a conexão recíproca entre teoria e prática. Além do compromisso com a análise fiel da realidade, também tem por objetivo estabelecer a intervenção política na realidade, assim como faz a CPT por meio de seus agentes. Assim, “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX, 2004, não paginado). Nesse sentido, a concepção de território deve ter em seu horizonte a emancipação da classe trabalhadora e não somente a mera análise e/ou descrição empírica. Portanto, as relações de produção, suas contradições e a luta de classes são elementos centrais para essa pesquisa, porém, sem perder de vista os elementos superestruturais, ideológicos, principalmente no que diz respeito ao poder simbólico da igreja e da mídia.

Porém, a compreensão da ação territorial da CPT não deve partir da dimensão simbólica religiosa, de suas representações do divino, da mística, pois esses elementos em si mesmos nada explicam. Eles só podem ser compreendidos como produtos de determinado tipo de sociedade, de determinado tipo de organização social; o simbolismo religioso não está desconectado das relações de classe. Para Marx (2004, não paginado), “Feuerbach não vê, por isso, que o próprio

‘sentimento religioso’ é um produto social e que o indivíduo abstrato que analisa pertence na realidade a uma determinada forma de sociedade”.

Há de se ressaltar a crítica marxista em relação à religião em função de sua instrumentalização pelas classes dominantes e não em razão dos preceitos originais do cristianismo. Preceitos que, porventura, têm inúmeros pontos convergentes com o marxismo, como apontados nas obras de Engels (1895), Luxemburgo (1905), Mitidiero (2008) e Lowy (2016). A Teologia da Libertação é o produto máximo desse encontro entre cristianismo e marxismo, produto real, histórico e territorial, principalmente, nas lutas e revoluções na América Latina do século XX.

Mediante a aparente contradição entre ciência e religião, procura-se desmitificar a máxima que coloca o marxismo como antagonista da religião, mesmo Marx não tendo se dedicado ao estudo das religiões a abordando poucas vezes em sua obra. Essa análise é importante para esta pesquisa, uma vez que, na Teologia da Libertação, marxismo e cristianismo apresentam pontos convergentes, conforme Mitidiero (2008) e Lowy (2016). Embora a Teologia da Libertação seja um fenômeno anacrônico ao surgimento do marxismo, é possível fazer essa análise com base nos estudos clássicos de Engels (1895) e Luxemburgo (1905) em relação com o Cristianismo Primitivo, entendido estar presente na Teologia da Libertação. Ancorado em autores clássicos, como Engels (1895), Lenin (1905) e Luxemburgo (1905), também procurou-se deixar claro que a posição dos marxistas em relação à religião é a defesa irrestrita da liberdade religiosa, inclusive a liberdade de ser ateu. Essa defesa é importante uma vez que as classes dominantes apregoam essa falsa assertiva que o marxismo é inimigo das religiões.

Por fim, no capítulo 2, trata-se dos desdobramentos da Teologia da Libertação nas lutas e revoluções ocorridas na América Latina. Lowy (2016) utiliza o conceito de Cristianismo da Libertação, o compreendendo como movimento social que vai além do que propriamente é a Teologia da Libertação. Para além de uma teologia, esse conceito representa o movimento social que abrange inúmeras outras organizações, principalmente movimentos sociais, embora muitas organizações e adeptos da Teologia da Libertação recusem essa conceituação.

No terceiro capítulo, trata-se do que é a CPT, sua origem, suas determinações, sua proposição de “uma nova forma de ser Igreja”⁸ e de sua ação

⁸ Conforme o Boletim Olho Vivo nº 2, de dezembro de 1992, publicado pela CPT Diocese de Três Lagoas, a CPT é um organismo da Igreja oficializado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil

territorial. Sua gênese se deu no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), caracterizado pelo acirramento da luta de classes no campo diante do avanço do capital sobre o interior do território. As frações do território outrora apenas dominado, agora passam também a ser território usado para acumulação de capital. Nesse sentido, a aliança construída entre latifundiários e capitalistas é fundamental para a compreensão da conjuntura da época.

A propriedade capitalista da terra sempre foi instrumento de poder no Brasil. Os entraves ao desenvolvimento do capital no Brasil não foram superados da forma clássica do capital, pela revolução burguesa, ou seja, retirando o poder das oligarquias rurais, mas sim pelo modelo ainda mais concentrador, visto que capitalistas se aliaram aos latifundiários ou ainda: os latifundiários tornaram-se capitalistas e estes se tornaram latifundiários, dando continuidade, como afirma Martins (1994), ao poder do atraso. A partir do regime dos civis-militares-empresários, as relações de produção da agricultura capitalista avançaram sobre o território num processo “modernizante”, de tendências políticas conservadoras, centralizadoras e autoritárias. Essa “modernização” é caracterizada por combinar formas econômicas arcaicas com a mais alta tecnologia. Um desenvolvimento desigual e combinado do capital (MARTINS, 1994).

Esse modelo socioeconômico implantado no campo pelos governos civis-militares-empresariais ocasionou o aprofundamento da histórica concentração fundiária no território brasileiro. O Estado brasileiro passou a viabilizar os registros de terras invadidas, griladas, e as empresas, incentivadas pelos subsídios fiscais, foram se apossando de novas parcelas do território, gerando inúmeros conflitos, expulsões e mortes de indígenas, posseiros e comunidades tradicionais. Uma verdadeira barbárie, assim se deu a política de colonização oficial das terras amazônicas e do Centro-Oeste pelo capital. Para que haja a expansão do capitalismo, é preciso que se expanda territorialmente, expropriando os sujeitos do campo dos meios de produção, de seu vínculo com a terra. Esse processo de acumulação originária ainda ocorre nas fronteiras agrícolas. A origem do capital é a violência e o sangue da classe trabalhadora.

(CNBB), que tem como objetivo interligar, assessorar e dinamizar os movimentos e organizações do campo. “Uma nova forma de ser Igreja”, popular e ecumênica, incentivando a espiritualidade dos homens da terra, práticas alternativas dos trabalhadores contra a dominação econômica dos grandes projetos agrícolas, energéticos e de massificação cultural.

A devastação da Amazônia foi o marco inicial que influenciou a luta da CPT junto aos posseiros da região e, posteriormente, expandiu-se quase que imediatamente para outras regiões junto a outros sujeitos sociais, como os atingidos por barragem, trabalhadores sem terra e proletários rurais. Criada no ano de 1975, a CPT Nacional foi inspirada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas em 1968, e pelo Conselho Missionário Indigenista (CIMI), criado em 1972 (MITIDIERO, 2008).

Neste contexto de expansão territorial do capitalismo, é analisada a formação do Estado de Mato Grosso do Sul e a consequente concentração fundiária constituída ao longo de séculos. Com o objetivo de solidarizar-se com a luta dos trabalhadores de Mato Grosso do Sul, Estado do latifúndio, estabeleceram-se contatos e encontros com integrantes da Regional Extremo Oeste, dando origem à CPT Regional de MS, criada em 10 de dezembro de 1978. Além da luta pela terra, seus agentes também participaram de várias mobilizações, articulações e campanhas. Logo em seguida, em 1981, foi criada a CPT Três Lagoas, abrangendo todos os municípios da Diocese, um período de efervescência das lutas no campo em Mato Grosso do Sul, onde a participação da CPT foi crucial para as lutas dos trabalhadores.

As mudanças estruturais, posteriormente ocorridas na sociedade em âmbito mundial, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tiveram seus rebatimentos no Brasil. O fim das experiências do “bloco socialista” e o avanço das políticas neoliberais acarretaram a chamada “crise da CPT”. A redemocratização do país e a “crise do marxismo” – leia-se: crise do stalinismo – engendraram novas formas de organização social da classe trabalhadora. A revolução socialista deixou de ser o objetivo central e as lutas democráticas passaram a dar o tom das mobilizações de massa.

No campo, a CPT conseguiu criar condições para a formação de um movimento socioterritorial nacional de luta pela terra, o MST, maior movimento social da história do Brasil, assim como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores Rurais (MPA), entre outros. A criação de movimentos socioterritoriais autônomos de luta pela terra, principalmente o MST, levou a CPT a refletir quanto à sua forma de participação nas lutas sociais, em que chegaram à conclusão de que seu papel, como coordenadora junto às organizações de classe, já não mais fazia sentido. Os

trabalhadores passaram a ter condições de serem os portadores de sua própria história, os protagonistas de suas próprias lutas. No entanto, a CPT não largou mão de sua missão de apoiar os mais pobres, sempre se articulando e dialogando com os movimentos populares. Como afirmado, na Diocese de Três Lagoas, a CPT manteve seu papel de principal mediadora das lutas devido à falta de movimentos sociais e organizações de classe. Uma particularidade de sua ação territorial na Diocese.

Em Mato Grosso do Sul, a luta do MST se concentrou na região Centro-Sul devido à existência de terras mais férteis e maior presença de camponeses sem terra. Na questão ribeirinha, o MAB também pouco participou na articulação dos atingidos da Diocese. A CPT chegou a levar lideranças locais para alguns encontros nacionais do MAB, mas não conseguiram estruturar o movimento na Diocese. Mediante a ausência de movimentos sociais organizados e estruturados nacionalmente na Diocese, coube à CPT continuar como a principal mediadora das lutas populares, papel cumprido na formação e organização de acampamentos, assentamentos, reassentamentos e na luta por condições dignas de trabalho assalariado e indenizações de ribeirinhos atingidos pelo complexo de barragens ao longo do rio Paraná.

No quarto capítulo, foi descrito e analisado o processo histórico da CPT em Três Lagoas/MS, em 1981, com a vinda de Dom Izidoro Kosinski e a formação da pastoral da terra na Diocese, suas parcerias, ações e seus rebatimentos no território e na própria Igreja, a começar pela luta para a auto-organização dos sujeitos do campo por meio da formação de sindicatos classistas, sindicatos autênticos. Os agentes da CPT, desde o início, tinham como prioridade a formação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) para a luta pela Reforma Agrária e direitos trabalhistas.

Examinou-se também, neste capítulo, a ação territorial dos agentes CPT junto aos ilhéus e ribeirinhos que, por causa das enchentes provocadas pela construção do complexo de barragens ao longo do rio Paraná, passaram a lutar para serem reassentados e/ou indenizados. Todos os anos, as enchentes provocavam estragos, destruindo plantações, moradias, benfeitorias, produção de tijolos dos oleiros, matando animais etc. Com a construção rio abaixo da Barragem de Porto Primavera, o alagamento definitivo de uma área de quase 225.000 hectares estava por vir, o que iria provocar a expulsão de mais de 1.000 famílias ao longo da barranca do rio

Paraná e seus afluentes. As barragens foram construídas para fornecer energia para atender, propriamente, ao capital, foram parte do projeto modernizante da Ditadura Civil-Militar-empresarial. Construídas com dinheiro público, as usinas hidrelétricas renderam bilhões às construtoras e, atualmente, estão nas mãos da iniciativa privada⁹. Para camponeses e pescadores, que viviam de longa data nas ilhas e margens dos rios, ficou o ônus socioambiental provocado por esses empreendimentos.

O descaso do Estado e da Companhia Energética de São Paulo (CESP) com os ilhéus e ribeirinhos os deixavam em uma situação de incerteza e insegurança em relação ao futuro de suas vidas. Eles não tinham conhecimento da área que seria alagada, e quando seria, não sabiam se seriam reassentados e/ou indenizados, nem o valor das indenizações. Os pescadores que retiravam do rio o seu sustento, mesmo os de áreas não alagadas, passaram a ser prejudicados pela diminuição do pescado e poluição das águas. Os oleiros da barranca do rio Paraná, em Brasilândia, também foram gravemente prejudicados. Suas reservas de argila foram alagadas, destruindo a fonte de sua matéria-prima e uma das principais atividades econômicas da região, inclusive, a maior da América Latina na época, segundo documentos dos arquivos da própria CPT. Foram anos de lutas em busca de novas terras e indenizações justas. Após muitas lutas, foram criados os reassentamentos Jupιά, em Castilho (SP); Capatazia dos Pescadores e Piaba, em Três Lagoas; e Santana/Santa Emília, Pedra Bonita e Novo Porto João André, em Brasilândia.

Os agentes da CPT também acompanharam a luta dos trabalhadores rurais sem terra de Itaquiraí (MS), transferidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Gleba Água Limpa, no município de Cassilândia (MS), na localidade de Vaca Parida. Era uma estratégia do governo civil-militar-empresarial realocar, por intermédio do INCRA, trabalhadores de áreas de conflito para desarticular e acabar com o ímpeto das lutas por terra. Dessa forma, foram transferidos sob forte opressão policial para uma área de solo pobre e sem água, onde foram simplesmente jogados e oprimidos pela polícia, sendo que a maioria acabou sendo transferida para Colíder (MT), devido à falta de condições para

⁹ O Complexo de Usinas Hidrelétricas de Urubupungá foi concedido a três empresas. A Tijoá Participações e Investimentos S.A. é a concessionária de geração de energia elétrica responsável pela gestão, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Três irmãos. A China Three Gorges Corporation (CTG), que administra a hidrelétrica de Três Gargantas, na China, adquiriu um contrato de concessão por 30 anos das Usinas Hidrelétricas de Jupιά e Ilha Solteira. A VTRM Energia e Participações é a concessionária da Usina de Porto Primavera.

manutenção do projeto, porém, não tiveram melhor sorte. Atualmente, só restou um morador na localidade de Vaca Parida, que resistiu a todas as adversidades e conseguiu se estabelecer na terra.

A CPT também acompanhou a formação do Projeto Sucuriú, no então Município de Paranaíba (MS), atualmente Chapadão do Sul (MS), para que não se repetisse o mesmo que aconteceu com os trabalhadores da Gleba Água Limpa. A intenção do Projeto era a mesma, transferir trabalhadores sem terra das áreas de tensão social onde o poder sobre o território estava sendo contestado. Um foco de lutas sociais. Este projeto, desenvolvido pelo INCRA, foi destinado a famílias da Região Sul do Brasil, alguns ribeirinhos que perderam suas terras em função da construção da barragem de Itaipú, muitos ilhéus de Guaíra (PR), além de outros trabalhadores sem terra cadastrados no INCRA que estavam à espera de terras.

Aborda-se, ainda, o Acampamento América Rodrigues, no município de Três Lagoas. Nessa luta, iniciada no campo e deslocada para a cidade, para dentro da Igreja, descreve-se a sequência de ações que fizeram parte da prática social da CPT em defesa dos acampados que resistiam contra a opressão do Estado. O acampamento no centro da cidade representou um ato de resistência contra a ordem capitalista. O acampamento foi um ato simbólico, representou o desejo pela terra e a contestação do poder estabelecido no território, mas também foi a tática objetiva dos movimentos sociais para forçar o Estado à desapropriação de terras e formação de assentamentos.

Com o acampamento dentro da cidade, no centro administrativo das oligarquias rurais e do capital, ampliou-se o simbolismo e sua repercussão, pois, objetivamente, tornou maior a pressão sobre o Estado e o acirramento da luta de classes. O Estado passou a utilizar de forma explícita o seu braço armado, realizando rondas constantes, despejos e agressões contra os acampados, sujeitos desarmados e vulneráveis, entre eles, idosos e crianças. Em um episódio de intimidação da polícia, faleceu de infarto a senhora América Rodrigues, a mártir que deu nome ao acampamento.

Ainda neste capítulo, trata-se da participação da CPT na formação dos assentamentos Alecrim e São Joaquim, em Selvíria (MS), e do assentamento São Thomé, em Santa Rita do Pardo (MS). Tem-se, também, a luta contra o despejo dos posseiros do Cinturão Verde em Três Lagoas; e, por fim, as ações dos agentes da CPT no combate ao trabalho escravo nas destilarias e carvoarias envolvendo

migrantes e indígenas. Uma luta contra o abuso de poder e a espoliação dos trabalhadores.

De forma geral, essa pesquisa aborda a Geografia da CPT na Diocese de Três Lagoas, procurando analisar sua importância como mediadora das lutas dos sujeitos do campo, sobretudo, da classe camponesa, suas vitórias e suas derrotas, seu limites e potencialidades. Muitas ações da CPT não foram abordadas nesse estudo de forma aprofundada, pois demandam tempo e espaço demasiado, algumas ações tão pouco foram incluídas, como exemplo, a ação da CPT no distrito de Véstia, mas amplamente estudado por Leonardo (2020).

Além da análise, neste estudo busca-se fazer o registro da Geografia das lutas da CPT na Diocese de Três lagoas e dele tirar lições para o futuro, pois, somente pela ação organizada da classe trabalhadora, pode-se almejar a verdadeira revolução social e emancipação humana da opressão capitalista.

2 TERRITÓRIO, MARXISMO E RELIGIÃO

A categoria de território é fundamental para a Geografia, pois toca no cerne dos problemas sociais, das relações de poder e da luta de classes. As categorias são conceitos básicos que pretendem demonstrar os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem dar alto grau de generalidade (CURY, 2000). As categorias são um recorte de análise generalizada, que por sua vez, utiliza de instrumentos teóricos mais precisos que explicam elementos mais específicos, que são os conceitos. Para Mitidiero (2008), a ideia de categoria é ampla e universal por natureza, enquanto a concepção de conceito apresenta-se como uma segmentação temporal de categoria. Enquanto conceito, o território é polissêmico e sua significação varia conforme as diferentes correntes teóricas da Geografia de cada época, portanto, segmentado temporalmente.

Segundo Machado (1997), a concepção de território foi introduzida na Geografia Tradicional com forte influência das Ciências Naturais, centrando-se em uma questão geopolítica, justamente pela falta de um Estado alemão unificado e de colônias que fossem capazes de receber excedente populacional e financeiro. Segundo Raffestin (1980), o Estado era compreendido como único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele, e por assim dizer, o conceito de território se fundamentou em torno da concepção de Estado-Nação, sendo que o poder nasce muito antes, assim como a própria história. Dessa maneira, a Geografia Tradicional contribuiu para a naturalização das fronteiras territoriais do Estado e de denotar a ideia de fixidez do território.

No período após a Segunda Guerra Mundial, em função do surpreendente avanço tecnológico e científico e da incapacidade da Geografia Tradicional de compreender o espaço cada vez mais complexo e dinâmico, desenvolveu-se a Geografia Quantitativa ou Teorética, que, do ponto de vista do domínio e controle do espaço, estabeleceu nova roupagem ao conceito de território, mas sem perder sua essência de dominação estatal. Sem romper com a Geografia Tradicional, de matriz filosófica positivista, a Geografia Quantitativa se caracterizou pela inovação metodológica baseada no positivismo lógico ou neopositivismo, empregando sistematicamente a linguagem matemática e sistêmica, o desenvolvimento de aportes técnicos e novas metodologias derivadas das ciências exatas, larga

utilização de tecnologias computacionais, neutralidade científica e imparcialidade do pesquisador (somente no discurso). Analisa-se, pois, o espaço, buscando contribuições geométricas, técnicas cartográficas e o emprego de modelos para efetuar estudos. Dessa forma, na Geografia Teórica/Quantitativa manteve-se centrado no poder estatal e administração do território (DE AZEVEDO; BARBOSA, 2011).

De forma geral, a Geografia Tradicional e a Geografia Quantitativa continuaram tratando as questões territoriais por meio da concepção de Estado-Nação, em que se erigia no espaço pelo poder e atuação do Estado na construção de infraestrutura e demarcação de limites político-territoriais. Embora com metodologias diferentes, essas duas correntes reconheciam no Estado o único detentor de poder com potencial de formação territorial (MACHADO, 1997).

Em virtude das transformações históricas, principalmente, a partir da década de 1960, a concepção de território passou por verdadeira renovação epistemológica na Geografia. Mudanças de cunho socioeconômico e político exigiram novo ordenamento e lógica organizacional para estruturar e dar fluidez ao capital; no Brasil, essa tarefa coube a Ditadura Civil-Militar-Empresarial. Essas transformações objetivas e suas contradições trouxeram consigo a necessidade de novas reformulações nas ciências sociais, surgindo novas perspectivas epistemológicas, algumas com forte influência do marxismo, como no caso da Geografia Crítica (HAESBAERT, 2002).

Karl Marx não era geógrafo, tampouco foi precursor da Geografia moderna, assim como também não era historiador nem sociólogo, e sim estudioso adisciplinar dos problemas da sociedade. Seu pensamento e obra não podem ser enquadrados em categorias científicas específicas (Economia, Sociologia, História, Antropologia etc.), tampouco interdisciplinar, porquanto esta consiste em um método de pesquisa que visa corrigir os inconvenientes da divisão disciplinar dos estudos científicos. Contudo, assim como o historicismo está presente na análise marxista da sociedade, existe também uma Geografia, principalmente no que diz respeito às categorias ontológicas de trabalho, natureza e homem. Portanto:

Não há de fato problema essencial do *Capital* em que não reaflore de modo mais ou menos explícito ou desenvolvido o tema das relações entre sociedade e natureza, isto é, o tema que deveria estar na base da constituição científica da geografia humana. (QUAINI, 1979, p. 60).

Para compreender as implicações teóricas, metodológicas e políticas do marxismo, em relação à Geografia, é necessário ter claro o conceito de natureza em Marx, pois a Geografia é o estudo das relações entre sociedade e natureza. Para Marx, a natureza não é intocada, pré-social; e, sim, natureza social, natureza em que o homem e suas ações são integrantes, é a própria natureza transformada pela ação do homem, como parte integrante dessa própria natureza. A natureza é o próprio espaço geográfico. Para Marx, a natureza intocada, precedente à história humana, é uma natureza que, já à sua época, não existia mais em lugar nenhum, embora reconhecesse a existência de possíveis exceções (QUAINI, 1979).

Dessa maneira, o homem, ao se reproduzir e se relacionar com a natureza, é condicionado pelas leis objetivas de determinado modo de produção, sobre as quais ele não tem nenhum poder, portanto, aparecem ao homem na forma de leis naturais. A alienação coloca o homem sob o domínio da superestrutura¹⁰, de objetos e de instituições que lhe ocultam as suas determinações sociais, fazendo-lhe parecer como leis naturais da sociedade (QUAINI, 1979). Marx desnaturaliza as relações sociais, demonstrando que as relações que constituem o espaço geográfico são relações de classe. Assim, a formação do território se dá por meio da apropriação do espaço e de seus recursos naturais e humanos pela classe dominante, e sua dominação se dá por meio da coerção estatal e do domínio ideológico.

O processo histórico é crucial no pensamento de Marx no que diz respeito à história dos homens e à história da natureza (natureza social). Embora distintos estes aspectos, não podem ser separados, pois “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente” (QUAINI, 1979, p. 45). E o que é a história da natureza senão a própria geografia?

A visão histórica de Marx parte das relações sociais de produção, tem a história como a história da separação do produtor ou trabalhador dos seus meios de produção e de suas condições de trabalho, a história da expropriação do homem em relação à natureza, ou seja, a história da luta de classes que, em termos

¹⁰ Segundo Peña (2015), a sociedade é dividida em duas esferas. Estrutura social e superestrutura social. A estrutura é a esfera das relações de produção, as relações que os homens (grupos, classes) contraem no processo de produção. Ela é o ponto de partida e o limite de todos outros sistemas ou níveis de relações que formam a superestrutura social: familiar, política, ideológica, religiosa, etc. Essas esferas por sua vez, se relacionam dialeticamente formando uma totalidade, na qual, a estrutura determina a superestrutura, embora de forma contraditória, discordante e conflituosa, devido existência de certo grau de autonomia na superestrutura, que evolui de acordo com suas próprias leis, e cujas relações com a estrutura constituem uma complexa interligação de tendências contraditórias.

geográficos, expressa a progressiva dissociação do homem em relação ao território (QUAINI, 1979). No estudo em questão, tem-se a tentativa de genocídio do povo Ofayé por meio da expulsão de seu território, ou mesmo a expulsão de ilhéus e ribeirinhos e a destruição de seu modo de vida, de sua relação com a natureza, de sua geografia

Marx, ao falar do modo de produção capitalista, não se referia a uma dimensão unicamente da produção econômica ou técnicas de produção, mas em algo que se dá na relação entre sociedade e território. O capitalismo é uma forma de organização social dividida em classes e, também, organização territorial, em que se concentra o poder dos meios de trabalho e de reprodução da vida (QUAINI, 1979). O espaço antecede o território como elemento natural apropriado e transformado pelo trabalho humano. No entanto, tal transformação se dá verticalmente de forma perversa, pois o trabalho transformador é mediado por relações sociais determinadas e impostas territorialmente, de acordo com os diferentes modos de (re)produção da sociedade. Tais relações sociais, também, são relações de poder desiguais e contraditórias de uma classe sobre a outra, de capitalistas sobre trabalhadores (RAFFESTIN, 1980).

Nesse sentido, o território é concebido pela apropriação do espaço por determinada classe em certa forma de organização social; porém, essa apropriação se dá de forma contraditória, desigual e combinada. A exploração da mais-valia e da renda da terra é a base do território capitalista, no qual reside o poder oculto do capital disfarçado pelas ideias dominantes, pelas ideologias disseminadas na superestrutura social – vede as diárias propagandas do agronegócio na principal rede de televisão aberta do Brasil, a Rede Globo. Dessa forma, a ideologia ganha um caráter instrumental, de dominação, compreendida por Chauí como:

[...] a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.

A peculiaridade da ideologia é que a transforma numa força quase impossível de remover decorre dos seguintes aspectos:

1) o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de que as ideias existem em si e por si mesmas desde toda a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores. Portanto, enquanto esses dois trabalhos estiverem separados, enquanto o trabalhador for aquele que 'não pensa' ou que 'não sabe pensar', e o pensador

for aquele que não trabalha, a ideologia não perderá sua existência nem sua função;

2) o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno da alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições e atribuem a origem da vida social a forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deuses, Natureza, Razão, Estado, destino, etc.), de sorte que as idéias quotidianas dos homens representam a realidade de modo invertido e são conservadas nessa inversão, vindo a constituir os pilares para a construção da ideologia. Portanto, enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem crítica e sem pensamento, a ideologia se manterá; 3) o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. Porém, o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar. Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. Ora, como a experiência vivida imediata e a alienação confirmam tais idéias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real. Seu papel é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam idéias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade. E, enfim, também é seu papel fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém) (CHAUÍ, p.33-34, 2004).

Por meio de mecanismos de exploração social ocultos e legitimados em discursos ideológicos, mantém-se o processo de acumulação do capital e seu poder territorial. E assim:

Desta maneira, o território é construído por meio de relações contraditórias inerentes ao próprio modo de produção, forjadas na distinção de classes sociais, na apropriação dos meios de produção por uma classe, na separação destes meios de produção dos trabalhadores, apropriação das mais-valia e da renda da terra. (NARDOQUE, 2016, p. 257).

Nesse sentido, numa perspectiva marxista, compreender o território capitalista é compreendê-lo em sua totalidade concreta, no conjunto das relações recíprocas entre as partes e das partes com o todo, o processo contraditório, desigual e combinado. A totalidade concreta nos permite ir além do sensível, do externo, das aparências, do subjetivo, do empírico. A concepção de totalidade remete à análise

dialética das relações que (re)produzem o território e nele se realizam. Um movimento dialético, contraditório e contínuo de construção, destruição e reconstrução. Portanto, trata-se de realidade em movimento, nunca completa nem finalizada.

A totalidade, no entanto, não é sujeito de si mesmo, é produto social das relações sociais de produção; é produto histórico, se dá no tempo; é produto geográfico, materializa-se no espaço. A totalidade aberta, sempre inconclusa, que tem na contradição o germe para sua transformação. O homem é dialeticamente o sujeito que produz o território e por ele é produzido, quer seja como dominador ou como resistência, agindo tanto na infraestrutura quanto na superestrutura social. Portanto, é na unidade do diverso, no conjunto das relações recíprocas inerentes ao modo de produção capitalista que se buscará a essência do território. A reprodução intelectual do território real; nesse sentido, será utilizado como referencial teórico o conceito de território compreendido enquanto “[...] totalidade concreta, síntese contraditória, do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações superestruturais (ideológicas, políticas, simbólicas). É produto concreto da luta de classes” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

As categorias são mutuamente implicadas, se interagem e interpenetram mutuamente. Dessa forma, a totalidade só pode ser compreendida em seu movimento, em suas contradições pois, segundo (CURY, 2000):

“a contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade...

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga a superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos que se envolvem profundamente, e cada uma contém os momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura.

Assim, ao analisar o trabalho da CPT na Diocese de Três Lagoas, encontra-se, nas contradições¹¹ do território capitalista, a sua essência, suas determinações, ou seja, na expulsão/expropriação da classe camponesa, povos indígenas e

11

comunidades tradicionais, na destruição dos recursos naturais, na concentração fundiária, nas precárias relações de trabalho assalariado, na apropriação da renda camponesa pelo capital etc. É diante destas contradições que erige o conflito, a organização e a luta. Assim sendo, “[...] o próprio capital impôs a luta pela terra, no Brasil, contra a propriedade capitalista da terra. É o caráter anticapitalista dos conflitos pela terra no país, que constituem resistência contra a expansão da apropriação capitalista da terra” (NARDOQUE, 2016, p. 261). Portanto, é por meio das lutas no campo que camponeses, indígenas e povos tradicionais se reproduzem como contradição no território capitalista.

As contradições também se dão na superestrutura social. As relações sociais de produção e suas contradições condicionam dialeticamente todas as outras esferas da superestrutura social, embora esta última tenha certa autonomia e evolua sobre suas próprias leis, podendo entrar em contradição com a estrutura (PEÑA, 2015). Apesar de as ideias dominantes serem criadas e propagadas pela classe dominante, o mundo das ideias também reproduz e é reproduzido pelas contradições no mundo concreto. Assim, a Igreja apresenta suas contradições, pois, historicamente, coloca-se como instrumento de alienação e disseminador de ideologias. Entretanto, em não raros momentos, também se colocou ao lado das classes subalternas, como nos casos dos Teólogos da Libertação e dos agentes da CPT, que, ligados à Igreja Católica, histórico instrumento ideológico das classes dominantes desde o Império Romano, colocam-se na luta contra o poder do capital.

2.1 Religião e território: da crítica à religião à religião crítica

A relação entre Igreja e território é marcada, sobretudo, pelo poder simbólico. Um poder de construção da realidade por meio de simbologias que servem de instrumentos de conhecimento e de comunicação, com intuito de estabelecer certo consenso acerca do sentido do mundo para a reprodução da ordem social. Ao analisar essas questões, o marxismo privilegia as funções políticas dos sistemas simbólicos atrelados aos interesses da classe dominante. Apresentando-se como interesses universais da sociedade, a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante e desmobilização das classes dominadas, para a

legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento de uma hierarquia social (BOURDIEU, 1986).

A relação entre religião e território pode se dar em diferentes escalas, desde bairros e comunidades rurais até nível nacional, continental, como no caso da Igreja Católica na América Latina, ou de blocos mundiais, como é o caso do Islamismo e o Oriente Médio. Historicamente, a estreita relação construída entre Igreja e Estado determinou, em vários casos, religiões de Estado, assim foi o que promoveu o Imperador Constantino no Império Romano com a instituição da Igreja Católica como parte do Império. Nessa relação, naturalmente, o Estado prevalece e manipula a religião para a consolidação de seu poder a serviço dos interesses das classes dominantes. Muitas vezes, essa relação pode gerar um Estado teocrático. Heresias e dissidências determinaram perseguições cruéis por parte das instituições religiosas e Estados teocráticos. Do ponto de vista político, a religião foi em vários casos elemento ativo na criação de nacionalismos (RAFFESTIN, 1980). Por exemplo, tem-se, conforme a figura 1, o lema fascista do movimento integralista de 1932.

Figura 1 - Lema fascista do integralismo.



Fonte: ACADEMIA. Disponível em:

<https://www.academia.edu/19354000/Manifesto_de_Outubro_de_1932_Integralismo_Brasileiro>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Na formação do território brasileiro, assim como na América Latina, o papel da Igreja junto ao Estado (Coroa Portuguesa e República brasileira, por exemplo) teve papel essencial. A Igreja Católica chegou no território brasileiro com a expedição de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, tornando-se religião oficial até a primeira Constituição republicana de 1891. Desde então, a influência católica no território brasileiro vem passando por mudanças notáveis, assim como seu poder (SANTOS, 2011).

Segundo Vasconcelos (2016), no Brasil colonial, a Igreja Católica teve papel fundamental na formação e controle do território, em alguns casos, até mais importante que o Estado. As constituições estabelecidas pela Coroa Portuguesa impuseram normas à Igreja, atribuindo à Coroa a responsabilidade pela manutenção da Igreja e do Clero. Entre as normas, estavam as discriminações étnicas, principalmente contra negros, que, em certa medida, estruturaram a sociedade brasileira, permanecendo até hoje o racismo e o preconceito. Inclusive, algumas ordens missionárias que chegaram a receber grandes sesmarias, como os jesuítas, por exemplo, as exploravam com trabalho escravo. Outro aspecto geográfico são as criações de prelazias, dioceses e paróquias como formas de controle territorial. Na Colônia e no Império, eram as representações estatais, inclusive servindo de registro público civil (nascimentos, mortes e casamentos). Muitos fazendeiros doavam terras para construção de Igrejas no intuito de formar povoados e, assim, valorizar suas terras. No caso do Centro-Oeste brasileiro, esse fenômeno ocorreu de forma anacrônica, recentemente, quando já não mais era usual essa prática no restante do território. Uma prática arcaica em tempos modernos.

Um exemplo atual do poder simbólico da Igreja em aliança com a classe dominante sobre o território, foi a manipulação religiosa em questões políticas. Nas eleições de 2010, até um pronunciamento do Papa Bento XVI (Joseph Ratzinger) foi utilizado na propaganda eleitoral pelo então candidato à Presidência da República José Serra (SANTOS, 2011). O mesmo papel pode ser percebido na última eleição, em 2018, pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro, cujo lema era: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Dessa maneira, a religião se constitui fonte de poder simbólico que se territorializa no espaço, dominando ideologicamente a classe trabalhadora, arrefecendo as lutas. “O ópio do povo” está na origem da formação territorial brasileira e, assim, como o próprio território nacional, vem passando por transformações no decorrer da história.

Um exemplo das transformações ocorridas no território nacional, com rebatimento direto no poder Igreja Católica, foi a migração campo-cidade. O catolicismo que, durante séculos, desde o período feudal na Europa, esteve atrelado ao modo de vida rural, teve que enfrentar as mudanças derivadas das transformações nas relações sociais de produção no decorrer do século XX, culminando na rápida urbanização brasileira, um novo estilo de vida e visão de mundo urbano-Industrial. Mas é também importante ressaltar que, apesar dessas mudanças, a Renovação Carismática Católica¹² (RCC) vem reconquistando, nas últimas décadas, seus fiéis (SANTOS, 2011).

Sendo o poder religioso sobre o território brasileiro constituído historicamente como instrumento de dominação de classe aliado à burguesia agrária-nacional, a crítica à religião deve ser colocada como objeto geográfico. Atualmente, 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião¹³. De acordo com Marx (2010), a crítica da religião é o pressuposto de toda crítica. A crítica à religião leva à crítica da realidade concreta, de sua base material. Nesse sentido, ele formulou sua crítica em relação ao papel da religião, que exercia seu poder como uma espécie de anestésico social, alienando os fiéis e dopando seus espíritos de modo a manter o controle da ordem social estabelecida.

Conforme Reis (2016), no Papado de Bento XVI, houve forte oposição aos diversos aspectos da modernidade, como o casamento gay, legalização do aborto, eutanásia e legalização das drogas, considerando como influência do marxismo na cultura do povo, o chamado marxismo cultural. No pensamento católico conservador, qualquer postura progressista é rotulada como influenciada pelo marxismo e “comunista” virou uma espécie de insulto muito comum, utilizada, inclusive, no meio político, conformando em posturas reacionárias nacionalistas de direita, como o discurso do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia 7 de setembro de 2020, para marcar o dia da Independência, exaltando o papel das Forças Armadas no combate: “quando a sombra do comunismo nos ameaçou, milhões de brasileiros,

¹² “A Renovação Carismática Católica surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960. Carranza (2000) relata que o início do carismatismo católico deu-se em um encontro organizado por docentes, estudantes e pentecostais na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, Pensylvania. Prandi (1996) destaca que o evento católico foi organizado em um final de semana do mês de fevereiro do ano de 1967, e tinha por objetivo a renovação espiritual dos membros participantes” (REIS, 2016, p. 68).

¹³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2020.

identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, foram às ruas contra um país tomado pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”¹⁴.

Diante dessa ideologia conservadora, nacionalista, da família e dos bons costumes que reverberam ideologicamente no território, cabe deixar explícito que o pensamento de Marx e a tradição marxista, de forma alguma, pressupõem a negação da religião como acusam os conservadores, inclusive, existindo nítida convergência entre o marxismo e a ala progressista da Igreja, sobretudo, entre os adeptos da Teologia da Libertação. Vejam-se, brevemente, alguns posicionamentos entre os principais expoentes do marxismo em relação à religião. Engels (1895), por exemplo, ao analisar o chamado cristianismo primitivo, criticamente percebeu convergências deste com o socialismo. Assim,

[...] a história do cristianismo primitivo oferece curiosos pontos de contato com o movimento operário moderno. Como este, o cristianismo era, na origem, o movimento dos oprimidos: apareceu primeiro como a religião dos escravos e dos libertos, dos pobres e dos homens privados de direitos, dos povos subjugados ou dispersos por Roma. Os dois, o cristianismo como o socialismo operário, pregam uma libertação próxima da servidão e da miséria; o cristianismo transpõe essa libertação para o Além, numa vida depois da morte, no céu; o socialismo coloca-a no mundo, numa transformação da sociedade. Os dois são perseguidos e encurralados, os seus aderentes são proscritos e submetidos a leis de exceção, uns como inimigos do gênero humano, os outros como inimigos do governo, da religião, da família, da ordem social. (ENGELS, 1895, sem paginação).

Outro teórico socialista, Lenin (1905), faz a crítica ao papel de servidão da Igreja em relação ao Estado e da população em relação à Igreja de Estado na Rússia, defendendo claramente o direito à liberdade religiosa enquanto assunto privado e a total separação de entre Igreja e Estado. Desse modo,

[...] a religião deve ser declarada um assunto privado — com estas palavras exprime-se habitualmente a atitude dos socialistas em relação à religião. Mas é preciso definir com precisão o significado destas palavras para que elas não possam causar nenhuns mal-entendidos. Exigimos que a religião seja um assunto privado em relação ao Estado, mas não podemos de modo nenhum considerar a religião um assunto privado em relação ao nosso próprio partido. O Estado não deve ter nada que ver com a religião, as sociedades religiosas não devem estar ligadas ao poder de Estado. Cada um

¹⁴ Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-09-07/bolsonaro-exalta-forcas-amadas-e-acao-contra-sombra-do-comunismo-em-64.html>>. Acesso em: 29 out. 2020.

deve ser absolutamente livre de professar qualquer religião que queira ou de não aceitar nenhuma religião, isto é, de ser ateu, coisa que todo o socialista geralmente é. São absolutamente inadmissíveis quaisquer diferenças entre os cidadãos quanto aos seus direitos de acordo com as crenças religiosas. Deve mesmo ser abolida qualquer referência a uma ou outra religião dos cidadãos em documentos oficiais. Não deve haver quaisquer donativos a uma igreja de Estado, quaisquer donativos de somas do Estado a sociedades eclesiásticas e religiosas, que devem tornar-se associações absolutamente livres e independentes do poder de cidadãos que pensam da mesma maneira. Só a satisfação até ao fim destas reivindicações pode acabar com o passado vergonhoso e maldito em que a igreja se encontrava numa dependência servil em relação ao Estado e em que os cidadãos russos se encontravam numa dependência servil em relação à igreja de Estado, em que existiam e eram aplicadas leis medievais e inquisitoriais (que ainda hoje permanecem nos nossos códigos e regulamentos penais) que perseguiram pessoas pela sua crença ou descrença, que violentavam a consciência do homem, que ligavam lugarzinhos oficiais e rendimentos oficiais à distribuição de uma ou de outra droga pela igreja de Estado. Completa separação da igreja e do Estado — tal é a reivindicação que o proletariado socialista apresenta ao Estado actual e à igreja actual. (LENIN, 1905, sem paginação).

Rosa Luxemburgo (1905) também evidenciou a posição dos socialistas/sociais-democratas em relação ao sentimento religioso em defesa da liberdade de consciência. Assim sendo:

Todo homem pode ter aquela fé e aquelas opiniões que lhe pareçam capazes de assegurar a felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar a opinião religiosa particular dos outros. Isto é o que os socialistas pensam. E é por esta razão, entre outras, que os socialistas animam todo o povo a lutar contra o regime czarista, que está continuamente a violentar a consciência das pessoas, perseguindo católicos, católicos russos, judeus, heréticos e livres pensadores. São precisamente os sociais democratas que aparecem mais fortemente em defesa da liberdade de consciência. Portanto, pareceria que o clero tinha obrigação de dar a sua ajuda aos sociais democratas que estão a tentar aliviar o povo oprimido. Se entendermos devidamente os ensinamentos que os socialistas trazem à classe trabalhadora, o ódio do clero contra eles torna-se ainda menos compreensível. (LUXEMBURGO, 1905, sem paginação).

Dialeticamente, o movimento religioso tem ao mesmo tempo um impulso progressista (que não deixar de possuir um certo romantismo relativo às formas comunitárias do passado, principalmente, no campo) e uma vocação reacionária. Nesse sentido, a intervenção da Igreja na superestrutura social tem implicações contraditórias no território. Considerando o Estado moderno como “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (ENGELS;

MARX, 2008, p. 12), a relação da Igreja (ou frações dela) com o Estado em parte é balizada pelo seu posicionamento sociopolítico e de classe. Uma vez do lado da classe trabalhadora, o relacionamento com o Estado passa a ser conflituoso.

Em muitos momentos históricos, a Igreja (ou pelo menos frações da Igreja) lutou em favor dos oprimidos, contrapondo-se à lógica da opressão, centralização e dominação (SANTOS, 2011). Para Raffestin (1980), a religião também pode construir um ponto de apoio para alavancar a resistência e oposição no território. Essa assertiva pode ser verificada em vários períodos históricos no território brasileiro, com revoltas populares marcadas pelo messianismo, como Canudos, Contestado e Arranca Capim, e, recentemente, pelas ações influenciadas pela Teologia da Libertação. Atualmente, o Padre Júlio Lancellotti, sacerdote da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, é um dos principais representantes da Igreja do povo¹⁵.

Percebe-se, em um dos polos dessa contradição, uma crítica à própria religião. A Teologia da Libertação a faz ao buscar uma “Nova Forma de Ser Igreja”. Essa busca, por sua vez, tem repercussões no território, na correlação de forças entre as classes. Segundo Mitidiero (2008), a interpretação religiosa do mundo, mesmo tardiamente, produziu reflexões críticas ao capitalismo, como no caso da Teologia da Libertação, partindo da crítica da própria religião à crítica do capitalismo. Dessa forma, a interpretação hermenêutica da realidade ganha novos fundamentos, centrados em favor dos pobres e oprimidos, de sua libertação, uma práxis libertadora, recebendo fecundas contribuições do marxismo. Nesta perspectiva, Mitidiero (2008) afirma:

O sentimento de negação radical do mundo vivido, a esperança de um recomeço que se diferencie em tudo do passado e a construção de um novo homem são noções bem delimitadas nas proposições da teologia libertadora e no pensamento teórico-político lançado por Karl Marx. A noção de libertação da Igreja engajada e a noção de revolução dos marxistas-socialistas indicam processos totalizantes que subvertem e refundam a vida social com base nos ideais de igualdade e justiça social movidos pelo povo em ação. (MITIDIERO, 2008, p. 101-102).

Portanto, tem-se, na ação objetiva de setores da Igreja, o vetor de negação do território capitalista. Uma busca por uma “nova forma de ser Igreja”, que só pode

¹⁵ Disponível em: <<https://www.casaum.org/18-momentos-em-que-padre-julio-lancellotti-fez-tudo-sozinho/>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

ser alcançada juntamente com a construção de uma nova organização socioterritorial, pois a religião, criação do homem, expressa a realidade na qual se encontra. Conforme Mitidiero (2008), a ação territorial visa as utopias socioterritoriais, ou seja, a construção de um novo mundo. Nesse sentido, a Teologia da Libertação constitui o fundamento da ação territorial da Igreja progressista que, no processo de apropriação capitalista do espaço brasileiro, após meados do século XX, demarcou sua trincheira na resistência junto aos mais pobres.

2.2 Teologia da Libertação e marxismo: desiguais e combinados

A relação entre Teologia da Libertação e marxismo é contraditória, pois envolve ciência e religião, elementos desiguais que se combinam em movimento por meio da ação territorial. A Teologia da Libertação nasceu da preocupação da Igreja com a pobreza na América Latina; sua criação se deu por meio da inserção dos teólogos nos estratos sociais mais empobrecidos.

Leonardo Boff, em entrevista ao IHU¹⁶, ao se referir à fundamentação teológica da Teologia da Libertação, afirma que o marxismo não é central e, sim, “[...] o grito dos oprimidos do Êxodo, foram os profetas bíblicos, foi a mensagem e a prática de Jesus e dos apóstolos que estão na base desta Teologia”. Mas, ao mesmo tempo, ele reconhece a importância do marxismo na análise social, pois “Marx nos ajudou a ver no pobre não apenas um pobre, mas alguém feito pobre, portanto, um empobrecido, vale dizer, um oprimido por um sistema que explora seu trabalho e lhe suga o sangue”.

Para Mitidiero (2008), o sentimento de negação radical do mundo vivido, a esperança de um recomeço que se diferencie em tudo do passado e a construção de um novo homem são noções bem delimitadas nas proposições da teologia libertadora e no pensamento teórico-político lançado por Karl Marx.

No marxismo, a liberdade é a essência do homem, portanto, busca-se a construção social plenamente livre de fetiches e opressões, libertando o que há de essencial no homem, que é sua autonomia criadora, sua reprodução

¹⁶ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585516-a-morte-pertence-a-vida-e-seu-ponto-culminante-ela-nos-permite-dar-um-salto-para-o-outro-lado-de-nos-mesmos-invisivel-a-nos-mas-real-entrevista-especial-com-leonardo-boff>>. Acesso em: 15 out. 2020.

consciente e planejada em uma sociedade de sujeitos livremente socializados (PEÑA, 2014).

A Teologia da Libertação é a doutrina religiosa que utiliza conceitos marxistas e inspira, como o marxismo faz na agitação e propaganda, lutas de libertação social. Contudo, diferentemente do marxismo, não apresenta uma teoria ou programa político. Durante muito tempo, o uso das Ciências Sociais pela teologia foi considerado pela Igreja Católica como heresia “modernista”. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, durante o Concílio do Vaticano II, em 1962, foram feitas recomendações para a utilização das ciências, principalmente, Psicologia e Sociologia. Assim sendo,

[...] depois de 1960, a ciência social marxista – economia política e também a análise de classe – e, sobretudo suas variantes latino-americanas, tais como a teoria da dependência, se tornaram o principal instrumento socioanalítico dos cristãos progressistas. Pelos teólogos da libertação, era considerada um ‘instrumento’ indispensável para entender e avaliar a realidade social – em particular para explicar as causas da pobreza na América Latina – e, portanto, como uma mediação necessária entre a reflexão teológica e a prática pastoral. (LOWY, 2016, p. 104).

Essa apropriação de categorias e conceitos do marxismo pelos clérigos e leigos progressistas resultou em forte rejeição por parte da ala conservadora da Igreja, pois ela via no marxismo um subterfúgio para lidar com os problemas históricos da Igreja e o movimento de renovação surgido. Ademais, encontraram no caráter ateísta do marxismo o caminho de combater a Teologia da Libertação. As principais argumentações dos conservadores, em geral, remetem à célebre frase “a religião é o ópio do povo”, identificada no seguinte trecho:

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidas. Ela é o *ópio* do povo. A supressão [Aufhebung] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião. (MARX, 2010, p. 145, grifos do autor).

Porém, seus argumentos são vazios e desonestos por não reconhecerem nas palavras de Marx a crítica histórica à religião como instrumento de alienação do ser humano: o ópio do povo. Ao retirar de forma intencional esse fragmento (“a religião é

o ópio do povo”) do contexto no qual está inserido, promovem uma campanha ideológica como se a destruição da religião fosse pressuposto do marxismo. Na própria frase de Marx (2010, p. 145) está explícito que “a supressão [Aufhebung] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real”, ou seja, a supressão da religião como ideologia. A crítica à religião se torna a crítica ao capitalismo, “a crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas” (MARX, 2010, p. 145), no qual, a religião atua ideologicamente na superestrutura social, “cuja auréola é a religião”.

Analisando criticamente, o cristianismo, em sua essência, forjou-se com base na escolha pelos pobres. No entanto, durante séculos, a Igreja desempenhou também papel contrário, aliando-se às classes dominantes de cada época. Uma contradição entre as ações do clero e os ensinamentos do Cristianismo, dessa maneira,

[...] a espantosa contradição entre as ações do clero e os ensinamentos do Cristianismo deve levar-nos a refletir. Os trabalhadores espantam-se de como na luta de sua classe pela emancipação vão encontrar nos servidores da Igreja inimigos e não aliados. Como é que a Igreja desempenha o papel de defesa da opressão rica e sangrenta, em vez de ser o refúgio dos explorados? Para entender este fenômeno estranho, basta lançar os olhos sobre a história da Igreja e examinar a evolução pela qual ela passou ao longo dos séculos. (LUXEMBURGO, 1905, sem paginação).

A indagação acerca dessa contradição, portanto, tem, no processo histórico, algumas respostas. A Igreja, durante o decadente Império Romano, foi a tábua de salvação do recém-nascido proletariado¹⁷, que, não tendo mesmo a possibilidade de vender a força de seu trabalho, vivia na miséria e na pobreza. Uma alternativa que visava igualdade social mediante a caridade humana, o chamado cristianismo primitivo. Dessa forma,

[...] uma religião que defendia o povo pedia que os ricos partilhassem com os pobres as riquezas que devem pertencer a todos e não a um punhado de pessoas privilegiadas; uma religião que pregava a igualdade de todos os homens teria grande sucesso. (LUXEMBURGO, 1905, sem paginação).

Entretanto, diferentemente do marxismo, a Igreja não se preocupou em atacar a origem da pobreza e sim os frutos dela. A coletivização dos meios de

¹⁷ O termo usado por Rosa Luxemburgo não se refere à classe dos explorados sob o regime capitalista, mas aos cidadãos pobres (LUXEMBURGO, 1905).

produção não estava no horizonte político e sim a caridade, o que manteve o sistema de propriedade privada dos meios de produção, principalmente da terra, e a conseqüente concentração de riquezas. Com o passar do tempo, e a expansão dos cristãos por todo Império Romano, os ricos não ofereciam mais seus bens à comunidade como nos primórdios do cristianismo, mas apenas esmolas do que lhes sobravam, acarretando, dessa forma, a acentuação da concentração de riqueza em detrimento dos mais pobres (LUXEMBURGO, 1905).

Aliada ao Império, a Igreja Católica consolidou seu poder territorial ao ponto de tornar-se a religião oficial de Roma e, novamente, apareceram as contradições de classes que já reinavam no Império Romano, mas, agora, dentro da própria Igreja. Contradições que os primeiros cristãos tanto combateram. Portanto:

Ao mesmo tempo que o Cristianismo se expandia e se tornava, em Roma, depois do século IV, a religião dominante, os fiéis distanciavam-se cada vez mais do exemplo dos primeiros Apóstolos. Mesmo dentro da própria comunidade cristã, a desigualdade de bens entre fiéis cresceu. (LUXEMBURGO, 1905, sem paginação).

Assim como o marxismo, o cristianismo primitivo defendia a igualdade entre os homens, mas cada qual a buscava por diferentes maneiras. Quanto ao cristianismo primitivo, deve-se considerar uma diferença básica: ao contrário do marxismo, a Igreja não se posicionou em favor da divisão dos meios de produção, mas sim na distribuição dos bens de consumo de forma mais igualitária, o que na prática não ocorreu e as riquezas criadas pelo trabalho ficavam restritas aos seus possuidores, porque os meios de produção (especialmente a terra) permaneciam como propriedade individual, o trabalho era fornecido pelos escravos e o povo, desprovido dos meios de (re)produção, sobrevivia de esmolas (LUXEMBURGO, 1905). Nesse sentido, a concepção cristã de sociedade amparada na caridade encontrou suas limitações.

Com o Império Romano mergulhado em completa desordem e cercado por ameaçadores inimigos, as cidades, especialmente Roma, a capital, estavam repletas de extrema pobreza. Esta numerosa massa popular que encheu os subúrbios, os espaços livres e as ruas de Roma se tornou um perigo permanente para o governo e para as classes dominantes, que, periodicamente, distribuía cereais e gêneros alimentícios armazenados nos celeiros do Estado. Para fazer o povo esquecer seu sofrimento, oferecia-lhe espetáculos gratuitos de circo. Além do “pão e circo”, o

Império lhe ofereceu a religião. A religião cristã aparecia para a massa empobrecida como salvação, um consolo e encorajamento, tornando-se a religião do proletariado romano (LUXEMBURGO, 1905).

A princípio, constituíam um pequeno grupo. A divisão do pecúlio¹⁸ comum, as refeições em comum e o viver debaixo do mesmo teto eram praticáveis. No entanto, quando se espalharam pelo território do Império, esta vida comunitária tornou-se mais difícil e, em breve, desapareceu o costume das refeições em comum e a divisão dos bens tomou um novo aspecto. Não mais viveram como uma família, as ofertas dos mais ricos se transformaram em simples esmolas. Os adeptos do cristianismo primitivo foram se tornando cada vez menos frequentes. Dessa forma, o crescimento da comunidade cristã produziu mudanças fundamentais dentro da própria Igreja (LUXEMBURGO, 1905).

Dessa forma, a Igreja Católica se tornou a religião do Estado Romano. Com o fim do Império, expandiu seu poder territorial no período feudal, ditando regras e normas do funcionamento da sociedade. Combatia-se com a violência e intolerância os que não concordavam com as diretrizes impostas pela Igreja, inclusive reis e senhores feudais. Foi a base do funcionamento da Idade Média no mundo ocidental (REIS, 2016).

Com o advento da modernidade, a Igreja foi se adaptando em função dos acontecimentos históricos, como a Reforma Protestante, a revolução científica, o Renascimento, a Revolução Industrial e as revoluções burguesas. O poder da Igreja passou a ser defrontado, ameaçado por outras concepções religiosas e não religiosas que apresentavam outras visões de mundo e outras formas de organização social, levando-na a tomar providência para se adaptar e manter seu poder e influência na sociedade internacional e na política interna dos países, mantendo seus privilégios conquistados historicamente (REIS, 2016). Nesse sentido, manteve também a autoridade hierárquica no interior da Igreja, seu estilo de poder semelhante ao do Império Romano ou do feudalismo, sua tradição de intolerância e dogmatismo, como nos tempos da Santa Inquisição, sua repressão de toda a crítica e a recusa à liberdade de pensamento. Assim, temos a conformação de uma Igreja conservadora atrelada à classe dominante (LOWY, 2016).

¹⁸ Qualquer soma ou reserva em dinheiro.

Diante das contradições do modo de produção capitalista e do conservadorismo cristão, a Teologia da Libertação surgiu embasada pelos valores da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia e a separação entre a Igreja e o Estado. Essa opção de caráter modernista levou alguns teólogos da libertação a criticar o autoritarismo e as limitações à liberdade de expressão no interior da própria Igreja. Desde a Reforma Protestante, não houve um desafio maior que esse ao poder e à autoridade da Igreja (LOWY, 2016).

Dessa forma, a Teologia da Libertação, diante do cristianismo primitivo, surgiu com fundamentação mais crítica incorporada das Ciências Sociais, inclusive da Ciência Social marxista – Economia Política e a análise de classe – e, sobretudo, suas variantes latino-americanas, o que lhe permitiu melhor compreensão das condições objetivas de empobrecimento e opressão das massas. Sendo assim:

Para a Teologia da Libertação, o desenvolvimento industrial, as novas técnicas e a modernização da produção, longe de serem soluções para os problemas sociais do continente – pobreza, desigualdade social, analfabetismo, desemprego, migração rural, violência urbana, epidemias, mortalidade infantil – muitas vezes os agravam e intensificam. (LOWY, 2016, p. 114).

O conceito weberiano de afinidade eletiva ajuda na compreensão dessa relação. Com base em certas analogias, afinidades e correspondências, duas estruturas culturais podem entrar em um relacionamento de atração, de escolha, de seleção mútua – uma interação dialética e dinâmica. Dessa forma, a afinidade eletiva se dá entre certas formas religiosas e o estilo de vida capitalista como entre a ética religiosa e utopias sociais. Dessa maneira, a relação entre o cristianismo e o marxismo desenvolveu-se entre certos setores da Igreja, com base em analogias que levaram a convergências ou articulações (LOWY, 2016).

A Teologia da Libertação fez também a crítica à idolatria do dinheiro somada ao individualismo, que, combinados, produzem a perda dos elos socioterritoriais tradicionais e comunitários. A corrida individualista, combinada com o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas no contexto latino-americano, do século XX, resultou em grave quadro social na América Latina e intensas lutas sociais e insurreições populares. Naquele contexto, os setores mais progressistas da Igreja aderiram ao marxismo como forma de análise da sociedade e intervenção social, colocando os pobres como construtores da própria história. Dessa maneira:

Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e uma proposta suficientemente radical para aboli-la. A preocupação com os pobres foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios, que remonta às origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino-americanos se colocam continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração. No entanto, como já enfatizei várias, eles rompem radicalmente com o passado em um ponto fundamental: para eles, os pobres já não são basicamente objetos de caridade, e sim agentes de sua própria libertação. (LOWY, 2016, p. 130).

Ambos combatem a injustiça social contra os pobres, compartilham o universalismo, veem a humanidade como uma totalidade. Valorizam a comunidade, a vida comunitária, a partilha, e criticam a atomização, a anonimidade, a impersonalidade, a alienação e a competição egoísta da vida social moderna. Criticam o capitalismo e o liberalismo econômico; partilham a esperança de um futuro de justiça e liberdade, paz e fraternidade (LOWY, 2016).

Entretanto, há de se delimitar os limites entre Teologia da Libertação e marxismo. A pobreza constitui um elo em que os pobres e oprimidos são os próprios sujeitos da transformação. Porém, para Marx (2008), somente o proletariado é capaz de ser o sujeito revolucionário, de ser a base de um partido revolucionário, de uma vanguarda revolucionária, pois o proletariado em si possui as condições necessárias para alterar as relações sociais e econômicas de exploração, tem em suas mãos o poder de parar a produção e enfrentar o capital. No pensamento marxista, os proletários se caracterizam pela sua condição de assalariados e pelo seu modo de vida urbano; diferentemente, os outros estratos de classe se apresentam com composição mais heterogênea, embora não exclua as demais classes e suas frações do processo revolucionário. Por outro lado, a Teologia da Libertação é voltada para os pobres de forma geral, as massas, proletários, camponeses, indigentes, índios, negros, mulheres, enfim, todas as minorias sociais que constituem a maioria numérica da sociedade (MITIDIÉRO, 2008).

Outra questão é a necessidade de se estabelecer um programa, presente em toda a atividade política de Marx. A Teologia da Libertação, por sua vez, não possui um programa, tampouco formula objetivos econômicos e políticos precisos. Não se coloca diretamente na esfera política, deixando a cabo de partidos políticos de esquerda e movimentos sociais, delimitando-se a fazer a crítica social e moral à

injustiça, combater a alienação, levar esperanças utópicas e promover e apoiar iniciativas populares. Quando dão apoio a um movimento político, normalmente mantêm uma distância crítica, comparando a prática real do movimento com as esperanças de emancipação dos pobres (LOWY, 2016).

Mesmo não se colocando diretamente na esfera política como representantes dos trabalhadores, e sim como um apoio à formação e organização de movimentos populares, entende-se os trabalhadores como sujeitos da própria emancipação, a Teologia da Libertação fomentou as bases para a formação de várias gerações de militantes cristãos na América Latina. Essas gerações continuam firmes em suas convicções éticas e sociais, profundamente arraigadas nos preceitos da Igreja Libertadora, e colaboram na organização de inúmeros movimentos socioterritoriais, principalmente no campo.

2.3 Teologia da Libertação: das contradições sociais à luta pela liberdade em território latino-americano

A Teologia da Libertação faz interpretação teológica do mundo a partir da história da humanidade e do humanamente divino. O sentido de liberdade reside na luta contra a opressão social na América Latina. Nesse sentido, o marxismo influenciou as interpretações da realidade e a produção de um discurso contra a alienação social (MITIDIÉRO, 2008).

Lowy (2016) utiliza o conceito de Cristianismo da Libertação, para além da Teologia da Libertação, pois para ele representa um movimento social, embora muitas organizações e adeptos da Teologia da Libertação recusem essa conceituação. Surgido na América Latina, em meados século XX, desenvolveu-se de forma radical em meio a um dos momentos mais acirrados da luta de classes do século no continente latino-americano, no período das ditaduras militares, impostas por todo o continente para a manutenção e controle do território por parte das oligarquias nacionais, capitalistas e do Imperialismo norte-americano, em detrimento do avanço das lutas populares.

No Brasil, o Cristianismo de Libertação, encabeçado por clérigos católicos, defrontou-se com uma Ditadura Civil-Militar-Empresarial que estava implantando o projeto de integração regional, alterando a configuração territorial e o uso do

território para a expansão das relações sociais de produção capitalista. O processo de acumulação do capital perpassava por sua expansão territorial. Nos anos 1950, o território brasileiro era predominantemente agrário, com prevalência do latifúndio. Segundo Martins (1994), é na questão agrária que reside os entraves para o desenvolvimento do país. As primeiras propostas de lei para a Reforma Agrária no Brasil surgiram após a Constituição Federal de 1946. Contudo, até o início dos anos 1960, nenhum dos projetos propostos conseguiu tornar-se lei no Congresso Nacional devido à maioria reacionária representante das oligarquias latifundiárias, ou seja, o Estado representava o interesse da classe dominante. Somente em 1964, no governo ditatorial do Marechal Castelo Branco, entrou em vigor, com força de lei estatal, o Estatuto da Terra, dispondo sobre a Reforma Agrária; porém, após 20 anos, o governo elaborou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2007).

Os anos 1950 marcaram o início da mudança de posição da Igreja no Brasil. Em 1952, fundou-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo então Mons. Helder Câmara, que, mesmo com a maior parte de bispos conservadores, significou uma vitória dos bispos do Nordeste mais preocupados com as questões sociais do que os bispos do Sul do país, pois visava acabar com o isolamento dos bispos, incentivava os religiosos a conceberem o laicato como representantes da Igreja e proporcionava a abertura institucional a novas iniciativas (MITIDIERO, 2008).

Os anos de 1950 e 1960 foram de profundas transformações nas velhas relações de trabalho existentes no campo desde o fim da escravatura. Desde a crise do escravismo, os escravizados foram substituídos por camponeses pobres, passando a ter com os fazendeiros relações de trabalho pautadas no compadrio, na peonagem e na servidão. O poder sobre o território claramente passava pelas mãos das oligarquias rurais e, nos anos de 1950, na região canavieira do Nordeste, o trabalho era feito por camponeses residentes na grande propriedade, que cultivavam seus próprios mantimentos. Com a reanimação da economia canavieira, os fazendeiros passaram a expulsar os trabalhadores da terra para plantarem cana-de-açúcar, o que rebateu no aumento do preço do foro cobrado pelos fazendeiros para utilização de suas terras (MARTINS, 1994).

Nos anos 1960, outro processo parecido ocorreu nas fazendas de café do Sudeste. Com a modernização do campo, os cafezais pouco produtivos foram sendo substituídos por outros cultivos, assim como o plantio de pastagens. Além disso, a

mecanização e a utilização de insumos químicos nas lavouras necessitavam de trabalhadores apenas nas épocas de colheita, criando uma massa de trabalhadores rurais assalariados, tanto no Nordeste como no Sudeste, o boia-fria. Tal categoria passou a conviver com trabalhos esporádicos, mal remunerados e insalubres. Assim sendo,

[...] tanto no caso da cana-de-açúcar, no Nordeste, quanto no caso do café, no Sudeste, essas mudanças provocaram a formação de uma grande massa de operários da agricultura, sujeitos a acentuado desemprego sazonal, vivendo em condições miseráveis na periferia das cidades do interior. Verdadeiras multidões itinerantes e desenraizadas numa permanente busca de trabalho fora de seu lugar de moradia. Justamente com eles a Igreja começou a desenvolver um dos seus trabalhos mais interessantes, o da pastoral dos migrantes. (MARTINS, 1994, p. 112).

Essas transformações no uso do território provocaram muita desigualdade e miséria, o que levou à ação da Igreja diante da trágica situação – a realidade se expressando na religião, as contradições da estrutura determinando a superestrutura. A criação do MEB, em 1961, foi o marco inicial das atividades da Igreja Libertadora, e, de início, teve como objetivo a alfabetização dos mais pobres, mas que, gradativamente, diante da difícil situação social, passou a promover uma política mais crítica, orientando as comunidades a se engajarem firmemente na luta por seus direitos. Outro movimento católico aproximou a Igreja dos problemas agrários brasileiros, o Movimento de Evangelização Rural (MER), fundado na década de 1950, com intuito de evangelizar os trabalhadores do campo. Esses trabalhos serviram de inspiração também para as CEBs, criadas em 1960, constituídas em pequenos grupos locais, onde se organizavam para o estudo bíblico, reflexão da realidade e dos inerentes problemas sociais enfrentados pela classe camponesa (MITIDIERO, 2008).

Apesar de sua aproximação junto aos mais pobres, segundo Martins (1984, p. 88), a Igreja entrou na questão agrária “por uma porta extremamente reacionária”. A primeira pastoral de Dom Inocêncio nasceu de uma reunião de fazendeiros, padres e professores rurais preocupados com a agitação no campo promovida pelas ligas camponesas e pelos PCs, bem como com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses assim como tinham perdido os operários. O poder das oligarquias rurais sobre o território estava sendo contestado. Temia-se que os comunistas estivessem armando guerrilhas no campo, o que não fazia nenhum sentido, uma vez

que, desde 1958, a política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) era de conciliação com a burguesia nacional e outros setores para combater o imperialismo e promover o cumprimento de uma etapa democrático-burguesa no território brasileiro. Todavia, a burguesia agrária brasileira prezou pelo atraso e a Igreja manteve-se aliada aos detentores do poder.

No entanto, por intermédio das CEBs, a Igreja recuperou seu aspecto comunitário, consistindo na formação de comunidades em torno de uma paróquia (urbana) ou de uma capela (rural), onde se realizavam o estudo bíblico e a reflexão sobre as condições sociais, apoiando a organização dos oprimidos contra a injustiça social – uma forma também de ocupar o lugar do PCB e das ligas camponesas junto aos trabalhadores do campo. Naquele momento, o feitiço virou contra o feiticeiro, os setores da Igreja que se aproximaram dos trabalhadores pobres do campo passaram a ser considerados pela própria Igreja, pelo Estado, pela mídia conservadora e por parte da sociedade civil como subversivos e produziram um discurso ideológico remetendo ao “fantasma do comunismo”. Assim, os clérigos envolvidos eram chamados de “padres vermelhos”, subversivos e comunistas, influenciando o ideário de grande parte da sociedade civil que aderiu a esse discurso (MITIDIÉRO, 2008).

Configurou-se, portanto, um quadro complexo no interior da Igreja – uma Igreja conservadora aliada aos poderosos. Uma Igreja progressista que ao mesmo tempo criticava o conservadorismo, mas tinha no comunismo um dos grandes males da humanidade, levando-a a defender uma postura reformista típica da social-democracia. Uma Igreja Libertadora composta por uma parte mais radical, que se engajou na luta pelo comunismo, e outra que defendia o comunitarismo presente na Bíblia como fundamento de organização social (MITIDIÉRO, 2008).

Esse movimento complexo e contraditório, por sua vez, tem suas raízes na luta de classes. Ele surge de início para combater o “comunismo” e as agitações no campo e termina por evidenciar e combater as injustiças sociais do capitalismo, das contradições dessa forma de organização socioterritorial. Ademais, representa um marco histórico na Igreja Católica, uma mudança abrupta de concepção do que é ser Igreja que teve forte influência em território latino-americano e repercutiu em âmbito global. Muitos dos clérigos foram reconhecidos internacionalmente, como Dom

Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia no estado de Mato Grosso e Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda (PE), que percorreu grande parte das universidades do mundo inteiro e foi indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz. Na década de 1970, era o segundo brasileiro mais conhecido na Europa depois de Pelé (MITIDIERO, 2008).

Lowy (2016) compreende o fenômeno como fruto da combinação de transformações desenvolvidas a partir da periferia em direção ao interior da Igreja, promovendo o movimento de renovação teológica. Ao mesmo tempo, a expansão territorial do capitalismo, a industrialização do continente, a partir dos anos 1950, sob a hegemonia do capital multinacional, promoveu o aumento das desigualdades e subdesenvolvimento e dependência ao capital internacional, aprofundou as divisões sociais, estimulando a migração campo-cidade e o crescimento urbano, concentrando grande parcela de desempregados nas cidades maiores. Em 1959, ocorreu a Revolução Cubana, abrindo novo período histórico caracterizado pela intensificação das lutas sociais, de movimentos guerrilheiros, golpes militares e a crise do sistema político (LOWY, 2016).

Para Lowy (2016), foram as múltiplas determinações que geraram as condições para o surgimento da nova forma de ser Igreja. Para o autor, simbolicamente, pode-se dizer que Teologia da Libertação nasceu em janeiro de 1959, na Revolução Cubana, quando Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando triunfantes em Havana, enquanto, em Roma, João XVIII publicava a primeira convocação para a reunião do Concílio do Vaticano II, que lançou as bases para uma reorientação geral da Igreja Católica em direção à modernidade ocidental (LOWY, 2016, p. 85). Contudo, foi em 1974, com a publicação do jesuíta peruano e antigo estudante das universidades católicas de Louvain e Lyon, Teologia da Libertação – Perspectivas, de Gustavo Gutiérrez, que a Teologia da Libertação nasceu verdadeiramente, resultado de mais de 10 anos de práxis por parte de cristãos com compromisso social e vários anos de discussões entre teólogos progressistas latino-americanos (LOWY, 2016).

Ainda segundo Lowy (2016), o processo de radicalização não começou por dentro, de cima para baixo, dos níveis superiores da Igreja, nem de baixo para cima, e, sim, da periferia para o centro. Assim,

[...] as categorias ou setores sociais envolvidos no campo religioso-eclésiástico que iriam se tornar a forma impulsora para a renovação

eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: movimentos laicos, e seus consultores, especialistas laicos, padres estrangeiros, ordens religiosas. Os primeiros bispos a serem afetados foram geralmente aqueles associados a uma ou outra dessas categorias. Em alguns casos, o movimento avançava na direção do 'centro' e influenciava as conferências episcopais (principalmente no Brasil); em outros, permanecia bloqueado na 'periferia' da instituição. (LOWY, 2016, p. 85).

A Teologia da Libertação surgiu da relação com os camponeses explorados e expulsos. Na década de 1960, clérigos latino-americanos foram influenciados nos cursos de teologia em universidades europeias, construindo reflexão crítica acerca da situação de miséria e opressão do povo latino-americano. Devido à expansão do capital internacional e ao aumento do subdesenvolvimento, voltaram da Europa marcados pela ideia de descolonização da América Latina, de libertação. Novas correntes teológicas começaram a aparecer e alguns setores da Igreja passaram a dialogar com a Filosofia moderna e com as Ciências Sociais. Não surgiu de um plano *a priori*, mas como um movimento espontâneo que foi crescendo na América Latina em função do acirramento da luta de classes e disputas territoriais (MITIDIERO, 2008).

A opção pelos pobres foi o que melhor exprimiu a ação desse movimento na América Latina, que, a partir dos anos 1960, atuou por meio de inúmeras organizações populares. Entre as organizações de maior evidência, destaca-se a JUC, a JOC e a Ação Católica; movimentos populares educacionais no Brasil, como MER, MEB, CEB's, assim como comitês para a promoção da reforma agrária na Nicarágua e federações de camponeses cristãos em El Salvador (LOWY, 2016).

Muitos desses movimentos, influenciados pela Teologia da Libertação, mantiveram-se, como, por exemplo, a própria CPT. Outros buscaram por autonomia ou se desdobraram em novos movimentos, como no caso do MST, denominado de "filho da CPT", ou como a JUC, que se desdobrou em uma organização política marxista, em 1962, denominada de Ação Popular. No Chile, teve-se caso semelhante com líderes da JUC e da Juventude Democrata Cristã na formação do Movimento de Ação do Povo Unido (MAPU). Na Colômbia, o padre Camilo Torres organizou um movimento militante e que corroborou o Exército de Libertação Nacional (ELN). Na Argentina, Sacerdotes para o Terceiro Mundo (*Sacerdotes para el Tercer Mundo*), em 1966; Organização Nacional para a Integração Social (ONIS),

no Peru, em 1968; e o grupo Golconda, na Colômbia, também em 1968, são exemplos desses movimentos. Após meados do século XX, foi expressivo o crescimento cada vez maior do número de cristãos envolvendo-se ativamente nas lutas populares (LOWY, 2016).

Desde a Reforma Protestante, nenhum movimento foi tão desafiador à Igreja. Essa nova perspectiva ganhou maior legitimidade devido ao forte caráter religioso da classe trabalhadora na América-Latina. Contudo, apesar de estar vinculado a uma visão religiosa, a Teologia da Libertação também apresentou à classe trabalhadora uma posição muito mais radical do que as propostas então existentes das correntes políticas de esquerda reivindicadoras de um projeto nacional-democrata, como, por exemplo, o PCB.

Para a Cristianismo da Libertação, somente a transformação profunda no sistema de propriedade privada poderia levar ao poder as classes mais pobres e pôr fim à dominação burguesa. Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas, por meio da modernização tecnológica, não apresentava nenhuma perspectiva em favor da classe trabalhadora, pelo contrário, proporcionava o crescimento da exploração capitalista no território (LOWY, 2016).

Com a desintegração da URSS – “fim do socialismo real” – e o surgimento de um movimento de expansão conservadora no Vaticano, no pontificado de João Paulo II, houve declínio na atuação do Cristianismo da Libertação. A ofensiva neoconservadora de Roma se tornou o seu grande desafio desde 1989, com o crescimento de nomeações de bispos conservadores, muitos deles, ligados ao mundo capitalista, como, por exemplo, bispos ligados à *Opus Dei*, movimento reacionário conhecido por suas amplas conexões com o mundo capitalista. No entanto, muitos movimentos importantes na América Latina expressavam a continuidade da Teologia da Libertação, como a rebelião Zapatista em Chiapas, no México, e o Movimento Índio de Chimborazo (MICH), no Equador (LOWY, 2016).

Leonardo Boff, em entrevista ao IHU¹⁹, afirma que, atualmente, a Teologia da Libertação é mais urgente do que quando surgiu no final dos anos 1960. Quanto ao seu futuro, ela não terá lugar dentro do atual sistema capitalista, ela quer a mudança da sociedade para que nela os seres humanos possam conviver como cidadãos

¹⁹ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585516-a-morte-pertence-a-vida-e-seu-ponto-culminante-ela-nos-permite-dar-um-salto-para-o-outro-lado-de-nos-mesmos-invisivel-a-nos-mas-real-entrevista-especial-com-leonardo-boff>>. Acesso em: 15 out. 2020.

livres e participantes. Portanto, a consumação de uma “nova forma de ser Igreja” perpassa pela constituição de novos territórios, sem propriedade privada, democráticos e humanos, onde o poder seja exercido pela classe trabalhadora.

3 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: DA GÊNESE À CRISE

Sempre rejeitando ser um movimento ou uma ONG, a CPT assume-se como um serviço evangélico aos pobres do campo, empenhada, sobretudo, na relação com os (as) camponeses(as) e trabalhadores(as) rurais, que prima pelo diálogo educativo, no estímulo a suas manifestações de fé e no apoio ao nascimento e o fortalecimento de suas variadas formas de organização e mobilização, no incentivo à união de suas forças, em vista de reforçar sua emergência como sujeitos, sua autonomia e sua capacidade de realizar transformações sociais e políticas necessárias. (MITIDIERO, 2008, p. 230).

Conforme o Boletim Olho Vivo nº 2, de dezembro de 1992, publicado pela CPT Diocese de Três Lagoas/MS, a CPT é um organismo da Igreja oficializado pela CNBB, com objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os movimentos e organizações do campo. Uma nova forma de ser Igreja, popular e ecumênica, incentivando a espiritualidade dos homens da terra, práticas alternativas dos trabalhadores contra a dominação econômica dos grandes projetos agrícolas, energéticos e de massificação cultural. Apoia às várias formas de organização dos trabalhadores para conquista da terra e melhora da produção ou salário, participando ativamente nas decisões políticas, na informação e formação de trabalhadores e agentes pastorais²⁰.

Pode-se compreendê-la como um serviço cristão à causa dos trabalhadores do campo, assessorando de forma pastoral, teológica, jurídica, política e sindical, tendo como ponto de partida a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir a própria história. Dessa maneira, a CPT, embasada na Teologia da Libertação, busca unir o conhecimento popular, religioso e científico da realidade, acompanhando a vida de homens e de mulheres no campo.

Sua criação se deu em função da expansão do modo de produção capitalista no campo a partir da Ditadura Civil-Militar-Empresarial (1964-1985), um período de forte repressão contra as organizações populares. Portanto, nas relações de produção capitalistas no campo brasileiro, no domínio e uso do território, residem as contradições que levaram à formação da CPT, sobretudo a questão agrária.

²⁰ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

3.1 Oligarquias rurais e camponeses: contradições do campo e luta de classes

É no problema fundiário que está o núcleo das contradições do território brasileiro, na propriedade privada da terra associada ao capital com legitimação e apoio do Estado. O Estado dominante é o Estado da classe dominante (ENGELS; MARX, 2008). No caso do Estado brasileiro, uma de suas principais características é o clientelismo e a dominação tradicional de base patrimonial, o oligarquismo. Assim, o Estado brasileiro segue atrelado a uma burguesia agrária, esta que, por via de seus representantes políticos, reproduz uma formação socioeconômica, de base latifundista, arcaica e conservadora. Desse modo, “no Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1994, p. 13). Portanto, o Estado brasileiro se encontra historicamente sob domínio das oligarquias rurais, determinando as diretrizes socioeconômicas de cunho agroexportador.

Atualmente, a Bancada Ruralista é a representação do patronato rural brasileiro, desde o empresário rural até a multinacional e o agropecuarista, compondo o principal instrumento político da agricultura capitalista. Dos 513 deputados federais, 208 pertencem à Bancada Ruralista. Ainda, 118 parlamentares declaram profissões ligadas à área agrícola ou pecuária, como agrônomo, empresário rural, pecuarista, fazendeiro, técnico em agropecuária. Destes, 59 declararam a profissão de pecuarista; 25 políticos ligados a construtoras ou a empreendimentos imobiliários; e são 26 os parlamentares que têm a profissão de médico. Na área de produção de grãos, plantio de eucalipto, cafeicultura, usinas de açúcar e álcool, são 38. Identificados como grandes proprietários de terras, somaram-se 20. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é o partido com maior número de deputados da Bancada, porém, a presença do DEMOCRATAS (DEM), partido defensor da livre iniciativa e da propriedade privada, reforça a lógica “moderna” da agricultura e a integração conservadora de frações de classe dos grandes setores agroempresariais no país (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2020).

Essa configuração política tem seu germe na forma como se constituiu as relações sociais capitalistas de produção no território brasileiro. No desenvolvimento de uma formação socioeconômica que combina contraditoriamente interesses e concepções “modernas” e tradicionais, tem-se a propriedade privada da terra como mercadoria principal, tornando-se “reserva de valor” (especulação fundiária e

garantia para fartos financiamentos a juros irrisórios), dessa forma, reproduzindo o atraso no território brasileiro. No período colonial, não foi o latifúndio que criou as condições para a escravidão, mas o tráfico negreiro que se tornou determinante para a concentração de terras, pois foram as relações capitalistas de troca de mercadorias, na troca de negros por dinheiro, que se expandiu o sistema de sesmarias, origem do latifúndio (MARTINS, 1994). Portanto, o papel da Igreja na legitimação da escravidão também contribuiu para a formação do latifúndio.

Assim, constituiu-se uma relação entre traficantes de escravos e as oligarquias rurais que se estabeleceram no território, que permitia aos traficantes se apropriarem antecipadamente da renda da terra produzida pelo escravo no processo de circulação, fazendo o escravo produzir renda da terra antes de produzir mercadorias, cobrando tributo antes da produção. O fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, nas relações capitalistas de comércio escravista, permitindo aos traficantes fazer do escravo renda capitalizada. A escravidão exigiu o monopólio da terra para que não se organizasse uma economia paralela livre da escravidão e dos interesses do tráfico negreiro. Dessa forma, o capitalismo brasileiro latifundiário tem origem na escravidão (MARTINS, 1989).

No período colonial cabia aos escravizados as atividades voltadas ao mercado, sobrando aos homens pobres livres as culturas subsidiárias, além de outras tarefas arriscadas como as derrubadas de florestas, ou aquelas não confiadas ao escravo (tropeiro, carreiro), ou, ainda, as ocupações ligadas à criação de gado. Dessa maneira, nasceu o campesinato brasileiro à margem do sistema colonial composto por homens expropriados, sem vínculos diretos com a produção para o mercado. Diferentemente do camponês europeu, ao campesinato brasileiro não foi dado o direito à terra, restando a posse como alternativa, porém, o sistema de sesmaria tinha precedência legal sobre a terra dos posseiros, cabendo ao sesmeiro decidir sobre sua permanência ou não na situação de agregado. Este protocampesinato índio e negro existente no Brasil colônia era semelhante ao de outros países da América, daí o caráter estrutural da “brecha camponesa” (ALMEIDA, 2003).

Antecipando-se ao fim da escravidão, em função da geopolítica do governo inglês, desejoso da expansão das relações de trabalho assalariado, portanto, a formação de uma massa assalariada e de um mercado consumidor, a solução encontrada para substituir o trabalho escravo sem destruir a economia das grandes

fazendas foi a abertura de correntes migratórias de países com excesso populacional. Contudo, a imigração não teria efeito se esses imigrantes encontrassem terras livres para se estabelecerem, e o Estado garantiu que não encontrassem. Nesse sentido, foram tomadas medidas legais, como a Lei de Terras (1850), que proibia a apropriação de terras por meio de título que não fosse o de compra, tornando as terras devolutas em propriedade do Estado sobre controle das oligarquias rurais (MARTINS, 1989).

A lei de Terras de 1850 é determinante para as relações sociais de produção no campo, a terra torna-se mercadoria, propriedade fundiária. A concentração fundiária era produto da sujeição do trabalho escravo, passou a ser o monopólio de classe e ser principal fator da sujeição do trabalho (ALMEIDA, 2003).

As oligarquias rurais mantiveram seu poder sobre o território em detrimento do campesinato. Assim, os camponeses imigrantes eram sujeitados ao trabalho árduo nas grandes fazendas, acumulando pecúlio, com o qual poderiam futuramente comprar terras, dando início à formação de um campesinato distinto do campesinato existente no período colonial, formado por posseiros e agregados, um campesinato formado por pequenos proprietários cada vez mais dependentes do mercado, formado por homens livres e compradores de terra (MARTINS, 1989).

Essa diferenciação em relação ao campesinato colonial, tendo como principais características a subordinação da produção ao mercado e a venda da força de trabalho de alguns integrantes das famílias, longe de ser a possibilidade de descamponização, era uma estratégia de manutenção da condição camponesa, ao equilíbrio trabalho-consumo, pois objetivo do camponês é reproduzir-se enquanto unidade de produção econômica camponesa, sua reprodução deve ser compreendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição do capitalismo (ALMEIDA, 2003).

No entanto, da mesma forma que o capital se apropria do mais-valor produzido pelo trabalhador, ele consegue se apropriar da renda camponesa, renda destinada à reprodução da família camponesa, diferentemente da renda capitalista da terra. A renda da terra é sempre o lucro extraordinário obtido acima do lucro médio, porém, o campesinato não vive exclusivamente da renda fundiária, sua produção é destinada primeiramente à satisfação de suas necessidades e apenas uma parte do produto de seu trabalho (excedente) assume a forma de mercadoria. É nesse instante, no processo de circulação de mercadorias que ocorre a

apropriação da capitalista da renda camponesa, na transferência de riqueza para as empresas urbanas por meio da compra de alimentos a baixo custo (ALMEIDA, 2003).

A partir dos anos 1950, ocorreram profundas transformações nas velhas relações de trabalho existentes no campo desde o fim da escravatura, impactando diretamente a classe camponesa. Com a modernização do campo, mecanização e utilização de insumos químicos nas lavouras, necessitava-se de trabalhadores no campo apenas nas épocas de colheita, as terras destinadas à produção de alimentos passam a sofrer o aumento da renda fundiária ou destinadas à produção de produtos de exportação, gerando uma enorme massa de trabalhadores rurais assalariados expulsos das fazendas, mal remunerados e em condições de trabalho degradantes e insalubres (MARTINS, 1994).

A mudança nas relações de trabalho ocorridas a partir dos anos de 1950 abriu caminho para as lutas políticas dos trabalhadores rurais com a formação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais. À medida que a luta dos trabalhadores começou a crescer politicamente e enfrentar o poder do latifúndio, mesmo aqueles setores da burguesia internacional, que viam no poder do latifúndio um entrave para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, temeram diante do fortalecimento político da classe camponesa, ocorrido entre 1955 e 1964. Já nessa época, a Igreja iniciou seu trabalho no campo contra a influência dos partidos comunistas, porém, um trabalho conservador (MARTINS, 1989).

De acordo com Pedon (2013), as lutas camponesas ganharam mais ênfase a partir de 1945 até 1964. Porecatu, no Paraná (1950); Formoso e Trombas, em Goiás (1950 a 1957); movimento dos arrendatários em Santa Fé do Sul (1955); Ligas Camponesas do Nordeste (1945 a 1964); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), em 1960; e a formação Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag), em 1963.

Diante dos conflitos, o Estado iniciou uma discussão sobre a reforma agrária, e no Governo João Goulart (1961-1964), foram realizadas ações para aprovar uma lei nacional. Em 10 de setembro de 1962, foi promulgado o Estatuto da terra, o qual definia os casos de desapropriação por interesse social, sendo um passo significativo para aprovação da primeira lei sobre reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007).

O desenvolvimento das relações de produção capitalistas alterou as relações sociais no campo com a incorporação de novas áreas na economia nacional, a construção de Brasília, a ampliação da frente pioneira, a modernização, ampliação do setor industrial e a reformulação da agricultura de exportação para o mercado interno, como aconteceu com o café, que foi substituído basicamente por pastagens. Alterou também as relações sociais e políticas, a dinâmica dos conflitos e um relativo enfraquecimento político das oligarquias rurais e uma representação política no Congresso mais adepta às reformas sociais. O território passava por um processo de democratização com o avanço das lutas populares e o poder das oligarquias passou a ser desafiado (MARTINS, 1994).

O Governo de João Goulart era um governo populista que prometia mudanças estruturais à sociedade por meio de reformas de base, na reforma agrária, economia e educação. Mudanças que não agradavam a classe dos proprietários de terra, a classe do atraso. A partir de então, iniciou-se o aparelhamento do Estado e da Igreja contra o governo, com apoio ideológico dos proprietários de terras que influenciavam as classes médias e o clero, dando início, conforme demonstrado na figura 2, às Marchas da Família com Deus pela Liberdade²¹, contra o “fantasma do comunismo” e em apoio ao Golpe Civil-Militar- Empresarial em 1964 (SILVA, 2012).

²¹ Os manifestantes católicos saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart, que, segundo acreditavam, possuía um viés comunizante e caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade.

Figura 2 – Rio de Janeiro (RJ): Marcha da Família com Deus pela liberdade – 1964.



Fonte: Rio Memórias. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Com a instauração do regime civil-militar-empresarial, a reforma agrária seguiu na pauta do governo, porém, produziu uma legislação favorável aos proprietários de terras e do grande capital. Os que defendiam o enfraquecimento do poder das oligarquias perceberam que, ao mesmo tempo, fortaleciam o poder político dos camponeses, e não estavam dispostos a aceitar as exigências dos camponeses. Então, implementaram a reforma agrária orientada para a expansão territorial do capital e modernização do latifúndio. Logo, foi criado um projeto de ocupação da região Amazônica e criado um o Banco da Amazônia e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que passou a oferecer incentivos fiscais a empresários para que deixassem de pagar 50% do imposto de renda desde que aplicassem seu dinheiro no banco da SUDAM para financiar a ocupação na Amazônia, além da concessão de grandes parcelas de terra (MARTINS, 1994).

Os investimentos passaram a ser orientados com preferência para agropecuária, levando muitas empresas, especialmente do Sudeste, a tornarem-se proprietários de terras e empresários rurais. A crescente aquisição de terras levou à especulação imobiliária e à grilagem de terras, transformando os proprietários de

terras em proprietários de dinheiro, assim como o capitalista se tornou proprietário de terra, a aliança terra-capital (MARTINS, 1994).

No Centro-Oeste, a política desenvolvimentista do governo militar dos anos de 1960 formulou políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos cerrados com a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados). Já na década 1990, aprofundou-se por meio do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Estes programas ofereceram incentivos governamentais (isenções fiscais e facilidades creditícias) a grandes projetos empresariais de lavouras mecanizadas para a produção de grãos e de formação de pastagens e custeio de plantios de eucalipto (KUDLAVICZ, 2011).

A estratégia do Programa POLOCENTRO em Mato Grosso do Sul consistiu na implantação de um dos polos de desenvolvimento próximo à rodovia e à ferrovia que interliga Três Lagoas a Campo Grande, visando facilitar o transporte da produção. O II PND tinha como objetivo a criação de corredores de abastecimento, ou seja, a definição de áreas para suprimento preferencial aos grandes centros urbanos e exportação. Na microrregião de Três Lagoas, constituída pelos municípios de Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo e Brasilândia, o objetivo do POLOCENTRO foi alcançado, principalmente na produção do gado bovino. No período de 20 anos, por exemplo, o efetivo de animais do município de Água Clara cresceu mais de sete vezes, no município de Ribas do Rio Pardo o crescimento da produção bovina foi multiplicado por mais de dez vezes, no município de Três Lagoas cresceu cinco vezes e em Brasilândia 2 vezes (KUDLAVICZ, 2011).

Esta política de incentivos deu origem aos primeiros plantios de eucalipto no Estado de Mato Grosso do Sul, ao maciço florestal situado na Microrregião de Três Lagoas, ainda que em pequena escala. A expansão dos plantios de eucalipto e *pinus* e, conseqüentemente, das indústrias de celulose e papel no Brasil estão intimamente ligadas com a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), via apoio financeiro. Foi no início da execução do II PND, em 1975, que o setor de celulose e papel recebe o seu primeiro grande volume de recursos financeiros para estimular sua expansão. Entre 1974 e 1980 foram aprovados R\$ 8,69 bilhões (valores em reais de 31 de dezembro de 2001)

para as empresas de celulose e papel instaladas ou em instalação (KUDLAVICZ, 2011).

O Banco apostou desde a década de 1970 no fortalecimento das empresas do setor de celulose e papel estimulando a fusão, incorporação ou outras formas de associação de empresas do setor. O século XXI é a fase mais explosiva da expansão dos cultivos de eucalipto para a produção de celulose de mercado com aportes significativos de recursos públicos para o monocultivo e para a ampliação das indústrias já instaladas. Há também aplicação de recursos públicos para a instalação de novas indústrias, bem como para sanar dívidas de empresas no período da crise de 2008/2009, como foi o caso da Aracruz e da Votorantin. O governo também participou da fusão das indústrias Aracruz Celulose e a Votorantin Celulose Papel na condição de acionista, dando origem, na época, à maior indústria do mundo de celulose de fibra curta, a FIBRIA, instalada no município de Três Lagoas (KUDLAVICZ, 2011).

No entanto, é fundamental fazer referência também ao Fundo Constitucional para o Centro Oeste (FCO) que tem repassado recursos mediante o Banco do Brasil para o custeio de plantios de eucalipto. O Mato Grosso do Sul recebeu um total de R\$ 58.819.000,00, em 2009, provenientes da linha de financiamento para o setor florestal. Neste sentido, o favorecimento econômico oferecido pelo Estado através dos incentivos fiscais reforçou as relações clientelistas de troca de favores entre o público e o privado, relações estas características da formação do Estado brasileiro (KUDLAVICZ, 2011).

Atualmente, nos municípios que integram a Diocese de Três Lagoas, as oligarquias vêm se associando ao grande capital via criação de gado, plantios de cana para usinas sucroalcooleiras, de eucalipto para a produção de pasta de celulose e papel, e de soja para o beneficiamento e produção de óleo e derivados, inclusive, conforme demonstrado na figura 3, com o capital se tornando proprietário de terras.

Figura 3 – Selvíria (MS): anúncio de compra de terras pela indústria de celulose.



Fonte: trabalho de campo. Foto: do autor (2021).

Para Oliveira (2007), a modernização da agricultura atuou no sentido da transformação dos capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em latifundiários. A política de incentivos fiscais viabilizara esta fusão. Os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, com propriedades de dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o Projeto Jari, empreendimento do empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, abrangendo terras do estado do Pará e do então território do Amapá, com área superior a quatro milhões de hectares.

Ainda segundo Oliveira (2007), o capitalismo brasileiro se desenvolveu de forma desigual e combinada. A mesma indústria que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo, praticava, em suas propriedades agropecuárias, arcaicas relações de trabalho, como a “peonagem”, também chamada de “escravidão branca”. O desenvolvimento desigual e combinado do capital é uma característica dos países de industrialização tardia que, ao se ajustar à lógica do modo de produção capitalista, reproduz ao mesmo tempo o que há de mais arcaico incorporado à mais alta técnica. Portanto,

[...] os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo, por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas

econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. (TROTSKY, 1930, p. 79).

O Estado brasileiro agiu no sentido de modernizar o latifúndio, sem eliminá-lo, reforçando o poder oligárquico agora associado ao grande capital, resultando em modernização conservadora das relações sociais de produção no campo, a chamada “revolução verde”. Tal processo levou à expulsão de camponeses e comunidades tradicionais de suas terras e à invasão de territórios indígenas. Os obstáculos à reprodução do capital não foram superados por ampla reforma agrária em favor da democratização do acesso à terra, mas sim pelo modelo ainda mais concentrador. O objetivo era transformar a agricultura tradicional em agricultura mecanizada, com a utilização de equipamentos e insumos produzidos pela indústria. Essa modernização e reestruturação do campo se deu por meio da formação do chamado Complexo Agroindustrial no Brasil (CAI), porém, se manteve o caráter rentista da terra.

Mantendo formas arcaicas de desenvolvimento herdadas do período colonial, com base no latifúndio rentista e na produção de produtos primários para exportação, aliada à utilização de recursos tecnológicos, como máquinas e insumos importados, o Brasil faz da agricultura capitalista o principal setor de sua economia²², e da burguesia-agrária– associados ao capital – a detentora do poder econômico e político nacional.

O capital se apropriou diretamente de grandes propriedades ou promoveu a formação de setores econômicos no campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana-de-açúcar, da soja, da pecuária de corte. Nos setores de renda baixa, como no caso da produção de alimentos de consumo interno generalizado, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico na circulação. Além de concentrar para si terras e recursos públicos, o capital age sujeitando a renda camponesa (ALMEIDA, 2003).

Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas extensas como existem no Brasil, o país do latifúndio (OLIVEIRA, 2007).

²² Com o aumento acelerado da participação dos produtos básicos na pauta exportadora brasileira, a balança comercial fechou o ano 2019 com os bens de baixo valor agregado (matérias-primas e alimentos) responsáveis por 52,8% do total das exportações. Foram soja, petróleo, minério de ferro, milho, carne bovina e carne de frango. Só em dezembro, o índice foi ainda maior (55,4%). Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/exportacao-de-produtos-basicos-e-maior-que-industrializados-em-40-anos/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

3.2 A gênese da CPT: da Amazônia ao Mato Grosso do Sul

A fundação da CNBB pelo então Monsenhor Helder Câmara, em 1952, foi o que abriu caminho para atuação da Igreja no campo, mesmo que de forma conservadora, no intuito de ocupar o lugar dos PCs e se aproximar dos sujeitos empobrecidos do campo. A criação do MEB, em 1961, também foi significativa nesse sentido, pois representou o marco inicial das atividades da Igreja, que, de início, teve como objetivo a alfabetização dos mais pobres, mas, diante da difícil situação social da classe camponesa, passou gradativamente a promover a política mais crítica, orientando as comunidades a se organizarem na luta por seus direitos. Esse trabalho serviu de inspiração também para as CEBs, constituídas em pequenos grupos locais, e se organizavam para o estudo bíblico, reflexão da realidade e dos problemas sociais enfrentados pela classe camponesa. Essas comunidades se formaram, principalmente, em áreas rurais, onde também se fazia presente a atuação do MER. Assim, teve-se o início da contestação do poder sobre o território por parte da Igreja (MITIDIÉRO, 2008).

Mas foi pela inspiração no trabalho do CIMI, na Amazônia, que, de fato, surgiu a ideia de se formar uma pastoral para atuar junto aos trabalhadores nas áreas de maior conflito no campo. Assim, em 1975, foi criada a CPT no estado de Goiás e, quase simultaneamente, estruturou sua organização por todo território brasileiro. Um organismo ligado à CNBB, agindo em defesa do direito à terra, contra o trabalho escravo, defendendo os posseiros, atingidos por barragens, trabalhadores sem terra, boias-frias, atuando em defesa da agricultura familiar e da preservação da natureza, tornando-se uma das principais organizações sociais de luta pela terra no campo brasileiro (MITIDIÉRO, 2008).

A criação da CPT tem vínculo direto com o projeto desenvolvimentista da Ditadura Civil-Militar-Empresarial. Nas contradições desse projeto, encontram-se suas determinações. Com o Golpe Civil-Militar-Empresarial de 1964, apoiado pelo grande capital, pelas oligarquias rurais, pela classe média e pela própria Igreja, o Estado brasileiro promoveu a abertura do país para o adentro de multinacionais e do setor financeiro internacional. Além disso, entre outras finalidades, teve por objetivo impedir as lutas sociais no campo que vinham crescendo desde os anos 1950 e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais que, pela primeira vez na história, ingressavam no cenário político nacional. Às oligarquias e ao grande capital não

interessava o avanço da democracia no território, pois significava ameaça ao seu poder sobre os meios de produção (MARTINS, 1994).

Com o golpe de 1964, o Governo do Marechal Castelo Branco enviou ao Congresso Nacional o projeto elaborado por empresários e militares com intuito de conduzir a Reforma Agrária que não representasse o confisco das terras dos grandes fazendeiros, justamente para manutenção do poder das oligarquias rurais sobre o território, que deu origem ao Estatuto da Terra (Lei n. 4504, 30/11/1964), inviabilizando a democratização do acesso à terra no país (MARTINS, 1989).

O projeto desenvolvimentista implantado no campo, a partir da cidade, pelos civis-militares-empresários, baseado, sobretudo, no uso de maquinários e insumos importados, também impôs uma nova lógica de produção à agricultura associada ao grande capital, uma nova configuração do domínio e uso do território totalmente dependente do capital internacional. Como desdobramento desse projeto, entre 1960 e 1985, o número de tratores nos estabelecimentos rurais passou de 61.345 para 665.280 unidades²³, o que demonstra o avanço da agricultura capitalista no campo em detrimento da agricultura tradicional.

Esse processo resultou na manutenção da concentração fundiária no território brasileiro, conforme demonstrado na tabela 1, e a expulsão dos trabalhadores do campo em função da mecanização, não incluindo, desse modo, alternativas à pequena propriedade e à agricultura camponesa, ou seja, não optou pela resolução da questão agrária brasileira e sim por seu agravamento.

Tabela 1 - Brasil: Estrutura fundiária – 1960-1985.

Ano	Menos de 100 ha		De 100 a menos de 1000 há		Acima de 1000 ha	
	Estabelecimentos	Área ha	Estabelecimentos	Área há	Estabelecimentos	Área ha
1960	2.986.435 (89,47%)	53.158.671 (21,27%)	314.831 (9,43%)	86.029.455 (34,43%)	32.480 (0,97%)	110.314.016 (44,14%)
1985	5.225.162 (90,06%)	79.551.798 (21,21%)	517.431 (8,91%)	131.432.667 (35,05%)	50.411 (0,86%)	163.940.463 (43,7%)

Fonte: SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/263#resultado>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

Para viabilizar o adentro do capital internacional, o Estado brasileiro implantou as condições para a legalização das terras então invadidas pelas oligarquias rurais e capitalistas. O Estado viabilizou os registros das terras invadidas ou compradas de grileiros, e as empresas, incentivadas pelos subsídios fiscais oferecidos pelo Banco

²³ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1033#resultado>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

da Amazônia, foram se apossando de novas parcelas do território, um processo de acumulação originária do capital que universalmente é constituído com base na violência e no sangue, como afirma Marx (2015): “[...] o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés”. Dessa forma, o capital foi se expandindo territorialmente por meio de atividades agropecuárias e mineradoras, invadindo territórios indígenas e terras ocupadas há décadas por posseiros, onde as relações capitalistas inexistiam, provocando a devastação do meio ambiente e fortes conflitos sociais e étnicos. Dessa maneira:

[...] O próprio governo militar baixou resoluções com força de lei para legalizar documentos em favor de grileiros. No estado do Mato Grosso, nos anos de 1970, a soma da área de terra mencionada nos títulos de propriedades em circulação era três vezes superior à área do Estado. Em 1981, a CPT, assinalava que mais de 20 milhões de hectares de terra haviam sido obtidos fraudulentos [...]. (MARTINS, 1994. p. 132).

A violência que atingiu os povos indígenas também atingiu os posseiros da região que estavam sendo expulsos das terras para a formação de fazendas, levando os bispos da região a organizarem uma pastoral destinada aos sujeitos do campo. Essa iniciativa da Igreja não foi causada por mudanças nas relações de trabalho, como no Nordeste e Sudeste, mas sim pela barbárie, pela extrema violência praticada pelo capital contra indígenas e posseiros.

Com a Ditadura Civil-Militar-Empresarial, as lutas ganharam maior enfrentamento contra o regime, como o Movimento Estudantil (1964 a 1968); a Guerrilha do Araguaia (1967); e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), em 1968 que formaram o germe da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As lutas foram se desenvolvendo e, a partir de 1975, levantaram a bandeira da redemocratização: anistia e pluripartidarismo; movimento feminista; movimento sindical, em 1976; movimento dos sem-terra, em 1979; Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos); Central Geral dos Trabalhadores (CGT), vinculada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Central Única dos Trabalhadores (CUT), vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 (PEDON, 2013).

Em meio a intensos conflitos agrários, marcados pela barbárie capitalista, foi gestada a CPT. Sensibilizados, de início, pela miséria envolvendo os trabalhadores do Nordeste, mas, principalmente, pelo massacre indígena na Amazônia, alguns clérigos e leigos da Igreja reavaliaram e reorientaram sua prática social, atuando em

favor dos pobres, tendo significativa aceitação por parte dos camponeses, trabalhadores sem terra e assalariados rurais, sobretudo, por terem em sua formação social e cultural fortes componentes religiosos. Portanto,

[...] os camponeses, por sua vez, compreenderam, no discurso da Igreja, a sua precedência moral sobre terra e a legitimidade cristã nas lutas a serem desenvolvidas. Encontraram nas falas dos clérigos e agentes pastorais referenciais mais sólidos à sua visão de mundo do que aqueles encontrados em sindicatos rurais ou partidos políticos solidários com sua situação social. Por isso, a Igreja libertadora está na raiz da formação da maior parte de organizações de camponeses e de grupos sem terra no Brasil. (MITIDIERO, 2008, p. 21).

Os camponeses encontraram no discurso da Igreja a legitimidade necessária para se engajarem na luta pela terra, muitas vezes não encontrada nos partidos comunistas ou outras organizações de esquerda. Os componentes religiosos da Teologia da Libertação incorporaram no consciente camponês o aguerrido espírito de luta contra as contradições do avanço do capital sobre o campo, tendo no Êxodo Hebreu a principal referência teológica para a luta, a busca pela terra prometida.

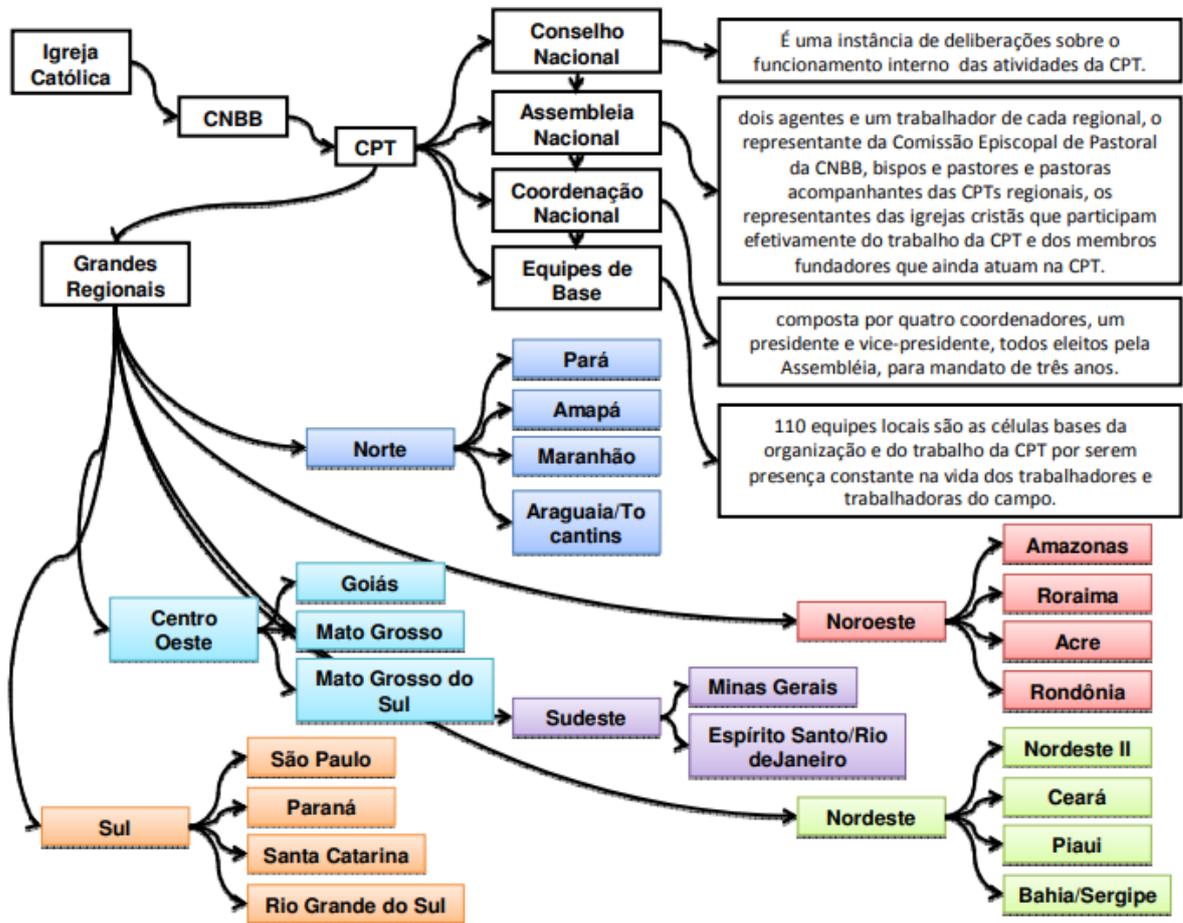
Uma vez fundada em 1975, a CPTL, simultaneamente, se estruturou por todo o território brasileiro, organizando-se em diversas instâncias, como pode ser observado na figura 4, começando pela Assembleia Nacional, com membros da Coordenação Nacional composta de quatro coordenadores, um presidente e vice-presidente, bispos eleitos em assembleia para mandato de quatro anos. Abaixo da Assembleia Nacional, ficam as 21 Regionais correspondentes aos estados da Federação, com exceção da regional Nordeste II, que abrange os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; Bahia, da qual faz parte também Sergipe; e Espírito Santo, que integra o Rio de Janeiro. Ainda tem a CPT Goiás, que abrange o Distrito Federal e Araguaia/Tocantins, cobrindo este último estado e a região Norte Araguaia de Mato Grosso, correspondente à Prelazia de São Félix do Araguaia.

Cada CPT Regional é composta por equipes de base, ou locais, onde acontece o trabalho de base, para o acompanhamento direto junto aos camponeses e suas organizações. As regionais da CPT atualmente são: Acre, Amapá, Amazonas, Araguaia/Tocantins, Bahia, Ceará, Espírito Santo/Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Nordeste II, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

Em sua maioria, são formadas por agentes voluntários vinculados às regionais da CPT e outras são equipes diocesanas – como no caso da CPT Três Lagoas/MS – ligadas às pastorais das Dioceses. No total, são 110 equipes.

No que diz respeito à criação da CPT em Mato Grosso do Sul, conforme o documento “Marcos Históricos da CPT-MS”²⁴, a CPT Regional MS foi oficialmente criada em 10 de dezembro de 1978, portanto, após três anos da fundação da CPT Nacional, em Goiás.

Figura 4 - CPT Nacional: organização no território brasileiro.



Fonte: Silva (2012).

Embora houvesse relatos de disputas pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, foi com a participação da CPT que a luta ganhou maior expressão, conforme documento da CPT (s.d.), intitulado “História da Luta Pela Terra”²⁵.

²⁴ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 18 maio 2020.

²⁵ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

Antes da CPT, temos relatos de já Ter [sic] existido resistência e ocupação, por parte de vários grupos de pessoas que viviam na terra a muito tempo, de onde tiravam seu sustento, e que organizados enfrentaram os que queriam expulsá-los ou os que já haviam sido expulsos pelo latifúndio.

A apropriação territorial do sul de Mato Grosso tem origem nas primeiras penetrações de gado bovino em fins do século XVIII, com a marcha de Minas Gerais para oeste. Os chapadões da Vacaria no passado, percorridos pelos bandeirantes, passaram a ser a região distribuidora dos rebanhos deslocados das Minas Gerais. A partir de 1856, o sistema comercial da província de Mato Grosso foi articulado a partir da navegação do rio Paraguai até Corumbá, única via de comunicação entre as cidades platinas e a capital da Província, Cuiabá. O povoamento não indígena no sul de Mato Grosso, principalmente depois da Guerra do Paraguai, teve novo impulso com a criação da Companhia Mate Laranjeira, pelo Decreto Imperial, de 1882, no qual concebeu, por arrendamento, a Thomaz Laranjeira, imensas áreas para exploração de ervais, inaugurou o latifúndio como opção política e econômica da região sul de Mato Grosso. A partir da Proclamação da República, em que as terras devolutas passaram a ser competência dos Estados, as oligarquias regionais se tornaram mais fortes para estabelecer sua política fundiária (ALMEIDA, 2003).

Nesse sentido, a CPT aderiu à luta pela terra no estado em função das contradições inerentes à apropriação capitalista do território. Em estudo feito em maio de 1987 pela CPT Regional MS, “A Realidade Sócio-Política e Econômica do Mato Grosso do Sul – Um Desafio Pastoral”²⁶, constata-se que o processo migratório foi o principal responsável pelo crescimento populacional no estado. No período anterior a 1950, no ainda estado de Mato Grosso, o processo migratório deu-se em função, principalmente, da formação de colônias agrícolas, da construção de estradas e da ferrovia Noroeste Brasil (NOB), da busca por ouro, da formação de fazendas de gado, da exploração de minérios, da ocupação e defesa das fronteiras internacionais. A necessidade de preencher “vazios demográficos” nas regiões de fronteira levou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) a desenvolver a ação fundiária nas faixas de fronteiras, com projetos de colonização oficiais e particulares de assentamentos e colônias agrícolas em áreas de tensão. O primeiro projeto oficial no estado foi a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada em 23 de outubro de 1943. Também destaca-se a criação da Colônia Agrícola de

²⁶ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

Ilha Comprida em Três Lagoas (MS), desapropriada posteriormente em função da construção do complexo de barragens de hidrelétrica ao longo do rio Paraná.

Por volta de 1967, foi criado um projeto de reforma agrária por meio do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL), órgão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Em 1968, foram criadas colônias em Japorã e Mundo Novo; em 1972, foi criado o Projeto Integrado de Colonização Iguatemi, com intuito de ocupar áreas de fronteira com o Paraguai.

Outros projetos de colonização particular também foram desenvolvidos no estado. Os principais projetos foram a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMEÇO), com sede em São Paulo, que se instalou no município de Ivinhema. Considerada como modelo pelo INCRA, a colonizadora foi responsável por vários conflitos contra os pequenos proprietários que não conseguiam pagar as parcelas, pois a empresa passou a acionar a Justiça e reaver as áreas, na maioria das vezes, com benfeitorias, o que permitia revendê-los a preços maiores. Outro projeto particular foi a Colonização Várzea Alegre, localizada em Terenos, criado em 1972, com objetivo de assentar famílias de imigrantes japoneses, abrigando o mais importante projeto hortifrutigranjeiro do estado, responsável pelo abastecimento da capital e das principais cidades.

Com a implantação de colônias privadas, companhias como Someco; Viação São Paulo – Mato Grosso; e Moura Andrade aportam no sul de Mato Grosso adquirindo terras, que mais tarde, foram transferidas a fazendeiros pecuaristas de São Paulo e Paraná. O estado de Mato Grosso do Sul passou a ser conhecido na mídia por ser o quarto produtor de soja e o detentor do maior rebanho bovino do país. Entretanto, apresentando graves problemas sociais, especialmente no campo, produto da elevada concentração de renda e terra (ALMEIDA, 2003).

Apesar de alguns projetos de colonização, no final da década de 1970, a concentração fundiária no estado era muito alta, o que deixava os trabalhadores reféns do poder das oligarquias rurais, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - Mato Grosso do Sul: Concentração fundiária – número de imóveis e área ocupada em hectares –1975-1978

Anos	1975				1978			
	Número	%	Área	%	Número	%	Área	%
Até 100 há	43.113	74,49	748.599	2,63	33.606	63,45	948.743	2,4
101 a 1000 ha	9.735	16,82	3.549.308	12,5	12.909	24,37	4.880.015	12,5
1.001 a 10.000 ha	4.491	7,75	12.964.321	45,6	5.867	11,07	16.800.440	43,26
Mais de 10.000 ha	528	0,91	11.122.743	39,18	579	1,09	16.204.784	41,7
TOTAL	57.876	100	28.384.971	100	52.961	100	38.833.982	100

Fonte: CPT: Relato Histórico da Atuação da CPT junto aos Trabalhadores Rurais em MS – 1987. Adaptada e organiza pelo autor (2021)²⁷.

Fazendo o comparativo com os dados do IBGE, havendo apenas uma pequena variação, pode-se confirmar esses números, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 - Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – número de estabelecimentos e área ocupada em hectares –1975-1980

Anos	1975				1980			
	Número	%	Área	%	Número	%	Área	%
Até 100 há	43.102	74,5	747.591	2,61	29.978	62,53	642.624	2,09
101 a 1000 ha	9.726	16,81	3.549.238	12,37	12.034	25,1	4.489.243	14,6
Acima de 1.000 ha	5.017	8,67	24.395.759	85,02	5.822	12,14	25.611.864	83,31
TOTAL	57.853	100	28.692.584	100	47.943	100	30.743.738	100

Fonte: SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/263>>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Conforme o “Projeto-Trienal 2002-2004”²⁸, da CPT Regional MS, a primeira grande ocupação de terra no estado, com participação da CPT foi na Gleba Santa Idalina, no município de Ivinhema, em abril de 1984. Além da luta pela terra, a CPT Regional participou de várias mobilizações, articulações e campanhas, tais como: Grito dos Excluídos, apoio na mobilização das mulheres rurais e participação na Marcha de Brasília; na realização junto ao Fórum da Terra do Ato Público contra a Violência do Latifúndio, em Rio Brilhante (MS); no apoio à Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”; na Campanha do “Módulo Máximo”, no Plebiscito da Dívida Externa, na Campanha Contra a Corrupção Eleitoral, entre outras.

²⁷ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

²⁸ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

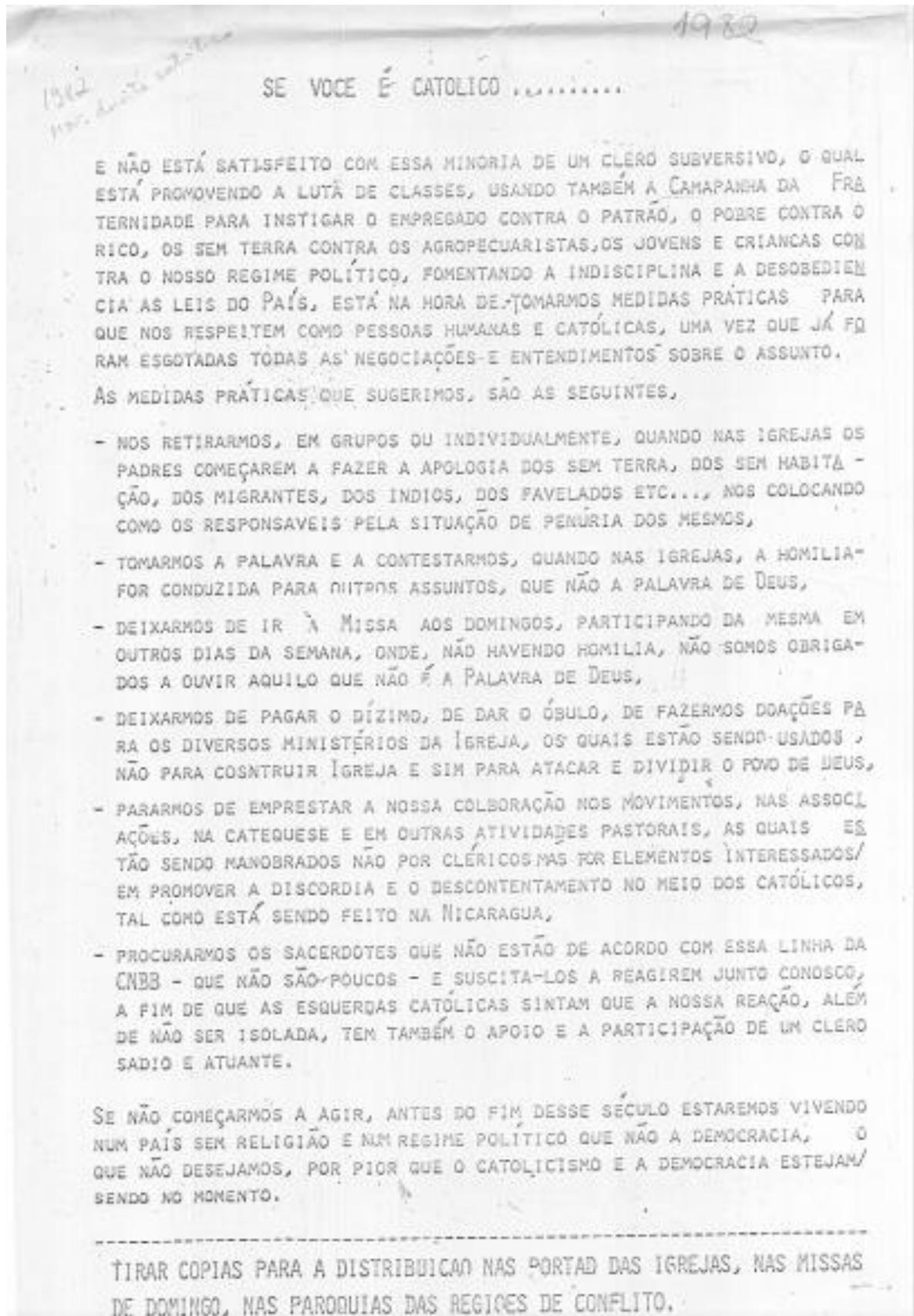
Em razão de seu posicionamento classista fundamentado pela Teologia da Libertação, de sua ação territorial, os bispos e agentes da CPT sofreram com a forte repressão do Estado – polícias estaduais, Exército, Polícia Federal – e de grandes fazendeiros que perseguiram incansavelmente as lideranças da Igreja envolvidas nas lutas (MARTINS 1994). Acusavam suas lideranças de subversivas e as consideravam como aquelas que fomentavam a desordem na sociedade, ao mesmo tempo, naturalizavam a violência exercida contra os trabalhadores, executada por jagunços a mando de fazendeiros, empresários e por agentes do Estado (MITIDIERO, 2008).

Além do mais, passaram a sofrer com os ataques dos inimigos existentes dentro da própria Igreja, principalmente, vindos de sua ala mais conservadora. Conforme demonstrado na figura 5, em documento encontrado nos arquivos da CPT Regional de Mato Grosso do Sul, verifica-se um exemplo desses ataques à atuação da Igreja progressista. O documento, elaborado no ano de 1982, foi dirigido às paróquias das regiões de conflito, ao que eles chamam de clero subversivo, a esquerda católica, que fomentava a indisciplina, a desobediência às leis do país, provendo as lutas de classe, entre outras formas, por meio da Campanha da Fraternidade, instigando conflitos entre empregados e patrões, pobres contra ricos, trabalhadores rurais sem terra contra agropecuaristas, e jovens e crianças contra o regime.

O documento ainda traz o chamado aos católicos conservadores para tomarem medidas práticas, como se retirarem das Igrejas quando os padres fizessem apologia aos sem-terra, sem-habitações, migrantes, favelados. Contestar a Igreja quando o assunto for desviado da “palavra de Deus”, deixar de ir à missa aos domingos, deixar de pagar o dízimo, de dar o óbolo e doações, não colaborar nos movimentos, associações, na catequese e atividades pastorais utilizadas para promover a discórdia e o descontentamento na Igreja.

Segundo o documento, essas ações eram necessárias para a manutenção da democracia e da religião no país, uma clara alusão à ideologia anticomunista disseminada mundialmente pelo imperialismo norte-americano. Portanto, tem-se a nítida utilização do poder simbólico da Igreja conservadora como parte integrante da superestrutura para a manutenção do *status quo* no território.

Figura 5 – Mato Grosso do Sul: ataques da Direita Católica à Igreja Progressista – 1982.

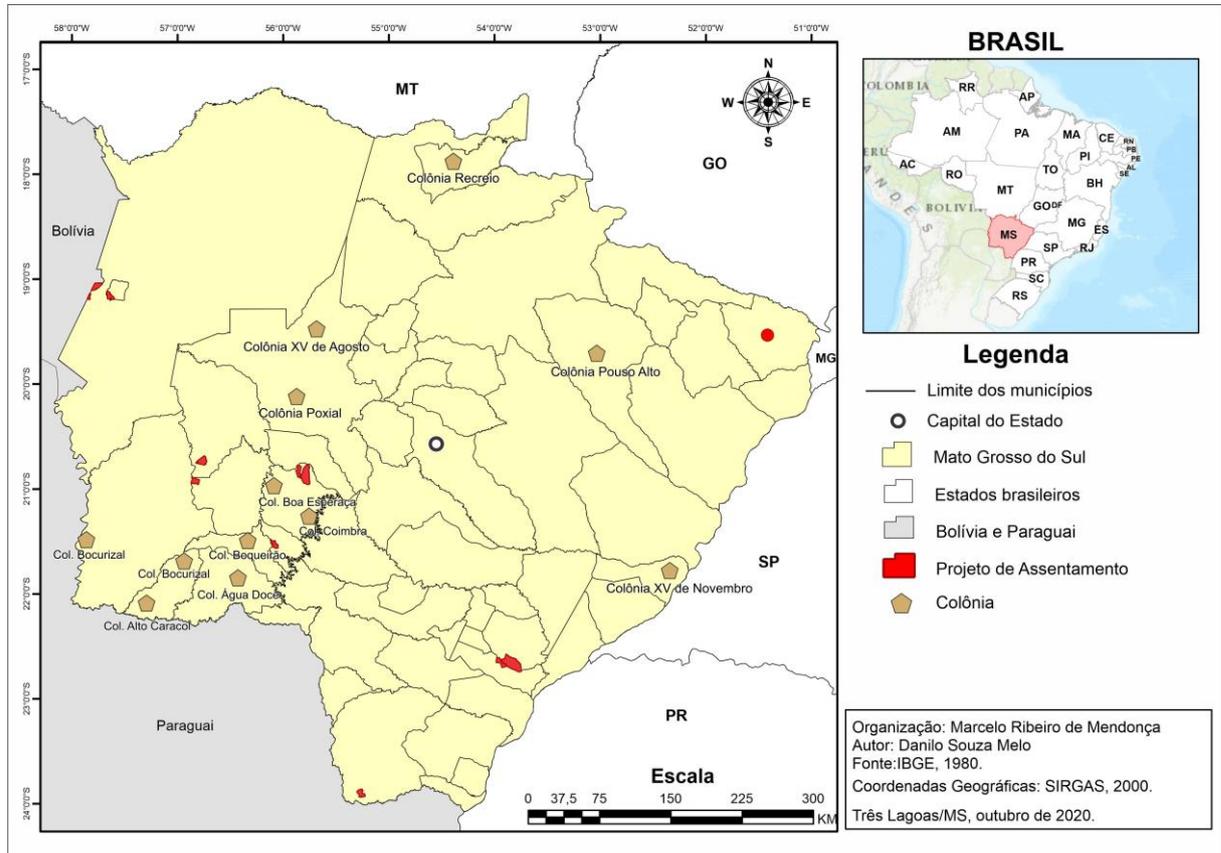


Fonte: CPT.

Segundo Bourdieu (1986), os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo que passa a ser definido pela concordância das subjetividades, instrumentos de conhecimento e de comunicação tornando possível o *consensus* sobre o real e contribuindo para reprodução da ordem social, a domesticação do dominados. Na concepção marxista, os sistemas simbólicos constituem as ideologias.

Apesar da repressão física e ideológica, a ação territorial dos agentes da CPT ganhou força no estado, onde foram realizados trabalhos de base com as comunidades, apoiando-as na organização de sindicatos, associações, cooperativas e movimentos sociais de luta pela terra. Conforme o estudo “A Realidade Sócio-Política e Econômica do Mato Grosso do Sul – Um Desafio Pastoral”, nos anos 1980, a situação fundiária de Mato Grosso do Sul continuava complexa, com constantes tensões sociais envolvendo proprietários, posseiros, arrendatários, brasiguaios e trabalhadores rurais. Conforme demonstrado no mapa 1, de assentamentos e de colônias, milhares de trabalhadores sem terra ou proletários rurais da cana-de-açúcar, migrantes para o estado em busca de trabalho ou terra para plantar, deram impulso à luta e à formação de assentamentos e projetos agrícolas.

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: assentamentos de Reforma Agrária e colônias agrícolas – 1986.



Fonte: CPT.

Com intuito de desmobilizar os trabalhadores, na década de 1980, o INCRA transferiu algumas famílias das áreas de conflitos para assentamentos distantes, inclusive, para outros estados, como Acre, Amazonas, Pará e Mato Grosso, com a falsa justificativa de que não havia espaço para a formação de assentamentos no estado, enquanto, na verdade, estavam defendendo o domínio territorial das oligarquias rurais. Muitas famílias também foram para o Mato Grosso do Sul transferidas de áreas de conflito, como o caso da Gleba Água Limpa em Cassilândia (MS), e do Projeto Sucuriú, no então município de Paranaíba (MS). Esses projetos claramente tinham o intuito de desmobilizar e desarticular as lutas. As famílias eram transferidas para regiões distantes sem a mínima condição de sobrevivência, em solos áridos, sem água, sem infraestrutura, sem crédito e sem políticas públicas de desenvolvimento para o campesinato. A ação do Estado burguês era totalmente voltada para a classe da qual era representante, a burguesia agrária.

Entre 1986 e 1987, na iminência do fim da ditadura e da reabertura política do país, os trabalhadores se entusiasmaram, formando diversos grupos organizados,

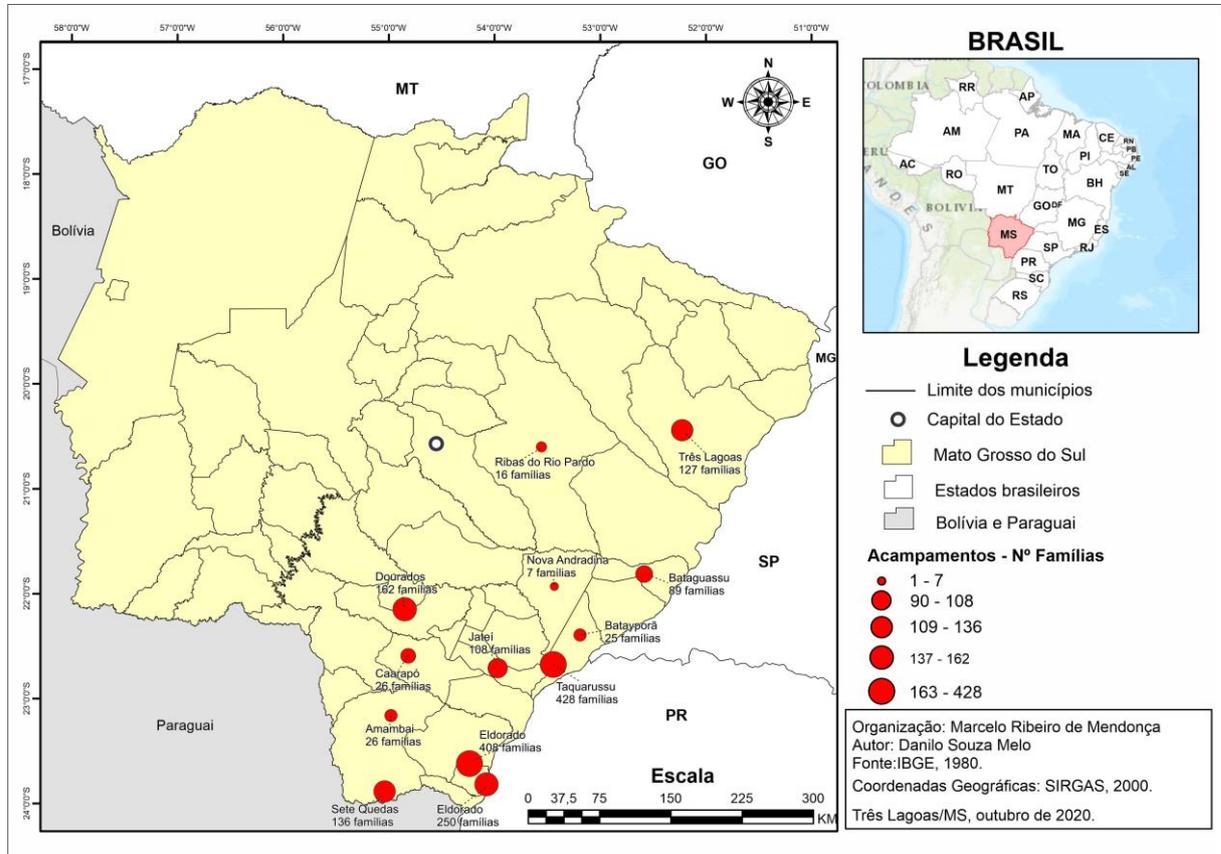
porém, sem o apoio de Sindicatos, estes aparelhados pelo Estado, Sindicatos pelegos. Todavia, tinham o apoio da CPT, que, inclusive, promoveu a organização e fundação de sindicatos rurais autênticos, sindicatos classistas, verdadeiros instrumentos de luta dos trabalhadores. Por meio do trabalho da CPT e sindicatos, foram realizadas negociações, levantamentos e apontamentos de áreas para desapropriação no estado. De acordo com dados do IBGE, em 1987, do total de terras do estado, 68,9% eram de pastagens; 20,6% de terra inexplorada; 5,8% de lavoura; 1,67% de reflorestamento e 0,5% de cana-de-açúcar. Portanto, o que não faltava era terra para a reforma agrária.

O anúncio de projetos de colonização do INCRA e a necessidade de mão de obra para o desmate trouxeram para o estado grandes levas de migrantes vindos, principalmente, da região Sul do país. As colonizadoras privadas adquiriram grandes extensões de terra e atraíram muitos camponeses do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, expulsos pela mecanização e pela concentração fundiária. Muitos colonos também vieram atraídos pelos grandes proprietários que arrendavam suas terras, no processo de formação de pastagens. Os trabalhadores desmatavam e formavam o capim em troca de um pedaço de terra para plantio de cultivos alimentares. Após a formação das pastagens, em torno de 3 a 4 anos, eram transferidos para outra área de mata virgem para reiniciarem todo o processo, deixando para os fazendeiros todas as benfeitorias, pastagens, cercas, pomares, roçados etc. Essa é uma situação exploratória que retirava dos trabalhadores sua dignidade, os obrigando a se submeterem aos mandos e desmandos dos fazendeiros, sobretudo pelo pagamento de renda, mesmo submetidos ao trabalho árduo e desmate e formação de pastagens para os proprietários fundiários.

A demora e o descaso por parte do governo no que tange à reforma agrária provocou revolta nos trabalhadores, que passaram a pressionar os sindicatos ligados à Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI), ocupando terras e montando acampamentos. Por outro lado, a ação do Estado promoveu vários despejos, como, por exemplo, o ocorrido nos acampamentos da Fazenda Jatobá, no ano de 1984, e na Fazenda Água Limpa, no ano de 1986, ambos em Três Lagoas. Naquele período, como pode ser observado no mapa 2, 13 acampamentos foram formados no estado na década de 1980 a fim de pressionar o Estado a desapropriar terras para reforma agrária, realizando-se negociações com participação de sindicatos autônomos, FETAGRI, CPT e MST, no

entanto, sem resultados concretos diante de tantas promessas feitas e acordos estabelecidos.

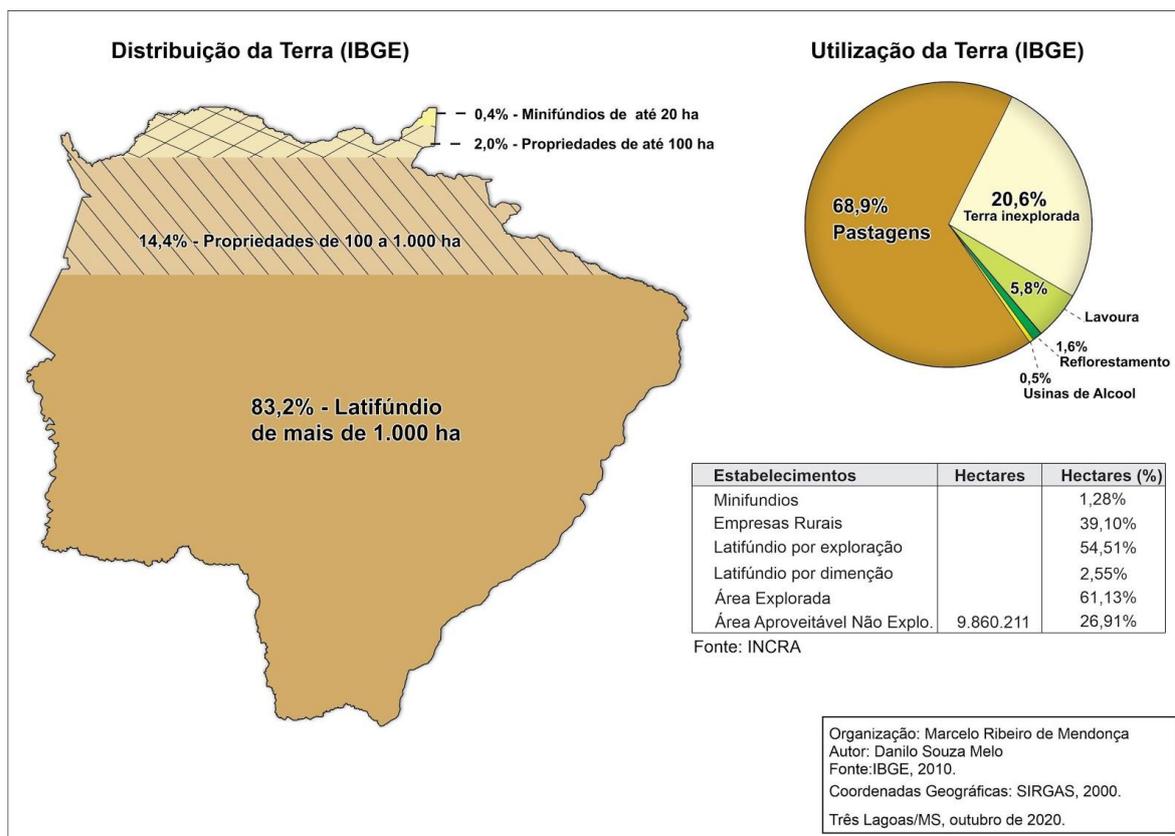
Mapa 2 - Mato Grosso do Sul: distribuição dos acampamentos na década de 1980.



Fonte: CPT.

Com a chegada e a ampliação da mecanização do campo e a expansão das monoculturas de soja, cana e eucalipto, houve alteração quanto ao uso e domínio do território, com arrendamentos sobre áreas utilizadas para cultivos de autoconsumo e sobre pequenas propriedades que não conseguiram se manter em função da excludente política agrícola do Estado burguês, o que levou à expulsão de milhares de famílias do campo e à acentuada concentração fundiária, conforme demonstrado na figura 6 elaborada pela CPT, utilizando-se de dados do INCRA e do IBGE.

Figura 6 - Mato Grosso do Sul: situação Fundiária no ano de 1987.



Fonte: CPT.

Como pode ser observado na figura 6, em 1987, mais de 83% da área ocupada pelas propriedades rurais do estado encontrava-se no estrato de mais de 1.000 hectares, enquanto as propriedades com menos de 100 hectares ocupavam apenas 2% da área. Quanto ao uso da terra, 68,9% eram destinadas à pastagem, o que por vezes era uma forma de camuflar a improdutividade da terra. Por outro lado, menos de 6% das terras eram destinadas ao plantio de lavouras. Tais dados demonstram a estrutura agrária no estado no final dos anos de chumbo.

Com o fim da Ditadura Civil-Militar-Empresarial, instaurou-se uma nova composição política, com a escolha pelo Colégio Eleitoral, em 1985, do presidente civil após 21 anos de ditadura. Assim, inaugurou-se a chamada “Nova República”. A dinâmica da política brasileira, após período de centralização política e ditadura, retomou novamente o processo de abertura política, de caráter neoliberal, com relativa democracia, mas continuando apoiado numa base social agrária, monopolista e oligárquica. Sendo assim, claramente o capital se apresentava como proprietário de terra e a luta pela reforma agrária ganhou novos contornos, não menos complexos, inclusive, com o aumento da violência no campo. Saíram os

militares e entraram as milícias paramilitares da União Democrática Ruralista (UDR). Essas mudanças, em certa medida, refletiram na ação territorial da CPT, que passou por um momento de reflexão quanto a sua participação na luta pela terra, porém, sem jamais abandonar os trabalhadores (MARTINS, 1994).

Mesmo com a resistência do Estado em promover desapropriações e da violência dos fazendeiros e seus jagunços, vários assentamentos foram criados no estado na década de 1980 muito mais pela luta dos trabalhadores, muitos apoiados pela CPT, conforme pode ser visto no relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) produzido em 17 de abril de 2014. A tabela 4 contém dados que demonstram os projetos criados na década de 1980, assim como o município sede, ato de criação e forma/data de obtenção.

Tabela 4 - Mato Grosso do Sul: assentamentos na década de 1980.

Nome do Projeto	Município Sede	Ato de criação	Forma de Obtenção	
PA Tamarineiro	Corumbá	03/07/1984	Doação	03/07/1984
PA Retirada da Laguna	Guia Lopes da Laguna	13/02/1985	Desapropriação	03/07/1984
PA Sucuriú	Paranaíba	01/04/1985	Desapropriação	03/07/1984
PA Nioaque	Nioaque	25/06/1985	Compra	24/09/1984
PA Urucum	Corumbá	08/01/1986	Desapropriação	03/07/1984
PA Guaicurus	Bonito	08/01/1986	Desapropriação	03/07/1984
PA Novo Horizonte	Novo Horizonte do Sul	10/04/1986	Desapropriação	17/10/1985
PA Nova Esperança	Jatei	28/08/1986	Desapropriação	03/03/1986
PA Itá	Bela Vista	04/06/1987	Doação	27/12/1987
PA Mato Grande	Corumbá	13/07/1987	Desapropriação	27/07/1986
PA Campo Verde	Terenos	13/07/1987	Doação	14/05/1987
PA Marcos Freire	Anastácio	21/10/1987	Compra	01/07/1987
PA Colônia Nova	Nioaque	03/12/1987	Desapropriação	27/06/1986
PA Casa Verde	Nova Andradina	22/12/1987	Desapropriação	27/07/1986
PA Pedreira	Ribas do Rio Pardo	28/06/1988	Compra	27/04/1988
PA Monjolinho	Anastácio	02/12/1988	Compra	18/11/1988
PA Taquaral	Corumbá	20/10/1989	Desapropriação	21/02/1989
PA Indaiá	Itaquiraí	20/10/1989	Desapropriação	18/05/1989
PA Capão Bonito	Sidrolândia	20/10/1989	Desapropriação	06/04/1989

Fonte: Corregedoria Geral da União.²⁹

²⁹ Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/406832/RESPOSTA_PE_DIDO_Projetos%20Implantados-MS.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

Atualmente, o estado possui 204 assentamentos com 27.764 famílias³⁰ assentadas, que, também, aconteceram pela luta, ocupação, resistência e organização dos trabalhadores para pressionar o Estado a realizar desapropriações e instalação de assentamentos. Nesse sentido, o apoio da CPT foi fundamental para essas lutas e conquistas.

3.3 Crise na CPT: reabertura política e autonomia dos movimentos sociais

A crise política do Governo Civil-Militar-Empresarial desmontou o partido governista – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) –, formando vários partidos políticos de formação clientelista e oligárquica, que, diante da pressão popular, de forma oportunista, capturaram o movimento político de luta pela democracia promovido pela classe trabalhadora. Contraditoriamente, o partido mais oligárquico se apresentou como Partido da Frente Liberal (PFL); outros foram para outro partido de oposição à ditadura, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (MARTINS, 1994).

O oligarquismo brasileiro reassumiu controle do Estado que outrora estava nas mãos dos militares, dando início ao período neoliberal brasileiro, porém, preservando os atrasados mecanismos de acumulação de capital com base na propriedade privada da terra e produção de produtos primários. Por outro lado, o setor industrial começou a declinar, principalmente, a partir do Governo Collor, e a economia do país ficou refém da agricultura capitalista para o controle da balança comercial do país. Sendo assim:

Nos anos 1980 o peso da indústria de transformação no PIB era de 33%, hoje é de 16% - nos últimos cinco anos o comércio exterior desse setor passou de um superávit para um déficit de 65 bilhões de dólares.

A relação de manufaturados nas exportações totais chegou a atingir 59%, mas atualmente está na casa dos 40%.

[...] porém o efeito de disseminação do progresso técnico é muito mais restringido no caso da agricultura, na pecuária, e mais ainda na mineração, do que no setor industrial. E isso decorre dos efeitos de encadeamento e da forma de assimilação do progresso técnico no setor agrícola. Por exemplo, se dá num segmento da química, mas que é feito lá fora; você tem defensivos agrícolas, fertilizantes mais modernos, mais eficientes, mais produtivos, tem também sementes

³⁰ Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 3 out. 2020.

mais eficientes, criaturas reprodutoras mais eficientes, mas isso está muito mais ligado à agricultura e pecuária do que ao setor econômico em si, e altamente dependente de oligopólios internacionais. Os efeitos são setorialmente mais contidos do que no setor industrial que permeia tudo, não apenas os demais segmentos, e a própria agricultura na retaguarda, mas também determinados compartimentos do setor de serviços: ele exige melhor educação, melhores serviços de engenharia, urbanos, melhor treinamento e capacitação da sua força de trabalho. Essa agricultura, pelo contrário, desemprega, porque é mecanizada – pode induzir progresso no setor de máquinas agrícolas, mas não no restante da indústria.

A mineração é muito pior, os efeitos de encadeação para trás são mínimos, porque é um buraco na terra, e pra frente só existe se você montar uma metalúrgica importante. Sem montar nada tudo é exportando e, portanto, não há nenhum efeito além da criação de divisas de exportação. Petróleo é um exemplo maior disso quando não se tem uma petroquímica (CANO, entrevista, s.d.).

A reabertura política, o fim da política industrial dos militares, a conseqüente imposição internacional das relações de mercado via “liberalização do campo”, a queda do Muro de Berlim, o desmantelamento da maioria das experiências políticas do “bloco socialista”, enfraquecendo as organizações marxistas, assim como a luta pelo socialismo, acarretaram a chamada “crise dos movimentos sociais”. As lutas ganharam novas perspectivas e paradigmas. A luta pela revolução, pela conquista do território nacional pela classe trabalhadora cedeu lugar à luta por questões democráticas, raciais e étnicas, de gênero, educacionais, saúde, pela terra, entre outras. Portanto:

No contexto mais recente, dos últimos 30 anos, as lutas sociais expressaram diferentes arranjos. Na década de 1980, a mudança na ordem estrutural da sociedade estava no horizonte dos movimentos sociais: o socialismo, entendido como um modelo de organização social mais justo servia de inspiração. A incapacidade do socialismo real em satisfazer as demandas populares nos países onde ele se instalara e a conseqüente queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética levaram ao enfraquecimento e abandono do projeto socialista pela maioria. No plano nacional, a eleição de partidos de esquerda em diversas administrações municipais e o engajamento de muitos líderes populares nas estruturas institucionais de poder e as divergências político-partidárias e político-ideológicas fizeram que os movimentos sociais se arrefecessem, pelo menos um modelo de movimento social, mais precisamente aquele com conteúdo classista. (PEDON, 2013, p. 61).

De acordo com documento da CPT Nacional, intitulado “A Situação no Campo nos Anos 90 e a Ação da Pastoral”, do ano de 1994, os setores de esquerda, no geral, passaram pela chamada “crise das ideologias” ou “crises dos paradigmas”.

Este quadro de crise teórica do “marxismo” e de novas iniciativas, somado ao empobrecimento crescente das populações rurais e às mudanças de posicionamento em relação à importância Reforma Agrária por parte de alguns setores, influenciaram profundamente a ação pastoral da CPT.

A crise do socialismo e fim da ditadura desencadearam a formação de movimentos autônomos, movimentos que não mais lutavam pelo socialismo, mas por direitos. Pedon (2013) aponta os principais tipos de movimentos sociais surgidos nesse período, baseados na classe de origem e no caráter das lutas (se transformadoras, reacionárias ou reformistas), como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 - Tipologia de movimentos sociais, segundo Pedon (2013).

Movimentos sociais de categorias específicas	- movimento feminista - movimento negro - movimento de homossexuais - movimentos em defesa do índio - movimento de estudantes e professores	Movimentos sociais ligados à produção	- movimento operário - movimento dos produtores - movimento sindical: a) operário b) patronal
Movimentos sociais a partir de lutas gerais	- movimento ecológico - Lutas pela democracia (pela Anistia e pelas Diretas) - Lutas contra inflação e políticas econômicas do governo - luta de defesa dos consumidores - movimento dos desempregados	Movimentos sociais político-partidários	- Partidos Institucionalizados - Grupos de facções políticas não institucionalizadas
		Movimentos sociais do campo	- proprietários - trabalhadores rurais
Movimentos sociais urbanos	1) populares: - movimentos reivindicatórios de bens e serviços - movimentos sociais populares urbanos de caráter marcadamente político 2) Burgueses: - ações reivindicativas de bens e equipamentos urbanos: - defensores de privilégios e anti-igualitários	Movimentos religiosos	- movimentos de igreja católica - movimentos messiânicos - movimentos religioso ligados a tradições folclóricas e culturais

Fonte: Pedon (2013).

Nasceu o MST, em 1984, atualmente o principal movimento social de luta pela terra no Brasil, considerado, neste trabalho, como um dos maiores legados deixados pela CPT. Com o surgimento do MST, um novo sujeito social passou a protagonizar a luta pela terra, o trabalhador rural sem terra, um sujeito social com características mais radicais e aguerridas (MARTINS, 1994).

A luta pela permanência na terra, característica da luta dos posseiros, foi substituída pela luta para entrar na terra, pela luta por desapropriações e

regularização de assentamentos, a principal tática do MST. É a partir dela que o Movimento denuncia terras griladas ou improdutivas. A ocupação gera o fato político, que demanda resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil³¹. As lutas dos posseiros, aos olhos da sociedade, eram legítimas. A expulsão de posseiros de suas terras era tida pela sociedade como injustiça, a visão que se tinha do grileiro era ruim; compradores e portadores de terras, por meio de títulos de propriedade falsos, eram vistos como bandidos, criminosos e violentos. Os posseiros eram vistos como vítimas dos grileiros, o que dava maior legitimidade às suas lutas perante à sociedade, diferentemente dos trabalhadores sem terra que passaram a ser, muito em função dos aparelhos ideológicos da burguesia, marginalizados e criminalizados como invasores de terras alheias (MARTINS, 1994).

O MST levantou a bandeira da Reforma Agrária, desenvolvendo as suas lutas no território do inimigo. A ocupação de terra não tinha a mesma legitimidade da luta do posseiro, que tinha envolvido o seu trabalho e morada na terra, em relação ao grileiro, um bandido especulador fundiário. Antes, o posseiro era a vítima expulsa de sua terra; agora, para a opinião pública, os fazendeiros é que passaram a ser os grandes prejudicados, as vítimas, e, dessa forma, a luta pela terra ganhou uma nova dinâmica (MARTINS, 1994).

Naquele momento, a CPT precisou reavaliar criticamente sua participação nas lutas, a chamada “crise da CPT”. Nessa avaliação, compreendeu-se que era o momento de os trabalhadores assumirem o protagonismo da luta. Portanto:

Na formação do MST e na possibilidade de articulação de outros grupos, a CPT renunciou ao papel de coordenadora dos grupos de luta pela terra, fazendo valer a premissa de que os camponeses são os portadores da sua própria história, ou seja, são eles os protagonistas das transformações sociais. (MITIDIERO, 2008, p. 170).

Em relatório produzido pela CPT da Diocese de Três Lagoas/MS, em 13 de fevereiro de 1990, destinado a instituições que fomentavam o “Programa de Desenvolvimento Rural na Diocese de Três Lagoas”³², confirma-se este período de autoavaliação crítica da CPT. Assim:

Durante o ano de 1990 a Comissão Pastoral da Terra a nível Nacional, viveu um grande momento de autoavaliação e revisão

³¹ Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

³² Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

do nosso trabalho e da nossa identidade. Quem somos nós, como CPT, para os oprimidos e oprimidas no campo, para as Igrejas e o mundo? Qual é a nossa prática junto aos trabalhadores organizados que estão fora das organizações? (CPT, 1990).

Embora Lowy (2016) conceba o conjunto das organizações vinculadas como um movimento social, o mesmo não se pode afirmar quanto à visão da CPT. Em sua autocrítica permanente, a CPT sempre colocou questões em pauta como: a CPT é educação popular, é pastoral, é serviço? Que implicações a organização popular trazia consigo? Como responder a uma realidade cada vez mais complexa? O que significa a fé, o que diz a bíblia? Qual a natureza da CPT? Dessas discussões resultou a compreensão de uma CPT multifacetada. Simplificando as posições: ou a CPT seria uma “pastoral popular” ou um “serviço”. A dificuldade aparece, por exemplo, na discussão se os sujeitos do campo devem ou não ser membros das assembleias da CPT. Como entidade de serviço, essa participação não faz sentido, a CPT funcionaria como uma ONG. Como pastoral popular, a presença ativa desses sujeitos é imprescindível (FUCHS, 2002).

Neste embate infere-se que a CPT tem essas duas dimensões e são necessárias, porém, lhe cabendo uma escolha: ficar acima das mediações existentes no campo – sindicatos, associações ou movimentos sociais – prestando assessoria, de escritório de advocacia, de coordenação, apostando na via institucional, uma ideia sempre presente; ou insere-se abaixo dessas mediações, no trabalho de base, de conscientização daqueles que nem mesmo são atingidos por organismos e mediações, os que ficam à margem. Caminho este tido como mais viável para CPT realmente contribuir para a luta dos oprimidos (FUCHS, 2002).

Assim, chegou-se a compreensão da CPT como serviço pastoral tem uma motivação, metodologia e um horizonte que ultrapassam a compreensão sociológica, da assistência social e humanitária e da militância política. Ela se inspira, justifica e se nutre na transcendência da fé cristã tendo em vista sempre o protagonismo dos sujeitos do campo. É a pastoralidade que qualifica a existência da CPT e a diferencia de outras entidades similares, impedindo-a de se tornar uma entidade organizativa-representativa, movimento de trabalhadores ou ONG. E ainda, é a pastoralidade que a impede de se transformar em pastoral rural ou movimento de cristão no campo, uma vez que não lhe compete evangelizar pelo anúncio da Palavra de Deus, e sim pelo serviço (PELOSO; SIQUEIRA, 2002).

Analisando alguns documentos da CPT Regional MS, percebe-se a existência de outras questões que levaram à “crise”, ao menos no que diz respeito especificamente ao estado de Mato Grosso do Sul e à Diocese de Três Lagoas. Em documento de 20 de dezembro de 1995, resumindo as assembleias da CPT no estado, “Breve Histórico das Assembleias da CPT/MS de 1992 a 1995”³³, observa-se, por exemplo, a questão do pouco número de agentes, fato que não permitia assessoria necessária por parte da CPT. Além disso, “a luta vai se ampliando e se ramificando, enquanto os quadros de agentes se não diminuem, ficam estacionados. Não há avanços na formação sistemática de novos quadros e agentes” (CPT, 1992).

Na Diocese de Três Lagoas, esse problema se expressa pela existência de apenas um agente pastoral para atender os 10 municípios, o que de fato impõe limites à ação territorial da CPT. Nesse sentido, a luta da CPT ganha um caráter de resistência, de continuidade de um trabalho essencial para os trabalhadores pobres do campo, principalmente na Diocese de Três Lagoas, onde há poucas organizações sociais de classe, como, por exemplo, MST, MAB, sindicatos autênticos, entre outros. Atualmente, o apoio à luta dos trabalhadores do campo se dá pelos sindicatos ligados à FETAGRI/MS e CUT, pela CPT e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL).

Conforme o documento, outra questão apresentada eram as falhas na metodologia. O problema residia não somente na CPT, mas nas próprias organizações por ela apoiadas no estado, como o Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Estado de Mato Grosso do Sul (COAAMS), a Cooperativa dos Assentamentos da Região de Grande Dourados (COAGRAN), a Cooperativa dos Assentados da Região de Jardim (COARJ), o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR/CUT), a Associação dos Educadores de Colônias, Acampamentos e Assentamentos de Mato Grosso do Sul (AECAMS), entre outras.

O documento aponta para problemas envolvendo as relações que, muitas vezes, se davam somente com as lideranças. Outro ponto era a questão da formação dos trabalhadores, considerada ineficiente pela falta de agentes

³³ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

pastorais e pela ausência de momentos comuns de avaliação do trabalho realizado. A dependência financeira por parte das organizações, dependentes dos recursos disponibilizados pela CPT, não lhes permitiu total autonomia. Outra questão era a centralização do trabalho na figura dos agentes que, frequentemente, tornavam-se lideranças das organizações, não se limitando ao ponto onde terminava a CPT e começava as organizações, além da falta de articulação, organização, planejamento e a perda da mística religiosa. Assim:

- Estamos trabalhando com as direções das entidades, fazendo um trabalho de articulação, muitas vezes não articulando nada. É de extrema importância que voltemos a atuar nas bases, deixando as direções livres.

- As entidades que surgiram, foram fomentadas pela CPT, porém não se conseguiu sair da fomentação para a assessoria e isto é um erro metodológico. Parece até que criamos entidades para assessorarmos. Em alguns casos, o agente até acaba assumindo a direção.

- Interrogações em relação a dependência e a organização, de fato, das organizações de trabalhadores, o que existe de fato? Se a CPT retirar sua atuação a entidade sobrevive?

- Se não enfrentarmos a realidade como ela está aí, não conseguiremos avançar.

Em relação a fundação dos sindicatos e mesmo das outras entidades para criá-las a CPT financiava em quase tudo e não se colocou limites para estes financiamentos daí a dependência que conhecemos. A maioria destas entidades não tem realmente.

E como nós financiamos nos sentimos no direito de dar direção? (O problema mais grave é a falta de dinheiro nas organizações dos trabalhadores e o fato da CPT injetar dinheiro viciando quatro ou cinco pessoas que estão na linha de frente é mais grave ainda. A responsabilidade é nossa e temos que encontrar uma forma de mudar nossa metodologia impor limites). Como mudar para que sobrevivam com maior autonomia?

- Em relação a formação precisamos rever de forma séria e até nos perguntar se não temos medo de formar de fato o trabalhador? Porque senão ele pode prescindir de nossa assessoria

- A nossa prática desplanejada passa para as entidades dos trabalhadores com as quais trabalhamos.

- A autossuficiência, a falta de estudos e a falta da prática de avaliação que não nos deixa crescer.

- A falta de humildade, ou mesmo, de coragem para buscar assessoria qualificada não nos deixa avançar (CPT, 1995)

Outra questão era a relação da CPT com as Igrejas Oficiais. Para Lowy (2016), a partir dos anos de 1989, houve contraofensiva da ala conservadora da Igreja com o crescimento de nomeações de bispos conservadores. Assim, ainda conforme o documento “Breve Histórico das Assembleias da CPT/MS de 1992 a

1995”, muitos clérigos não concordavam com a atuação pastoral da Igreja, criando tensões no seu interior, fato que resultou no fim da equipe pastoral da Diocese de Três Lagoas, em 1992, ficando a cargo da CPT Regional MS coordenar os trabalhos.

Ao mesmo tempo, não era considerada a separação das pastorais da Igreja Oficial. A falta do discurso e da prática dos agentes, mediada pela releitura bíblica e apontando para um novo projeto de sociedade, não influenciava mais nos âmbitos oficiais da Igreja, enfraquecendo o debate dos agentes pastorais com padres e bispos. Dessa maneira:

Se não quisermos mais uma relação com os bispos, devemos buscar saídas para os financiamentos sem depender deles. (sugestão que a CPT Nacional discutia isso com as entidades financiadoras).

- A descrença na possibilidade da construção da Igreja Popular é clara pois isso não aparece mais nos discursos, na prática dos agentes da CPT e infelizmente nos empobrece pois com isto não mais se influi nos âmbitos oficiais.
- Não é verdade que o problema é apenas financeiro, mas a capacidade de trazer para dentro da Igreja os problemas sociais.
- Não temos mais tão claro o projeto de sociedade nova, e isto empobreceu na discussão com os padres e bispos. Precisamos retomar a prática da releitura bíblica.
- Perdemos o referencial a chave-bíblica de releitura.
- Devemos ajudar as comunidades a se organizarem e forçar a Igreja oficial a ir até ela.
- Porém se questiona o que cada um tem feito dentro da Igreja ou como igreja e ressalta-se a importância dos cristãos que atuam no social se rearticulem.

SINTETIZANDO

- Não devemos separar a Igreja Oficial, mas sim fazer com que ela assuma um papel político na questão da terra.
- Ajudar a organizar as comunidades rurais e assim forçar a I.O. a sair das quatro paredes. Ajudar na formação, através de cursos, assessoria a catequistas, animadores...para ir formando novos cristãos mais comprometidos. Sem nos esquecer que o T.R. avançado na questão da luta, muitas vezes é muito conservador na questão Igreja.
- Ocupar espaços sempre que possível e ir articulando com outros cristãos que também atuam no social (CPT, 1995).

Em documento, sintetizando um encontro da CPT Regional MS em Aquidauana (MS), de 10 a 12 de agosto de 1990, “Síntese do Encontro”³⁴, foram apontados os conflitos existentes dentro da Igreja, como demonstra o trecho destacado:

³⁴ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

A verdade é que há muita confusão. Temos dificuldades de Expressar e Celebrar a fé de uma forma nova. Negamos a Igreja Conservadora e repetimos sua prática. Ao mesmo tempo estamos convictos da necessidade de continuar ligados à Igreja. A nossa prática deve desafiar a estrutura da Igreja Católica. E se não questionamos, é por medo de perder emprego? O fato é que existe uma tensão entre o relacionamento da CPT com a Hierarquia. (CPT, 1990).

A questão financeira ganhou novos contornos. De acordo com documento de circulação interna da CPT, de março de 1995, “Cooperação e Solidariedade Internacional”³⁵, desde a sua origem, buscando apoiar as lutas do campo no Brasil, a CPT estabeleceu contatos com diversas entidades em âmbito internacional, suscitando parcerias conjuntas de solução e de colaboração. A CPT compreende que a perspectiva fundamental da cooperação deve partir da natureza e compromisso evangélico de promover a dignidade do homem e da mulher do campo, fortalecendo os mecanismos de transformação da sociedade para a restauração da dignidade humana e de integração democrática das populações empobrecidas e marginalizadas, visando mudar a própria ordem social do capitalismo. Essas entidades, além de seus trabalhos específicos, dão aportes às denúncias feitas pela CPT na Comissão de Direitos Humanos e na Organização dos Estados Americanos (OEA).

A fim de nortear a prática da cooperação com as entidades internacionais, a CPT estabeleceu:

- considerar sempre como objetivo fundamental do projeto a relação de parceria e solidariedade entre grupos e comunidades que buscam transformar a sociedade;
- priorizar relações de efetivo intercâmbio entre os atores de cooperação;
- favorecer a autodeterminação e o direito à alteridade com atitudes criativas, propositivas, participativas e democráticas;
- ter a compreensão que a cooperação internacional é importante quando se transforma em expressão concreta das iniciativas e atuações locais, que envolvem a opção e o compromisso dos agentes da cooperação com a sorte dos excluídos e seu processo de emancipação;
- intensificar a busca de alternativa de cooperação e solidariedade e de novas parcerias com grupos e entidades do Sul. (CPT, 1995).

³⁵ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Dessa maneira, o trabalho da CPT se dava por meio do consórcio constituído por um conjunto de agências que garantiam sustentação financeira e apoio político. Com o fim do regime civil-militar-empresarial, várias entidades passaram a acreditar no fim da violência e na abertura democrática no país, redirecionando os recursos para outras zonas de conflito no mundo, acarretando menos recursos financeiros.

Com a abertura política e a formação de movimentos autônomos, a existência de diversas tendências políticas dos quadros e organizações se tornaram outra questão a ser avaliada pela CPT. Em documento da CPT, intitulado “Informações Sobre as Diversas Tendências de Encaminhar a Luta Pela Reforma Agrária na Atual Conjuntura”³⁶, de 25 de agosto de 1985, fez-se a avaliação das diversas práticas de luta pela terra existentes na época, Cada qual realizada por determinado setor, por determinada tendência política, com diferentes estratégias e objetivos políticos.

De acordo com o documento, em tempos anteriores, havia poucas lutas, pouca articulação. O Movimento Popular não tinha tanta força, e como havia muita repressão, um controle rígido do território, a maioria das lutas eram conduzidas de forma unitária ou pelo menos apoiadas por todos que se consideravam contra a ditadura, ou pelo menos, ao lado do povo. Com o fim da ditadura e a redemocratização do país, os movimentos passaram a desenvolver suas lutas mais isoladamente, dividindo-se em várias tendências.

Uma das tendências, de caráter mais conservador, foi denominada de “os pelegos de direita”. Assim, de acordo com a CPT (1985):

[...] são aqueles setores do Movimento Sindical claramente vinculados ao antigo e atual PDS. São fundamentalmente dirigentes sindicais ‘puxas-sacos’ do Governo, da direita que querem manter a situação como está. Para eles o principal é garantir seu dinheiro. Antigamente, eram uma ampla maioria, mas estão perdendo seu espaço. Mesmo assim continuam sendo a maioria o sindicalismo brasileiro.

Com a conjuntura da época, muitos políticos do Partido Democrático Social (PDS)³⁷ passaram para o PFL, outros para o PMDB e para o Partido Democrático

³⁶ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

³⁷ Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista da Ditadura Civil-Militar, extinto com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Após fusões e mudanças de nome, atualmente é o Partido Progressista (PP), mas, apesar da denominação, é marcado por traços conservadores e fisiológicos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-social-pds>>. Acesso em: 21 out. 2020.

Trabalhista (PDT). Esses representantes da burguesia estavam se adaptando à nova velha política e adotando uma linguagem progressista, mas, com o único intuito de se manterem de bem com as autoridades, com o poder e, dessa maneira, mantendo seus privilégios políticos e nada faziam pela Reforma Agrária.

Outra tendência era o reformismo, formado pelos sindicatos que seguiam, na época, as orientações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e das federações sindicais. Para a CPT, essa tendência significava um entrave nas lutas da classe camponesa, pois buscavam alianças com a classe dominante, subordinando-se a seus interesses. Os reformistas apoiavam, incondicionalmente, o Governo de Aliança Democrática, o Presidente Sarney. Na concepção política do reformismo, não se pode radicalizar a luta, levar os trabalhadores ao enfrentamento e pressão sobre o Governo, sendo uma afronta à democracia e levando a possíveis retrocessos. Contraditoriamente, nesse quadro, segundo o documento, estavam organizações “marxistas” que, *a priori*, deveriam ser consideradas como revolucionárias, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Portanto:

Partidariamente estão vinculados ao PMDB, ao Partido Comunista Brasileiro – PCB (que edita o Jornal Voz da Unidade), ao Partido Comunista do Brasil – PC do B (que edita o Jornal Tribuna Operária) e meia dúzia vinculados ao MR-8 (que edita o Jornal Hora do Povo). O reformismo é uma corrente política que se caracteriza por ter objetivos políticos apenas a realização de ‘reformas’ no sistema capitalista, em sua estrutura, bem como regime político. Iludem-se com poucos espaços ‘democráticos’ que existem. Com isso fazem alianças com o Governo, tratam de freiar e impedir a luta dos trabalhadores contra a burguesia e contra o governo. Tratam de amenizar a luta de classe. Dessa forma subordinam os interesses de toda a classe aos interesses da burguesia.

Ainda conforme o documento, existiam os setores do “esquerdismo”, formados em sua maioria por estudantes e por integrantes da classe média presentes na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na ala esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), que reunia, no início de sua trajetória, várias tendências políticas de esquerda. Esses sujeitos estavam se infiltrando nas lutas do campo, mas atrapalhavam mais do que ajudavam, prejudicando ainda mais o avanço, a consciência e a organização dos trabalhadores, apesar de suas ideias teóricas de construir uma sociedade governada pelos trabalhadores. Nesse sentido:

Os pequenos partidos de esquerda formados basicamente pela classe média e estudantes, que estão presentes na CUT e no PT, são basicamente os seguintes: o PRC – Partido Revolucionário Comunista; o PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; os partidos de tendência trotskista que são Libelu – Liberdade e Luta; a Convergência Socialista; a Democracia Socialista – Jornal em Tempo; e ainda outros agrupamentos menores sem expressão partidária ou articulação nacional.

A prática desses partidos é de todos conhecida. Usam um palavreiro bem radical, são contra todos e contra tudo. Dizem que querem fazer a revolução socialista, se metem em tudo onde podem. Mas não possuem quase nenhuma vinculação com o trabalho de organização do povo, de trabalhadores. Quando pegam os sindicatos nas mãos é só para manipular em função de seus interesses partidários, e o resultado é que sempre conseguem a antipatia e o repúdio da maioria dos trabalhadores pela forma como atuam. Pois bem, esses grupelhos e começam a chegar também ao campo, trazendo suas consequências na luta dos camponeses e também ao Movimento Sem Terra.

Ao se referir às tendências marxistas, percebe-se que a visão geral da CPT em relação às organizações marxistas era negativa, entre essas e outras, em função de serem de base ateísta. Em documento sem data, intitulado, “A Caminhada Da Pastoral Da Terra/MS”³⁸, ao se registrar as origens da CPT Regional MS, aponta para posição da CPT contrária à atuação das organizações marxistas no campo brasileiro. Dessa maneira:

Nasce como braço político do Partido dos Trabalhadores (PT) junto aos trabalhadores rurais, com apoio maciço da CPT (Igreja) que dessa forma rechaça a presença dos PCsⁱ que nas últimas 5 décadas haviam estado ‘por trás’ da maioria das lutas no campo. Tal ‘atrelamento’, aos olhos da Igreja, propicia ao homem do campo a orientação política às suas lutas, longe da ‘ameaça’ do comunismo ateu, que destrói os valores humanos autênticos (CPT, s.d.).

Como consta em documento elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 14 de dezembro de 1989, em seminário realizado em Brasília (DF), “Seminário de Agentes Pastorais Junto aos Trabalhadores Rurais Assentados – Projeto PE – 2.11 do 10º Plano Bienal”³⁹, de certa forma, a partir da redemocratização, a CPT passou a adotar novas formas de ação devido à emergência de novos movimentos sociais, principalmente, o MST, pois sempre existiram o diálogo e o trabalho conjunto, embora também sempre houvesse algum tipo de dificuldade e até mesmo algumas situações de tensão, com destaque para

³⁸ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

³⁹ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

as diferentes metodologias. As críticas da CPT ao MST, no documento, são apontadas:

- O MST é bom na ocupação de terra, mas não na organização, nos acampamentos e assentamentos. Em muitos assentamentos o MST não trabalha nem atua. Há dúvidas sobre a aproximação estratégica ou a sinceridade.
- Grupo anticlerical, formando pequenos guetos
- Grande número da direção é de ex-seminaristas,
- Escondem informações da base, e não se articula com outros movimentos nas ocupações,
- Rejeição da religião dos mais conscientes,
- Prática das CEBs não fecha com a prática do MST,
- Monopólio da direção do assentamento,
- Recorrem à CPT quando necessitam de ajuda material,
- MST resiste à presença de religiosos nos assentamentos,
- MST tem duas tendências: movimento violento e movimento de ocupação sem violência,
- Arrecadam fundos dos próprios assentamentos (1% da produção; 2% do Proceca; 5% dos grandes projetos), para pagar agrônomos e advogados.
- Na dificuldade recorrem a CPT, mas depois voltam a atitude de dominação,
- O MST se aproveita das indecisões da CPT para ocupar a copta [sic] estas pessoas preparadas pela CPT,
- A CPT dá poder à base, enquanto o MST concentra o poder na executiva,
- Precisamos conhecer as propostas e estratégias do MST,
- Não só a CPT, mas a CUT e PT tem dificuldades com o MST,
- Possibilidade da CPT ajudar o MST na reflexão, decisão e avaliação,
- MST tem planos de 5 anos. A conquista da terra é em vista da transformação da sociedade. Por isso, largam pessoas depois de entrar na terra. (CPT, 1989).

Este quadro de crise teórica e novas alternativas, associado ao empobrecimento crescente das populações rurais, às mudanças nas ênfases pastorais da Igreja e à relativização, por alguns setores, da Reforma Agrária, influenciaram profundamente na ação pastoral e intervenção social da CPT no meio rural. No ano de 1994, o Conselho Nacional da CPT realizou o seminário sobre a questão agrária nos anos 1990 em Goiás, do qual resultou em um texto denominado “A Situação no Campo nos Anos 90 e a Ação da Pastoral”⁴⁰, para elucidar os caminhos e descaminhos do campo brasileiro, a partir das organizações populares, movimentos sociais e sua relação com demais sujeitos sociais, analisando criticamente a capacidade e as possibilidades de presença e intervenção das Igrejas em geral e, em particular, da CPT, na realidade política

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.cptms.org>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

do campo brasileiro nos anos 1990. Esse seminário contou com a participação de estudiosos de diferentes áreas de interesse, pesquisa e especialização ligadas ao campo.

Com a ascensão dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos políticos, a Igreja deixou de ser o único agente nas lutas e a CPT passou a apoiar os diversos grupos sociais que se encontravam desorganizados. A CPT, que antes era o principal protagonista na luta direta pela conquista da terra, passou a atuar na organização dos diversos grupos que foram surgindo. A CPT compreendeu que os trabalhadores deveriam ser os próprios sujeitos de sua transformação social, e seu papel como liderança não mais fazia sentido, no entanto, sem renunciar a sua missão e responsabilidade, mantendo sua pobres. Seu trabalho hoje se dá mais na luta na terra, por meio de projetos para produção familiar e agroecológica, educação no campo, combate ao trabalho escravo, registrando o histórico camponês de luta no campo, em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e fazendo os registros de manifestações, ocupações e violência no campo.

Segundo Mitidiero (2008), a violência no campo desde sempre influenciou diretamente na forma de atuação da CPT e, no período da “Nova República”, apesar de ter se afastado da luta direta pela conquista da terra, a violência continuou fazendo parte do trabalho. Com envolvimento em discussões mais amplas em âmbito político nacional, passou a trabalhar com o registro da violência no campo, alcançando dimensões internacionais e se tornando referência nessa temática, por meio da coleta e divulgação de dados sobre conflitos no campo brasileiro⁴¹.

Ao contrário do que se imaginava, a “Nova República” se demonstrou no campo muito mais violenta que o antigo regime civil-militar-empresarial. Com a expectativa da Reforma Agrária, cresceu o número de acampamentos por todo o território, como forma tática dos movimentos sociais de forçar o governo a promover a desapropriação de terras e a formar assentamentos. Esse movimento dos trabalhadores gerou forte reação por parte dos proprietários de

⁴¹ Por meio do “Conflitos no Campo”, a CPT divulga anualmente dados sistematizados sobre a violência no campo. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/downloads-2/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>>. Acesso em: 3 nov. 2020.

terra e do próprio Estado, gerando um cenário de forte conflito e violência no campo, acirramento da luta de classes no território (MITIDIERO, 2008).

Conforme documento do “Movimento Sem Terra”, disponível nos arquivos da CPT Regional MS, denominando “Comunicação aos Amigos do Movimento”, na medida em que a “Nova República” foi promovendo a descentralização do poder, ela foi, ao mesmo tempo, o transferindo para o poder local. Nesse sentido, esta política, ao ser aplicada nas áreas periféricas do país, nas pequenas cidades do interior, passou o poder das mãos dos militares às mãos dos latifundiários. O poder acumulado durante 20 anos de favores e privilégios pelo regime civil-militar-empresarial foi utilizado pelos latifundiários contra a Reforma Agrária no país. Utilizaram-se dos aparelhos ideológicos para proferir calúnias e mentiras e articularam seus organismos de classe, como a UDR, inclusive, com a formação de milícias paramilitares e particulares que ameaçavam, espancavam e assassinavam trabalhadores em luta. Assim sendo:

Não foi por menos que, nesse período, formou-se a maior organização de proprietários rurais da história brasileira: a União Democrática Ruralista (UDR), que reuniu sindicatos patronais, associações de produtores, cooperativas e, individualmente, fazendeiros de todo o país para atuarem no campo político diretamente nas assembleias estaduais e federal e nas suas próprias propriedades ou nas regiões onde possuíam terras, intimidando, ameaçando, espancando e assassinando aqueles que reclamavam por direitos. Isso fez com que o número de mortos subisse exponencialmente, chegando a 161 assassinatos em 1987, isto é, a cada dois dias desse ano, um trabalhador rural era assassinado. (MITIDIERO, 2008, p. 220).

De acordo com o “Boletim Contracorrente”, do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), no século XXI, o campo brasileiro passou por uma das maiores transformações de sua história: a consolidação de seu Complexo Agroindustrial (CAI), o chamado “agronegócio”, resultado da aliança terra-capital, dos grandes fazendeiros brasileiros com o capital financeiro e grandes corporações transnacionais. Transformações que novamente corroboraram a acentuação da concentração fundiária. Veja-se, na tabela 5, a evolução da estrutura fundiária brasileira até o ano de 2017.

Tabela 5 - Brasil: Evolução da estrutura fundiária – 1960 a 2017.

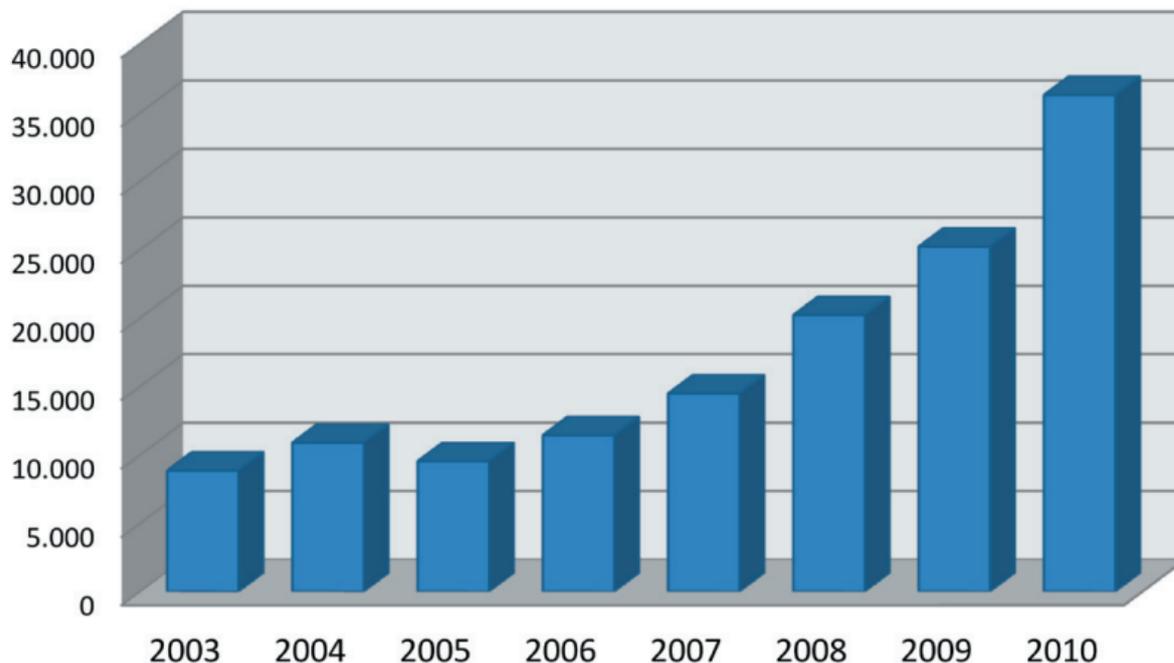
Ano	Menos de 100 ha		De 100 a menos de 1.000 ha		Acima de 1.000 ha	
	Estabelecimentos	Área ha	Estabelecimentos	Área ha	Estabelecimentos	Área há
1960	2.986.435 (89,47%)	53.158.671 (21,27%)	314.831 (9,43%)	86.029.455 (34,43%)	32.480 (0,97%)	110.314.016 (44,14%)
1985	5.225.162 (90,06%)	79.551.798 (21,21%)	517.431 (8,91%)	131.432.667 (35,05%)	50.411 (0,86%)	163.940.463 (43,7%)
1995	4.318.861 (88,87%)	70.575.779 (19,96%)	469.964 (9,67%)	123.541.517 (34,94%)	49.358 (1,02%)	159.493.949 (45,1%)
2006	4.448.751 (85,96%)	70.692.756 (21,19%)	424.288 (8,20%)	112.844.186 (33,82%)	47.578 (0,92%)	150.143.096 (45,1%)
2017	4.601.402 (90,69%)	71.804.615 (20,44%)	420.719 (8,29%)	112.257.692 (31,95%)	51.203 (1%)	167.227.511 (47,6%)

Fonte: SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Como pode ser observado na tabela 5, aumentou a área ocupada pelos estabelecimentos acima de 1.000 hectares; por outro lado, diminuiu-se a área ocupada pelos estabelecimentos com menos de 1.000 hectares. Em 2017, 1% dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares ocupavam 47% das terras ocupadas, enquanto 90,69% dos estabelecimentos com menos de 100 hectares ocupavam apenas 20,44% da área ocupada. Uma distribuição desigual e concentradora que expressa as relações e o poder no território brasileiro.

A consolidação do CAI se iniciou com a abertura das fronteiras pelo governo Collor e depois levado adiante pelos governos seguintes, com fartos investimentos estatais via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme demonstrado no gráfico 1, tornando-se o principal setor econômico do país.

Gráfico 1 - Brasil: Desembolso do BNDES ao Complexo Agroindustrial (CAI) – 2003/2011 – em R\$ bi



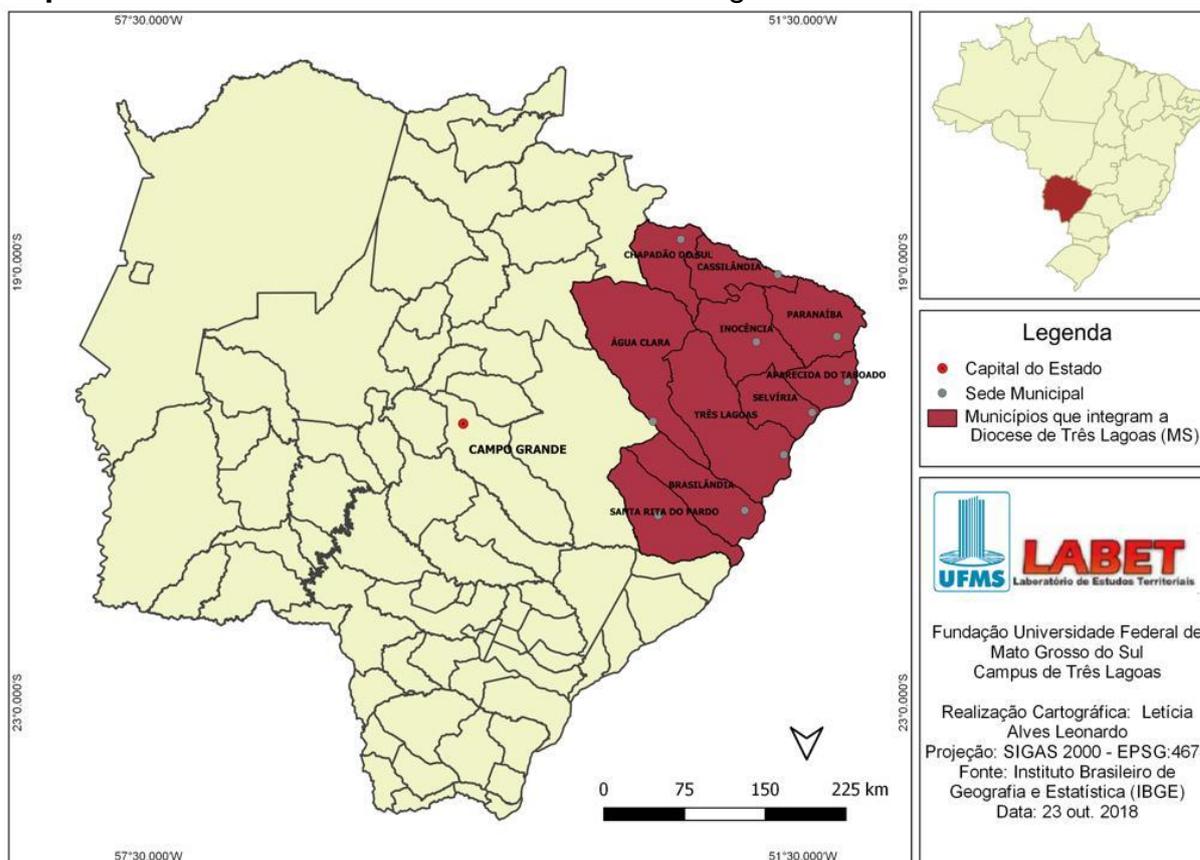
Fonte: Boletim Contracorrente, 1 de fevereiro de 2013.

A execução de um Projeto de Reforma Agrária representa o enfrentamento aos latifundiários, banqueiros e grandes empresários nacionais e multinacionais, enfrentamento necessário que ainda não foi realizado com êxito no território brasileiro, constituindo-se em histórica tarefa democrática a ser realizada pela classe camponesa desse país. Conforme Martins (1994), nenhum governo consegue se estabelecer no país sem fazer acordos com as oligarquias rurais, sem conciliar, a não ser que sejam derrubadas.

4 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NA DIOCESE DE TRÊS LAGOAS

A Diocese de Três Lagoas foi criada em 1978, integrando os municípios da chamada região do Bolsão, conforme o mapa 3: Três Lagoas, Selvíria, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência, Cassilândia, Chapadão do Sul, Água Clara, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Com a emancipação de Paraíso das Águas, em 2003, e sua instalação, em 1 de janeiro de 2013, sua área foi destacada da Diocese de Três Lagoas e integrada à Diocese de Coxim. Na área compreendida pela Diocese, com a implantação das propriedades e a fixação dos marcos de posse, às margens dos rios, os paulistas e mineiros demarcaram áreas extensas de tal forma que logo se tornaram grandes latifúndios, formando a chamada “região do Bolsão”. Uma das explicações para o surgimento da denominação se dá em razão da forte tradição pecuarista dominante nos municípios que compõem a região e que, no passado, determinava o preço de comercialização dos bovinos na região (ALMEIDA, 2017).

Mapa 3 - Mato Grosso do Sul: Diocese de Três Lagoas.



Fonte: Leonardo (2018).

A pecuária tornou-se a principal atividade na região do Bolsão desde a chegada dos bandeirantes paulistas e mineiros no século XVIII, quando seus habitantes originais – os Ofayé e os Caiapó⁴² – passaram a receber em seus territórios as investidas de invasores em excursões para reconhecimento e invasão, e assim, após a apropriação, as pastagens se tornaram a forma predominante de uso e ocupação do solo (FRANCISCO, 2013).

A atividade agropastoril se desenvolveu na região por se constituir importante rota de passagem, pois ligava as províncias de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, além da vegetação de gramíneas naturais entremeadas à vegetação arbustiva do Cerrado. Assim, ocuparam extensas áreas na região no período de posses livres, entre a revogação da lei de Sesmarias em 1822 e a aprovação da Lei de Terras em 1850. A ocupação do território teve início no ano de 1820, em Santana do Paranaíba, pelas famílias Garcia Leal, Lopes, Barbosa e Pereira, direcionando-se posteriormente para áreas mais ao Sul e a Oeste, onde “pioneiros” foram se apropriando de terras devolutas e, sobretudo, territórios indígenas, promovendo a formação de latifúndios (LEONARDO, 2020).

Entre o século XVIII e XIX, os caminhos das monções em busca de metais preciosos nas minas de Cuiabá e Mato Grosso gerou um fluxo de aventureiros apesar dos extraordinários riscos. O sonho do eldorado impulsionava os viajantes a enfrentar os desafios da aventura. Entre inúmeras intempéries, um dos grandes temores – senão o maior – era o encontro com os povos indígenas. Esses povos viam suas terras e rios serem tomados, principalmente por bandeirantes paulistas e mineiros. A essas ocupações reagiam no modo possível de cada dia, quase sempre no século XVIII pelas ações de enfrentamento, mas sem que deixassem de existir redes de negociação, a exemplo dos próprios aldeamentos (BORGES, 2017).

No contexto do século XIX, a Freguesia de Sant’Anna do Paranaíba compreendia uma área extensa no que hoje, de forma genérica, se denomina politicamente de bolsão sul-mato-grossense, área que compreende. Os municípios de Paranaíba, Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas, Brasilândia até próximo a Bataguassu, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Água Clara, Cassilândia, Costa Rica e Chapadão do Sul localizam-se, no presente, na área que compreendia

⁴² Segundo Leonardo (2020), antes da chegada dos colonizadores, dos bandeirantes e “pioneiros”, havia população de índios na região, os Caiapó. Há ainda relatos da presença de grupos indígenas da etnia Ofayé.

a Freguesia. Em 1830, fundou-se o arraial de Sete Fogos, hoje Paranaíba, por José Garcia Leal, acompanhado de seus 13 irmãos, suas respectivas famílias, empregados e escravizados. Esses pecuaristas então se estabeleceram de Paranaíba até o Rio Sucuriú em Três Lagoas. De meados do século XIX em diante, atravessaram o rio e se estabeleceram nas proximidades do atual município de Três Lagoas, perseguindo e escravizando os Ofayé, que, para sua defesa, refugiaram-se mais ao Sul, entre o rio Verde, onde hoje se encontra a cidade de Brasilândia, e na Serra de Maracaju (FRANCISCO, 2013).

Por outro lado, as apropriações indevidas de terras geraram conflitos com os Caiapó. Havia um significado muito forte das práticas guerreiras para os Caiapó, que além de serem fonte de obtenção de riquezas por meio do botim conseguido nos ataques, também exerciam papel importante na própria definição de sua identidade Caiapó. Talvez pelo constante embate com os colonizadores, esses povos tenham sido considerados erroneamente extintos (BORGES, 2017).

Os indícios dos Caiapó por essas terras devem ser compreendido, ao menos em parte, pela abertura da estrada do Piquiri que nasceu como um projeto que visava estabelecer um traçado entre Cuiabá e São Paulo, a fim de encurtar o caminho de Goiás e interligar a capital matogrossense às Províncias de São Paulo e de Minas, passando pelas terras de Sant'Anna do Paranahyba onde se dividiria em dois ramos: um para São Paulo e outro para Minas Gerais. Visava-se estabelecer redes de comércio entre Mato Grosso e as Províncias de Goiás, São Paulo e Minas Gerais; favorecer o povoamento por não índios e manter a segurança, inclusive, contra os Caiapó (BORGES, 2017).

No decurso dos séculos XVIII e XIX, esses povos viveriam o peso das doenças trazidas pelos colonos; a violência das expedições oficiais; a tomada de suas terras pelos povoadores de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, e demais ocupantes ou “invasores”; a inserção nas fazendas na lida com o gado e em outros afazeres em trabalhos que hoje denominados de “milícias” rurais. No presente, parecem encontrar-se perdidos na memória dos habitantes do lugar, todavia, diferentemente da tese de extinção, após muitas pesquisas, os Caiapó podem ser encontrados no Xingu, com outra denominação, os Panará (BORGES, 2017). A invasão do território pelos “pioneiros”, migrantes mineiros e paulistas, que se apropriaram de enormes extensões de terras, deram início à formação de latifúndios na região que, atualmente, correspondem relativamente à Diocese de Três Lagoas.

O mandonismo das oligarquias rurais formou-se em meio ao processo de apropriação das terras, integrando-se ao coronelismo. Assim, os sujeitos sociais subordinados ao poder dos senhores, como os escravizados, agregados, camaradas, vaqueiros e todos que estavam subordinados ao poder de mando dos coronéis, foram impossibilitados do direito à terra, justamente aqueles que abriram estradas, construíram casas, plantaram e colheram. Portanto, a questão agrária na região do Bolsão está intrinsecamente ligada à expansão territorial do capitalismo (LEONARDO, 2020).

A chegada da família Garcia Leal e da família Lopes possibilitou uma onda migratória de colonização para a região devido às condições ambientais, do solo, pastagens e água, sobretudo pelo posicionamento geográfico de fronteiras privilegiadas. Assim:

Posteriormente, outros migrantes foram se instalando na região do Bolsão Sul Mato-Grossense, entre eles Necésio Ferreira de Melo, ocupando terras banhadas pelo Ribeirão Campo Triste; Antônio Ferreira Bueno se instalou em Serrinha, hoje Garcias; Antônio Paulino, Izaías Teixeira Borges, Laudemiro Ferreira de Freitas e Evangelista Cândido de Oliveira, também às margens do Ribeirão Campo Triste; Silvério Garcia Tosta afazendado no alto Sucuriú, no bananal da Boa Vista; Misael Garcia Tosta, no ribeirão Morro Vermelho; Januário José de Sousa se instalou no ribeirão São Pedro; Manuel Garcia Tosta, no ribeirão Indaiá Grande; Carlos de Castro, na fazenda Coqueiro; Miguel Pântano, Marcolino Marques e Isaías Borges, em águas do rio Correntes; os irmãos Joaquim e José Machado, os irmãos Jerônimo e Isaías Coimbra, Jerônimo Rosa, os irmãos Albino, Ângelo, José e Vitório Lata, Antônio dos Santos, os irmãos Manuel e Francisco Fabiano, Silvério Garcia Tosta e seus filhos, todos afazendados em águas vertentes da Serra da Moranga; Bernardo Barbosa Sandoval, em águas do rio do Peixe; os irmãos José, Urias, Francisco e Antônio Queirós, em águas do rio Quitéria; a família Pereira, afazendada nos rios Sucuriú e Verde; as famílias Camargo, Otoni e Juscelino Ferreira Guimarães, no alto Sucuriú; as famílias Damasceno e Oliveira, no médio rio Pardo; as famílias Barbosa, Lopes, Rosa e Mariano, na Vacaria; e o vigário de Santana de Paranaíba, padre Francisco de Sales Fleury. (LEONARDO, 2020, p. 134).

Juntamente com a formação do latifúndio, o mandonismo local exercido pelas recém-formadas oligarquias rurais constituiu o coronelismo regional. Usavam dos meios mais violentos para impor seu poder sobre o território, fazendo o uso de pistoleiros para resolver suas desavenças, utilizando-se do banditismo como forma de repressão social e manutenção do poder, impedindo os trabalhadores pobres de acesso à terra, garantindo a reserva de mão de obra para trabalhar nos latifúndios.

Muitos descendentes dessas famílias ainda hoje ocupam posições de poder na esfera social e política dos municípios da região do Bolsão (LEONARDO, 2020).

As terras, na maioria dos municípios, foram utilizadas para especulação, como reserva de valor, terras de negócio ou como área de expansão de atividades criatórias de grandes proprietários do Oeste paulista. Dessa forma, no processo de apropriação do território, a classe camponesa foi impedida pelo poder do latifúndio de se estabelecer na terra. Lutar contra as oligarquias rurais era assinar a própria sentença de morte (LEONARDO, 2020).

A chegada da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), nas primeiras décadas do século XX (Figura 7), foi determinante para impulsionar a economia na região, intensificando a criação e o comércio de gado que passou a ser transportado para o Sudeste brasileiro pela ferrovia, assim como reverberou na valorização das terras e concentração fundiária.

O trecho Bauru-Corumbá, trecho qual abarcava o município de Três Lagoas/MS, entregue em 1914 para construção da ferrovia só foi totalmente concluído em 1926, quando então fora finalizada a ponte Francisco de Sá, sobre o rio Paraná, o que possibilitaria agora o transporte das composições sem interrupções, dispensando assim os serviços dos *Ferry – Boat* [...]. (FRANCISCO, 2013, p. 55).

Com a “Marcha para o Oeste” promovida pelo Governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, houve a expansão da fronteira agrícola com forte investimento estatal em infraestrutura, resultando na construção de rodovias, ferrovias e eliminação de barreiras alfandegárias, facilitando, dessa maneira, o comércio de gado com o resto do país, principalmente, com a região Sudeste.

Figura 7 - Três Lagoas (MS): vista parcial da estrada de Ferro Noroeste do Brasil – sem data.



Fonte: Acervo do Jornal do Comércio. Sem data.⁴³

A partir dos anos 1960, principalmente após o golpe de 1964, com o processo de “modernização conservadora” no campo, a vida dos trabalhadores rurais da região foi fortemente impactada. O processo de integração regional foi essencial para o desenvolvimento do processo de industrialização nos anos 1960-70. Assim, através dos transportes, da construção de rodovias, o Centro-Oeste tornou-se produtor de matérias-primas para as indústrias que se estabeleciam na região Sudeste e, ao mesmo tempo, um mercado consumidor dos produtos industrializados. A construção do complexo de Usinas Hidrelétricas ao longo do rio Paraná também foi essencial para a Indústria. Após a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, para dar materialidade ao II PNDPOLOCENTRO, selecionando áreas específicas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

No estado de Mato Grosso, foram selecionadas quatro áreas: Bodoquena (hoje Mato Grosso do Sul), Xavantina, Parecis e Campo Grande-Três Lagoas (hoje Mato Grosso do Sul). Com a aplicação da estratégia dos Polos, as áreas programa receberam volumosos recursos financeiros para investimentos na modernização da

⁴³ Disponível em: <<http://www.radiocacula.com.br/noticias/cultura/tres-lagoas-surgiu-com-a-chegada-da-ferrovia>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

agricultura, para a infraestrutura urbana e ampliação da malha de transportes (KUDLAVICZ, 2011).

O Estado disponibilizou crédito facilitado para implantação de empresas rurais e disseminação de novas tecnologias, visando estimular a modernização da agropecuária, a chamada Revolução Verde. No projeto técnico do POLOCENTRO, a área que se estende de Campo Grande a Três Lagoas representa uma parte dos municípios que compõem a região do Bolsão (Três Lagoas, Água Clara, Santa Rita do Pardo). As oligarquias rurais associadas ao capital industrial e financeiro passam a configurar a classe dominante, exercendo o seu poder sobre o domínio e uso do território. O Estado, instrumento burguês, incumbiu-se de garantir os serviços de assistência técnica, criando, em 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e os estados federativos ficaram responsáveis pela criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). (KUDLAVICZ, 2011).

Assim como na Amazônia, a expansão do capital na região se deu via incentivos fiscais, pela compra de terras, muitas vezes produto de grilagem, recebendo sob forma de incentivo fiscal o capital de que necessitava para produzir. Conforme pode ser observado na tabela 6, essa política foi importante para expandir a produção pecuária e, de modo particular, o plantio de eucaliptos e pinus, dessa forma, os sistemas de créditos oferecidos pelos programas privilegiaram as médias e grandes propriedades, principalmente, as propriedades ocupadas pela pecuária.

Tabela 6 - Região do Bolsão (MS): efetivo de bovinos – 1974 -1990.

MUNICÍPIO	ANO		
	1974	1980	1990
Água Clara (MS)	67.723	140.040	451.887
Aparecida do Taboado (MS)	98.521	165.417	165.407
Brasilândia (MS)	174.104	386.313	379.863
Cassilândia (MS)	85.262	139.553	251.415
Chapadão do Sul (MS)	123.995
Inocência (MS)	83.231	195.350	411.677
Paranaíba (MS)	231.986	503.407	481.942
Santa Rita do Pardo (MS)	490.113
Selvíria (MS)	158.326
Três Lagoas (MS)	138.427	397.972	540.685
TOTAL	879.254	1.928.052	3.455.310

Fonte: SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

Porém, no que diz respeito às plantações de eucalipto e pinus, conforme demonstrado na tabela 7, com o fim dos investimentos fiscais no início dos anos de 1980, os empreendimentos foram abandonados pelos investidores e as plantações de eucalipto foram tomadas pelas formigas e pelo fogo. O que escapou ao ataque de pragas e do fogo foi destinado à produção de carvão no início dos anos de 1990, para ser consumido nos fornos das siderúrgicas de Minas Gerais e São Paulo. Por sua vez, o pinus atraiu para a região de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, aproximadamente, 40 indústrias madeireiras que beneficiavam as toras de pinus, visando à exportação (KUDLAVICZ, 2011).

Tabela 7 - Mato Grosso do Sul: Perfil da Evolução dos Plantios de Eucalipto e Pinus - (ha).

Ano	Eucalipto e pinus (ha)
1972	3.133,40
1973	10.497,89
1974	17.715,14
1975	26.355,50
1976	46.105,72
1977	93.972,23
1978	34.914,58
1979	48.238,48
1980	47.071,95
1981	40.317,46
1982	36.448,49
1983	11.665,81

Fonte: Kudlavicz (2011).

O crescimento do efetivo bovino, a modernização das relações de produção e à expansão do latifúndio rentista, acarretou o aumento da expulsão de camponeses e assalariados rurais. Com isso, os trabalhadores foram perdendo seu espaço no campo e sendo obrigados a buscarem novas alternativas de sobrevivência na cidade, gerando grande número de trabalhadores rurais desempregados vivendo nas periferias das cidades. Conforme tabela 8, demonstra-se, no período de 1970 a 1991, a diminuição da população rural.

Tabela 8 - Região do Bolsão (MS): população urbana e rural – 1970 e 1991.

Municípios	1970		1980		1991	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Água Clara	646	2.541	1.356	3.451	2.265	4.274
Aparecida do Taboado	6.440	8.261	9.100	4.927	11.813	3.359
Brasilândia	1.608	8.792	3.593	9.029	4.885	5.464
Cassilândia	6.164	6.312	11.269	5.761	15.055	2.806
Chapadão do Sul	2.328	3.055
Inocência	921	5.119	1.431	4.463	2.986	3.293
Paranaíba	8.526	22.512	21.975	14.919	28.491	9.163
Santa Rita do Pardo	2.276	3.258
Selvíria	3.786	2.181
Três Lagoas	41.020	14.493	48.599	9.296	61.650	6.512

Fonte: SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Como pode ser observado na tabela 8, com exceção do município de Água Clara, a população rural decaiu significativamente, principalmente nos municípios de maior expressão econômica, como Três Lagoas e Paranaíba.

Nesse período, os pequenos arrendamentos em grandes propriedades rurais, com contratos periódicos entre três e quatro anos, colocaram as famílias arrendatárias em situação muito instável. Os arrendamentos duravam apenas o tempo necessário para que se desmatassem, cercassem e formassem as fazendas para a pecuária ou agricultura. Muitas vezes, a plantação do capim era o encerramento do contrato. Depois desse período, os arrendatários eram obrigados a procurar outra área na mesma propriedade ou em outra para iniciarem o mesmo trabalho (FALCHI, 2007). Situação que pôde ser confirmada pelo depoimento de um morador do reassentamento, Pedra Bonita, em Brasilândia, assim como a importância da CPT na conquista do reassentamento por meio da ação pastoral do agente Mieceslau Kudlavicz:

A gente formava aqui 60 alqueires a cada dois ano, mudava de invernada. A gente formava, praticamente formou essa fazenda aqui como arrendatário com lavoura de algodão, milho, feijão.

O pagamento do arrendamento nas terras de fazendeiros era pago com reforma de pasto. A gente plantava e dava o pasto formado pro fazendeiro. A cada dois anos uma área. A gente desmatava. Pegava a área bruta e deixava a terra com pasto formado.

Era muito pouco pra gente e pro fazendeiro às vezes era muito.

O único apoio que a gente teve foi o Mieceslau na época, entendeu? A orientação dele. Ele sempre tá com nós aí. Volta e meia ele aparece aí.

Os camponeses também sofriam com a falta de políticas de crédito e assistência técnica; além disso, muitas vezes, eram expulsos de suas terras por grileiros. Essa situação de instabilidade levou os trabalhadores rurais a buscarem, na luta pela terra, novas alternativas de reprodução social. A existência de uma questão agrária criou as condições objetivas para luta dos trabalhadores do campo, luta que passou a ser o escopo da ação territorial da CPT (FALCHI, 2007).

A questão dos ilhéus e ribeirinhos da barranca do rio Paraná também ganhou atenção da CPT na Diocese de Três Lagoas. O descaso do Estado, da CESP e das construtoras desencadeou no processo de luta por terra e indenizações. Muitos ribeirinhos estavam sendo expulsos de suas terras sem saber seu destino, sem nenhum tipo de amparo e informação. Com a construção do complexo de barragens ao longo do rio Paraná para atender à necessidade de energia do capital, os ribeirinhos tiveram que arcar com as consequências dos empreendimentos, como a diminuição do pescado, a poluição das águas e, principalmente, as enchentes, que, por vezes, alagaram áreas de plantio e de moradia dos ribeirinhos. Muitos que perderam suas terras passaram a integrar o numeroso grupo de trabalhadores sem terra da região; alguns se proletarizaram, outros se organizaram e passaram a lutar.

Foi no contexto de reestruturação do território pela expansão das relações de produção capitalistas e integração regional que foi criada a Diocese de Três Lagoas, em meio à modernização do campo e à construção de Usinas Hidrelétricas ao longo rio Paraná. De acordo com documento da CPT (S.D), chamado “Projeto de Manutenção de Agentes de Pastoral Rural da Diocese de Três lagoas”⁴⁴, a Diocese foi criada em 3 de janeiro de 1978, desmembrada da Diocese de Campo Grande. Foi instalada em 7 de maio do mesmo ano e seu primeiro bispo foi D. Geraldo Majela Raia.

Na visão dos setores progressistas da Igreja, adeptos da Teologia da Libertação, a desigualdade nos municípios que integravam a Diocese se expressava pelos polos. De um lado, latifundiários criadores de gado e capitalistas, e, no outro, camponeses, trabalhadores sem terra, boias-frias, peões de fazenda, empregados das reflorestadoras, diaristas, meeiros, arrendatários, trabalhadores escravizados nas Usinas Sucroalcooleiras e Carvoarias, povo Ofayé, ilhéus e ribeirinhos. De acordo com documento, intitulado de “Marcos Históricos da CPT-MS”⁴⁵, tendo em

⁴⁴ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁴⁵ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

vista as contradições sociais no campo, a Diocese de Três Lagoas criou um Projeto de Pastoral Rural, iniciado em outubro de 1980, para prestar apoio aos mais necessitados e aos mais pobres. Em 15 de dezembro de 1981, foi criada, oficialmente, a CPT de Três Lagoas.

A vinda do bispo D. Izidoro Kosinski, adepto da Teologia da Libertação, foi de suma importância para a ação das pastorais. D. Izidoro foi nomeado bispo da Diocese de Três Lagoas (MS) pelo papa João Paulo II, em 1981, onde atuou até o dia 3 de maio de 2009, quando, aos 77 anos, retornou para sua terra natal em Araucária/PR. Foi a partir de sua nomeação que se iniciou a formação de equipes de agentes interessados em participar das ações pastorais, resultando em trabalhos de grande expressão no município⁴⁶. Em entrevista, o agente pastoral Dalve fala da importância de D. Izidoro para as pastorais:

O Dom Izidoro ajudou muito nesse período que nós criamos a CPT, apoiou muito as pastorais de modo geral, as pastorais sociais. Mas em outras regiões a gente encontrava resistência nas Igrejas, mesmo aqui na Diocese né, embora o bispo apoiando, tinha paróquias que o padre e o diácono, o pároco, eles não eram favoráveis. Às vezes aceitavam as reuniões e tal só porque né, primeiro que era uma força muito grande do movimento nesse período né, tanto esse movimento que nós estamos falando dos desabrigados por barragens, mas também o movimento dos sem terra né, era uma época assim que a discussão da reforma agrária estava no auge né. Fim da ditadura, a nova Constituição que surgiu em [19]88, e também né, que surge com, em relação a antigamente, um certo avanço né, se é que se pode chamar assim, acho que até se pode porque hoje acabaram derrubando os avanços que houve naquela época né. Então assim, o período era propício de certa forma, o ambiente era propício, né.

Conforme relatório de esclarecimento assinado pelo Bispo D. Izidoro Kosinski, no dia 16 de fevereiro de 1984, criou-se, junto com outras instituições, o projeto de auxílio para o programa de desenvolvimento agrícola na Diocese. A principal instituição financiadora do projeto era a Misereor, da Alemanha Ocidental, em que a mediação era realizada por Heinzbernd Krauskopf e Hermann Possinger. Essa organização, pertencente à Conferência dos Bispos da Alemanha, é comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina⁴⁷. A ajuda da Misereor dirige-se a todos os sujeitos que passam por necessidade, independentemente da

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.jpnews.com.br/tres-lagoas/dom-izidoro-fala-dos-27-anos-em-tres-lagoas/1860/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.misereor.org/>>. Acesso em: 3 out. 2020.

sua religião, raça, cor ou sexo. O projeto era executado por agentes da CPT e a Diocese de Três Lagoas prestava contas regularmente por meio de relatórios.

Durante os três primeiros anos de projeto, em parceria com a Misereor, mais de 300 famílias receberam terras, além de formação de inúmeras organizações populares, como associações de ribeirinhos, a fundação de sindicatos de trabalhadores, o Comitê de Direitos Humanos, associações de domésticas e empregadas e outras atividades. As verbas destinadas a esse projeto eram provenientes de campanha quaresmal e de convênios com o governo da Alemanha.

Mas nem tudo foi parceria. Conforme o documento “História da Luta Pela Terra”⁴⁸, a ação dos agentes pastorais representou um desafio ao poder das oligarquias rurais nessa fração do território, com isso, muitas foram as dificuldades enfrentadas pela CPT na Diocese de Três Lagoas, inclusive, dentro da própria Igreja. O documento aponta:

A CPT foi quase abortada antes de nascer, e quase morta logo nos primeiros meses de vida, pois não agradava a maioria da Hierarquia da Igreja, que vivia de favores do latifúndio. Isto incomodava. Como sempre a Igreja vivia atrelada ao estado [sic], e agia conforme os interesses do estado [sic] e das elites dominantes. (CPT, s.d.)

No dia 22 de fevereiro de 2009, Dom Izidoro concedeu entrevista ao jornal “JP News”, de Três Lagoas, e relatou sobre a sua trajetória desde sua vinda para a Diocese e os problemas enfrentados. Ao ser indagado sobre a situação do município quando assumiu, o bispo respondeu:

O maior problema era a falta de sacerdotes e a pouca participação de leigos na Igreja. Mais da metade das paróquias da diocese não possui padre. Hoje tudo está bem melhor. Apenas em Santa Rita do Pardo, não temos padre. Além desses problemas de falta de participação ativa dos leigos na Igreja, tínhamos sérios problemas sociais que precisavam ser resolvidos pela Igreja, na diocese de Três Lagoas. A má distribuição da terra, em poder de grandes latifundiários e a questão indígena eram as grandes questões que exigiram o trabalho dedicado da Igreja, naquela época. (DOM IZIDORO, JP NEWS, 22 jan. 2009).

De acordo com documento “Avaliação da Equipe CPT da Diocese de Três Lagoas em Preparação da Assembléia Regional da CPT-MS”⁴⁹, (s.d.), no conjunto do trabalho desenvolvido pela CPT, a preocupação com alternativas à agricultura

⁴⁸ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

⁴⁹ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

capitalista sempre esteve presente. Assim, evidencia-se a importância de técnicas alternativas de produção e preparo do solo, manejo de pragas, cultivos alternativos, além do trabalho coletivo como forma de resistência dos pequenos produtores diante da política agrícola e agrária imposta. Entretanto, as dificuldades eram muitas, principalmente, em relação ao trabalho coletivo.

Outra questão era a forte oposição feita pelas maldosas e falsas acusações da mídia, aparelho ideológico das oligarquias locais. As acusações partiam, normalmente, de fazendeiros incomodados com a atuação da CPT. Conforme publicação do dia 12 de junho de 1986, do jornal “Agência do Estado”⁵⁰ de Andradina/SP, o proprietário do jornal semanário “Folha de Três Lagoas”, Iranilson, era o principal rival do bispo e dos agentes pastorais. Nas publicações, utilizava termos para se referir a Dom Izidoro e aos agentes como “bispo safado”, “elemento pernicioso”, “pária”, “mafioso” e “corja de safados”.

O bispo sempre que possível rebatia as calúnias publicadas em outros jornais, justificando o trabalho da Igreja e apontando para a verdadeira motivação das injúrias, fruto de imprensa que falava em nome de alguns grupos econômicos poderosos insatisfeitos com o trabalho da Igreja. Conforme demonstrado na figura 8, em reportagem do “Gazeta Popular”⁵¹, Dom Izidoro afirmou: “se acusaram Cristo de subversivo, hoje o acusariam de comunista, apenas mudando de termo”.

⁵⁰ Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/cedoc>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

⁵¹ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

Figura 8 - Três Lagoas (MS): rebate às críticas da mídia à CPT – 1986.

Para bispo, críticas do jornalista à CPT não têm importância

O bispo de Três Lagoas (MS), D. Izidoro Kozinski, considerou ontem "absolutamente normal" a reação do jornalista Iranilson Alves da Silva que está sendo processado na Justiça pela Comissão Pastoral da Terra daquela cidade, por haver publicado um artigo taxando de subversivo e comunista o trabalho daquela entidade junto aos flagelados da última enchente do rio Paraná. Segundo D. Izidoro, "no processo que moveram contra Jesus Cristo, ficou bem claro que as acusações eram feitas por gente que não era do povo. Todos nós sabemos quem eram esses inimigos. Eles diziam claramente a Pilatos: é preciso que ele morra, porque ele subverte o povo". Com isso, o bispo justifica seu raciocínio de que as críticas do jornalista ao trabalho da Igreja, é fruto "de uma imprensa que está falando em nome de alguns grupos econômicos poderosos. É claro que eles não podem deixar passar em branco esse trabalho da Igreja, que na realidade é uma opção de Cristo, sempre a favor do povo injustiçado e oprimido pelo grande imperialismo Romano". Para D. Izidoro, "se acusaram Cristo de subversivo, hoje o acusariam de comunista, apenas mudando de termo". Por outro lado, as críticas à linha progressista da Igreja no Mato Grosso do Sul que só agora está chegando à região do Bólsão do Estado, não vão, na opinião do bispo, provocar uma revisão do trabalho: "a Igreja", disse D. Izidoro — fez essa escolha e continuará firme porque ela pronunciou-se dessa forma a nível de América Latina. Isso não quer dizer que estamos contra os ricos. Estamos a favor de justiça. Não estamos condenando as pessoas,

mas as estruturas injustas. Aliás, nem mesmo Cristo foi contra os ricos. Tanto é que ele jantou na casa de Zaqueu, um homem muito rico e além disso foi sepultado no túmulo de José de Arimatéia, que também era rico".

Para o bispo de Três Lagoas, as acusações do jornalista que coloca a atividade da igreja como "manipuladora da ignorância dos incultos", não devem ser levadas a sério. "Os cães ladram e a caravana passa. O povo vai ver quem está com a verdade", concluiu D. Izidoro.

Fonte: CPT.

A opção do Bispo em prestar auxílio aos mais pobres e oprimidos lhe rendeu muitos inimigos e, desde então, passou a ter que conviver com sérias ameaças anônimas. De acordo com documento de 30 de maio de 1986, "Bispo de Três Lagoas Recebe Ameaças Anônimas", o Sindicato Rural ligado à FETAGRI e o Movimento de Cursilho de Cristandade de Três Lagoas lideravam uma campanha contra o bispo e agentes pastorais. As ameaças começaram em março de 1986, com uma carta enviada aos "srs. agentes de pastoral da Diocese de Três Lagoas"⁵². A carta dizia: "Só que agora vamos começar também o nosso campeonato; ou esta confusão acaba, ou os que a provocam desaparecem. Como? Veremos... O jeito a gente arruma. Chico Malta deu umas dicas".

A carta conclui:

Isso tem que acabar. O nosso grupo está resolvido mesmo. Ou isso muda, ou os da pastoral mudam; para onde, isso é não sabemos.

⁵² Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/cedoc>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

Não fiquem pensando que nós estamos amedrontados [sic]; não, nós estamos é avisando mesmo; quem avisa amigo é. Vamos dar um tempinho (CPT, 1986).

Ao se referir a Chico Malta, a carta faz alusão ao personagem da Novela Roque Santeiro, também conhecido como Sinhozinho Malta, fazendeiro rico, chefe político, corrupto, sem caráter, cruel e sanguinário – personagem que é expressão das oligarquias rurais brasileiras.

No mês seguinte às ameaças, em abril, no dia do aniversário de D. Izidoro, invadiram o escritório da pastoral e espalharam todos os papéis e alguns foram queimados. Para os coordenadores da pastoral, a invasão significou um “novo aviso” em ameaça ao trabalho pastoral. A luta de classes estava se acirrando e o uso da violência foi adotado pelas oligarquias por meio de atentado contra o D. Izidoro. O Bispo não soube dizer ao certo se esse ataque tinha ligações políticas, mas fato é que lhe foram feitas muitas ameaças.

Conforme demonstrado na figura 9, o atentado ocorreu no mês de julho de 1992, quando três homens encapuzados invadiram a residência do Bispo à noite, o espancaram e o forçaram a ingerir grande quantidade de bebida alcoólica. Somente no outro dia, às 7 horas da manhã, o Bispo foi encontrado. Estava amarrado, inconsciente e com uma fratura na bacia. Depois do atentado, a casa do Bispo passou a ser rondada por jagunços e houve vários telefonemas anônimos com ameaças. Seu enfrentamento ao latifúndio em favor da causa indígena e da reforma agrária contrariava os interesses das oligarquias rurais e capitalistas.

Figura 9 – Três Lagoas (MS): atentado ao Dom Izidoro Kosinski – 1992.



Fonte: CPT.

O atentado não representava apenas um ataque individual ao Bispo, mas um ataque a todos sujeitos sociais envolvidos contra as injustiças sociais, contra as contradições do capital. Ao atacar uma liderança, estava-se atacando todo o movimento, espalhando o terror e inibindo novas iniciativas da classe camponesa e da Igreja Libertadora.

Outro episódio de violência contra agentes da CPT ocorreu no Acampamento Jatobá dois anos depois. O acampamento foi formado por cerca de 28 famílias trabalhadores que estavam trabalhando na Fazenda Jatobá, próximo ao distrito de Arapuá, município de Três Lagoas, tirando semente de braquiária. Segundo o Jornal Vida Diocesana, nº 46, de 30 de agosto de 1984, a fazenda era do proprietário Silvio Arap e possuía 4.500 hectares, ou seja, um imenso latifúndio.

Os trabalhadores ficaram sabendo, por meio dos moradores mais antigos da fazenda, que aquelas terras eram devolutas, portanto, passíveis de desapropriação para reforma agrária. A partir dessa informação, organizaram o acampamento na fazenda, formaram uma comissão de trabalhadores e dirigiram-se ao TERRASUL, no dia 28 de setembro, para requerer as terras. Segundo o agente pastoral Dalve, a CPT participou da organização desse acampamento desde a sua formação:

Na época tinha um grupo de trabalhadores que tiravam semente de braquiária, aí foram trabalhar nessa fazenda, tirar semente de braquiária, aí nós conversamos pra organizar a ocupação, porque eles já estavam lá, entendeu, esse grupo já estava lá. Aí organizamos o grupo e ocupamos lá, fazenda Jatobá, mas fomos despejados. Aí acampamos é, quase, um pouco depois da fazenda tem um córrego, pra cá de Arapuá ainda... Aí acampamos do lado de lá desse córrego e ficamos lá um tempo.

No dia 5 de outubro, o fazendeiro enviou um trator para arar a terra na qual os trabalhadores estavam acampados, porém, eles embargaram o trabalho, o que resultou em uma denúncia por parte da fazenda na delegacia de Três Lagoas. No dia seguinte, pela manhã, três oficiais de justiça se dirigiram até o acampamento com liminar mandato e iniciaram o despejo.

Não houve resistência por parte dos acampados e o despejo estava sendo conduzido sem maiores problemas até que o fazendeiro, acompanhado de seus advogados, chegou bêbado ao local e, mesmo na presença dos oficiais de justiça, começou a agredir os agentes da CPT e o advogado que lá estava para apoiar os trabalhadores, além de ameaçar os trabalhadores de morte. Não satisfeito, colocou fogo nos barracos que lá estavam há cinco meses. Um dos acampados foi obrigado a atear fogo nos barracos sob ameaça de levar um tiro na cabeça pelo fazendeiro. Os oficiais de justiça não tiveram autoridade para impedir o arbítrio. Não bastasse o show de horrores, o fazendeiro ainda tentou retirar das mãos dos oficiais de justiça a máquina fotográfica com a qual estavam tirando fotos para anexar ao processo.

Expulsos da fazenda, os trabalhadores acamparam às margens da rodovia, onde conviveram com a fome, a miséria e o abandono por mais de 11 meses, conforme demonstrado figura 10. No dia 18 de maio de 1985, os acampados escreveram uma carta pedindo ajuda para a difícil situação em que se encontravam. Havia no acampamento 25 crianças abaixo de 10 anos, todas fracas por falta de alimentação. Também não conseguiam trabalho, pois os fazendeiros da região não permitiam que tirassem sementes de braquiária em suas fazendas nem nas estradas. Além disso, estavam passando frio e precisavam de cobertores, agasalhos e calçados. Só conseguiram uma solução definitiva em setembro, quando foram transferidos para o Projeto Guaicurus, no município de Bonito (MS),.

Figura 10 – Três Lagoas (MS): “Jornal O São Paulo” – 8 de novembro de 1984.

Três Lagoas, MS

Fazendeiro queima barracos de trabalhadores

A Comissão Pastoral da Terra de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, denuncia o fazendeiro Silvio Arap, proprietário da Companhia Pastoril Jatobá, (de 4.500ha) que expulsou, no último dia 6, 15 famílias de colhedores de semente de braquiária, que estavam acampados em uma gleba de sua fazenda. Os lavradores estavam desconfiados que as terras do fazendeiro eram devolutas, segundo as informações de alguns posseiros mais antigos. Uma comissão de trabalhadores compareceu, no dia 28 de setembro, à TERRA-SUL, órgão de terras do Estado, para requerer a definição do caráter da área.

Ameaçado, o fazendeiro colocou um trator para arar a terra e um grupo de lavradores embargou o trabalho. A polícia foi chamada e ao averiguar o ocorrido, prendeu o trabalhador Genésio Aureliano de Paula, um dos acampados, por desacato a autoridade, pois ele pretendia gravar a conversa entre o delegado e os posseiros. Preso durante 24 horas, Genésio foi preso e solto mediante pagamento de fiança.

Na manhã do dia 6, três oficiais de justiça foram ao local munidos de uma liminar e iniciaram o despejo que se desenvolvia sem problemas, até que o fazendeiro Silvio Arap, segun-

do afirma a CPT, chegou bêbado e acompanhado de dois advogados. (Dr. Clineu Pottumatti, pres. da OAB de Três Lagoas e Dr. Luiz O. Gotardi). Agrediu os membros da CPT e o próprio advogado dos acampados que também estava no local.

Diante de todos, ateou ainda, fogo aos barracos que haviam ficado de pé. Ameaçou com um revólver, um dos acampados de nome Japão, ordenando que o lavrador pusesse fogo em seu barraco. Dois lavradores, que, nem sequer haviam protestado contra o despejo, foram também ameaçados de morte pelos advogados do fazendeiro, ainda segundo denúncia da CPT.

Fonte: CPT.

Nos anos 1990, a situação foi se tornando mais complexa, pois o clero local passou a oferecer resistência contra a ação territorial das pastorais, inclusive, pressionando o Bispo D. Izidoro para tomar providência contra os agentes da CPT. No dia 27 de agosto de 1993, o Bispo convidou os padres da Diocese para uma reunião com as pastorais para abrir diálogo. No entanto, a maioria dos padres

desobedeceu à convocação e se reuniram em outra cidade da Diocese, Aparecida do Taboado, e de lá enviaram uma carta pedindo a exclusão dos agentes das pastorais da Diocese, conforme documento “CARTA AOS AMIGOS – Nº 5”⁵³, de 1 setembro de 1993,

Prezado D. Izidoro

Nós padres da Forania de Paranaíba-MS, Maurício Levy da Silva, João Altino Barbosa, Valdicir Stuani, Libânio Cicuto, Carlos Enrique dos Santos Silva e Diomar Serafim, reunidos em Aparecida do Taboado no dia 27.08.1993, para tratarmos de assuntos relacionados às Pastorais da Diocese de Três Lagoas, chegamos às seguintes conclusões:

1. Somos favoráveis às Pastorais em si. Apenas não concordamos com os trabalhos de determinados agentes, tais como: João Carlos, Maria Izabel Prates (Bel), Donizeth, Aparecida (Cida), Lorita, Belkiss, Cecílio, Edevaldo, Marilene e Zézinho.
2. Motivos:
 - a) O anticlericalismo manifestado em palavras e escritos.
 - b) Questionamentos sérios em relação à Eucaristia e doutrina da Igreja.
 - c) Cursos que são ministrados por esses agentes, acabam provocando confusões nas cabeças dos fiéis.
 - d) Uso de espaços físicos e reuniões para fins políticos e partidários.
 - e) Não leva em consideração a caminhada das comunidades.
 - f) O trabalho destes agentes não está favorecendo o crescimento das comunidades.
 - g) A manifestação político-partidária aberta está causando divisões e afastamento de leigos das comunidades.
 - h) Transmitem uma ideologia própria, com trabalho paralelo às Paróquias.

Diante destes fatos nossa posição:

1. Solicitamos que não sejam renovados convênios com Entidades do exterior por um determinado tempo; visando reestruturar as atividades das Pastorais, com novos elementos, critérios e participação das paróquias.
2. Não aceitamos estes agentes para realizar trabalhos Pastorais em nossas respectivas Paróquias.

Pe. João Altino Barbosa
 Pe. Diomar Serafim
 Pe. Maurício Levy da Silva
 Pe. Libânio Cicuto
 Pe. Carlos Enrique S. Silva
 Pe. Valdicir Stuani

Dom Izidoro acabou cedendo e, no dia 31 de agosto de 1993, cancelou o projeto de ajuda que sustentaria a Pastoral Social e a CPT. Esse tipo de atitude,

⁵³ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

porém, não era novidade no estado. O mesmo ocorreu em Campo Grande alguns anos antes, quando, após aprovado um financiamento de projeto, todos agentes foram demitidos. Após o cancelamento, a CPT Diocese de Três Lagoas foi integrada à CPT Regional MS.

Segundo entrevista do agente pastoral Mieceslau Kudlavicz, entre 1993 e 2000, houve distanciamento da CPT em relação às lutas, sendo retomado o trabalho no início do século XXI, quando a CPT começou a direcionar seu trabalho para a luta na terra, na produção e na organização de cooperativas, associações, organização de grupos informais. Visou-se melhorar a renda das famílias assentadas, implementando o sistema agroecológico, respeitando mais o ambiente, desenvolvendo trabalhos com a recuperação de nascentes, a proteção das margens de córregos, riachos e nascentes, não só pensando na conquista da terra, mas na conquista de melhor produção em equilíbrio com a natureza. Também foram desenvolvidas ações de combate ao trabalho escravo e de defesa aos posseiros do Cinturão Verde de Três Lagoas, porém, a luta pela terra ainda continuou no escopo da CPT, fundamental para a criação dos assentamentos, principalmente, os assentamentos São Thomé, São Joaquim e Alecrim.

Ao longo de seus mais de 40 anos de luta, o Evangelho de Cristo sempre esteve presente nas ações da CPT. Em entrevista, Dalve fala sobre a importância da religiosidade e do ecumenismo na legitimação das lutas:

Toda a discussão que a gente fazia em relação a conquista da terra era fundamentada nos textos bíblicos né, a luta pela terra na Bíblia... Nós participávamos de cursos de formação tanto na área religiosa, na área de direito a gente participava de curso, porque cê tinha que ter noção de direito né, então era assim, nós promovia encontro é, pra estudar. Tinha uma atividade assim bem interessante, até porque tinha que ter porque nós era ligado à igreja né, nosso chefe era o Bispo né, se você não chega nas comunidades com essa, não só com o discurso mas essa prática religiosa e tudo cê não é aceito também né.

Nós éramos católicos né, mais sempre com um respeito muito grande às outras crenças, vamos dizer assim né, e em determinado momento convidava mesmo né, olha é, por exemplo, celebração do dia, dia do trabalhador rural, 25 de junho se não me engano, ou romaria da terra, esses grandes encontros que a gente né, que a gente acabava é, promovia, aí a gente convidava as igrejas, presbiteriana, luterana.

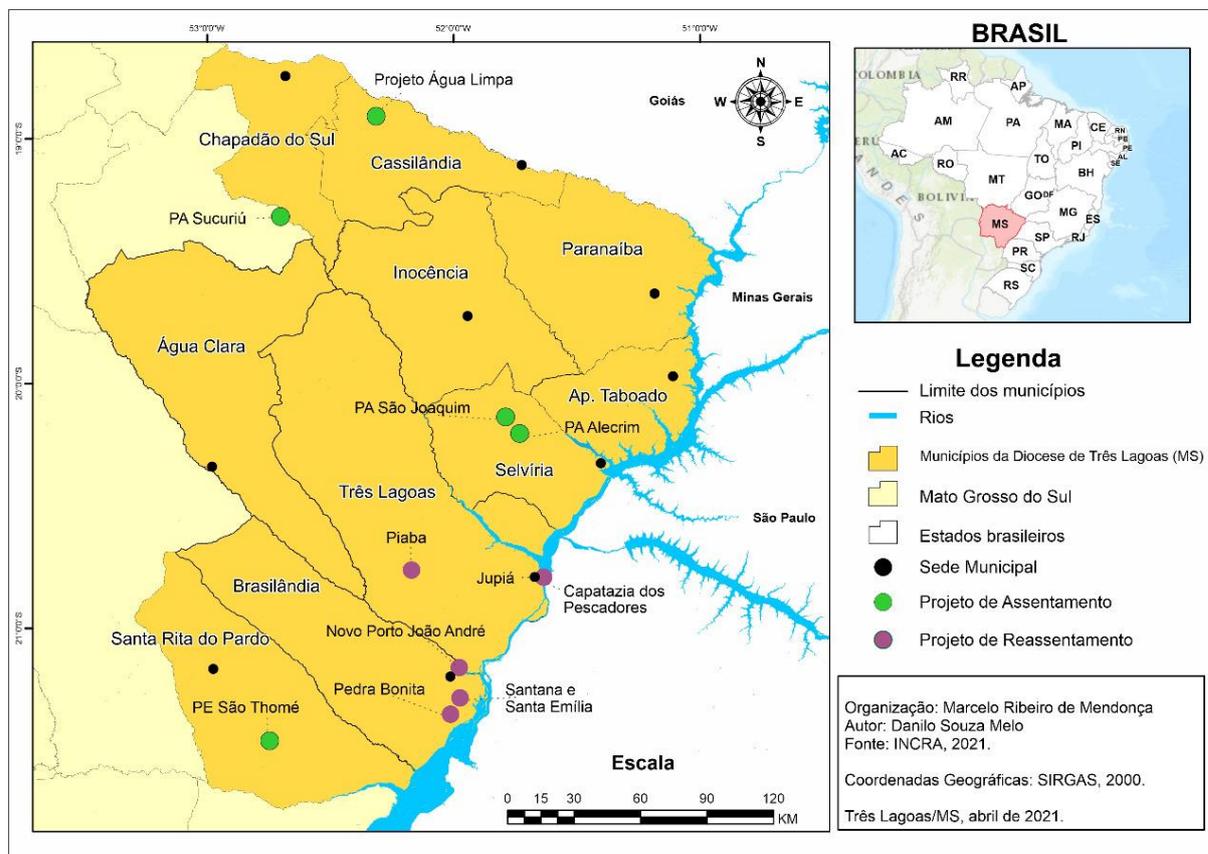
Nós fazíamos a nossa parte e algumas aceitavam porque no movimento tinham evangélicos. Eu me lembro de um senhor muito engraçado, seu Agripino, ele já é falecido. O seu Agripino era do

Cinturão Verde, ele era muito engraçado, ele era evangélico, aí ele gostava de discursar porque evangélico gosta de discursar né, aí nos encontro a gente tá lá discutindo e pá, aquelas reuniões e ele tomava a palavra: “Meus irmãos, minhas irmãs, essa luta, eu tô nessa luta porque essa é uma luta santa”. E aí falava, falava: “e se precisar eu vô com a Bíblia numa mão e a espingarda na outra!” Era assim, uma figura, ele era muito engraçado, mas era, ele era uma figura assim, uma liderança autêntica mesmo né. Não era só conversero não, sabe. Então assim, graças a esse trabalho que a gente fazia de integrar os que não eram católicos, a luta é de todos né, eu sou católico mas a luta não é só minha, é de quem queira se engajar na luta.

Dessa forma, orientados pelo Evangelho, pela Teologia da Libertação, a CPT realizou vários trabalhos com ribeirinhos, trabalhadores sem terra, posseiros e proletários rurais. Esses trabalhos eram de apoio à formação e organização de movimentos sociais, acampamentos e sindicatos rurais, resultando na formação de assentamentos, reassentamentos, legalização de terras de posseiros, conquista de indenizações, direitos trabalhistas, formação política e humana.

Conforme demonstrado no mapa 4, a CPT teve participação direta, desde o acampamento, na formação de cinco assentamentos, cinco reassentamentos e uma colônia de pescadores.

Mapa 4 - Diocese de Três Lagoas (MS): assentamentos e reassentamentos criados com participação da CPT.



Fonte: INCRA (2021).

Sempre importante destacar que a CPT trabalhava em apoio à luta e organização dos trabalhadores, como afirmado em entrevista pelo agente pastoral Dalve:

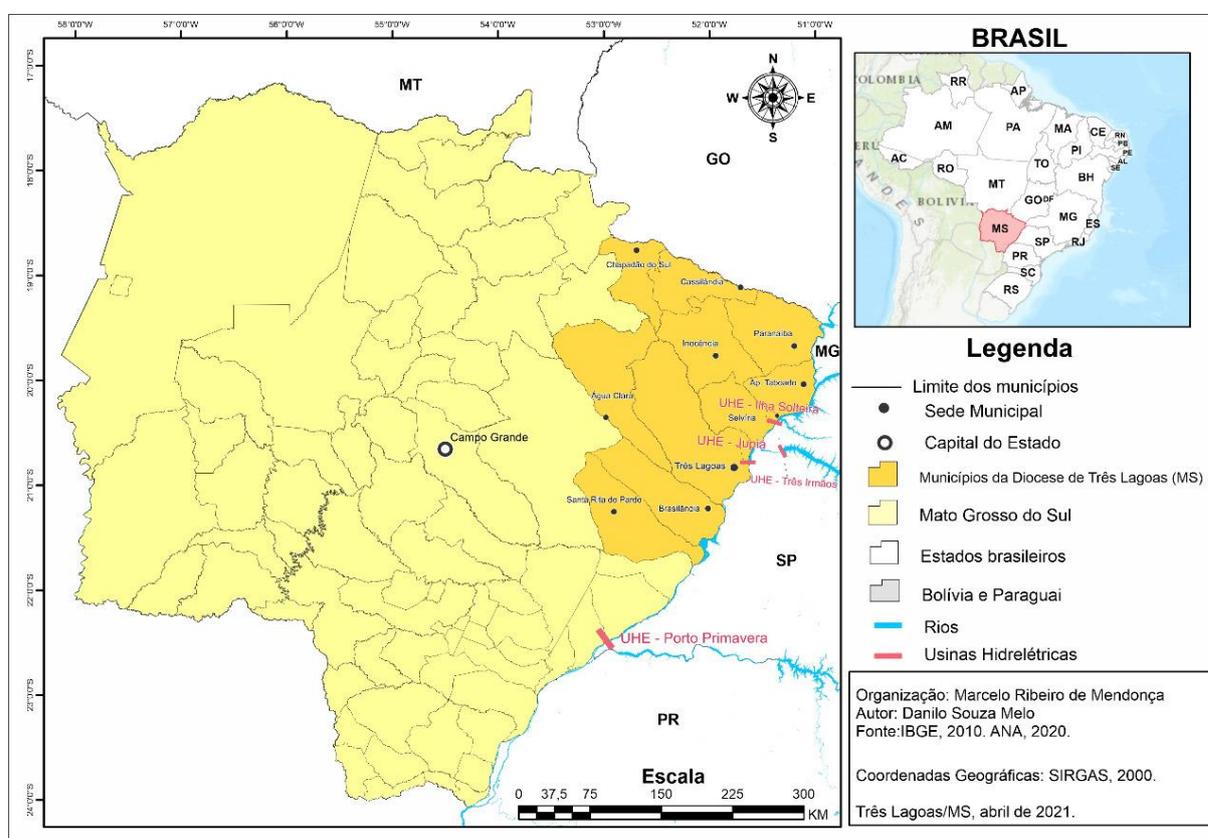
A Igreja não era representante dos trabalhadores, vamos dizer assim, o MST sim, o sindicato sim, entendeu, então assim, é, o foco é diferente né. Nós estávamos lá enquanto animadores, enquanto organizadores, mas o, a Igreja não pode nunca, não podia e não pode até hoje, é, se achar dona do movimento, seja sindical, seja sem-terra, seja de outros movimentos né.

O trabalho da CPT enfureceu as oligarquias rurais e passaram a atacar os agentes pastorais por meio do banditismo, da mídia e de seus representantes na ala conservadora da Igreja. No entanto, mesmo diante da violência desferida contra eles, os agentes da CPT não recuaram, levando em frente sua luta em favor dos mais pobres.

4.1 A luta junto aos ribeirinhos de Três lagoas

Conforme pode ser observado no mapa 5, a luta dos ribeirinhos tinha relação, principalmente, com a Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, concluída em 1974 e conhecida como usina de Jupιά, localizada entre os municípios de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS)⁵⁴ e, também, com a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, conhecida como Usina de Porto Primavera, localizada entre os municípios de Rosana (SP) e Batayporã (MS). Sua construção iniciou-se em 1980 e sua conclusão foi no ano de 2003⁵⁵.

Mapa 5 - Mato Grosso do Sul: Complexo de Barragens no rio Paraná.



Fonte: Belon (2012).

As usinas hidrelétricas passaram a ser construídas pelo Estado no intuito de criar condições de infraestrutura para o capital industrial, para a intensificação do processo de industrialização no território brasileiro, os chamados Grandes Projetos de Investimentos (GPI). Projetos excludentes que não levaram em consideração o

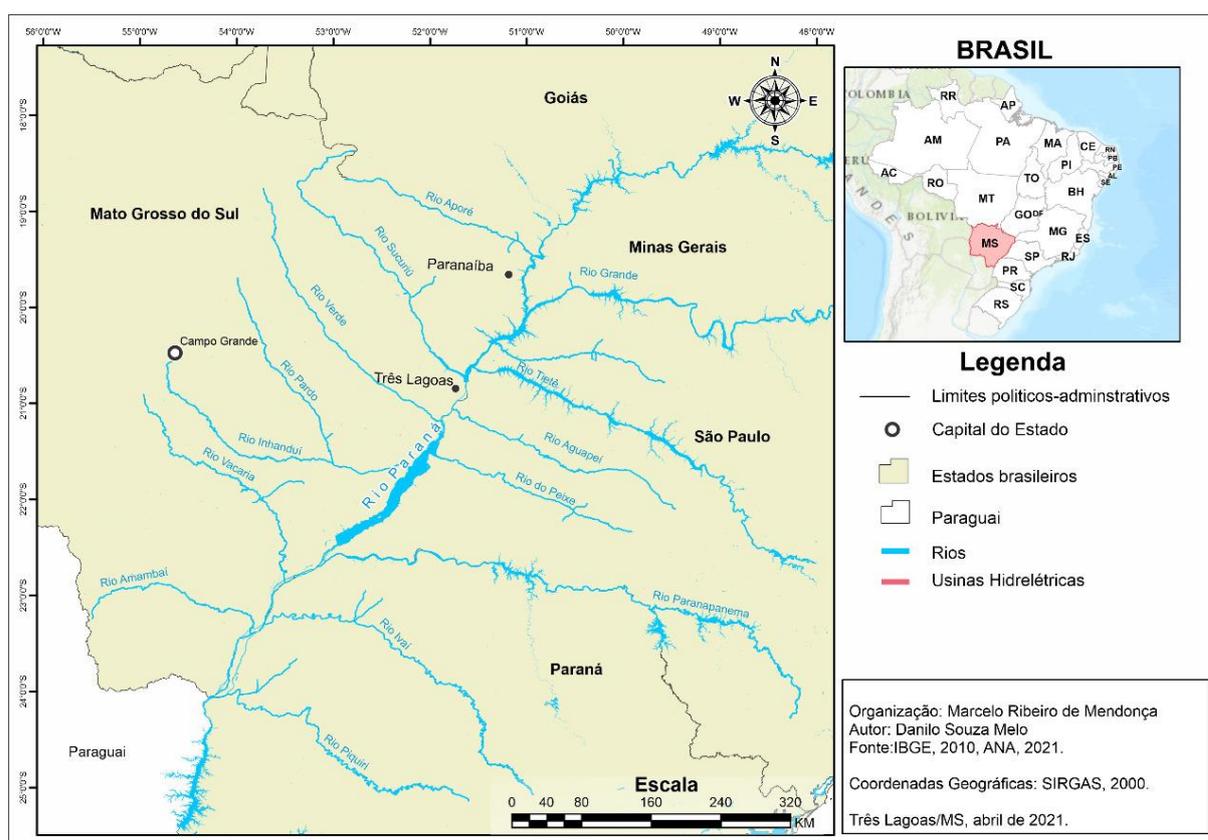
⁵⁴ Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/usina-hidreletrica-jupia/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/sociedade/apos-26-anos-cidades-impactadas-pela-usina-de-porto-primavera/363899/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

grande número de ilhéus e ribeirinhos que habitavam essas frações do território nacional. Desde a década de 1950 até a de 1990, a Eletrobrás, suas subsidiárias e empresas privadas, haviam inundado mais de três milhões de hectares de terra para a formação de reservatórios, provocando a expulsão de inúmeras famílias (BELON, 2012).

Por volta dos anos 1950, a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU) elaborou o projeto de construção do Complexo de Urubupungá na bacia do rio Paraná (mapa 6), com a construção de três usinas: a de Jupiá, denominada Hidrelétrica Eng. Souza Dias; de Ilha Solteira, no rio Paraná, cujas obras iniciaram na década de 1960; e a Usina de Três Irmãos, no rio Tietê. As construções dessas obras acarretaram inúmeras enchentes rio abaixo das comportas da Usina de Jupiá, atingindo os moradores da barranca do rio Paraná (BELON, 2012).

Mapa 6 – Brasil: Bacia do rio Paraná.



Fonte: IBGE (2010); Ana (2021).

Na década de 1980, o rio Paraná recebeu um novo projeto, a construção da usina de Porto Primavera, aprovado pelo Ministério de Minas e Energia em 1976. A

construção da Usina e formação do lago resultou na inundação definitiva de uma área de até 240.893,22 hectares, abrangendo terras de 11 municípios e cerca de 77 Ilhas. Seu reservatório inundou a maior reserva de argila da América Latina, aproximadamente 118 sítios arqueológicos, expulsando cerca de 1.729 famílias ribeirinhas, representando, assim, um desastre ambiental, social e cultural – contradições da reestruturação do território em função do desenvolvimento do capital (BELON, 2012).

Para ribeirinhos e pescadores, o espaço de uso coletivo que ocupam é utilizado para o sustento da família e da comunidade. Não vivem só do rio, precisam de terra e da água, dos brejos e matas ciliares. Para atender aos interesses do capital, prejudica-se os ribeirinhos e nega-se a importância da pesca artesanal para a economia dessas famílias, para a soberania alimentar e diversidade cultural. A pesca artesanal não é somente uma profissão, é um jeito de viver, de se relacionar com a natureza, retirando somente o que ela é capaz de repor. Para atender os interesses do capital, comunidades ribeirinhas inteiras são expulsas para dar lugar a empreendimentos estatais ou privados, gerando uma massa de trabalhadores desempregados, sem terra e sem rio.

Em função dos impactos socioambientais provocados pelas enchentes e pela formação do lago de Porto Primavera, pela reestruturação do território para o capital, a causa ribeirinha se tornou causa da CPT, que participou e assessorou diversas reuniões entre ribeirinhos, TERRASUL, Prefeitura, CESP, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Ministério Público, nas quais foram realizadas negociações por indenizações e reassentamentos. Em articulação com a CPT Nacional, foi organizado o “I Encontro dos Atingidos pelas Barragens de Ilha Grande e Porto Primavera”⁵⁶, realizado nos dias 2 a 3 de junho de 1980, em Guaíra (PR), onde os ribeirinhos iniciaram sua organização para lutar. Estavam sendo expulsos de suas terras sem direito a nada e algo precisava ser feito. Conforme relatório do Encontro⁵⁷, a pauta consistia em cinco pontos principais:

1. Levantamento de notícias envolvendo todos os presentes sobre barragens;
2. Relatório de experiências já realizadas em outras barragens;
3. Análise da política econômica das barragens;
4. Informação jurídica pelo advogado da CPT do Paraná;

⁵⁶ A construção da Hidrelétrica de Ilha Grande foi cancelada pelo Governo Federal (SILVA, 2008).

⁵⁷ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

5. Linhas de ação. O que fazer? Como fazer? (CPT, 1980).

A questão mais relevante verificada no encontro era total desinformação por parte de todos os participantes. Desconheciam o tamanho da área a ser inundada pelas barragens; quantas e quais famílias seriam atingidas; quando seriam obrigadas a sair; para onde iriam; não sabiam se seriam indenizados, nem quando, nem quanto, se seria em terra ou dinheiro. Um verdadeiro descaso com ilhéus e ribeirinhos que há décadas habitavam as ilhas e margens dos rios. Com a realização do encontro, em todos os municípios, foi verificado que: “falta saber quase tudo”, “não sabem nada” (CPT, 1980). Mas porque não sabiam nada? “Porque as empresas faziam as coisas escondidas do povo”, “interessa para empresas não comunicar”, “prefeitos, governos sabem, mas não comunicam ao povo” (CPT, 1980). No entanto, havia a consciência bastante forte em relação à luta pela terra por parte dos ilhéus e ribeirinhos, que consistia em “Terra por Terra”.

A partir dessa reunião, tiraram algumas linhas de ação:

I – ‘O que fazer’?

1. Envolver e mentalizar todos os atingidos e até os não atingidos;
2. Conquistar e conscientizar as autoridades;
3. Descobrir e levantar o que o povo pensa e deseja;
4. Bandeiras de luta:
 - A. Exigir ‘terra por terra’ – reassentamento no mesmo município;
 - B. Não fazer acordos isolados, mas só em conjunto;
 - C. Fazer o levantamento das propriedades (análise do solo, fotografias, pesquisas de preços, avaliação de benefícios, documentos em geral);
 - D. Identificar líderes no início dos atingidos para refletir e organizar os companheiros.

II – ‘Como fazer’?

1. Mobilizar o povo atingido através de reuniões, assembleias e passeatas;
2. Divulgação em rádio, programas sertanejos, das Igrejas e do Sindicato;
3. Exigir informações concretas dos responsáveis;
4. Formar comissões interestaduais e de classistas;
5. Solicitar a ajuda dos bispos, deputados e outras entidades;
6. Contratar advogados para a defesa de ação conjunta.

Formaram uma comissão provisória e aprovaram também uma ‘Assembleia de Representantes’, realizada no dia 18 de agosto de 1980, em Naviraí/MS. Nesse intermédio de tempo entre as assembleias, prepararam e encaminharam uma carta de convocação com cinco questões a serem respondidas na assembleia:

1. O que sabiam e o que faltava saber sobre a construção da barragem;
2. Quais os problemas que a construção da barragem iria acarretar para os ribeirinhos;
3. Quais as soluções que desejavam;

4. Em quem podiam confiar. Quais entidades e pessoas;
5. Como organizar para encaminhar e conseguir em conjunto, inclusive de outras áreas, as soluções necessárias. (CPT, 1980).

Em documento escrito por Mieceslau Kudlavicz, agente da CPT de Três Lagoas, apresentado em Audiência Pública da Comissão Mundial das Barragens, nos dias 12 e 13 de agosto de 1999, intitulado “Grandes Barragens e suas alternativas na América Latina”⁵⁸, foi relatado o histórico de lutas e enfrentamentos dos ilhéus e ribeirinhos atingidos pela construção das usinas. Segundo o documento, foi em dezembro de 1980 que aconteceram as primeiras reuniões e assembleias da população atingida com a participação da CPT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios atingidos e das Federações de Trabalhadores do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Em 1982, foram realizados dois levantamentos em Três Lagoas e Brasilândia. O primeiro levantamento foi realizado para constatar os prejuízos causados pelas enchentes de 1977 e 1982 em Ilha Comprida, distrito de Três Lagoas, onde viviam mais de 3.000 ilhéus. Essas duas enchentes podem ser consideradas o início do flagelo dos ribeirinhos na Diocese, assim como o início do trabalho da CPT junto aos ilhéus e ribeirinhos. O outro levantamento foi realizado com todos os moradores da barranca do rio Paraná, no município de Brasilândia, que seriam futuramente atingidos pelo enchimento do lago de Porto Primavera. De acordo com o levantamento, “moram 959 pessoas, existem 46 olarias, 155 crianças que estudam, 286 filhos que trabalham, 70 % de analfabetos, 133 famílias não proprietárias de terra” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). Ainda em 1982, conforme demonstrado na figura 11, a CPT criou o Boletim Informativo “O Barraqueiro”, com a finalidade de servir para a comunicação dos fatos relacionados à luta de ilhéus e ribeirinhos.

⁵⁸ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Figura 11 - Três Lagoas (MS): boletim Informativo "O Barranqueiro".



INFORMATIVO DA BARRANCA DO RIO PARANÁ - JUNHO DE 1983 - ANO II - Nº02

ENCHENTE : Uma rotina na vida do povo!

As enchentes já se tornou rotina para os habitantes da barranca do Rio Paraná. As inundações vêm se repetindo, causando enormes prejuízos na lavoura, na produção de tijolos e nas moradias. A vida destas mais de duas mil famílias, entre Jupiã e Porto XV passou a ser tumultuada, indo e vindo de creches, escolas, acampamentos, e vivendo dos auxílios dos Governos, para não morrerem de fome.

Desde dezembro do ano passado que as olarias não produzem, e estão com seus barreiros ainda inundados, completando seis meses sem trabalho. As lavouras foram destruídas e quase a totalidade das casas caíram. A Ilha Comprida nunca havia sido inundada. Este ano o Rio passou por cima, carregando tudo o que encontrava pela frente. A Pastoral acompanhou os trabalhos de socorro às vítimas da grande enchente. A desolação e a tristeza que havia entre os flagelados por terem seus bens e a sua terra invadida pela água. A Violência da água foi tanta que levou também a esperança dos que esperavam colher alguma coisa, ou ficar em suas terras até o dia da indenização. E houve até quem dissesse que a enchente carregou também com a alma das pessoas, deixando um coração ferido e cansado.

Mas a vontade de viver e de lutar por um pedaço de chão, de uma casa para morar, fez com que muitos daqueles voltassem e recomeçassem tudo de novo, do nada, com a força de seu trabalho, e a necessidade de sobrevivência. Porém os flagelados estão percebendo que possuem direitos, que devem ser respeitados. Estão descobrindo que podem se organizar e reivindicar estes direitos, e que juntos e eles são fortes, temidos, e vitoriosos.

Aos poucos, a história de um povo acostumado a ir e vir, passa a ser a história de um povo que sai para um dia não mais voltar, rumo a uma terra prometida, que será o paraíso conquistado pela força da união. Será a vitória da fé de quem não se deixa abalar nem corromper, mas que sabe o que faz livre, o faz digno, o faz gente, para nunca mais ser escravo de um Rio ou dos donos do rio, ou dos donos das margens dos rios, porque o Rio, como as margens, e como toda a Terra, é de Deus, e nos foi dada para repartirmos e dela tirarmos o fruto e o alimento para a vida.

Coragem, companheiros!




Fonte: CPT.

Como consta no texto publicado, a CPT participou do resgate das famílias atingidas. As enchentes provocavam grandes prejuízos nas lavouras, olarias e moradias, deixando as famílias em situação de vulnerabilidade social. No texto, nitidamente, percebe-se a influência da Teologia da Libertação ao se fazer alusão à

“terra prometida”, à “vitória da fé”, “...porque o rio como as margens do rio, e como toda a terra é de Deus, e nos foi dado para repartimos e dela tirarmos o fruto e o alimento para a vida”. Por fim, o texto traz um incentivo à luta – “Coragem, companheiros” –, demonstrando que, para a CPT, a resolução dos problemas que atingem o homem – ser social – não se dá no Além, e sim na vida real. A fé é instrumento de luta e não de alienação.

Seguindo as ações territoriais, foram realizadas reuniões e organizações de grupos de estudo e reflexão para os enfrentamentos a serem realizados diante dos impactos das barragens. Conforme figura 12, em 8 de abril de 1983, houve uma grande assembleia em Andradina (SP), no salão comunitário Nossa Senhora das Graças, com a participação da CPT, flagelados, representantes da CESP, advogados e políticos (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Figura 12 - Andradina (SP): Assembleias de flagelados – abril de 1983.



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

Convocadas pela CPT, mais de 600 pessoas compareceram, entre políticos, representantes da CESP, Comissões de Flagelados, sindicatos e Representante da Casa Militar de MS. Nesta reunião, formou-se a Comissão Executiva para fiscalizar a

chegada e distribuição de alimentos, levantar as realidades de cada família e manter a CESP e os governos dos estados informados, bem como encaminhar aos setores de responsabilidade as soluções e medidas a serem tomadas. A composição da Comissão Executiva foi composta pela CPT de Três Lagoas e Andradina, CESP, Sindicatistas das áreas atingidas e representantes das Comissões dos Flagelados (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). A realização da reunião no salão comunitário da Igreja demonstra sua relevância, transformando o espaço de fé em espaço de luta. A Igreja se tornou o ponto de referência dos trabalhadores na defesa de seus direitos humanos e sociais.

A CPT praticamente se torna interlocutora das reivindicações dos atingidos, coordenando reuniões, na maioria das vezes, e elaborando relatórios. Seus agentes auxiliaram na organização e na realização do primeiro Seminário Regional sobre Atividades Pesqueiras em Três Lagoas, em parceria com a Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER), a Prefeitura de Três Lagoas e a Colônia dos Pescadores, com 200 participantes. Assim, a CPT assessorou na preparação, organização e fundação da Associação da mão de obra atingida de Brasilândia (MS) (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Os agentes foram mediadores em audiência pública com o Secretário Estadual do Meio Ambiente (MS) e pescadores, a fim de entregar o documento reivindicatório contra a Lei da Pesca e denúncias contra a matança de peixes nas proximidades da barragem de Jupia. Apoiou na organização de Audiência Pública em Campo Grande contra a privatização da CESP, além de passeata na capital com mais de 500 pessoas (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Na figura 13, em 29 de abril de 1983, tem-se a demonstração da reunião encabeçada pela CPT, presidida por Dom Izidoro, o representante da CESP, Dr. Miguel Kosma (à esquerda) e com prefeitos dos municípios atingidos, buscando alternativas para a questão dos ribeirinhos:

Figura 13 - Três Lagoas (MS): Reunião de prefeitos dos municípios atingidos – Abril de 1983.



Fonte: Acervo particular de Mieczslau Kudlavicz.

As articulações e reivindicações mediadas pela CPT ajudaram a evitar o despejo de muitos atingidos, no reassentamento de muitas famílias, conquistas de cestas básicas e no aumento de poder de negociação dos ribeirinhos, que conseguiram triplicar os valores indenizatórios em relação às propostas iniciais devido a maior organização e persistência dos atingidos. Conforme a entrevista do agente pastoral Mieczslau Kudlavicz (2018):

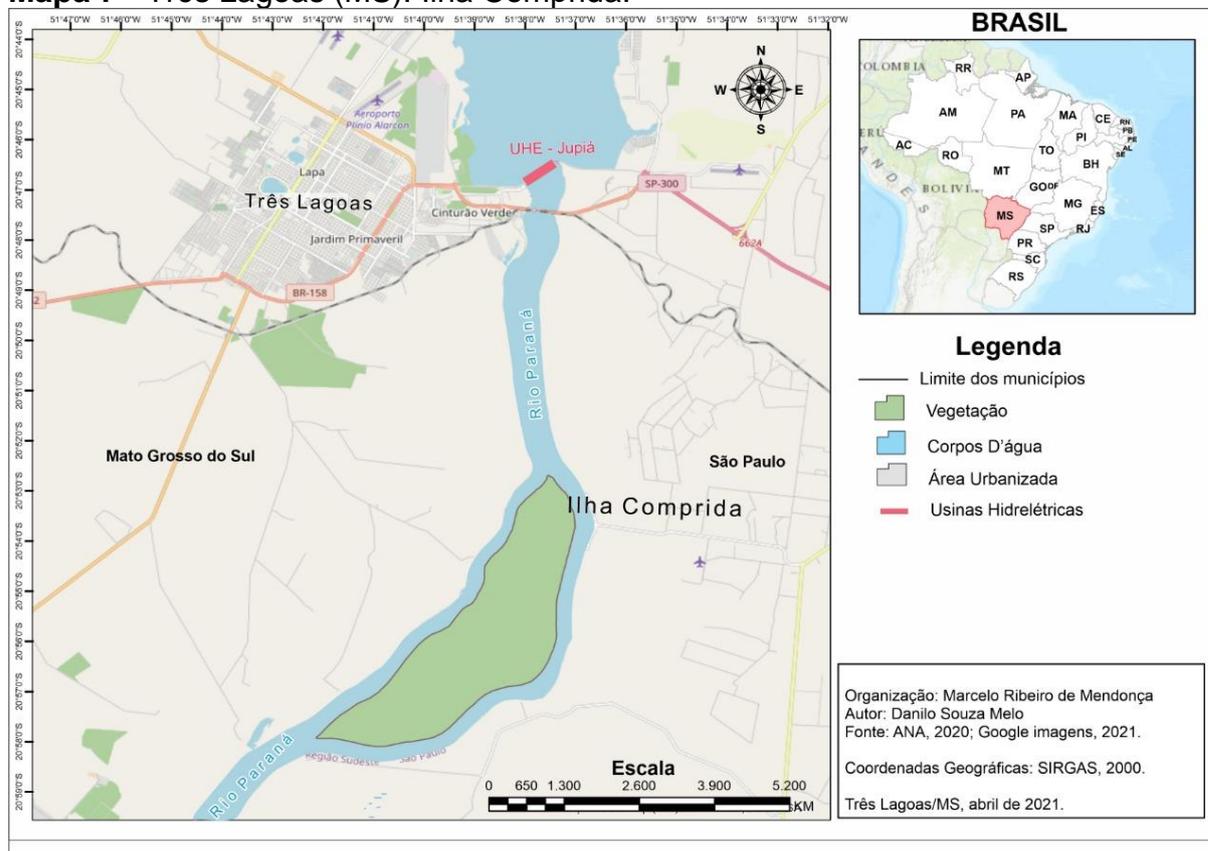
[...] a luta dos ribeirinhos que era uma outra luta muito forte aqui na nossa região que eram os ribeirinhos que estavam sendo ameaçados de despejo por conta da construção da barragem de Porto Primavera e ali envolvia uma área muito grande. Porto Primavera que fica perto de Rosana, até Três Lagoas são 350 quilômetros de extensão e toda essa área de alguma forma seria impactada e atingia municípios que pertenciam à Diocese de Três Lagoas, no caso Brasilândia e Três Lagoas, só que era impossível você fazer esse trabalho de organização só com esses ribeirinhos, era necessário fazer uma articulação com os demais municípios, que pertenciam aqui à Diocese de Dourados, os municípios que estavam envolvidos do lado de São Paulo, mas, principalmente, com esses municípios aqui do estado de Mato Grosso do Sul. E aí foram vários anos contribuindo na organização desses ribeirinhos pra reivindicar minimamente um atendimento mais justo e adequado às condições que eles viviam na barranca do rio, e nem sempre conseguimos fazer.

4.1.1 Ribeirinhos de Ilha Comprida

O início da ação territorial da CPT em Três Lagoas se deu com os moradores de Ilha Comprida, com sua intervenção diante das contradições inerentes à reestruturação do território para geração de energia para o capital.

Conforme pode ser observado no mapa 7, Ilha Comprida está localizada entre os municípios de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS), possuindo mais de 300 hectares (BELON, 2012). Pertencente ao município de Três Lagoas, chegou à condição de distrito pela Lei Estadual n.º 2.112, de 26 de dezembro de 1963⁵⁹.

Mapa 7 - Três Lagoas (MS): Ilha Comprida.



Fonte: Ana (2020); Google Imagens (2021).

Segundo entrevista do Sr. Djalma, 84 anos, ex-morador de Ilha Comprida, reassentado no Projeto Jupiá, a ocupação da ilha se deu pela formação de colônia agrícola da qual ele foi pioneiro junto ao “engenheiro Beto”. Quando chegaram à Ilha, aproximadamente em 1950, apenas três pessoas lá moravam; entre eles, um

⁵⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/historico>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

jagunço que ficava escondido na Ilha, fato que demonstra a prática do banditismo pelas oligarquias rurais locais. Conforme o Sr. Djalma:

Ele tinha um barraquim, ele prantava arroz de enxada. Ele tinha uma rocinha assim. Ele tinha uma rocinha, o finado Pedro Cego, mais Dona Maria Preta. Ele era jagunço do Moura Andrade. Aí foi abrindo estrada, abrindo tudo as fazendas, acho que ele era um cara muito perigoso, esse veio aí, o Moura Andrade e falou: você não pode ficar aqui. Você tem que escoltar você. Vou te arrumar um lugar bão. Vou te dar um barco e você vai entrar dentro da Ilha Comprida. Aí ficou aqui de frente o córrego do moinho, dentro da Ilha. Aí foi lá e armô o barraco dele, ficou ele e a véia, era só os dois.

Segundo o Sr. Djalma, a ilha, com aproximadamente 18 km de extensão, de terras extremamente férteis, principalmente em relação às áreas de Cerrado, foi loteada em pequenos lotes de 4 e 5 alqueires e vendidos em condições facilitadas de pagamento. A intenção era transformar a Ilha em fornecedora de alimentos para Três Lagoas e região, tendo em vista a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, conhecida como Usina de Jupιά, iniciada em meados da década 1960 e concluída em 1974⁶⁰, e o consequente crescimento populacional em função do movimento migratório de trabalhadores para a Usina. Aqui fica uma questão: já que existia conhecimento em relação à construção da Usina Hidrelétrica de Jupιά, o que, inevitavelmente, traria enormes impactos socioambientais aos ilhéus, por que o governo permitiu a formação da Colônia Agrícola na ilha? Descaso, conveniência? Essa é uma pergunta sem resposta.

O fato é que após o término da construção da Usina de Jupιά, a vida dos moradores de Ilha Comprida não foi mais a mesma. Antes da construção da barragem, ocorriam enchentes naturais, porém, sem maiores danos aos ilhéus. No entanto, após o término da obra, em 1974, tiveram que conviver com grandes enchentes quase todos os anos, com destaque para três grandes. A primeira ocorreu em 1977, e a maior de todas, em 1982, chegou a cobrir toda a ilha, dando início ao processo de desapropriação da Ilha. Posteriormente, em 1992, ocorreu outra grande enchente, prejudicando aqueles moradores que não chegaram a um acordo com a CESP e aguardavam o desfecho das negociações.

De acordo com Belon (2012), por volta da década de 1950, a CIBPU elaborou o projeto da construção do Complexo de Urubupungá na bacia do Paraná,

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.ctgbr.com.br/usina-hidreletrica-jupia/>>. Acesso em: 6 fev. 2021.

com a construção de três usinas: duas no rio Paraná, cujas obras iniciaram na década de 1960, Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias e Ilha Solteira, respectivamente; e, posteriormente, a de Três Irmãos no rio Tietê. Portanto, a assertiva de Belon (2012) vai ao encontro do depoimento do Sr. Djalma:

Aí tinha um senhor de Três Lagoas de nome Beto, era mãe e filho, era viúva, Dona Carlota, e tinha o filho dela de nome Beto. Em Três Lagoas não tinha nada. E ele morava em Três Lagoas. Aí ele entrou lá e, ele era meio engenheiro, um cara sabido, estudado. Aí pegou a Ilha e requereu a Ilha Comprida. Não me lembro o nome do governador, ele foi lá e falou assim ó: tem uma ilha assim, assim, assado, vamo montar na barragem, tá fazendo a barragem, aí, como diz o outro, a Ilha Comprida vai ser o coração, que é cultura de primeira e a região de Três Lagoas é só Cerrado. E então ia abrir a Ilha, coloco barco grande lá e, pra fazer o transporte, e ia requerer aquela ilha e vender pra pobreza. A Ilha é um deserto! Muito grande a Ilha! Aí então ele disse: faz o levantamento da ilha. Ele pegou e fez o levantamento da ilha. Esse Beto mais Dona Carlota. Aí foi rapaz. Aí eu trombei com eles aqui na Cinco Ilha, numa fazenda duma japonesada. Aí eles me falaram: rapaz vai abrir Ilha Comprida. Aí eu falei: Vai rapaz? Ele falou: vai. Eu vou lá. Aí ele requereu a ilha do governador. Não me lembro o nome do governador. Então pode cortar a Ilha então. Eu quero fazer tudo em lote pequeno. Mas tem que dar uma estadia porque esse pessoal que vai entrar em Ilha Comprida vou vender pra pobreza, vou ficar uns 3,4,5 anos vendendo lote. Vô cortano e entregano, vendeno os lotes. Mas tem que vender em condições pra pagar em cereais, pagar tudo com lavoura, é milho, feijão, batata, frango, porco, o que nasce lá dentro. Aí entremo cortano.

Ainda segundo o Sr. Djalma, todos os lotes foram vendidos com escritura fundiária regulamentada. Em menos de três anos, os trabalhadores conseguiam pagar pelos lotes. A fertilidade do solo possibilitava alta produtividade e vida de fartura e satisfação, ao contrário das terras do Projeto Jupia, onde foi reassentado, o que demonstra a continuidade das dificuldades mesmo após a conquista do reassentamento. Assim, Sr. Djalma relata:

Eu sei que no final vendeu tudo. A ilha inteira. Tudo em lote, e aí todo mundo fez sua casinha. Uma aqui, outra ali. Barria de bassoura. É, barria de bassoura. Era uma fartura rapaz! Ali tinha de tudo! E todo mundo pagou! Era tudo baratinho! Nego vendia, na primeira safra nego plantava aí dois arqueire de arroz, com meio arqueire ele pagava a terra. Era tudo baratim naquela época. E tudo com escritura.

Trinta e seis anos que morei dentro da Ilha, prantano roça, eu nunca comprei um saco de adubo. Arroz cacheava na minha artura aqui ó. Arroz, prantava todo ano na mesma terra, arroz cacheava na minha artura. Aqui você joga adubo, dá aquelas moitinhas de arroz desse tamainzim assim, pezinho dessa grossura. Lá cê prantava um arroz,

oito, dez caroço numa cova de arroz, formava uma toceira que era isso aqui ó.
Peixe, fartura pra peste, tinha de tudo, canavial de cana, a cada oito, dez casa tinha um boteco, e tudo gente boa nego véio, não fartava nada, tinha de tudo.

Em entrevista, o agente pastoral Dalve Manoel, que também foi morador da ilha desde 1958, quando tinha seis anos, confirmou que a Ilha Comprida foi uma Colônia Agrícola. Nas décadas de 1960/1970, falava-se em mais de 3.000 habitantes, muitas famílias nordestinas atraídas pela construção da usina de Jupirá adquiriram terras na ilha. Produziam alimentos para autoconsumo e vendiam o excedente. Devido ao estrago das enchentes, principalmente de 1982, muitos pequenos proprietários começaram a vender os lotes para grandes fazendeiros, que futuramente seriam indenizados pela CESP pela desapropriação das terras. Conforme entrevista:

Choveu muito aquele ano, e aí as barragens não suportando a quantidade de água, soltavam a água né, e aí inundou, o rio encheu muito, e inundou Ilha Comprida e muitas outras ilhas daí pra baixo. Atribuíram a culpa à CESP. Foi a maior enchente dos últimos 50 anos. No final da década, já próximo da interdição, já quase não mais havia pequenos proprietários, só grandes fazendas.

Como demonstrado na figura 14, a enchente de 1982 encobriu toda Ilha, destruindo plantações, estradas, matando animais de criação, como suínos, bovinos, aves, equinos, etc., além das benfeitorias e moradias. A CPT, que acabara de ser criada em 1981, participou do resgate e amparo aos ilhéus, providenciando hospedagem, comida, roupa, remédios etc. Posteriormente, iniciaram o trabalho de conscientização junto aos flagelados para que se organizassem na busca de seus direitos, de novas terras e indenizações, uma vez que o nível atingido pelas águas era muito próximo ao nível que seria definitivo após o enchimento do lago da futura barragem de Porto Primavera. Ao todo, eram 3.500 pessoas residentes na ilha afetadas pela enchente, abrigadas nas cidades localizadas próximas ao rio.

Figura 14 - Três Lagoas (MS): Enchente em Ilha Comprida – 1982.



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

Voltar para Ilha era algo muito arriscado e desanimador. Era difícil ter ânimo para reconstruir tudo o que foi perdido na enchente. Situação aproveitada pelos grandes fazendeiros que, mediante o desespero alheio, passaram a comprar os lotes. No entanto, muitos resistiram à espera de que a CESP os indenizassem.

A CPT desenvolvia suas atividades, realizando levantamentos socioeconômicos junto aos atingidos e reuniões com moradores para tratar de assuntos diversos, como o fechamento de um canal que inundava a ilha em época de chuva, sobre a falta de disponibilidade de ônibus aos domingos, abertura de estradas na ilha, assistência médica e odontológica, a providência de uma balsa para transporte de produtos, realocação, indenizações, assim como a organização de viagens à Brasília e Campo Grande de uma Comissão de Representantes para reivindicar as necessidades dos ilhéus.

Na figura 15, por exemplo, tem-se a foto de uma reunião realizada no dia 9 de maio de 1982, com cerca de 45 pessoas, no intuito de acertar os últimos detalhes de uma viagem da Comissão Representativa dos Atingidos a Campo Grande.

Figura 15 - Três Lagoas (MS): Reunião com Flagelados na escola de Ilha Comprida – 1982.



Fonte: Acervo particular de Mieczeslau Kudlavicz.

Conforme publicado no Jornal Diário da Serra, de 15 de junho de 1982, entre as pautas dos moradores de Ilha Comprida, estava o rompimento da comporta de um canal que, desde 1975, os prejudicava, destruindo sua produção agrícola e pecuária. Segundo entrevista do agente pastoral Dalve, o canal foi aberto por um fazendeiro para escoar água de uma lagoa para fora da ilha, para o rio. Esse canal possuía uma comporta que se fechava quando o rio subia para que a água não adentrasse novamente, porém, com as enchentes, a comporta estourou, provocando inundações.

Na figura 16, observa-se o impacto da força da água, a comporta destruída e parte da área alagada.

Figura 16 - Três Lagoas (MS): Comporta rompida de canal em Ilha Comprida – S.D.



Fonte: Acervo particular de Mieczslau Kudlavicz.

A destruição provocada pela enchente resultou no aumento da pressão por parte dos ribeirinhos sobre a CESP. Como forma de pressionar a CESP a realocar e indenizar os ilhéus e ribeirinhos, teve início a ocupação do Projeto Emergencial Jupiá, em outubro de 1983, uma área da CESP na margem esquerda do rio Paraná, no município de Castilho (SP).

Esse trabalho foi desenvolvido em parceria com o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES) de Andradina (SP), que também atuava na organização de movimentos populares e programas de educação popular na periferia daquela cidade, igualmente orientada pela Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2006). Em entrevista, Dalve afirma que, embora estivesse localizada no estado de São Paulo, do outro lado do rio Paraná, coube aos agentes da CPT de Três Lagoas acompanharem mais de perto a ocupação devido à maior proximidade com Três Lagoas (MS). Assim:

Nós trabalhávamos em conjunto. Pro cê ter uma ideia, esse assentamento aqui, dos ilhéus aqui, do Projeto Jupiá, é do lado de São Paulo né, mas nós é que atendíamos lá, porque o pessoal foram pra lá eram originários daqui. A gente que prestava lá, atendimento lá e instrução de como se organizar e tal.

Segundo entrevista do Sr. Djalma, a ocupação se deu ao lado de uma área pertencente à CESP e cedida ao Estado, porém, a área estava ocupada por um projeto agropecuário de criação de búfalos, por isso, acamparam ao lado em uma área arrendada pela CESP de um fazendeiro local. No entanto, a ocupação agregou ribeirinhos de outras localidades, chegando a 110 famílias.

Conforme entrevista do agente pastoral Dalve, a área foi ocupada em 1 de outubro de 1983, com participação direta da CPT. Nessa ocupação, estabeleceram-se dois confrontos territoriais: contra o Governo do Estado de São Paulo, para que se desocupasse a área cedida pela CESP, da área na qual estava sendo realizado o projeto experimental de criação de búfalos; e contra o fazendeiro, que arrendou suas terras para a CESP e que não aceitava a ocupação em suas terras. Segundo Dalve:

Nessa época fizemos a ocupação do Projeto Jupiá, do outro lado do rio, 1 de outubro de 1983. Foi fruto de um trabalho nosso, da Comissão Pastoral da Terra, e juntamente com os ilhéus e ribeirinhos dessa área toda atingida aqui pra baixo.

Aqui nesse Projeto Jupiá tem gente não só daqui de Ilha Comprida, mas de todas essas ilha aqui pra baixo que inundaram. Na época foram 110 famílias que ocupamos aqui a, quer dizer, não ocuparam as 110 né, mas depois acabou assentando 110 famílias ali. 1º de outubro de 1983. Aí, aí conseguimos depois de uma briga muito grande conseguimos conquistar ali aquela terra né.

Como a área não comportava as 110 famílias, a CESP fez um acordo conosco, conosco a CPT e as 110 famílias, e com os ocupantes, os ilhéus e ribeirinhos, de assentar provisoriamente as 110 famílias enquanto desocupavam outra área acima alí pro lado do late Clube Urubupungá, por ali, porque ali era uma área da CESP. Ali, aquela fazenda também era da CESP, mas era cedida pra Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo para um projeto experimental com búfalos. Aí a CESP ficou aguardando o retorno dessa área pra colocar o pessoal.

Inicialmente, conforme entrevista do Sr. Djalma, a área do Projeto Emergencial Jupiá seria destinada apenas às 59 famílias de Ilha Comprida, mas, com a chegada de outras famílias de outras localidades, de Pauliceia (SP), Panorama (SP), Castilho (SP), Brasilândia (MS), Bataguassu (MS), entre outras, orientadas pela CPT e pelo IAJES, criou-se um entrave. Houve o processo de desapropriação das terras do fazendeiro arrendadas pela CESP para o projeto,

porém, não eram suficientes para as 110 famílias. A CESP propôs dividir as terras arrendadas do fazendeiro provisoriamente em lotes 7,5 hectares até a desapropriação das terras do Estado. A partir de então, em reunião, os acampados decidiram aceitar provisoriamente o módulo de 7,5 hectares, proporcionando a todos flagelados ocuparem, provisoriamente, os lotes.

Ainda conforme o Sr. Djalma, o Padre Renê Parren⁶¹, de Andradina, teve grande influência nessa decisão, que, para ele, foi prejudicial para os moradores de Ilha Comprida que tinham escritura das terras, segundo ele, sinônimo de legitimidade. A chegada de novas famílias lhe tirou momentaneamente a oportunidade de ser reassentado em um lote de 15 hectares. Os movimentos de luta também têm suas contradições. Assim relatou o Sr. Djalma:

Só que a CESP igualou o povão, quem tinha escritura e quem não tinha a mesma coisa, igualou o povão. Aí empinaro. Aí empinou, empinou, entrou Padre Renê pelo meio: não gente! Vamos ser humilde, aqui é todo mundo sofredor, os escambau, a CESP vai organizar todo mundo, liberar a área de 15 hectares comprometida de cada um, vai tirar o pessoal que veio de Paulicéia, de Panorama, desses lugar de lá, até levar esse pessoal de volta, entrega a área de vocês com escritura, mas dá um tempo que é briga.

Uma vez aceita a proposta de dividir os lotes provisoriamente, a CESP preparou um hectare de terra para cada família e disponibilizou sementes de feijão, arroz e milho para o plantio. Na colheita, montaram uma barraca para a venda dos produtos às margens da Rodovia Marechal Rondon, que liga Três Lagoas a Andradina, porém, não durou muito tempo. Da mesma forma, aconteceu com o "banco de sementes" iniciado com uma verba adquirida pela CPT (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). Segundo o Sr. Djalma, a produção no reassentamento era muito difícil, o solo não era fértil como o de Ilha Comprida, chegando ao ponto de plantarem e não conseguirem colher. Foi um período difícil até se adaptarem à nova realidade.

Estimado para oito meses, o projeto provisório se arrastou por longos nove anos de negociações até o reassentamento definitivo. A CESP mentiu para os trabalhadores. De acordo com "Comunicado à Opinião Pública em Geral", dos agricultores assentados no Projeto Emergencial do Jupiá – Castilho, SP, 27/05/1991:

⁶¹ Renê Parren, de origem holandesa, ex-padre, é assentado de Reforma Agrária e Coordenador Regional do MST na região de Andradina (SP). Para saber mais, consultar: COELHO, Fabiano. **A alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra.** Dourados-MS: EDUFGD, 2014.

Se vocês forem humanos, vocês repartem esta terra provisoriamente, para assentar mais irmãos de vocês que também estão flagelados. No prazo de 08 meses a um ano vamos dar o restante da terra que é a quantia de 15 hectares por família. (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Segundo depoimento do Sr. Djalma, foram inúmeras rodadas de negociações infrutíferas. Como forma de pressionar a CESP e o Governo do Estado de São Paulo, os trabalhadores passaram a promover ocupações na fazenda do Estado. Até mesmo outros grupos de trabalhadores sem terra, ao saber que se tratava de terras do Estado, passaram a promover ocupações nessa área, no entanto, não demorava muito para que a polícia e o Exército expulsassem os ocupantes.

Ainda segundo Sr. Djalma, a solução definitiva saiu somente em 1993. Foi feito um abaixo assinado com as 110 famílias, que foi levado pelo Sr. Djalma e por mais quatro companheiros até o assessor do governador no Palácio dos Bandeirantes, Dr. Fúlvio Julião Biazzzi, o qual prometeu uma solução dentro de 24 horas. A viagem foi feita de ônibus, tinham pouco dinheiro e nunca tinham viajado para São Paulo (SP). Com muita dificuldade, conseguiram uma reunião com o Dr. Fúlvio, o qual lhes orientou que, no dia seguinte, os trabalhadores ocupassem a fazenda do Estado que, até às 14 horas do dia, ele teria em mãos o documento de desapropriação da área. Assim foi feito, retornaram para Andradina e, no dia seguinte, organizaram a ocupação. Não demorou muito para chegaram funcionários da CESP acompanhados pela polícia para expulsar os trabalhadores, porém, foi encaminhado por *fax* o documento de desapropriação das terras e, enfim, as terras foram desapropriadas. Foi por meio da organização, da luta e da teimosia dos trabalhadores que o reassentamento foi conquistado definitivamente.

Todavia, o reassentamento não foi suficiente para atender à necessidade de todos os ilhéus, pois muitos, sem ter para onde ir, voltaram para Ilha Comprida à espera de solução. De acordo com entrevista do agente pastoral Mieceslau, com o encerramento das atividades da equipe pastoral da Diocese de Três Lagoas, em 1992, os ribeirinhos passaram a ser assessorados pela CPT Regional de Mato Grosso do Sul. A CPT manteve seu apoio e assessoria aos ilhéus e o agente pastoral Mieceslau Kudlavicz visitava-os mensalmente, os acompanhando e assessorando nas negociações, visitando as áreas oferecidas pela CESP e os

amparando devido às recorrentes enchentes, principalmente a de 1991, uma das maiores até então.

Muito mais que o temor do rio e das enchentes, a incerteza devido a situação de instabilidade resultante das constantes ameaças de desapropriação da área pela CESP, haviam diversas situações e relações de trabalho no interior de Ilha Comprida como trabalhadores de fazendas, donos destas áreas, pescadores, arrendatários, empregados de ranchos e pequenos proprietários, etc. Entretanto, para os pescadores, deixar a Ilha implicava uma perda maior que para as outras categorias. A CESP ofereceu uma casa na cidade e mil metros de rede para cada família de pescador e durante o período de fechamento da pesca eles iriam fornecer uma cesta básica para cada família. A possibilidade de reassentamento não estava sendo oferecida pela CESP, essa proposta foi discutida pela CPT com os pescadores e reivindicada junto a CESP, TERRASUL e Governo do Estado (BORGES, 2006).

A proposta de uma casa na cidade representava o discurso “desenvolvimentista”, moderno, sustentado na negação do “nós”, considerado arcaico. A negação de histórias de uma vida inteira. Historicamente, no roteiro dos projetos hidrelétricos, como exemplo clássico o de Itaipu, são evidentes os impactos na vida das populações atingidas por barragens, não somente de ordem econômica, mas também cultural, social, política, etc. (BORGES, 2006).

No final de 1999, uma área foi escolhida e desapropriada, instalando-se o Reassentamento Piaba, localizado a mais de 50 km de Três Lagoas, constituído, inicialmente, por 17 famílias de Ilha Comprida (BELON, 2012). A construção das casas e a infraestrutura demoraram dois anos até a realocação dos ilhéus. Após a conquista do reassentamento, a CPT continuou o acompanhamento das famílias no cumprimento dos acordos estabelecidos com a CESP, como a entrega de cestas básicas, preparo do solo e fornecimentos de sementes. Mais uma conquista dos trabalhadores com a participação da CPT. Conforme Borges (2006), é necessário salientar que não foi levado em conta as especificidades do modo de vida e de lugar dos homens e mulheres, suas territorialidades, seus desejos e vontades, predominando muito mais as ações aquém do direito das famílias atingidas, do que a reflexão acerca de seus valores. A relação da CESP com os trabalhadores referiu-se, exclusivamente, a valores numéricos, menosprezando culturas enraizadas no território, modos de vida construídos na relação do homem com a natureza que,

naquele contexto, foram destruídos pelas necessidades da “lógica desenvolvimentista”

4.1.2 Pescadores da Prainha

As enchentes também afetaram a comunidade de pescadores da chamada Prainha, próxima à estação ferroviária de Jupiá, em Três Lagoas (MS). A comunidade se formou com a chegada da CEFNOB e a construção da ponte ferroviária sobre o rio Paraná – a Ponte Ferroviária Francisco de Sá – aprovada pelo Governo Federal pelo decreto nº 6.463, de 25 de abril de 1907. Antes mesmo da inauguração da ponte, já se tinha inaugurado a primeira Estação de Jupiá no lado paulista, em 4 de novembro de 1910, a travessia do rio era realizada por balsa. Logo após a inauguração da ponte Francisco Sá, sobre o rio Paraná, em 12 de outubro de 1926, foi fechada a Estação de Jupiá, no lado de São Paulo, para depois ser reconstruída no outro lado do então Mato Grosso, na margem direita do Rio Paraná. Conforme depoimento de morador:

O Jupiá era pequenininho. Não tinha essa vila aqui todinha. O Jupiá tinha ali, tem a estação, depois da estação pro lado era de lá era um frigorífico de peixe. Depois do frigorífico era uma fazendinha que era do avô da Marisa Rocha, cujo nome do velho era Martinho Rocha que já faleceu também, e as casas de funcionários ferroviários ali. Todas essas casas antigas que têm aí. Do lado de cá da estação, atrás da estação tinha duas cerâmicas. Essa cerâmica que é do Lopes hoje, não era dele, é antiga esta cerâmica aí. Aí veio muita gente da Bahia. Eita baianada forte. [...] Até hoje tem uns povo aí. Aí foi aumentando, né? Depois que fundou a Colônia aqui, aí aumentou muito pescador, filiado nessa Colônia aqui’. (BORGES; KUDLAVICZ, 2009).

Devido ao fluxo de pessoas e mercadorias, formou-se um pequeno vilarejo de pescadores no entorno da estação, logo abaixo da ponte ferroviária de Jupiá, a chamada Prainha. Conforme demonstrado na figura 17, era uma comunidade de pescadores que viviam em casas de madeira, na sua grande maioria, e tiravam seu sustento do rio. Uma comunidade tradicional onde as relações capitalistas estavam iniciando seu processo de desenvolvimento, portanto, as relações comunitárias tipicamente não capitalistas eram predominantes.

Figura 17 - Três Lagoas (MS): vila de pescadores Prainha – 1982



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

A construção da Usina Hidrelétrica de Jupιά (Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias) alterou significativamente o uso do território e a vida dos pescadores. Além do impacto socioambiental e cultural, essa comunidade passou a conviver com os estragos provocados pelas enchentes, como pode ser observado na figura 18. Segundo entrevista do Sr. Antônio, todos os anos as enchentes provocavam estragos na comunidade: “todo ano era enchente. Todo ano as casa nossa lá, todo ano caía. Todo ano dava uma enchente”.

Segundo depoimento do Sr. Antônio, pescador e Presidente da Associação dos Pescadores de Jupιά, desde a primeira enchente, em 1977, os ribeirinhos da Prainha começaram a se organizar em função dos estragos produzidos pelas enchentes, no entanto, havia problemas maiores. A construção da barragem de Porto Primavera selaria o fim da comunidade, pois a elevação do nível do rio Paraná a deixaria submersa. Os pescadores estavam na iminência de perder seu espaço comunitário de reprodução social; espaço de moradia, trabalho e cultura; espaço sustentável, de onde se extraía do rio somente o que ele era capaz de repor; espaço de relação com a natureza não objetivava o lucro, e sim a vida.

Figura 18 - Três Lagoas (MS): Estragos da enchente na vila de pescadores Prainha – 1982/1983.



Fonte: Acervo particular de Mieczslau Kudlavicz.

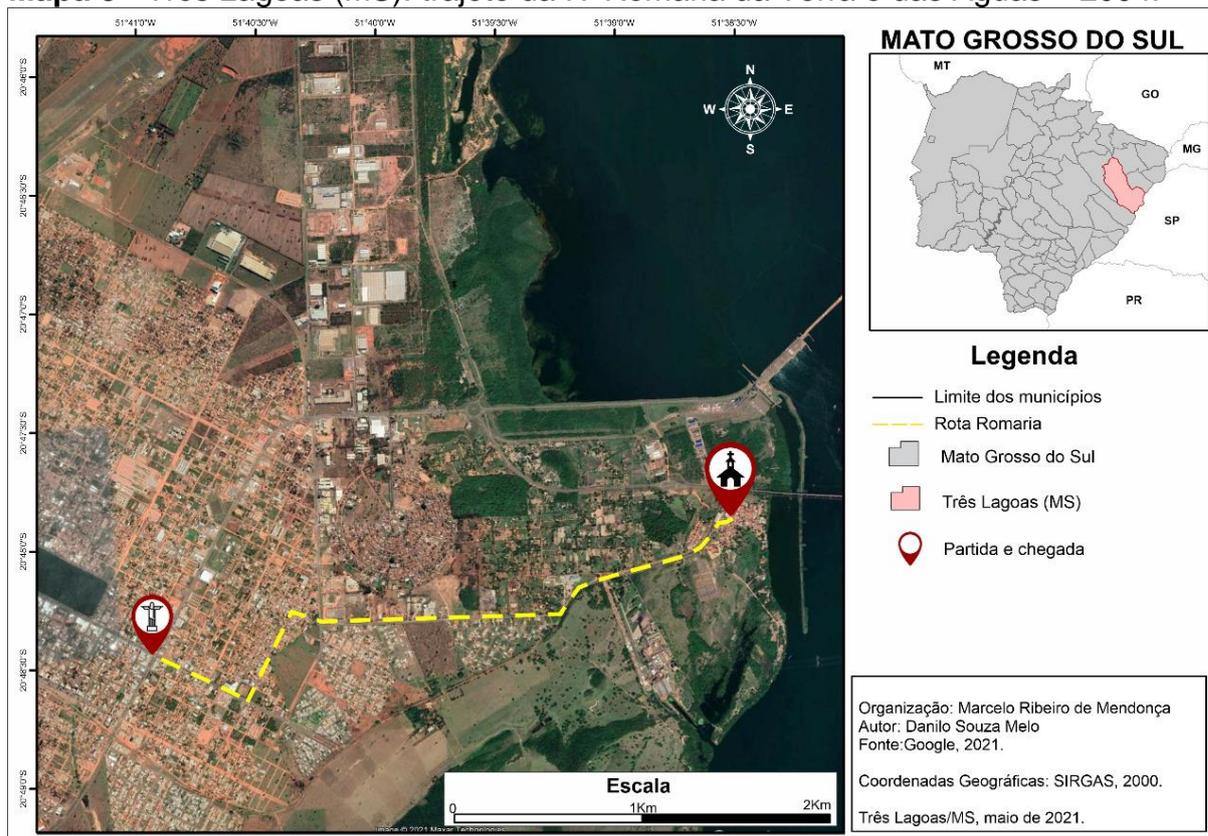
Os pescadores precisam lutar pela manutenção de seu modo de vida próximo ao rio, autônomo, sem ter que se submeter aos mandos e desmandos dos patrões. O rio, assim como a terra, proporcionava-lhes esta liberdade. A liberdade de escolher a hora ou o dia de trabalhar, portanto, o significado do ser pescador; a liberdade de não precisar vender sua força de trabalho e de se reconhecer no próprio trabalho. Na fala de um dos pescadores, transcrita por Borges e Kudlavicz (2009), em trabalho realizado pela parceria entre CPT e UFMS/CPTL, percebe-se o significado de ser pescador:

A minha natureza... eu nasci pra ser pescador. Porque nunca consegui trabalhar em firma, trabalhar para os outros, ser mandado. Eu nunca gostei. Então, a liberdade... o quanto que é grande uma liberdade. O que é uma liberdade, da gente dominar... Tem hora que eu comparo até com índio... Porque eu nasci pra ser pescador, e eu sei o quanto que vale a liberdade. (BORGES; KUDLAVICZ, 2009, grifos dos autores).

Outro aspecto cultural do pescador, assim como o camponês, é a forte tradição católica. A festa de Nossa Senhora dos Navegantes e a Romaria das Águas

representam essa tradição. Conforme CPT Nacional, Três Lagoas recebeu, no dia 25 de julho de 2004, a IV Romaria da Terra e das Águas, promovida pela CPT Regional Mato Grosso do Sul, apresentando a seguinte reflexão: “a água, elemento essencial para a vida humana e para a natureza, não é acessível a todos e pode ficar cada vez mais escassa”. Conforme o mapa 8, a caminhada, ato simbólico de luta e resistência, foi realizada a partir da estátua do Cristo até o bairro Jupuíá.

Mapa 8 - Três Lagoas (MS): trajeto da IV Romaria da Terra e das Águas – 2004.



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>.

No início da caminhada, o Diácono Carlito Dutra, agente do CIMI, fez uma oração demonstrando a mística religiosa, fundamentada na Teologia da Libertação, fazendo referência à luta pela terra, pela água e pela justiça social⁶². Assim, dizia a oração:

Pai de misericórdia e mãe de ternura. Abençoe essa cruz. Símbolo do Cristão crucificado. Símbolo também da sua criação ferida e de tanta gente sofrida por falta de terra para plantar e por falta de água para beber. Protege teu povo na luta pela terra e pela água, dádiva de Deus e fonte de vida. Que a terra seja repartida e água de qualidade garantida para todo ser vivo. Amém!

⁶² Fonte: Arquivo audiovisual disponibilizado pelo agente pastoral Mieceslau Kudlavicz.

O percurso realizado foi de quase seis quilômetros, no qual uma grande cruz foi carregada pelos fiéis e fincada próxima à imagem do Padroeiro dos Pescadores, São Pedro. Esse ato demonstra a afinidade eletiva entre pescadores e a Igreja, fator cultural essencial na relação da CPT com os pescadores, principalmente no que diz respeito à confiança. A CPT era um organismo de confiança dos pescadores.

A falta de um movimento organizado na região, como o MAB, por exemplo, também requereu a participação mais efetiva da CPT na luta junto aos pescadores. Em 1982, em decorrência da necessidade de um organismo autônomo para atender aos pescadores, foi inaugurada a Colônia Z3, fruto da organização dos pescadores com apoio da CPT. A criação de organismos de classe sempre esteve presente na CPT – associações, cooperativas, sindicatos, comissões etc. – e a criação da Colônia se deu nesse sentido, defender os pescadores (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

A partir de janeiro de 1983, os pescadores, CPT e o Deputado Akira Otsubo iniciaram um processo de reuniões para discutir a necessidade de se criar um reassentamento para os pescadores da Prainha (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). Assim como no Projeto Emergencial Jupiá, a CPT tornou-se a principal mediadora dos pescadores na luta contra a CESP. Neste processo de negociação e compra do terreno, foi fundamental a participação da CPT, que intermediou a compra conforme declaração feita em Cartório:

Nesta data fui procurado pelo Sr. Luiz Ernesto Brambatti, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado à rua Augusto Corrêa da Costa Nº 162, nesta cidade, o qual representante da Pastoral da Terra como membro efetivo desejou ser o intermediário na negociação do referido imóvel junto a CESP, e junto ao Estado de Mato Grosso do Sul, que desejam comprar o imóvel para acomodar os pescadores de Jupiá. (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Como pode ser observado na figura 19, em 5 julho de 1984, após várias rodas de negociações, os moradores da Prainha conquistaram uma nova área próxima ao rio para a construção de suas casas, dando início à formação da colônia de pescadores, batizada de Capatazia dos Pescadores (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Segundo depoimento do Sr. Antônio, foram cerca de 120 famílias realocadas. À CESP coube indenizar em dinheiro os pescadores, com o qual conseguiram

construir suas casas, que, segundo Sr. Antônio, não foi suficiente para a construção, cabendo aos pescadores utilizarem de recursos próprios para o término das obras.

Figura 19 - Três Lagoas (MS): Distribuição dos lotes em Capatazia dos Pescadores – 5 de julho de 1984.



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

Porém, a realidade é complexa e contraditória, não só de vitórias se deu a luta da CPT e dos pescadores, também houve episódios de opressão e violência, principalmente, por parte do Estado, que perseguia os agentes pastorais e pescadores. As lutas desenvolvidas por pescadores e agentes pastorais representavam afronta à ordem burguesa, um desafio ao poder estabelecido no território. Todas as ações envolvendo os mais pobres, no regime burguês, são criminalizadas e deslegitimadas pelos detentores do poder; os aparelhos ideológicos agem na criação do consenso. Criam-se narrativas acerca dos movimentos e da CPT, os associam ao “comunismo”, à corrupção e à vagabundagem, e grande parte da classe trabalhadora, principalmente as classes médias, aderem ao discurso dos poderosos, conforme Bourdieu (1986), a domesticação dos dominados. Quando a domesticação do mundo das ideias não é suficiente, o aparato militar entra em ação, agindo coercitivamente por meio do uso da violência.

De acordo com um comunicado enviado por Dom Izidoro Kosinski para o Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Grupo Ação Justiça e Paz⁶³, no dia 21 de dezembro de 1984, no dia anterior, dia 20 de dezembro, na colônia de Pescadores de Jupiá, a Polícia Militar foi despejar a família do pescador Aparecido Farias, sem mandato judicial, ou seja, uma ação ilegal, até mesmo para os parâmetros da Justiça burguesa.

Conforme demonstrado na figura 20, ao tentar evitar o despejo, foram presos, de forma arbitrária, o pescador Aparecido Farias e o agente pastoral Luiz Ernesto Brambatti (Chico). Em manifesto contra a ação arbitrária do Estado, realizou-se um ato com presença do bispo Dom Izidoro, dos pescadores, da população, das irmãs, de padres e de agentes da pastoral em frente à Delegacia, onde cantavam e rezavam pedindo pela liberdade de “Chico” e do pescador Aparecido. Mais uma vez, percebe-se os elementos da Teologia da Libertação na ação territorial da CPT. O enfrentamento à prisão arbitrária foi realizado usando-se cânticos religiosos e rezas.

Figura 20 - Três Lagoas (MS): nota da CPT jornal – 1984.

★ Três pescadores foram agredidos policiais militares, em Três Lagoas (MS), e depois ficaram detidos algumas horas na Delegacia Central de Polícia, onde foram indiciados em inquérito por agressão aos PMs; segundo Milton Pereira da Silva, os policiais estão perseguindo todos os pescadores ligados ao agente da Comissão Pastoral da Terra, Luiz Ernesto Trambati.

Fonte: CPT.

⁶³ O Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Grupo de Ação, Justiça e Paz de Petrópolis, conhecido como CDDH de Petrópolis, é uma entidade civil de estudos e de trabalho sem fins lucrativos fundada em 1979, que tem como seu presidente de honra o teólogo Leonardo Boff.

No dia 26 de dezembro de 1984, o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos – Três Lagoas encaminhou carta ao Governador do Estado, Wilson Barbosa Martins; ao Secretário de Segurança, Aleixo Paraguassú; ao Secretário de Justiça, Juarez Marques Batista; e ao povo em geral, denunciando a ação criminosa da Polícia Militar de Três Lagoas que, irritados pela vitória judicial dos pescadores, passaram a perseguir os pescadores da Colônia de Jupuíá, procurando meios de prejudicá-los, de acordo com publicação do Jornal “Folha de São Paulo”, do dia 3 de janeiro de 1985.

Após a conquista da nova área, mesmo diante da violência policial a luta da CPT, junto aos pescadores, continuou, voltando-se agora para os impactos da construção da Usina de Porto Primavera (Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta), principalmente, em relação à diminuição do pescado. Na fala do Sr. Antônio, é possível perceber a grandeza dos impactos para os pescadores:

Olha, a barragem de Porto Primavera acabou com a categoria. Pra você ter uma ideia, nós é, pescava aqui era tudo água corrente. Pra baixo aí tudo fico manso, tudo represado, então acabou com nós. Nós pescava mais de tarrafa, batendo, pescava de dia, pescava de noite de tarrafa, pescava de espinhel, de anzol e nunca faltava peixe. Então é problema da pescaria. Então queira ou não queira a CESP acabou com nós. Com a profissão nossa. Teve gente que pescava, que acabou a pescaria dele, que teve que sair pra trabalhar em outros tipos de serviço. Tem gente que tá catando latinha até hoje.

Conforme dados divulgados pela CESP, a obra de Porto Primavera tem o potencial de alagar cerca de 225.000 hectares de terras férteis (2.250 km²) em 21 municípios, com uma capacidade instalada de 1.540 MW de energia⁶⁴. Se comparada com a Usina Hidrelétrica de Itaipú, observa-se a inviabilidade do empreendimento. Itaipú ocupa área de inundação menor que a de Porto Primavera, quase a metade, 135.000 hectares (1.350 km²)⁶⁵, no entanto, possui capacidade instalada de 14.000 MW de energia⁶⁶, nove vezes superior à de Porto Primavera.

Em texto escrito pelo agente pastoral Mieceslau Kudlavicz, apresentado em Audiência Pública da Comissão Mundial das Barragens, realizada nos dias 12 e 13 de agosto de 1999, intitulado “Grandes Barragens e suas alternativas na América

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.cesp.com.br/geracao-de-energia/porto-primavera/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

⁶⁵ Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/energia/reservatorio>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Latina”, a obra foi marcada pela corrupção. Com previsão orçamentária de 2,5 bilhões de dólares, a obra consumiu mais de 9 bilhões de dólares dos cofres públicos. Além disso, a obra trouxe consigo uma série de problemas e conflitos, prejudicando drasticamente a vida de milhares de ribeirinhos.

Com quase metade da área alagada, a Usina de Itaipú tem capacidade de produção nove vezes superior à Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), criando um gigantesco lago, porém, muito raso, comprometendo a oxigenação da água e provocando a mortandade de peixes. Além disso, a Usina não apresentou solução para a subida de peixes no período da piracema. Também ocasionou o desaparecimento das lagoas ribeirinhas, utilizadas como berçários naturais, comprometendo a sobrevivência de peixes, como dourado, pintado, pacú e jaú de maior valor comercial, necessários para a reprodução de centenas de famílias de pescadores. A conclusão da barragem de Porto Primavera e a formação de seu lago, em 1995, reduziu o pescado em 80%.

No que se refere à relocação das famílias, a CESP descumpriu uma série de requisitos previstos no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que visavam garantir a participação efetiva das famílias na discussão da concepção dos projetos de reassentamento, ações de mitigação ambientais, indenizações, transferência da população e repasse de informações.

Ainda conforme o texto “Grandes Barragens e suas alternativas na América Latina”, somente em julho de 1994 foi elaborado o RIMA, que apontou os impactos resultantes da construção da barragem, tais como:

- 1- Atividade econômica: a construção da barragem iria afetar a organização produtiva da região, que se caracterizava pela concentração na atividade de pecuária de corte, mas também de lavouras de algodão, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar. Atividades cerâmico-oleiras, que englobavam 125 unidades, incluindo a quase totalidade das empresas com caráter industrial e a maior parte do trabalho assalariado. Atividade pesqueira e turismo pouco explorado. Ao todo, seriam total ou parcialmente atingidos 2.217 estabelecimentos, sendo: 2.026 estabelecimentos rurais, 77 estabelecimentos comerciais e industriais, 60 estabelecimentos cerâmicos/oleiros e 54 estabelecimentos de extração de argila.
- 2- Serviços públicos: as condições de saneamento básico, aliados aos baixos níveis de renda da população, refletiam nos níveis de saúde. Verificou-se uma incidência considerável de “Tuberculose” e doenças “sexualmente transmissíveis” em ambas as margens do rio, associadas em parte à mão-de-obra empregada nas obras da CESP.

3- Vegetação e fauna: o estudo da vegetação permitiu registrar cerca de 500 espécies de flora, principalmente de plantas aquáticas e de ambiente úmidos. Espécies raras ou pouco conhecidas e ameaçadas de extinção. A fauna registrada também apresentava uma ampla diversidade com 420 espécies de vertebrados e 12 espécies consideradas pela legislação brasileira como ameaçada de extinção sendo: jacaré-do-papo-amarelo, macuco, bicudo, onça pintada, onça parda, jaguatirica, tamanduá bandeira, tatu-canastra, lobo-guará, lontra e ariranha.

4- População: ao todo, seriam afetados pela formação do reservatório 6.117 pessoas, sendo 4.571 residentes no campo e 1.546 na zona urbana, além da comunidade indígena Ofayés-Xavante e de 2 áreas de sítios arqueológicos (sítios líticos e sítios cerâmicos).

5- Impactos negativos da obra: Alterações na comunidade de peixes a montante, com a diminuição no número de espécies, com eventual eliminação de algumas comunidades de peixes, devido à baixa oxigenação da água, turbulência na região do vertedouro, pressão elevada das turbinas, supersaturação gasosa que provoca a morte por embolia gasosa e a morte por asfixia durante a manutenção das turbinas. Perda de grande parte da fauna e flora, inclusive de espécies consideradas ameaçadas de extinção, reduzindo a diversidade natural e empobrecimento do patrimônio natural.

6- Recursos hídricos: afloramento ou subafloramento de água subterrânea, causando alagamentos em áreas deprimidas, assim como o afogamento de raízes de plantas e a salinização da água. Inundação de fossas sanitárias poluindo as águas subterrâneas contaminado poço de abastecimento em áreas próximas. Sismos induzidos (terremotos por indução), o peso representado pelas águas do reservatório sobre o subsolo pode desencadear a ocorrência de sismos, principalmente onde existem tensões provocadas por movimentos da crosta da terra. O Reservatório de Porto Primavera se encontra numa região de ocorrências de sismos naturais e induzidos (Zona Sismogênica de Presidente Prudente), onde há registro de vários sismos ocorridos após o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Capivara. Inundação das reservas de argila, serão inundados os barreiros situados entre o Rio Verde e o eixo da futura barragem, afetando a as fontes de matéria-prima das unidades cerâmico-oleiras, implicando no colapso de parte significativa do polo ceramista local.

7- Dinâmica econômica e organização produtiva: perda de terras com Potencial Produtivo, cerca de 236.000 hectares. Cerca de 700 pescadores serão afetados, sendo inundados 504 ranchos de pesca e laser implicando na perda de empregos de caseiros e de moradias.

8- Modificação das finanças públicas municipais: diminuição das receitas, pela diminuição da cota-parte municipal do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido ao alagamento de terras produtivas distribuídas por diversos municípios, e o aumento da receita, pela geração de Valor Adicionado devido à produção de energia, contribuindo para o aumento de cota-parte restrita ao município de Rosana.

9- Interferências em travessias: 24 travessias serão interrompidas, provocando a desarticulação entre as duas margens do rio

necessárias para o transporte da população local e na distribuição dos produtos do setor cerâmico-oleiro.

10- Padrão de vida: Aumento dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais nas obras complementares, alteração do perfil epidemiológico, pela possibilidade de introdução e/ou aumento de doenças na área, assim como maior incidência de doenças endêmicas trazidas pela água, e o aumento da de veiculação de parasitas do homem e de outros animais.

11- Patrimônio histórico e cultural: Desaparecimento e/ou alterações de referências e manifestação popular, desaparecendo os referenciais do conhecimento popular sobre o meio natural; pontos de encontros e locais de produção e consumo da cultura popular; exemplares do padrão de assentamento local; áreas de lazer popular e de referências espaciais do folclore lítero-musical (CPT, 1999).

De acordo com texto escrito por Mieceslau Kudlavicz, apresentado em Audiência Pública da Comissão Mundial das Barragens, nos dias 12 e 13 de agosto de 1999, intitulado “Grandes Barragens e suas alternativas na América Latina”, nos anos de 1997 e 1998, como forma de pressão, as famílias intensificaram as reuniões com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-MS (SEMADES-MS), Assembleias Legislativas dos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, Câmara Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), questionando as ações da CESP e expressando suas angústias em relação ao futuro, pois, durante anos, a população conviveu com a incerteza, com a insegurança e com a paralisação de suas atividades econômicas.

Como resultados objetivos dessa luta encampada pelos pescadores, apoiados pela CPT, entre 1978 e 1992, têm-se:

- 1) A redução do número de Portarias de 22 para 4 Portarias uniformes para 5 estados (MS, PR, SP, MG, GO);
- 2) A Liberação da pesca de rede acima de 12 cm de malha; a pesca de espinhel; a liberação da tarrafa acima de 08 cm;
- 3) A pesca de rede nas represas hidrelétricas do MS antes proibida por ser predatória para os dois lados do rio (MS e SP).

A Comissão Pastoral da Terra de Três Lagoas participou de todas as mobilizações, além de ter promovido cursos de formação e informação, a organização das festas do pescador e celebrações e o trabalho com o grupo jovem (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). Atualmente, os pescadores seguem sua luta de forma mais autônoma contra os impactos causados pelas barragens. Autonomia conquistada muito em função do trabalho organizativo, cursos e palestras da CPT.

4.2 A luta junto aos Ribeirinhos de Brasilândia

Os primeiros moradores a ocuparem a barranca do rio em Brasilândia chegaram em 1949, como posseiros. A área possuía grande reserva de argila disponível, solos férteis e úmidos, onde as famílias desenvolviam diversas atividades, como fabricação de tijolos e produção agropecuária de autoconsumo, com a venda do excedente para o mercado e turismo, por meio de ranchos, clubes e pousadas. Muitas vezes, os trabalhadores não se restringiam a uma única atividade, e sim a várias. Sair da barranca significava o fim dessas atividades, como afirmado em entrevista pela Sra. Elenice Petelinka, atualmente, moradora do reassentamento Pedra Bonita:

Pescava, criava, plantava, tinha tudo, entende, então desenvolvia várias atividades, não era só uma, então a pessoa ficava desorientada né e dizia: 'então daqui eu não saio'. Mas tinha que sair. Tinha que sair, então era difícil. Muitos foram até massacrados assim né, despejados, humilhados, então teve tudo essas coisa.

Conforme entrevista do Sr. Aparecido, morador do reassentamento Novo Porto João André, as enchentes de 1983, assim como em Três Lagoas, provocaram grandes estragos e a conseqüente diminuição da população de Brasilândia (MS):

A maior que eu vi, [19]77 foi uma das grande. Depois veio [19]82 pra [19]83, veio a maior de todas. Encheu tudo mesmo. Levou até uma casa de tábuas que a gente morava com os trem com tudo. Vortemo pra barranca pra trabaiá de novo. Só que daí já diminuiu o pessoal. O pessoal perdeu tudo que tinha, outros perdeu a vontade de voltar e já arrumou outro serviço pra lá. Na época que eu cheguei na barranca tinha mais ou menos umas 40 olaria na barranca. Na época que nós vortô aí só ficou mais pouco, que ninguém tinha mais condição de vortá e aí só ficou lá umas olariinha onde nós trabaiava.

Como pode ser observado na figura 21, após a grande enchente de 1983, os ribeirinhos foram desalojados de suas residências, sendo abrigados em alojamentos emergenciais nas cidades de Brasilândia (MS), Três Lagoas (MS), Panorama (SP) e Paulicéia (SP). A CPT participou do resgate das vítimas.

Figura 21 - Panorama (SP): Desalojados de Porto João André – 1983.



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

Segundo levantamento da CPT, foram atingidas 187 famílias, 959 pessoas ao todo. Destas, 85% eram católicos, fator que vai influenciar positivamente na relação entre os moradores da barranca e a CPT. Após a baixa das águas, muitos moradores retornaram para a barranca e retomaram suas atividades, que eram diversas: pesca, agricultura, criação de gado, fabricação de tijolos, comércio e turismo. Porém, o pior ainda estava por vir. O enchimento do lago de Porto Primavera iria pôr um fim definitivo nas comunidades Porto João André, late Clube e Dona Felicidade, além de outras localidades menores e ilhas. Mais de 90% das famílias não tinham para onde ir.

Conforme entrevista do agente pastoral Mieceslau, prevendo os impactos futuros, a CPT começou a desenvolver um trabalho com os ribeirinhos, fazendo reuniões e cursos sobre a importância da organização dos trabalhadores na luta contra a CESP, na luta contra o capital. Assim, de acordo com o agente:

Passou isso aqui, parece que deu uma calma e o pessoal voltou pra beira do rio, aí uma grande parte deles não acreditavam que o fechamento da barragem ia atingir eles, em Brasilândia, eles não acreditavam. E nós fomos acompanhando, conversando com o

peçoal, reunindo, falando com eles a importância deles estarem organizados, a barragem podia demorar mas eles seriam desalojados, que eles começassem a discutir quais eram as propostas eles ia apresentar para a empresa.

Segundo entrevista de Carlito Dutra, agente do CIMI de Brasilândia, o padre Lauri, de Brasilândia, foi um grande parceiro na luta dos ribeirinhos. A luta durou mais de 20 anos, período no qual os trabalhadores tiveram que conviver com a insegurança e a incerteza.

Em 1991, novamente, foram atingidos por uma grande enchente. Duas tragédias para toda uma comunidade em menos de 10 anos. Claramente, a construção das barragens não levou em conta a existência das inúmeras famílias que habitavam as margens do rio Paraná e seus afluentes. Assim como na Amazônia, os projetos de integração do território orquestrados pela Ditadura Civil-Militar-Empresarial, no Centro-Oeste foram implementados com base na violência, na expulsão de milhares de famílias de suas terras. Grande parte eram posseiros que viviam na localidade desde os anos 1950. A Ditadura foi a expressão de uma das faces mais cruéis do capitalismo brasileiro.

De acordo com levantamento da CPT, publicado no Jornal da CPT, “O Barranqueiro”, cerca de 152 famílias ficaram desabrigadas com prejuízo calculado em 50 milhões de cruzeiros, aproximadamente R\$ 1.740.505,28⁶⁷, em valores atualizados. No levantamento, constaram-se 40 famílias proprietárias (12 oleiros, 22 pequenos proprietários e 6 comerciantes); 39 famílias arrendatárias (17 oleiros, 21 pequenos produtores e 1 comerciante); 58 famílias empregadas (21 oleiros, 16 rancheiros, 12 trabalhadores de fazenda, 8 ceramistas e 1 lavrador). Foram perdidos tijolos, casas, móveis, equipamentos de trabalho, animais, pastagens e lavouras. Enormes prejuízos para quem pouco tinha.

Mais uma vez, os ribeirinhos estavam diante de um impasse: voltar ou não para barranca. Não tinham para onde ir, porém, voltar para a barranca era arriscado e provisório. Lutar era preciso. De acordo com documento escrito por Mieceslau Kudlavicz, apresentado em Audiência Pública da Comissão Mundial das Barragens, nos dias 12 e 13 de agosto de 1999, intitulado “Grandes Barragens e suas

⁶⁷ Calculado segundo: <<https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

alternativas na América Latina”⁶⁸, devido aos prejuízos causados pela enchente de 1991, os atingidos do município de Brasilândia (MS), após várias reuniões com a CPT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, encaminharam suas reivindicações a CESP, tais como:

01. Recadastramento das famílias, propriedades e benfeitorias, acompanhado de representante de classe eleita por eles;
02. Antecipação das indenizações, tanto das propriedades, quanto das benfeitorias e também dos reassentamentos das famílias, no prazo de 2 anos antes da formação do lago;
03. Que as indenizações das propriedades sejam feitas com base no valor de venda da região. Para que os proprietários possam adquirir outra propriedade nas mesmas condições em outro lugar;
04. Que as áreas onde serão realizados os assentamentos, sejam vistoriadas pelas famílias antes da compra ou Desapropriação, que só deverá acontecer se as famílias estiverem de acordo;
05. Que nos reassentamentos sejam perfurados poços artesianos, e também infraestrutura, como: escolas, estradas, posto de saúde, energia elétrica, transporte, etc;
06. Que nos reassentamentos haja facilidade de escoamento da produção e comercialização dos produtos;
07. Reassentamento das famílias proprietárias em terras produtivas de mesma proporção, onde possam continuar exercendo as mesmas funções;
08. Reassentamento das famílias não proprietárias, em lotes de terra produtiva em módulo mínimo da região;
09. Reassentamentos dos oleiros em lotes de terra onde haja reserva natural de argila, onde possam continuar desenvolvendo as mesmas funções;
10. Retirada da matéria prima (argila, madeira) é depositada em local não alagável, para ficar à disposição do município de origem;
11. Que em todas as negociações referentes ao reservatório do Porto Primavera, haja participação dos ribeirinhos através de seus representantes de classe ou comissões eleitas por eles. (CPT, 1999).

Negociar com a CESP era difícil, havia muita má vontade de parte da Companhia, uma tática da empresa para enfraquecer o movimento. Para o capital, ceder aos trabalhadores é um risco contra a manutenção do seu poder. A ação da maioria, a democracia, é um risco ao poder do capital. Agir contra movimentos populares é sua sina. Conforme o Jornal “Correio do Estado”⁶⁹, de 29 de novembro de 1994, ribeirinhos de Brasilândia decidiram por paralisar a obra da CESP, pois a empresa não estava disposta a negociar com as 200 famílias o ressarcimento dos prejuízos causados pela formação do lago. Um grupo de 60 pessoas, fundadores da Comissão dos Atingidos pela Barragem do Município de Brasilândia, reuniu-se em

⁶⁸ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

assembleia na vila do Porto João André para organizar o ato, que contou com a participação de políticos locais e membros da CPT. O motivo dessa decisão foi o total silêncio da CESP quanto ao futuro das famílias.

Somente a partir de 1995 foi que as negociações começaram a se desenrolar de forma mais efetiva. Assim:

A CPT de Mato Grosso do Sul, acompanhou a organização e reivindicação dos ribeirinhos desde o início dos anos de 1980, debatendo e assessorando nos levantamentos de propostas, bem como na criação da ARABAPP, a partir da grande enchente de 1983. Porém, o processo mais direto de negociação real entre a comissão dos atingidos com a direção da CESP, começa a acontecer a partir de 1995 e a CPT sempre procurou estar junto com as comissões dos atingidos pela obra auxiliando, orientando os ribeirinhos para que fizessem a melhor negociação possível. A CPT não representava os ribeirinhos, apenas motivava-os para exercer o protagonismo das negociações. (SOUZA, 2005, p. 94).

Como forma de desmobilizar os ribeirinhos, a CESP dividiu os ribeirinhos em categorias: agricultores, criadores de gado, pescadores, oleiros, comerciantes e diaristas (pessoas que trabalhavam em serviços gerais: pesca; olaria; agricultura; pecuária; e com diversidade de atividades). A partir das categorias, a CESP criou subprogramas para o remanejamento dos ribeirinhos: pescadores; apoio à sociedade; apoio à mão-de-obra; reassentamento rural; reassentamento urbano; e oleiros (SOUZA, 2005). Em entrevista com o morador do Reassentamento Santana/Santa Emília, João Brito, confirma-se essa assertiva:

A CESP usou um sistema, que realmente é um sistema, que ele enfraqueceu o movimento da gente que foi a maneira deles separar por categoria né. Igual lá na barranca quando nós morávamos lá, eu costumo dizer isso, todo mundo trilhava no mesmo caminho, passava no mesmo caminho, aí a CESP chegou e modificou a coisa, criou um ambiente de categoria: Ó! Você não faz parte da minha categoria, eu não faço parte da sua categoria, eu não vou me envolver porque, cê entendeu? Criou essa coisa e foi um negócio muito bem arquitetado e aí enfraqueceu o movimento social.

A partir do ano de 1997, aumentou a pressão dos ribeirinhos e das entidades de apoio, CPT e Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Brasilândia. A relação da CPT com o Sindicato era muito boa, pois a Comissão participou de sua fundação, era um sindicato autêntico. Grande parte dos associados era moradores da barranca do rio Paraná. A partir de então, a prefeitura de Brasilândia contratou a empresa de consultoria Biomeio, de Campo Grande, que realizou um novo cadastro, preparando

a relação dos ribeirinhos para efeito de negociação com a CESP. A Companhia, por vezes, contradizia o levantamento, até que, enfim, as partes chegaram a um consenso. De acordo com levantamento da CESP, em 1992-1993, 290 famílias seriam desalojadas para a formação do reservatório da Usina de Porto Primavera. Em 1998, quando foi realizado um novo levantamento, com a participação da CESP, Prefeitura Municipal de Brasilândia, TERRASUL e representantes das famílias ribeirinhas, foram contabilizadas 334 famílias a serem desalojadas (SOUZA, 2005).

Foram várias rodas de negociações, reuniões e acordos de 1997 até 2000. Em entrevista com o morador do Reassentamento Santana/Santa Emília, João Brito, pode-se verificar a importância da CPT nas negociações com a CESP:

Ajudou muito aqui, desde o princípio, a pastoral da terra. Principalmente o Mieceslau. Ele foi o, eu costumo dizer isso porque na verdade foi ele quem ensinou os primeiros passos pra gente dessa luta pra hoje nós estar aqui. É, a procura dos direitos, como é que você faz, onde cê vai, com quem, então ele é, eu sinto até honrado em dizer isso, se hoje eu sei o que eu sei eu devo àquele companheiro, principalmente. Não é que tem um dedo dele não, tem a mão inteira.

Nós fundamos através do Mie, no princípio dessa luta, ele falava assim ó: ceis tem direito, eles não podem fazer isso, tirar vocês daqui e porque a primeira proposta da CESP pra gente da mão de obra atingida era dar cinco salário mínimo lá, três salário mínimo pra cada um e levar a mudança pra onde a pessoa ir. Foi uma das primeira proposta, então aí entrou a pastoral, aqui também nós temos um amigo, o Irineu Brito, na época era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ajudou muito a gente aqui também nessa luta porque já tinha experiência né, anterior não só de barragens mas com assentamento né.

O depoimento de Dona Elenice Petelinka também corrobora nesse sentido:

A pastoral da terra nos ajudou muito. Foi através deles, da pastoral, do apoio do bispo né, foi deles que a gente teve muito esclarecimento né, tinham reuniões pra ensinar, nos ensinar lidar com essa situação. Foi muito trabalho né pra, muito acompanhamento deles, da Igreja, ajudando a gente a lidar com essa situação, a se organizar pra melhorar né, pra ter uma melhora porque a gente sabia que não ia ficar lá. Era uma área que tava comprometida e a gente ia ter que sair.

De acordo com Souza (2005), a partir do levantamento realizado pela Biomeio, várias outras famílias foram incluídas e, finalmente, foram transferidas para os respectivos reassentamentos rurais Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, bem

como para o reassentamento urbano Novo Porto João André. A luta pela terra foi vencida; agora, uma nova luta passa a ser travada, a luta para continuar na terra.

4.2.1 Reassentamentos Santana/Santa Emília e Pedra Bonita

O processo de retirada das famílias foi conturbado. Muitas famílias foram retiradas com antecedência, porém, outras resistiram até o último momento para sair da área porque não concordavam com o que a CESP estava propondo, sendo retirados à força pela polícia, com utilização de ação judicial. A CESP descumpria muitos acordos, não queria ceder mediante aos interesses dos ribeirinhos. Travaram uma verdadeira queda-de-braço em que a união se tornou a força dos oprimidos.

Um exemplo do descaso da CESP e do poder público pode ser demonstrado na forma como trataram as famílias acampadas na sede da Fazenda Santana, denunciado pelo jornal “Dia a Dia” de Três Lagoas, em julho de 1999. Conforme demonstrado na figura 22, eram 25 pessoas classificadas pela CESP como mão-de-obra atingida, que reivindicavam a formação do reassentamento. Como apontado anteriormente, a ocupação de terras é a principal tática dos movimentos populares, a principal forma de pressionar o poder público e a CESP a realizar a desapropriação e formação do reassentamento.

Segundo entrevista de João Brito, do reassentamento Santana/Santa Emília, esse grupo foi o mais prejudicado. As famílias foram obrigadas a conviver com a incerteza, insegurança e até a fome. As famílias somavam 25 pessoas, entre adultos e crianças, banidas de suas casas e levadas para um local que era para ser provisório, mas que se tornou definitivo e precário.

Figura 22 - Três Lagoas (MS): “Jornal Dia a Dia” – 21 a 27 de julho de 1999.

PÁGINA 4 **JORNAL DIA A DIA PERÍODO DE 21 A 27 DE JULHO DE 1999**

Sem Teto e Sem Terra clamam por ajuda

A reportagem do Dia a Dia foi solicitada pelas oito famílias que foram alojadas na sede da Fazenda Santana e que fazem parte de um grupo de 93 famílias cadastradas pela Cesp - Cia Energética de São Paulo e Terrasul, as quais aguardam ansiosamente os seus lotes.

Elas devem receber lotes de cinco hectares em média através da Mão de Obra Atingida, do projeto Casulo. A Cesp comprou a área, que mede 810 hectares e entregou para a prefeitura de Brasilândia, que assumiu a responsabilidade de fazer o reassentamento, inclusive a infra-estrutura. No entanto, já se passaram seis meses e até o momento nenhuma família foi reassentada. Segundo fomos informados, essas famílias devem ser beneficiadas com o Projeto Casulo do Inbra, mas ninguém informa como isso será feito. A única coisa que sabemos é que a Cesp Cia Energética de São Paulo SA, não tem nada a ver com as famílias que encontram-se na localidade, aguardando seus lotes. “Nada temos a ver com as famílias que encontram-se do outro lado”, foi o que nos disse o administrador do Reassentamento



Pedra Bonita e funcionário da Cesp José Augusto.

As famílias somam 25 pessoas entre adultos e crianças e estão passando por seríssimas dificuldades. Segundo o casal, João Oliveira e Natalina Paiva, pais de seis filhos, eles estão passando até fome. Dona Natalina falou à nossa reportagem chorando e clamando por socorro. Ela nos levou até à cozinha e nos mostrou o que ela e o marido e os

filhos estão comendo, apenas fubá. Outro morador, o Seu Aparecido Biazi disse que eles não tem como sobreviver se não contar com a ajuda das autoridades. Seu Aparecido nos contou que foi obrigado a deixar sua casa que ficava no Km 17 próximo a Porto João André, caso contrário seria despejado pela justiça. A sua casa foi desmanchada e o local está dilapidado. Ele nos contou com

lágrimas nos olhos que jamais passou por tamanha privação.

A prefeitura de Brasilândia está levando cestas-básicas para as famílias, mas não é o suficiente para passar o mês, explicou seu Aparecido. Dona Natalina fez um apelo desesperado pedindo socorro, inclusive nos disse que não come carne e nem dá leite aos filhos há vários dias. Eles cobram uma ação do Secretário da Agricultura

Fonte: CPT.

O depoimento de João Brito é enfático no que diz respeito ao sofrimento das famílias ribeirinhas. Assim,

Hoje a gente ri, mas na época a gente chegava a chorar de raiva. Eu não tenho vergonha de dizer. Eu chorei muitas vezes de raiva, muito. Quantas vezes eu não fui expulso ali da câmara dos vereadores. Quantas e quantas! Eu ia lá e falava mesmo!

Os lotes eram de apenas 5 hectares. O tamanho dos lotes, associado à qualidade do solo, em comparação com as terras da barranca do rio, e a falta de assistência técnica, se tornaram fatores que dificultavam a reprodução social, como pode ser constatado na fala de João Brito:

A quantidade de terra pra você sobreviver é muito difícil que aqui é igual ao crédito fundiário, é 5 hectare, o Santana e o Santa Emília é 5 hectare, então nessas terras aqui, já terra cansada, e a gente sem um suporte técnico adequado fica difícil sobreviver né. Pra você tirar o seu sustento daqui, aqui a gente tem o que eu chamo, os mais antigo que continua aqui, os teimoso né, que nós já estamos com 19 anos aqui né, agora entrou em 2021 e nós viemos pra cá em 2001.

A gente fala mesmo. Nunca mais a gente vai ter um lugar igual aquele pra morar, pra viver. Nunca mais. Porque lá, aqui a dificuldade é de você produzir que aqui você tem que produzir na agricultura, ou seja, na pecuária é difícil porque a propriedade é pequena. Não tem como você expandir. Você vai criar o que? Três cabeça de criação. É o que cabe. E como você vai sobreviver com isso? Não dá. Não dá, não tem como. Então é muito difícil.

A continuidade da vida nos lotes passa a ser um ato de resistência camponesa, de luta pela manutenção de um modo de viver e se reproduzir que tanto contribui para sociedade na produção de alimentos, mas, ao mesmo tempo, não interessa à burguesia agrária brasileira, que necessita expandir territorialmente seu monopólio da terra. Kudlavicz (2011, p. 75) corrobora essa assertiva;

Apesar da estrutura fundiária da Microrregião de Três Lagoas ser uma das mais concentradas no MS, é nesta região que os camponeses, teimosamente, resistem e insistem em se reproduzir socialmente em meio a toda sorte de adversidades. E ainda respondem por uma percentagem significativa da produção animal e vegetal, apesar da dinâmica da estrutura fundiária e de produção estar baseada, nas últimas três décadas, na monocultura do eucalipto e das pastagens para pecuária.

Em 2003, com apoio da CPT e STR de Brasilândia, criaram um organismo de classe para atender suas necessidades, os moradores do reassentamento criaram uma associação, a Associação de Produtores Agroecológicos de Subsistência Familiar (APASF), na tentativa de promoverem produção agroecológica no reassentamento, porém, o sonho durou pouco. Conforme entrevista de João Brito, a pulverização aérea nos canaviais e eucaliptais circunvizinhos colocaram fim na iniciativa:

Produzia, agora não dá conta mais não. Porque, essa é uma outra questão que a gente tá enfrentando aqui é, o, o sistema hoje de pulverização aérea. Nós temos aqui. No eucalipto e com a cana. Acabou com nosso assentamento.

Até hoje é possível ver o vestígio dessa iniciativa, dessa tentativa de agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa. Um sonho destruído pelas práticas agressivas e nocivas da agricultura capitalista. Atualmente, segundo João Brito, de 85 famílias reassentadas como mão-de-obra atingida, cerca de 15 ainda permanecem nos lotes. Muitos foram vendidos ou abandonados. Os teimosos resistem na terra, plantando cereais, hortaliças, criando

gado ou produzindo leite. Assim, por meio de muita luta, segue a saga camponesa no território brasileiro.

O Reassentamento Pedra Bonita foi destinado aos proprietários e arrendatários. Segundo o Sr. Arthur, é considerado um modelo de reassentamento. Os moradores da barranca que eram proprietários de terras ficaram em lotes de 35 hectares e os arrendatários em lotes de 25 hectares. O reassentamento possui uma Associação bem organizada, que busca programas e recursos para produção e circulação de seus produtos. Também prestam apoio ao reassentamento Santana/Santa Emília, um ato de solidariedade para com os menos favorecidos.

Como pode ser observada na figura 23, a Associação do reassentamento fica ao lado de uma Igreja, outro elemento que representa a fé camponesa.

Figura 23 - Brasilândia (MS): Associação do reassentamento Pedra Bonita – Fevereiro de 2021.



Fonte: trabalho de capô. Foto: do autor (2021).

Conforme depoimento da Sra. Elenice, moradora do Reassentamento Pedra Bonita, é possível verificar a mística religiosa no trabalho da CPT. As primeiras reuniões foram precedidas por momentos de exercício da fé. Eles se reuniam para rezar e, a partir dessas reuniões, começaram a discutir sobre as questões sociais

dos ribeirinhos. A fé e os problemas sociais passaram a formar um par dialético posto em movimento pela luta dos ribeirinhos. Assim, Sra. Elenice relata:

Então foi um trabalho de 20 anos na luta grande e a Igreja então desde as primeiras começou as rezas, assim que foi iniciado o trabalho, reuni pra rezar e dali se conversar sobre a situação porque todo mundo tava perdido, ninguém sabia, todo mundo tava vendo que a coisa tava feia, mas não sabia por onde chegar né, ninguém tem esse esclarecimento pra chegar: não, é por aqui que a gente vai. Então pessoas mais esclarecidas como a Igreja que tava na frente nos ajudando, nos orientando, ajudava a gente a falar dessa situação, encarar esse problema assim pra tentar uma solução dali pra frente.

Apesar de ser reconhecido como um modelo de reassentamento, não deixa de apresentar contradições. Conforme entrevista da Sra. Elenice, a realocação foi conturbada, muitos resistiram. A proximidade com o rio proporcionava aos ribeirinhos a diversidade de atividades – pesca, agricultura, pecuária, comércio, turismo, olarias –, o que o reassentamento era incapaz de fornecer. Além disso, tem a questão que aflige todos os reassentamentos, a fertilidade do solo. As terras na barranca do rio eram muito férteis, diferentemente das terras do reassentamento, distante do rio. Próximo ao rio, também conseguiam extrair madeira nas matas, coisa que não conseguem no Cerrado. Segundo a Sra. Elenice:

Mas até aí cê sabe, até você chega num ponto ali, cê sabe que rola muita coisa desagradável, houve muitos despejos, situações difícil com famílias, tem aqueles que resistiam, não queriam sair né. Achavam que a região que lá eles estavam melhor, iam viver melhor, que as vezes tinham pessoas lá que as vezes a terra que eles usavam não eram deles, mas eles tinham uma área como na cisalpina, o pessoal usava aquela área pra criar, arrendavam um tanto de terra lá e criavam, então tinha essas pessoas que tinham essas chances assim então eles achavam difícil porque eu vou lá, um lugar pequeno, vai ser aqui, um tanto x ali e eu sei que eu não vou poder ter três quatro atividade e eu não vou poder me expandir, aí foi onde foram orientados né, vocês tem que ver a atividade que é melhor pra vocês focar com aquela. Vocês não vão poder desenvolver todas igual fazem aqui. Até cair essa ficha na cabeça de alguns foi difícil. A terra de beira de rio ela é mais fértil né. E aqui é Cerrado. E o Cerrado é outro tipo de terra. Muito que produzia lá com grande fartura aqui já não foi aquela coisa. Então ainda teve uma grande dificuldade aqui quando é, a gente veio pra cá, a gente, os agricultores, todo mundo vem querendo plantar, continuar, plantar a sua terra e ter a suas coisa. (SRA. ELENICE, entrevista).

Além do mais, segundo Sra. Elenice, a destruição das matas ciliares pela formação do lago de Porto Primavera, somada ao monocultivo de cana e eucalipto,

também provocou um grande desequilíbrio ambiental. Desequilíbrio que afeta, principalmente, os agricultores que passaram a conviver com ataques de animais nas plantações, principalmente, papagaios. Assim:

Aí chegou e tombou e na hora de plantar o milho não virou nada. Não deu nada que presta então foi uma decepção. Foi um prejuízo. Aí tentou mais dois, três anos, aí já foi tombando aquele mato pra fazer massa na terra e aí melhorou um pouco, melhorou um pouco a produção de milho, das outras coisa, abóbora, mandioca, mas aí nós tivemos um grande ataque por papagaio. Os papagaio entrou nessas lavoura e acabaram com tudo. Cê não vencia tocar. E ficou assim né, ficou esse descontrole né, houve muito desmatamento, e esses bichos eles ficaram sem ter o que comer e ficaram procurando porque a beira do rio que eles desmataram foi extensa, jogaram muita árvore no chão, dentro d'água... agora também tem o plantio de cana de eucalipto. E aí paramo, paramo de plantar o milho. Já foi uma diferença grande né. A gente produzia milho pro ano inteiro. O ano todo tinha milho, criava bastante porco, galinha, daí paramo. Teve que diminuir as galinha, diminuir os porco, agora você tem que comprar o milho, já fica mais difícil.

De forma geral, nos dois reassentamentos, uma série de outros problemas socioeconômicos ocorreram em função de acordos estabelecidos pela CESP ou Prefeitura Municipal e não cumpridos. Esses problemas levaram diversas famílias a venderem os lotes por não conseguirem se adaptar à nova realidade. Com a população que permaneceu nos reassentamentos, constituíram-se novas formas de relações sociais, econômicas, culturais e territoriais (SOUZA, 2005).

No depoimento do Sr. Arthur, morador do Reassentamento Pedra Bonita, constata-se que, para os que resistiram, ao menos no Reassentamento Pedra Bonita, foi possível estabelecer um padrão de vida digno:

Nossa cara! Óia! Hoje você pode andar aí ó, o pessoal aqui todos, o que mais tinha, tinha uma bicicleta. É. Outros, a maior parte a pé. Hoje, todo mundo tem seu carro bão na garagem. Você pode subir pra cima aí que você vai ver Hilux, vai ver cada, entendeu? Chegaram todo mundo a pé. Entendeu? As vezes tem gente aí que fala: Ah! Que saudade da barranca! Rapaz, lá cê tomava banho no rio, um pernilongo danado, não tinha energia, cê não tinha documento nenhum. Hoje o pessoal aqui todo mundo tem documento. Mudou de vida. Entendeu? Porque lá, você tinha um gadinho era sem nota, não tinha uma entidade, uma identidade cê não tinha lá, se o pessoal tivesse lá até hoje tava tudo sem aposentar até hoje. Hoje todo mundo tem seu carro, tem trator. Mudou a vida de todo mundo e pra melhor.

No seu caso, em específico, a conquista da terra teve um peso maior devido sua condição de arrendatário, por não possuir suas próprias terras. Ao longo de sua

vida, formou muitas áreas em fazendas em troca de um pedaço de terra para plantar alimentos para autoconsumo e venda do excedente. A cada área de fazenda que formava, era removido para outra de mata virgem para recomeçar o processo. Uma vida amarga de muito trabalho e exploração. Hoje ele possui suas próprias terras, não precisa ficar sujeito ao poder dos fazendeiros, o fruto de seu trabalho lhe pertence, enfim, a conquista da liberdade e dignidade humana.

4.2.2 Reassentamento Novo Porto João André

Os oleiros da barranca do rio foram transferidos para o reassentamento urbano Novo Porto João André. O reassentamento faz alusão ao antigo Porto João André, atualmente, encoberto pelas águas. Por volta do ano de 1950, mudou-se, para essa localidade, um senhor de nome João Augusto André, que tomou posse de um pedaço de terra na barranca do rio, assim como muitos outros posseiros. No entanto, aquelas terras foram compradas pela Companhia Cisalpina Agrícola e os posseiros teriam que deixar suas terras, principalmente o senhor João Augusto André, justamente onde seria construído o porto (Dutra, 2020).

Conforme figura 24, o Porto João André era o principal meio de acesso dos moradores de Brasilândia (MS) à Panorama (SP).

Figura 24 - Panorama (SP): balsa de travessia entre Brasilândia (MS) e Panorama (SP) – S.D.



Fonte: <https://www.facebook.com/PanoramaMinhaCidade/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 20 abr. 2021.

A área foi cedida pelo senhor João Augusto, em troca, ele recebeu uma ordem de despejo. Não aceitando essa injustiça, organizou-se com outros posseiros e foram até à Capital, que, na época, era Cuiabá, para reivindicar seus direitos. Foi com base na Lei do Usucapião, que deu direito a muitos posseiros ao título de propriedade. Apesar de ter se transformado em um núcleo urbano, representava fonte de divisas no campo, na pesca, na produção oleira e turismo rural para o município de Brasilândia (DUTRA, 2020).

Como consta nos relatórios da CPT, a maioria dos ribeirinhos da barranca do rio Paraná em Brasilândia era composta de oleiros. Como pode ser observado na figura 25, os oleiros viviam da fabricação de tijolos. A barranca do rio possuía uma enorme reserva de argila que lhes permitia a produção desse artefato de forma quase totalmente manual.

Figura 25 - Brasilândia (MS): Olaria na barranca do rio Paraná – S.D.



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

Assim como os ribeirinhos de Três Lagoas, os oleiros também foram gravemente afetados pela enchente de 1983, perdendo suas casas, barracões e produção de tijolos. Em 1991, novamente tiveram que lidar com mais uma grande enchente. Em função do enchimento do lago de Porto Primavera, os oleiros foram realocados para o reassentamento urbano Novo Porto João André, onde receberam uma casa para moradia e a infraestrutura para a produção de blocos, e uma determinada quantidade de argila para 8 anos de produção, como pode ser visto na figura 26. Salienta-se que o enchimento do lago de Porto Primavera inundou a reserva de argila, uma das maiores da América Latina, dificultando o acesso ao material. A CESP, como forma de indenização, depositou uma quantia de barro para os oleiros, porém, esta não durou nem 3 anos, gerando novos conflitos com a CESP.

Figura 26 - Brasilândia (MS): Cerâmica Novo Porto João André – Fevereiro de 2021.



Fonte: trabalho de campo. Foto: do autor (2021).

O processo de transferência também foi conturbado. Um aspecto geral presente em todos os processos de realocação, feito de forma arbitrária, violenta e sem aviso prévio; uma migração forçada. Sr. Aparecido relatou esses elementos autoritários em sua transferência:

Não tinha pra onde ir. E tiraro eu na marra. Quase na marra. Eles chegaram lá dia 1 de janeiro e falou: Ó, nós veio buscar sua mudança e derrubar a casa. E aí eu falei: rapaz mas ninguém me avisou. Tenho as criação aí no pasto pra pegar, um burro, um cavalo, tem que tirar, como que eu vou? Aí conversaro pra lá, conversaro pra cá e falaro: Que dia o senhor pode sair. Aí eu disse: Lá pro dia 10 mais ou menos dá pra mim sair que daí eu vou levar as criação primeiro. Assina aqui como é dia 10 que você vai sair. Eles fizeram assinar na marra.

Segundo o Sr. Aparecido, o início foi difícil, pois tiveram que mudar de atividade. Não fabricavam mais tijolos e, sim, blocos de 8 furos. Não tinham prática com as máquinas e logo a argila acabou, gerando uma situação de vulnerabilidade social no reassentamento, como se pode verificar no relato abaixo:

Aí chegou a época que a CESP chegou lá fez o que eles queria fazer porque dizer as verdade que nós fizemos alguma coisa contra eles,

nada. Nós só levou fumo com eles porque a gente veio pra cá e não sabia mexer no maquinário que eles deixou aí, a gente não tinha prática, e não dero uma, eles tinha pelo menos que dá uns 15 dias pra ensinar a gente, não ensinou, a gente entrou meio errado, punharo uma mixaria de barro aí e acabou, nós não tinha noção, fala a verdade pro cê nós não passou fome aqui por causa que a gente sabia pescar né, foi trabaia pros oto porque o barro acabou com 2 anos e meio.

Com o fim da argila, os reassentados, com apoio da CPT e STR, contestaram a CESP, que foi obrigada a indenizá-los em R\$ 420.000,00. Atualmente, eles compram a argila de municípios vizinhos, como Paulicéia (SP) e Panorama (SP). Muitos reassentados preferem arrendar as cerâmicas por falta de conhecimento e aptidão para gerir o negócio; a vida no reassentamento não é igual à vida na barranca. O projeto da CESP não respeitou as particularidades dos ribeirinhos, sua economia, seu modo de vida, sua cultura. O projeto visava transformar os ribeirinhos em pequenos produtores industriais, pequenos capitalistas. Os ribeirinhos não tinham condições objetivas de administrar os empreendimentos. A maioria era analfabeta e sem experiência na área. Sr. Aparecido foi um dos moradores que arrendaram sua cerâmica, relatando suas dificuldades:

A CESP judio muito. No começo a gente sofreu muito, não tinha costume né. Mioro depois que entrou esse dinheiro, foi miorano as coisa, daí o arrendamento, arrendei, hoje eu pego aí 1.500, 2.000 conto [reais] de arrendamento e dá pra comer e beber e não tem trabaio de mexer com gente né. Uma que a gente é meio analfabeto, num sabe mexer.

Conforme entrevista de Mieceslau Kudlavic⁷⁰, a CPT trabalhou acompanhando de perto a luta dos ribeirinhos de Brasilândia, contribuindo na organização e reivindicação dos ribeirinhos pelo atendimento mais justo e adequado às condições que eles viviam na barranca do rio. Portanto, o Reassentamento Novo Porto João André é a concretização de um trabalho de anos, de reuniões, negociações, viagens e manifestações.

Segundo Carlito Dutra, agente do CIMI da Diocese de Três Lagoas, a CPT teve grande importância na luta dos ribeirinhos. Eram tempos de poucas lideranças, caladas pela Ditadura Civil-Militar-Empresarial. Era natural atribuir uma imagem de liderança aos sujeitos que se aproximassem das causas populares. No caso dos ribeirinhos, as “lideranças externas” eram a Igreja e os seus segmentos, a CPT e

⁷⁰ Disponível em: <www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CIMI, além do STR de Brasilândia, fundado com participação da CPT. A maioria dos ribeirinhos não dominava a escrita formal e nas reuniões lá estavam estes segmentos registrando em atas os desejos, as reivindicações. No seu entendimento, a Igreja e seus segmentos eram parceiros dos ribeirinhos, parceiros solidários, eles eram suas próprias lideranças. As lideranças da CPT, em seu trabalho com os ribeirinhos, tornaram-se ribeirinhos de coração, ribeirinhos de afeto, irmãos de coração que davam eco às lutas populares, contribuindo para o avanço das bandeiras do povo.

4.3 A luta junto aos sem-terra

A luta dos ribeirinhos e ilhéus tem relação muito próxima com a luta dos trabalhadores sem terra, principalmente na década de 1980, pois ribeirinhos e ilhéus, ao serem expulsos de suas terras, passaram a integrar a massa de trabalhadores que lutavam pelo direito ao território. Portanto, tinham em comum a luta pela terra. Alguns projetos criados no estado de Mato Grosso do Sul pelo governo civil-militar-empresarial eram, justamente, para transferir ribeirinhos de áreas de tensão, sobretudo devido à construção da Usina de Itaipu. Mais um projeto implementado de forma desumana e violenta pelo governo civil-militar-empresarial. Assim,

[...] somente no território brasileiro, mais de quarenta e duas mil pessoas foram afetadas pela chegada das águas do reservatório, sem contar do lado paraguaio. É um grande deslocamento migratório para o período. (RIBEIRO; CASSULI; FRASSÃO, 2012).

Com a iminência do fim da Ditadura Civil-Militar-Empresarial, a Reforma Agrária passou a ser a grande esperança por parte daqueles que almejavam a conquista da terra. Houve crescimento dos acampamentos em Mato Grosso do Sul, muitos com trabalhadores de outros estados. A luta por terra tornou-se um dos principais objetivos da ação territorial da CPT de Três Lagoas, de enfrentamento ao poder do latifúndio sobre o território. Havia significativo número de camponeses sem terra na Diocese dispostos a lutar, porém, desorientados, precisando de direção, um amplo campo de trabalho para a CPT, que passou a trabalhar na formação de

lideranças, comissões e apoiando na organização dos trabalhadores. Na compreensão de Farias (2006, p. 69-70):

Esses movimentos populares ganharão maior espaço no processo de 'abertura político-social', observado já na década de 1980 quando percebemos grandes mobilizações através de greves, manifestações, assembleias, buscando encontrar novos caminhos rumo à consolidação de práticas democráticas para a ampliação da participação na sociedade civil na expectativa de conquistas de igualdades sociais, políticas e econômicas. Visavam à constituição de uma sociedade mais participativa e com menor concentração de renda. Com esses objetivos ganhavam, cada vez mais, adesão e apoio de grupos da Igreja, partidos políticos e associações diversas.

Sendo assim, o trabalho da CPT caminhava na direção apontada por Farias (2006), mas era contrário aos interesses das oligarquias rurais, fazendo com que fosse constantemente alvo de críticas e represálias. Lutar pela Reforma Agrária, na década de 1980, era muito perigoso, pois representava a disputa de forças desiguais entre trabalhadores rurais sem terra contra proprietários de terras e seus jagunços. Aqueles sujeitos ou entidades, que, naquele período, desenvolviam práticas colaborativas com os movimentos de luta pela terra, eram considerados como forças subversivas atuantes contra os interesses nacionais. O "fantasma do comunismo" é, novamente, evocado como elemento simbólico/ideológico para legitimar perseguições, prisões e assassinatos. A luta de classes, em sua concretude, é manifestada na disputa por uma parcela do território, que envolve ações e representações.

Em sua trajetória, Kudlavicz relata sobre as lutas e perseguições que viveu no período:

[...] Então havia muita perseguição, e, a reforma agrária era vista muito como uma coisa dos comunistas! Então tinha muito isso, o pessoal aqui quer introduzir o socialismo no Brasil, não estão interessados na terra, mas é em trazer o comunismo, o socialismo pro Brasil, então você tinha, uma das barreiras era essa. A violência e a turbulência do latifúndio eram muito grande, mas também é a violência e turbulência do latifúndio hoje no mundo. Também é violento aqui no estado, o tal do estado latifundiário. (KUDLAVICZ, 2018. Entrevista disponibilizada em sua página no Facebook).⁷¹

⁷¹ Disponível em: <www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Segundo o Jornal “O Estado de São Paulo”⁷², do dia 12 de junho de 1986, devido às agitações ocasionadas pela luta, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por determinação do então governador Ramez Tebet, proibiu a formação de novos acampamentos no estado, alegando que provocavam situação de tensão para os proprietários rurais e as populações dos municípios onde os acampamentos se instalavam, o que deu, de certa forma, carta branca para a ação violenta da polícia no combate aos acampados, dificultando mais a luta pela terra na Diocese de Três Lagoas. O Jornal “Folha de São Paulo”, do dia 10 de junho de 1986, publicou a fala do então diretor do TERRASUL, Aparício Rodrigues de Almeida Júnior, que se tornou o comandante das ações policiais contra os acampamentos no estado, promovendo-as sem respaldo judicial e com atribuições que não lhe competiam. De acordo com a publicação, o diretor do TERRASUL assim se manifestou:

[...] ‘aqui ninguém mais vai acampar’: ‘vou perseguir um por um até que entendam que não há mais espaço por aqui. Tenho condições de deslocar três mil homens da PM, num prazo de doze horas, para qualquer ponto do Estado. Se não aguentar, chamo o exército’. (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de junho de 1986).

Com o crescimento dos acampamentos, a imprensa local, aparelho ideológico das oligarquias rurais locais, passou a atacar os movimentos e os agentes pastorais, divulgando notícias mentirosas e difamatórias, quer seja pelas acusações veiculadas, quer seja pelo tipo de linguagem utilizada de modo a induzir a opinião pública (FARIAS, 2006, p.179). Códigos simbólicos de representação a fim de criar consenso e dominação ideológica, elementos ideais que emergem do mundo concreto.

Em resposta a um desses ataques, em 19 de maio de 1984, na “Gazeta Popular de Três Lagoas”⁷³, divulgou-se a nota de esclarecimentos contra a falsa notícia veiculada no “Jornal da Manhã”, de Campo Grande, na qual o presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas – Dr. José Queiroz Moreira – afirmava que estava sendo organizado um plano de invasão nas terras da fazenda de Orestes Prata Tibery, numa área de 700 hectares nas margens do rio Paraná, e que esta invasão estaria sendo preparada pelo Cornélio Reis Costa Jr. (Advogado da CPT) e pelo “Chico Subversivo” (Agente da CPT, Luiz Ernesto Brambatti), conforme demonstrado na figura 27.

⁷² Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/cedoc>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

⁷³ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Figura 27 - Três Lagoas (MS): "Jornal Gazeta Popular" – 1984.

TRÊS LAGOAS 26/05/84 GAZETA POPULAR PAG. 05.

Nota de Esclarecimentos

Em manchete do Jornal da Manhã do dia 17 de maio de 1984 - Campo Grande -, o Presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas, Dr. José Queiroz Moreira, afirma que está sendo organizado um plano de invasão de terras na Fazenda Dr. Orestes Prestes Tiberio numa área de 700 ha, nas margens do Rio Paraná, e que esta invasão estaria sendo preparada pelo Dr. Cornélio Reis Costa Jr. e pelo «Chico Subversivo». Tal declaração não passa de uma grandiosa e intencional mentira que o Presidente do Sindicato Rural aplicou em Campo Grande, quando foi convidado o Governador do Estado para inaugurar a exposição agropecuária deste ano. Aproveitando-se dos comentários sobre a ocupação da Gleba Idalina, em Ivinhema, que tomaram os espaços nos jornais da capital, o Dr. José Queiroz não hesitou em lançar mais um boato, a partir de sua central de boatos de Três Lagoas, não medindo as consequências de tais afirmações.

A Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Três Lagoas esclarece que:

1. Não está organizando nenhuma invasão de terras em Três Lagoas, pois esta prática é mais dada a grileiros impunes, a maioria deles fazendeiros ambiciosos e gananciosos. A CPT reconhece a luta dos trabalhadores rurais e apoia o movimento dos SEM TERRA.
2. O Presidente do Sindicato Rural está ciente de que as terras da região de Três Lagoas não são agricultáveis, e, portanto, não há interesse dos lavradores e ocupar terras que não produzem.
3. Os trabalhadores rurais de Três Lagoas, participantes do Movimento dos Sem Terra, já encaminharam pessoalmente ao TERRASUL e ao Sr. Governador, abaixo-assinados nos quais informam aos órgãos de terras do Estado, algumas fazendas que possuem áreas em excesso, que poderiam ser utilizadas para fins de assentamento agrícola. Os SEM TERRA estão aguardando pronunciamento do Governador do Estado sobre o assunto.
4. A Comissão Pastoral da Terra vê no cumprimento do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a solução para a questão fundiária. Espera portanto que os órgãos de responsabilidade cumpram o que estabelece a lei, desapropriando terras para fins de Reforma Agrária.
5. Espera do Dr. José Queiroz provas concretas de suas afirmações, pois do contrário, apresentaremos denúncia ao Conselho de ética da OAB-MS, pois não se concebe de um advogado, presidente de um entidade sindical, atitudes nada éticas como estas, que demonstram a irresponsabilidade e infantilidade, ao lançar boato que envolve a segurança de pessoas.
6. O presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas está em plena campanha de reeleição, e pensa em usar o combate à CPT como mais um trunfo em sua campanha, tão em moda em nosso meio.

O Sindicato Rural de Três Lagoas conseguiu junto ao Sr. Governador uma verba de Cr\$ 15 milhões de cruzeiros para a exposição das «Vacas Gordas». A Pastoral da Terra, solidária ao sofrimento por que passa o trabalhador rural, sem terra, sem salário, sem condições de vida, manifesta o seu repúdio ao Governo do PMDB, privilegia o BDI, em detrimento de soluções efetivas para os Sem Terra.

Em contra partida oferecemos como testemunho de nosso trabalho o Projeto de Assentamento Agrícola da CESP, em Jupiá, cuja organização dos libéus desencadeou o projeto que é hoje um exemplo a ser seguido. Oferece ainda o trabalho desenvolvido junto aos pescadores de Jupiá e Prainha, que através da organização e da luta, conseguiram do Governador do Estado e da CESP, uma área de terras para um loteamento urbano, pondo fim aos flagelados que muitas vezes utilizaram as estrebarias do Sindicato Rural para abrigarem-se das cheias.

Por outro lado as palavras intencionalmente usadas não irão prejudicar e perturbar o trabalho da Pastoral da Terra, porque nosso compromisso cristão e evangélico é estar ao lado do povo oprimido e expulso da terra, até que um dia se cumpra a vontade de Deus e a Legião Brasileira, que o Dr. José Queiroz bem conhece.

Por fim, colocamos aqui as palavras do Papa João Paulo II, proferidas em 1979 no México: «Não é justo, não é humano, não é cristão, manter improdutivas as terras que escondem o pão para os pobres»

Três Lagoas, 19 de maio de 1984
Luiz E. Brambatti - CPT Três Lagoas

DOCUMENTO PERDIDO

O Sr. GILMAR GOMES MARIANO declara ter perdido sua Carteira de Identidade Funcional - Secretaria de Justiça, Depto. do Sistema Penitenciário.

Três Lagoas, 15 de Maio de 1984

Fonte: Gazeta Popular, 19 maio 1984.

Na nota assinada por Luiz Ernesto Brambatti, o agente da CPT denunciava tal calúnia. "Tal declaração não passa de uma grandiosa intencional mentira que o Presidente do Sindicato Rural aplicou em Campo Grande, quando foi convidado o Governador do Estado para inaugurar a exposição agropecuária deste ano" (GAZETA POPULAR, 1984). Tal declaração foi tomada como confronto com os poderes locais, uma disputa de representação da realidade, um confronto de narrativas oriundas de interesses de classe.

Lutar pela terra significa enfrentar o poder estabelecido. Trata-se de uma ação que envolve disposição de se defrontar com a violência estatal e da jagunçada. É conviver com a difamação da mídia e setores conservadores da sociedade, inclusive, da própria Igreja; é enfrentar o preconceito da classe média, fascista, violenta e ignorante⁷⁴; é uma luta em que se é preciso ter fé, convicção e coragem.

⁷⁴ Segundo Chauí (2013), a classe média é uma abominação política, porque é fascista, é uma abominação ética porque é violenta, e é uma abominação cognitiva porque é ignorante.

4.3.1 Gleba Água Limpa em Cassilândia (MS)

A Gleba Água Limpa foi um projeto criado sob o governo civil-militar-empresarial, com intuito de realocar trabalhadores sem terra em luta de áreas de conflitos territoriais, atendendo aos interesses das oligarquias rurais. Os trabalhadores eram retirados de acampamentos em áreas de conflito de forma autoritária e levados para localidades distantes, sem as mínimas condições de sobrevivência. No caso da Gleba Água Limpa, eram trabalhadores acampados em Itaquiraí (MS) e transferidos para Cassilândia (MS), na localidade de “Vaca Parida”, a cerca de 761 quilômetros de distância da sede do município⁷⁵.

Como constatado no dossiê elaborado pela CPT, “ACAMPADOS DE CASSILÂNDIA/MS”⁷⁶, de maio de 1981, foi realizada uma ocupação de terras no município de Itaquiraí, em área de mata virgem, terras devolutas disputadas por dois fazendeiros. Os trabalhadores sem terra, na sua maioria boias-frias, trabalhavam na região, percebendo que se tratava de terras da União, montaram a ocupação realizada de forma espontânea e desorganizada. Em uma semana, juntaram-se cerca de 800 pessoas, iniciando o desmatamento para o cultivo da terra. Mas logo a polícia foi acionada pelos fazendeiros, que não permitiram a entrada de novos integrantes e deram início às negociações para a retirada. Elas duraram cerca de uma semana, com a participação do Chefe da Casa Civil, pessoal da Casa Militar, da FETAGRI, STR’s de Naviraí (MS) e Mundo Novo (MS), e de uma comissão de sete acampados, a “Comissão dos Sete”.

A retirada foi feita pela Polícia Militar, que os encaminhou para a beira da estrada, onde foi montado um acampamento provisório, de plástico preto, para as 438 famílias que seriam transferidas para Cassilândia. A promessa do então Governador Pedro Pedrossian era de que, em 15 dias, providenciaria nova terra para os lavradores. No entanto, a promessa não foi cumprida e o acampamento se estendeu por longos 13 meses. Assim, a retirada dos acampados das terras dominadas pelos fazendeiros foi rápida, porém, a transferência dos acampados foi demorada, uma forma de desestabilizar o movimento e fazer os trabalhadores desistirem da luta. Os projetos de reforma agrária da Ditadura Civil-Militar-Empresarial eram desenvolvidos para arrefecer as lutas e pôr fim aos conflitos

⁷⁵ De acordo com o Google Maps.

⁷⁶ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

territoriais; além disso, utilizavam da violência e isolamento como tática contra os movimentos. Acampados nas margens das rodovias, sem infraestrutura e recursos básicos de sobrevivência, como comida, água e medicamentos, enfraquecia-se a resistência dos trabalhadores.

A “Comissão dos Sete”, nesse período, trabalhou para conseguir uma solução para o problema, mas não conseguiram êxito. Nesse período, cinco pessoas faleceram no acampamento e outras desistiram devido à precariedade do lugar. Também houve muita coação por parte da polícia e severa vigilância, transformando o lugar num verdadeiro “quartel”, inclusive, com hasteamento de bandeira, canto do Hino Nacional e outros gestos cívicos obrigatórios – símbolos ideológicos nacionalistas da ditadura, da extrema-direita brasileira, da ordem e do “progresso”.

O combate às ações da Igreja também ocorreu no acampamento. O padre do lugar foi proibido de rezar missa no acampamento e, quando ia visitar, era acompanhado por um policial. Qualquer tipo de reunião dos acampados foi proibida. As reportagens só eram permitidas para os jornais e televisão da “confiança do governo”. Autoritarismo e ditadura são duas faces da mesma moeda. Enquanto isso, para sobreviver, os acampados trabalhavam nas lavouras da região. Das 483 famílias, somente 64 permaneceram acampadas. A tática dos militares conseguiu certo êxito, porém, o núcleo duro da resistência ainda se mantinha de pé na luta.

De acordo com o documento da CPT, a solução encontrada para o impasse foi transferir os acampados para o distante município de Cassilândia, em uma área de Cerrado, sem água, sem infraestrutura e recursos vitais – uma tentativa de exterminar a resistência. Os acampados foram transferidos sem saber para onde estavam indo, uma migração às escuras. Simplesmente acreditaram nas promessas do Estado de que eram terras boas, que havia madeira para vender e construir suas casas etc. Sem saberem seu destino, embarcaram em caminhões e ônibus e foram levados para a localidade de “Vaca Parida”, entre os dias 2 e 4 de junho de 1982.

Segundo entrevista do Sr. Alceu, uma das lideranças da época e único remanescente da Gleba Água Limpa, foi algo feito precipitadamente. As 63 famílias de acampados ficaram sabendo de última hora, não houve diálogo, simplesmente partiram para um lugar desconhecido:

Foi uma coisa assim que não deu muito pra entender pra nós porque lá o INCRA veio e fez uma inscrição quando nós tava em 63 famílias

e a noite já encostou carregou e no outro dia cedo o pessoal sumiu. E viemo na escura, não deixou ninguém vim vê.

A viagem durou cerca de 3 dias. Os lavradores ficaram três dias sem condições de dormir, descansando em praças e calçadas, comendo apenas bananas e laranjas – a fome é uma tática de se enfraquecer os movimentos. Durante a viagem, duas mulheres deram à luz na estrada sem nenhum tipo de suporte médico. Um verdadeiro descaso para com a vida humana, para com a vida de inocentes que mal chegaram ao mundo e já se defrontaram com a maldade.

Estas famílias foram alojadas em um acampamento de forma provisória à espera da desapropriação da área, ou seja, foram transferidas para longe de suas origens, em uma área de Cerrado que nem sequer estava desapropriada. Claramente, o projeto foi desenvolvido para dar errado, para eliminar a resistência. Conforme entrevista do Sr. Alceu, ao chegarem ao local, os lavradores não queriam descer dos caminhões e ônibus quando perceberam que foram enganados, ficaram desesperados:

Quando chegou lá e falou aqui é o lugar que cês vai ficar. Cerrado pra tudo que é lado, só a beira do corgo que o fazendeiro tinha abrido ali que aí tinha uma parte aberta o resto era cerradão, do outro lado cerradão. Lá era uma areião, areião. Quando chegou lá que desespero do povo.

Segundo o dossiê “ACAMPADOS DE CASSILÂNDIA/MS”, a região é de Cerrado, terra arenosa e de pouca fertilidade natural, necessitando de adubo e calagem, cuja correção demoraria, em média, cinco anos e exigiria investimentos acima das possibilidades dos lavradores. Como iriam plantar e colher nessas condições sem nenhum apoio técnico e crediário? O que iriam comer? O isolamento também era outro problema, outra tática do Estado. O acampamento estava a 90 quilômetros da cidade mais próxima e a cinco quilômetros da estrada principal. Segundo a CPT, o local foi propositalmente escolhido para esconder a situação de miséria pela qual passavam. A higiene era uma calamidade, havia apenas seis banheiros para aproximadamente 350 pessoas. Segundo o Sr. Alceu, mal conseguiam se alimentar:

Sem água, sem luz, sem nada. Aqui nunca, e nunca tivemos benefício nenhum. Nunca entrou um dinheiro. No início vinha uma cesta básica.

Vinha um jabá ruim. Eu mesmo dispensava o Jabá. Aí na época era caça. Eu ia pro mato, matava um porco do mato, tinha muito bicho aqui, aí na época era caça.

A escolta policial proibia a entrada de repórteres, fotografias e perseguia os acampados que denunciavam as más condições de sobrevivência no acampamento, como, por exemplo, na hora da distribuição de alimentos e outras necessidades básicas. Também existiam agentes policiais disfarçados de lavradores para controlarem possíveis manifestações e confrontos. Os acampados queriam terra e o Estado agia para quem não conseguissem. O Sr. Alceu relatou sobre a tensão entre os próprios acampados e a polícia:

Aí já viero em cima de mim: ó cês todo mundo concordou. Eu não tenho nada ver. Todo mundo concordou vamos aguentar agora. Vamo ver o que vai acontecer. A guerra não acabou não, a guerra continua. Aí foram em cima da polícia aí: é melhor cês fica aí senão meto bala. Aí é, falei pra ele: é o seguinte, seu revorvim só tem 6 bala. Cê vai conseguir mata 6, mais que 6 você não vai conseguir matar. E os outros? Nós te pega! Dava cada uma pegada nós com a polícia.

Como apontado no “Relatório de Atividades da CPT”⁷⁷, de 1982, o Padre John Pace, coordenador da equipe da CPT, e o agente Luiz Ernesto Brambatti acompanharam as famílias e a situação de miséria e péssimas condições em que se encontravam. Para auxiliar na resistência dos acampados, a CPT organizou uma campanha na cidade de Cassilândia e conseguiu arrecadar gêneros de primeira necessidade para fortalecer a resistência.

Conforme demonstrado na figura 28, no dia 25 de julho, Dia do Agricultor, com a presença do Bispo Izidoro Kosinski, do Padre John Pace e do Diácono Pedro, realizaram a missa como forma de solidariedade e de denúncia pela falta de interesse das autoridades competentes diante da calamidade do acampamento. O clérigo utilizou de sua influência para dar amplitude à voz dos necessitados. Ao mesmo tempo, com base no Evangelho, nos símbolos e ritos, procurava levar palavras de fé e esperança aos pobres da terra.

⁷⁷ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Figura 28 - Mato Grosso do Sul: “Jornal Correio do Estado” – 30 de julho de 1982.



Fonte: CPT.

Em documento intitulado "Pronunciamento do Chico da CPT de Três Lagoas a respeito dos colonos transferidos para Cassilândia"⁷⁸, Luiz Ernesto Brambatti (Chico) denunciava a ação do governo do Estado contra os lavradores:

A violência a opressão passou em Naviraí cerca de dez dias atrás. Passou há um ano atrás, quando assassinaram o advogado Joaquim das Neves Norte.

Em Itaquiraí, depois de promessa do Governo do Estado de resolver em 10 dias a situação de mais de 400 famílias depois de um ano e meio de acampamento de fome e de miséria, foram transferidos sem saber para onde ir, sem saber para onde ir. Para uma região, um cerrado brabo, lá de Cassilândia, chamado "Vaca Parida", talvez vocês conheçam. Deste acampamento, gente, nós temos fotografias e vamos reunir as fazendas de Jequitibá e Entre Rios para mostra para eles o que estão fazendo para eles, o que estão fazendo com os lavradores. Prometeram que iam dar terra. A terra é um cerrado brabo que o povo diz que não consegue nem comer mandioca dali. Estão lá as crianças sem leite. Nós na 5ª feira de Corpo de Deus,

⁷⁸ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

providenciamos 200 kls. de leite para aquelas crianças, que o Governo não estava dando. O povo estava lá vivendo de arroz, feijão, macarrão e banha, era só isso. Não tinha nem óleo para botar na lamparina e de noite se levantar para atender uma criança.

Então lá eles não sabem quanto vão ganhar de terra, dizem que é só 50 ou 20 hectares, ninguém sabe direito. O INCRA não diz nada absolutamente. Tem lá um posto policial que não deixa nem padre entrar para fazer um atendimento religioso do povo. Então a gente pergunta: que justiça é essa, que Reforma Agrária é essa? Da qual falam tanto na Televisão. Que entregaram tantos títulos de terra, que títulos são esses? Que assistência dão ao lavrador através do Rural, aos acampados que estão lá que não recebem financiamento. Que não vão poder morar na terra, gente. Vão receber a terra, mas não vão poder morar lá dentro. Vão ter que morar no patrimônio. Não vão poder criar galinha, um porquinho, não vão poder ter um cavalo. Que reforma agrária é essa? Que justiça é essa?

É isso aí que vão fazer com vocês de Jequitibá. É isso que vão fazer com os lavradores sem terra desse país. Era esse testemunho que eu tinha para vocês. Exigimos providências. Exigimos que acabe essa situação!

Apesar de todas as denúncias, o governo de Mato Grosso do Sul e o Incra iniciaram uma disputa de narrativas, tentando controlar os órgãos de imprensa e passar a imagem positiva das ações governamentais, conforme a declaração do Secretário de Saúde, Alencar Ferreira da Costa, publicada no jornal Correio do Estado, em 30 de julho de 1982: “não existe nenhum problema de saúde entre os colonos ou suas famílias, o que existe é um estado de ânimo e confiança no governo do Estado”.

As ações do governo, de forma geral, procuravam dificultar, de todas as formas, o estabelecimento dos sem-terra no estado, em uma área de 700 alqueires cedida por um fazendeiro ao INCRA, conforme documento do “Comitê de Apoio ao Movimento dos Sem Terra”, de 18 de maio de 1978. A Instituição justificava a inviabilidade do projeto em razão da baixa qualidade do solo na área de Cerrado, conforme matéria publicada no Jornal “O Estado de São Paulo”, de 18 de julho de 1982. A questão que fica é: já que a área de Cerrado era considerada inapropriada para a agricultura, por que os trabalhadores foram transferidos? A resposta só pode ser uma ação proposital de desmantelamento da luta pela terra. Segundo o INCRA:

Aqui na região existe muito cerrado. E, neste caso, a agricultura é bem mais difícil de ser praticada, pois o pobre não consegue comprar as máquinas para modernização de suas lavouras. E o INCRA quer

evitar o paternalismo com relação ao pequeno agricultor. (O ESTADO DE SÃO PAULO, de 18 de julho de 1982).

Por outro lado, o governo distribuiu, por ação do INCRA, 83 cartas de anuência⁷⁹ a fazendeiros, inclusive de outros estados, distribuindo entre eles 38 mil hectares na região. Na época, o prefeito do município paulista de Guaraçai (SP), Nagib Habib Asseis, do PDS, foi receber sua carta de anuência em Cassilândia utilizando um veículo da própria prefeitura, conforme publicado no Jornal “O Estado de São Paulo”, de 18 de julho de 1982.

Enquanto o Governo do Estado distribuía 38 mil hectares de terras a fazendeiros ricos, contraditoriamente, considerava elevados os gastos com alimentação, vestuário e medicamentos com os pobres lavradores no período em que estiveram acampados em Itaquiraí e Cassilândia, como divulgado no Jornal “Correio do Estado”, de 4 de junho de 1982. Objetivamente, o controle do território por parte do Estado perpassava pela manutenção do poder do latifúndio. Permitir a reforma agrária era dar margem para a democracia, para o avanço dos setores populares, algo inaceitável em um país onde a terra é um instrumento de poder.

De acordo com relatório da CPT de 1982, os lotes definitivos foram concedidos em outubro de 1982. Após receberem seus lotes, foram pressionados a saírem do acampamento, de uma barraca de lona de cerca de 200 metros que foi montada, onde as 64 famílias repartiam os compartimentos de 3 a 4 metros cada um, como também pode ser verificado na fala de Sr. Alceu:

Uma lona preta puxou 300 metros. Fez um pavilhão de 300 metros. Aí o pessoal punhava alguma coisa. Que os caminhão levou algumas mudança, mas coisa assim, nem cama nada, só as coisa assim panela essa coisa assim, aí o povo fazia a divisorinha e ficava.

Segundo o dossiê “ACAMPADOS DE CASSILÂNDIA/MS”, ao receberem os lotes, os entraves persistiram. Tiveram de construir os barracos nos lotes, porém,

⁷⁹ Por meio do arrendamento rural, o proprietário concede a outrem o direito de uso de uma área de terras por um prazo determinado mediante uma retribuição financeira. A pessoa que produzirá na terra, portanto, não será o proprietário, mas sim o arrendatário. Este fato gera implicações na obtenção de financiamentos bancários, tendo em vista que o banco exigirá não apenas garantias de quem pretende obter o crédito, mas também a anuência do proprietário da terra. Vale destacar que essa anuência não significa que o imóvel será dado em garantia, apenas o que for produzido nele e os bens do arrendatário. Esta anuência deverá ser concedida de modo formal, por escrito, à instituição financeira (estas informações serão conferidas junto ao INCRA). Pode-se dizer que o Estado concedeu um título precário de terras aos fazendeiros, primeiro passo para futura regularização.

não havia água disponível. Alguns tentaram furar poços, mas, após 40 metros perfurados, não encontraram água. As mulheres tinham que caminhar de 4 a 6 quilômetros para lavarem roupas no córrego, ficando lá o dia inteiro e voltando à tarde com as roupas limpas e secas nas costas. A fala de Sr. Alceu confirma as informações do dossiê: “buscava água a 4 km no córrego. Lavava roupa de trabalho em uma poça de água da chuva”. O plantio foi feito, mas a colheita foi decepcionante. Duas mulheres morreram em consequência dos trabalhos forçados a que foram submetidas; três famílias abandonaram as terras e voltaram para Itaquiraí. Também, surgiram brigas entre os assentados que permaneceram desorganizados.

No ano seguinte, em abril de 1983, o Secretário de Desenvolvimento Social do Estado esteve na Gleba e realizou um relatório sobre a inviabilidade do assentamento e da precariedade das famílias. Os lavradores estavam endividados, a colheita foi péssima, a terra precisava de correção. Para sobreviverem, trabalhavam de boias-frias na região, continuavam sem água e à espera de alguma solução.

Em 9 de junho de 1983, foi emitido um ofício assinado pela CPT, solicitando o encaminhamento de uma subcomissão de parlamentares para verificar a situação da Gleba Água Limpa, que se caracterizou no documento, constando os problemas relativos à fome, falta de água, qualidade da terra, habitações precárias, atravessadores de alimentos e dívidas, revelando a realidade vivida pelos lavradores que, desesperados, não mais vislumbravam expectativa de futuro no assentamento. A “solução”? Novamente, foram transferidos, agora, para uma região ainda mais distante.

Em setembro de 1983, foram transferidos para o Projeto Braço Sul, em Colíder (MT). Segundo entrevista de Sr. Alceu, após a iniciativa, das 75 famílias (após a chegada das 64 famílias de Itaquiraí, outras famílias cadastradas no INCRA foram para o acampamento), apenas 15 permaneceram na Gleba Água Limpa, o restante foi transferido para o distrito de Peixoto de Azevedo⁸⁰:

⁸⁰ Distrito criado com a denominação de Peixoto de Azevedo (ex-povoado), pela Lei Estadual nº 4389, de 16-12-1981, subordinado ao município de Colíder. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o distrito de Peixoto de Azevedo figura no município de Colíder (MT). Elevado à categoria de município com a denominação de Peixoto de Azevedo, pela Lei Estadual nº 4999, 13-05-1986, desmembrado dos municípios de Colíder e Itaúba. Sede no atual distrito de Peixoto de Azevedo (ex-povoado).

Aí convidemo, convidei o Chico e nós fomos pra Brasília. Aí eu tinha uma ideia meia maluca de fazer um poço, de fazer algumas coisa, tipo de uma cooperativa pra nós, até hoje eu tenho essa vontade ainda de cooperativa. Aí fizemo um acordo, o Chico foi, nós fomos pra Brasília tudo com a despesa da pastoral. Aí chegemo lá pegemo o frei, já faleceu ele, ajudou muito nós. Aí foi feito uma reivindicação de melhorar. Na época o INCRA não concordou, tivemos uma reunião com o INCRA e nessa época o INCRA pegou e falou: É o seguinte, nós temos umas terra muito boa em Peixoto do Azevedo, nunca fui lá visitar e tenho vontade de ir lá um dia ainda. Peixoto do Azevedo. É, quem quiser ir pra lá vamos dar 100 hectare de terra. Pra quem for pra lá pode pegar uma condução pra, arrumar uma condução pra levar, pra mostrar, coisa e tal. Aí nós fomo em 3 companheiro daqui que o povo elegeu. Aí nisso, quando fez tudo aquilo ali eu pedi pro presidente do Incra eu falei: E nós quem não quer ir? O problema é de vocês! Do jeito que vocês foram em, vieram aqui, você procura seu recurso. Eu falei: tá bom. Aí viemo de Brasília o povo foi pra lá, inclusive, eu não vi ninguém sair daqui.

O que surgiu como aparente solução não passou de mais uma ilusão, uma manobra do Estado para vencer a luta contra os trabalhadores. Através de cartas endereçadas pelas famílias à CPT, enviadas em fevereiro e maio de 1984, foi constatado que elas estavam morrendo de malária, faltava infraestrutura, escolas, os lotes chegavam a ter quase toda superfície coberta por rochas, e a única saída para tentar sobreviver era trabalhar no garimpo (FALCHI, 2007).

Segundo o Sr. Alceu, os que decidiram ficar na Gleba Água Limpa dividiram entre si a área da fazenda, ficando 15 famílias em lotes de 90 hectares: “ficaram em 15 pessoas e as terras foram divididas entre os que ficaram. Ficou cinco lotes pra cada família. Cerca de 90 hectares”. Atualmente, somente o Sr. Alceu reside na localidade. Os proprietários foram morrendo, outros venderam seus lotes para o plantio de soja, atividade capitalista predominante na região da Gleba Água Limpa.

4.3.2 Projeto Sucuriú em Paranaíba (MS)

O Projeto Sucuriú foi criado pelo INCRA no município de Paranaíba (MS), atualmente, município de Chapadão do Sul⁸¹. Conforme documento elaborado pelo Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Agricultura e Pecuária (SECAP) e TERRASUL, em agosto de 1986, “Acampamentos e Assentamentos do Estado”, a

⁸¹ Elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 768, de 27-10-1987, Chapadão do Sul foi desmembrado dos municípios de Cassilândia e Paranaíba.

área do Projeto de Assentamento Sucuriú foi adquirida pelo INCRA, a 220 quilômetros do município de Paranaíba, por meio de desapropriação por interesse social de parte da Fazenda Mimoso em 3 de julho de 1984.

O principal objetivo era transferir trabalhadores sem terra cadastrados no INCRA de áreas de disputas territoriais. Mais um projeto no intuito de desmobilizar a luta pela terra feito de maneira autoritária e sem oferecer o mínimo de condições para os trabalhadores. Em entrevista, Sr. Iolam, morador do Projeto, relata que foi expulso de suas terras, em Guaíra (PR), devido ao enchimento do lago de Itaipú: “na verdade foi desapropriado a Ilha né e prometeram uma terra pra nós. E aí trouxeram nós pra cá. Trouxeram nós pra cá mas, só jogou na verdade né”.

Acostumados com as terras férteis do Paraná, tiveram dificuldade em produzir no solo do Cerrado. Muitas famílias eram proprietárias de terras às margens do rio Paraná e foram enganadas pelo INCRA, que prometeu terras de igual qualidade, posto de saúde, escola e alimentação até a primeira colheita. Após seis meses de espera pelo cumprimento das promessas do INCRA e sem condições de cultivar a terra, muitas famílias retornam aos locais de origem no Paraná (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Segundo o documento “Acampamentos e Assentamentos do Estado”, as dificuldades maiores do Projeto eram a baixa fertilidade natural do solo, dificuldade em obtenção de água potável para as necessidades básicas, a localização geográfica, distante 220 quilômetros de Paranaíba e 300 quilômetros da capital do Estado, além da dificuldade para obtenção de crédito rural junto às agências bancárias da região. Na fala do Sr. Iolan, é possível perceber o sofrimento dos trabalhadores:

Longe, sem água, sem recurso, sem nada. Na época tinha um cascalho ali, só passava ônibus à meia noite. Não tinha nem como você coisá, porque pra ir pra cidade dependia de carona né, talvez cê ia pra cidade, na estrada ficava o dia inteiro porque ninguém dava carona pra gente porque tinha medo. A gente passou dificuldade, mas muita dificuldade meeeesmo! Tem gente que pegou lote seco não tinha água, não tinha nada né e dependia de pegar uns galãozinho pra pegar água lá no rio. Oito, dez quilômetros pra poder pegar uma carona e ir embora. E na época, o INCRA falou que ia ajudar, ajudar, mais não. Não fez nada, sabe. Simplesmente largou a gente aí e se vira né.

Foi muito difícil pra nós sobreviver aqui. Muita gente não guentô. Muitos vendeu aí e a turma falava que era vagabundo mas não era não. Não tinha como sobreviver não. Descurpa fala mais chega num lugar igual porco, cachorro e larga ali, não tem como, sabe? Serviço

naquela época não tinha. O único serviço que tinha era Ribeirão ali que dava serviço pra muita pouca gente. E do resto, não tinha como cê sobreviver memo. Nós tinha uma terra muito boa lá sabe. Nós produzia muito mesmo lá né. Lá cê não precisava de adubo, não precisava de nada. Só roçar, plantar, carpir, né. Lá a gente quase nem conhecia quase praticamente o adubo né. Aí chegou aí, essa areia, tudo que você prantava, prantava um milho a espiga do milho deu quase no chão, o cupim comeu tudo, sabe? E o milho acho que dava, com ponta e tudo, não dava 70 centímetro de altura. Aí a espiga deu lá embaixo.

Nóis chegava a pegar lá, assim por exemplo, assim, nós pescava pra pagar gente pra ajudar na roça porque lá tudo era braçal né. A gente chegava pegar 300 quilo de peixe numa noite.

Conforme o Jornal “Vida Diocesana”, de abril de 1985, figura 29, a preocupação era para que não se repetisse o ocorrido com os trabalhadores da Gleba Água Limpa, na localidade Vaca Parida, em Cassilândia, que acabaram sendo transferidos para Colíder (MT) e estavam morrendo de Malária e fome. Para atender as 350 famílias do Projeto Sucuriú, o Bispo Dom Izidoro Kosinski nomeou as irmãs de Camapuã, distante 180 quilômetros do assentamento. A Diocese também liberou recursos para as irmãs se locomoverem até o projeto e realizar o trabalho de organização dos trabalhadores e de assistência religiosa, porém, eram barradas pelo aparato policial. Novamente, a violência se fez presente no cotidiano dos trabalhadores, assim como a CPT também se fez presente para fortalecer a resistência.

Figura 29 – Três Lagoas (MS): “Jornal Vida Diocesana” – Abril de 1985.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Segundo o “Jornal Sem Terra”, de 30 de junho de 1985, a violência policial era tão exacerbada ao ponto de o assentamento ser comparado a um campo de concentração⁸², um verdadeiro cenário de guerra. Soldados militares vigiavam os lavradores, não permitindo qualquer tipo de organização. Das 277 famílias assentadas, várias desistiram. Três crianças faleceram por picada de cobra e por falta de atendimento médico. As terras eram de baixa fertilidade e cobertas de campo bruto, exigindo mecanização e recursos para correção com calcário. Água, simplesmente não existia, e a solução encontrada foi fazer valetas e forrar com plástico para armazenar a água da chuva. A alimentação foi cortada depois de três meses, quando o INCRA passou a pagar uma gratificação mensal de Cr\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros) por família, que permitia a compra de

⁸² Os campos de concentração nazistas foram desenvolvidos entre 1933 e 1945 e ficaram particularmente conhecidos por abrigar e executar judeus durante o Holocausto, na Segunda Guerra Mundial. Os campos de concentração eram muito conhecidos por aproveitarem-se do trabalho dos judeus e por colocá-los em situações desumanas, sendo mal alimentados, vítimas de maus-tratos e todo tipo de abuso. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/campos-concentracao-nazistas.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

alimentos para apenas uma semana, valor que, corrigido, contabiliza R\$ 281,36 (Duzentos e oitenta e um reais e 36 centavos)⁸³.

Os alimentos, por sua vez, eram comprados a cerca de 20 quilômetros e transportados a pé. Reclamar das péssimas condições era proibido. A Ditadura persistia em calar a voz da democracia; a assistência religiosa também. A ação social da Igreja era vista como subversão à ordem. Uma irmã foi expulsa do projeto enquanto fazia uma visita, o mesmo ocorreu com um pastor protestante. “Os policiais mandam a gente calar a boca e ameaçam de bater”. Essa era a dura realidade do assentamento no período ditatorial brasileiro.

A maioria das famílias possuíam escrituras das terras nas margens do rio Paraná e só foram parar no Projeto devido às promessas de boas terras e infraestrutura. Algumas das famílias, incrivelmente, retornaram a pé para suas terras no Paraná, levando o pouco que tinham. Era preferível encarar mais 700 quilômetros a pé do que continuar resistindo. Outras foram trabalhar nas fazendas próximas para conseguir dinheiro para as passagens de volta. Porém, a maioria queria a transferência para uma área de terra melhor e com toda a infraestrutura necessária, como demonstrado no “Jornal Sem Terra”, de 30 de junho de 1985, figura 30. Elas resistiram na luta, parafraseando Marx e Engels (2008), os trabalhadores não tinham nada a perder a não ser os seus grilhões.

⁸³ Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

Figura 30 – Mato Grosso do Sul: “Jornal Sem Terra” – 30 de junho de 1985.

Miséria e mortes no Sucuriú

O Projeto Sucuriú, a 350 quilômetros da capital, foi transformado em campo de concentração pelo INCRA. Sob as ordens do encarregado do projeto, Ari Gomes de Assis, soldados militares vigiam os colonos não permitindo qualquer tipo de organização. No local foram assentados, entre dezembro e março passados, 277 famílias de ribeirinhos e ilhéus do Paraná. Quase 70 já desistiram. Três crianças picadas por cobras morreram por falta de assistência médica.

Sucuriú, sem dúvida, é o projeto em pior situação. As terras são fracas e cobertas de campo bruto exigindo mecanização e recursos para a correção com calcário. Para cada dois hectares e meio, são necessários Cr\$ 17 milhões para o preparo do solo e o plantio da soja, única lavoura viável na área.

Água simplesmente não existe. A solução é fazer valetas forradas com plástico para armazenar a água trazida pela chuva. A alimentação foi cortada depois de três meses, quando o INCRA passou a pagar uma gratificação mensal de Cr\$ 120 mil por família. Com esse dinheiro, só dá para comprar alimentos por uma semana. Os alimentos, por sua vez, tem que ser comprados a uma distância de 20 quilômetros, feita a pé. As famílias abandonam o projeto “para não morrer de fome”, lamenta o lavrador Joaquim Manoel da Silva, 69 anos.

Campo de concentração

Reclamar das péssimas condições é proibido. Os funcionários do INCRA impedem qualquer tipo de organização, intimando os colonos através dos soldados que vigiam a área. Assistência religiosa também está proibida. Uma irmã foi expulsa do projeto quando fazia uma visita. O mesmo aconteceu com um pastor protestante. “Os policiais mandam a gente calar a boca quando reclamamos e ameaçam de bater”, denuncia o lavrador Osvaldo da Silva.

A maioria das famílias possuem escrituras das terras do Paraná. Só foram parar no projeto devido às promessas de terra boa e infraestrutura. Hoje as famílias estão isoladas uma das outras numa distância média de 12 quilômetros. “Não adianta ter uma terra de 40 a 50 hectares se estamos no meio do pasto, como se fossemos gado”, diz Benedito Tavares de Oliveira.

Algumas das famílias retornaram a pé mesmo para o Paraná levando o pouco que tinham. Outras estão trabalhando nas “fazendas dos gaúchos” para arrumar dinheiro para as passagens de volta. Mas a maioria mesmo quer a transferência para uma área de terra melhor e com toda a infraestrutura necessária. Por isso estão vencendo o medo e as Pressões do INCRA e se integrando na Comissão Estadual dos Assentados.

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

De forma geral, os projetos do INCRA eram inadequados, assim como a Gleba Água Limpa em Cassilândia. Em documento intitulado “Carta de denúncia”, emitido em conjunto por bispos, padres, diáconos, religiosos e leigos vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e representantes da CNBB Nacional, reunidos no Encontro Regional, em Campo Grande (MS), nos dias 12 a 14 de março de 1985, entre as inúmeras denúncias contra a grave situação em que viviam os trabalhadores sem terra, os atingidos por barragens, assalariados rurais, boias-frias, canavieiros etc., encontrava-se em destaque a maneira como o INCRA programava os projetos, nos quais não ofereciam as mínimas condições de vida e trabalho. Assim, os projetos eram parte de uma conspiração contra os trabalhadores. Os projetos não eram realizados com o intuito de solucionar seus problemas e sim pôr fim à luta pela terra.

Na carta, denunciavam a forma como se fez a transferência dos assentados do Projeto Sucuriú, geralmente, para áreas sem infraestrutura, água, estradas, posto de saúde, escolas e alimentos insuficientes. O deslocamento era feito em épocas desfavoráveis, deixando os trabalhadores em barracos de plástico, fora da época de plantio, obrigando-os a buscar recursos em outros serviços e subempregos.

A CPT denunciava a inviabilidade das áreas em função do solo pobre, terras de areia e de Cerrado, sem perspectivas de bons cultivos, necessitando de correção

do solo e maquinários, investimentos altíssimos oferecidos a baixo custo para latifundiários e negados aos pequenos lavradores. Na carta, ainda denunciavam a ação da polícia junto a alguns assentamentos, que impediam a entrada de agentes das pastorais e religiosos e a manipulação de lideranças a fim de apresentar uma boa imagem do INCRA. As denúncias tinham como objetivo desmascarar as narrativas dos órgãos de governo diante da população, pois, conforme Bourdieu (1986), o poder só pode ser mantido por meio do consenso das massas.

Na carta, reivindicavam que, antes mesmo da transferência dos lavradores, se adequasse a infraestrutura necessária, habitação razoável, alimentos e que os assentamentos fossem feitos em terras de boa fertilidade e possível exploração por minifúndios para que, no futuro, não se gerasse novos sem terra. Ainda recomendavam que os assentamentos fossem feitos em áreas próximas ao local de origem dos lavradores, sem forçar a migração interna, de forma a não violentar suas culturas e costumes.

Outra questão apontada em entrevista por Sr. Iolan era o preconceito, fruto da ideologia burguesa disseminada pelos instrumentos ideológicos da burguesia:

Tanto é que a gente ia no Chapadão na época no mercado do finado Schultz, o Mercado Planalto, eu lembro como se fosse hoje. O posto que era do “nego do posto”, lá do Gaspareto, um restaurante ali, aí a gente ia pra fazer compra e tinha vez que sentava assim o pessoal chegava das fazendas assim e falava: cuidado, esse daí é do INCRA hein! Nego corria de perto da gente sabe? Não tinha vergonha de fala não! Cuidado esse daí é do INCRA! A gente era bem mesmo malvisto.

Conforme o “Jornal Sem Terra”, de 30 de abril de 1986, algumas famílias foram reassentadas em áreas distintas, parte das famílias foi para o Projeto Guaicurus, no município de Bonito (MS), e outra parte para o município de Ivinhema (MS). Outros continuaram lutando em seus lotes. A grande maioria optou pelo gado em função da qualidade do solo, outros pelo plantio ou arrendamento das terras para o monocultivo da soja, atividade hegemônica na região.

Sr. Iolan é uma exceção. Em meio a tantas adversidades, um exemplo da resistência camponesa em terras do latifúndio. Ao ser indagado sobre a possibilidade de trabalhar com plantio de soja, vender ou arrendar suas terras e ir embora para a cidade, Sr. Iolan, que atualmente trabalha com horta e vende seus produtos na feira de Paraíso das Águas (MS), foi direto:

Não, não quero mexer com isso não. Eu gosto de plantar as coisa eu gosto de mexer memo é com a terra né. Meu dom sempre foi pra mexer com terra sabe? Plantar as coisas.

Tenho medo de veneno. Eu até fui ver, sabe? Pra mexer orgânico né, mas eu não consegui o selo orgânico porque diz que, assim eles falaram que a distância de 30, 40 quilômetro não pode ter lavoura né. Aqui tem avião passando por cima todo dia quase.

Vendo não. Viver tem que viver em qualquer lugar desse mundo. E pra você vender pra... eu cidade não guento. Não dou conta de viver em cidade. Enquanto eu tiver saúde eu vou tá aqui.

Sr. Iolan é símbolo da resistência camponesa. Sua relação com a terra é o que constitui sua territorialidade, seu sentimento de pertencimento caracterizado pela liberdade, pela autonomia. A terra é para trabalhar, para plantar, um bem natural, direito de todos aqueles que nela querem viver. Direito negado pelo Estado e pelo capital, transformando-se a terra em mercadoria, reserva de valor. Uma contradição entre terra de trabalho e terra de negócio posta em movimento pela luta de classes, movimento dialético e contraditório no qual o campesinato luta, resiste e se reproduz.

4.3.3 Acampamento América Rodrigues da Silva em Três Lagoas (MS)

O Acampamento América Rodrigues foi uma ação de enfrentamento e resistência contra o poder e a ordem local. Acampamentos são táticas dos movimentos socioterritoriais para alcançar seu alvo estratégico, a conquista da terra. Esta estratégia permite, em certa medida, a resolução de uma questão que aflige o campesinato sem terra, a questão agrária. Geralmente, os acampamentos são realizados próximos às terras passíveis de desapropriação, porém, acampamentos urbanos e ocupações de instalações públicas também fazem parte das táticas utilizadas pelos movimentos de luta pela terra.

Para citar um exemplo, tem-se o acampamento e ocupação do MST na sede do INCRA no Paraná, em junho de 2016. Atos que fizeram parte da Jornada Nacional de Lutas, quando o MST reivindicou a retomada do processo de reforma agrária e assentamento das 10,2 mil famílias acampadas no estado, na época⁸⁴.

⁸⁴ Disponível: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/moradores-aprovam-acampamento-dos-sem-terra-em-curitiba-comerciantes-reclamam-da-queda-do-movimento-c8sgpad7v5xecs2vsqfb4tut4/>>. Acesso em 15 fev. 2021.

Acampamentos urbanos têm dimensão maior devido a sua visibilidade social e representam pressão maior sobre o Estado. Conseqüentemente, também, significa o acirramento da luta de classes e da violência.

O acampamento América Rodrigues da Silva tinha em si esses elementos, ganhou muita visibilidade e sacudiu o cenário político do município de Três Lagoas. Nesse acampamento, deu-se o falecimento da senhora América Rodrigues da Silva, vítima de ataque cardíaco e uma ação repressiva da polícia. Comovidos pela tragédia, a morte de uma companheira, os acampados deram o seu nome ao acampamento em sua homenagem. Sua morte se tornou um símbolo da luta pela terra. Mártir de uma luta justa e, muitas vezes, inglória. Contradições dialéticas da luta pela terra, pois a luta pela vida anda ao lado da luta pela morte.

De acordo com Farias (2006), após várias reuniões, os sem terra decidiram por montar um acampamento na Fazenda Água Limpa, próxima ao Córrego do Moeda, a 30 quilômetros de Três Lagoas. A ideia de acamparem partiu de CEBs e de reuniões com grupos de famílias lideradas pela CPT. As terras eram públicas e, por isso, planejavam ali permanecer até que as diretrizes do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) fossem definidas, no anseio de conseguirem um pedaço de terra. Não se sabe ao certo a origem dos trabalhadores, mas, de acordo com documentos da CPT, eram provenientes de municípios integrantes da Diocese de Três Lagoas, organizados e decididos a lutar por um pedaço de terra.

A ação policial foi imediata. Quando se trata de defender os interesses da classe dominante, o Estado age de prontidão. No dia seguinte, 7 de junho de 1986, foram expulsos pela polícia, respaldados pela lei arbitrária do então governador do Estado, o três-lagoense Ramez Tebet – pai da atual senadora Simone Tebet⁸⁵ - que proibiu a formação de acampamentos em todo estado. Como demonstrado na figura 31, os policiais, com toda sua truculência característica, desmontaram o acampamento e ameaçaram os acampados para não chamarem representantes dos órgãos de imprensa.

⁸⁵ Disponível: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/07/simone-afirma-que-brasil-precisa-do-espirito-conciliador-de-ramez-tebet>>. Acesso em 03 ago. 2021

Figura 31 - Três Lagoas (MS): despejo do acampamento de Água Limpa – 1986.



Fonte: Farias (2006). Foto: CPT/Três Lagoas, 7 jun.1986.

Posteriormente, divulgaram sua versão de que os acampados teriam obedecido espontaneamente ao “convite” do Sr. Aparício, diretor do TERRASUL (FARIAS, 2006). Percebe-se uma tentativa de ocultar ação violenta da polícia, fato que demonstra que as ações de violência foram atos criminosos realizados de forma consciente pela polícia. Porém, o Estado, como instrumento da classe dominante, aceita e legitima essas ações, mantendo a impunidade dos infratores e garantindo a ordem burguesa. O território é espaço de luta. Esse foi o início de uma sequência de expulsões, agressões e violências cometidas pelo Estado contra as famílias de acampados, contra crianças, mulheres e idosos.

Segundo carta aberta à população, assinada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS, MST/MS, Pastoral Social da Diocese de Campo Grande, Pastoral Operária, Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), PT, Pastoral da Juventude, Pastoral Social da Regional Extremo-Oeste da CNBB e Diretório Central dos Estudantes (DCE) das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), Aparício era o comandante da repressão aos sem-terra no Estado, por isso, chamado de “comandante caudilhista”, ordenando pessoalmente a Polícia Militar nas ações repressivas contra

os trabalhadores, transformando o TERRASUL num órgão de combate aos sem-terra por todo o Estado. Aparício já havia comandado o despejo de outro acampamento em Nova Andradina (MS).

Segundo o Decreto nº 1.697, de 8 de julho de 1982⁸⁶, o TERRASUL era o órgão executor da política fundiária de Mato Grosso do Sul. Desde que Aparício assumiu a presidência da “Comissão para Assuntos de Sem Terra”, comandou diversas ações marcadas pela violência e autoritarismo, como o cerco aos brasiguaios⁸⁷ e boias frias em Sete Quedas, município ao sul do estado; o despejo violento dos sem-terra acampados na sede do INCRA; o despejo sem negociação e violento dos posseiros da Fazenda da Santa Rosa, também em Sete Quedas; a violência contra brasiguaios em Mundo Novo e o cerco da fronteira com o Paraguai para impedir a entrada de lavradores brasileiros que tentavam retornar ao país (FARIAS, 2006).

Além da repressão física, Aparício utilizava de outras táticas, como atraso de envio de assistência médica e alimentícia aos acampamentos e a tentativa de transformar os acampamentos em favelas, oferecendo frentes de trabalho aos acampados na tentativa de desmobilizar a organização dos trabalhadores. Não foi por menos que Aparício foi classificado como “fascista” durante palestra que proferiu sobre os brasiguaios na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Campo Grande, de 5 a 9 de maio de 1986 (FARIAS, 2006).

Com o despejo no Acampamento Água Limpa, as famílias foram dispersas do local, encaminhadas em direção a Três Lagoas por meio de ônibus e caminhões em trânsito pela estrada e forçados pela polícia a transportarem os acampados. O propósito era que as famílias, ao serem expulsas do acampamento, voltassem a seus lugares de origem. O propósito era manter a ordem burguesa, entretanto, muitas famílias resistiram e procuraram se reorganizar na luta, confrontar o poder estabelecido, e, nesse sentido, a atuação da CPT foi fundamental (FARIAS, 2006).

⁸⁶ Disponível em:

<<https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdflegislacoes/DECRETO%20N%C2%BA%201.697.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

⁸⁷ A expressão “brasiguaião” foi criada primeiramente com o intuito de organização. Os camponeses e trabalhadores rurais pobres de toda ordem, expulsos do campo paraguaio pela modernização agrícola que chegava ao vizinho país no início dos anos 1980, foram forçados, pelas condições impostas, a reemigrarem novamente para seus rincões natais e, em 1985, cerca de mil famílias desses camponeses expulsos ergueram um imenso acampamento no município de Mundo Novo, ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse momento histórico, nascia a expressão brasiguaião que, posteriormente, tornou-se uma identidade no processo de luta para essa gente (FERRARI, 2007).

Em reportagem do Jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 12 de junho de 1986, alegando a resistência por parte dos trabalhadores, o comandante da Polícia Militar e Aparício de Oliveira foram parando todos os caminhões em direção a Três Lagoas, inclusive que transportavam gado bovino, enquanto os policiais desmontavam as barracas e ordenavam que os acampados subissem nesses veículos. Na reportagem, o Padre João Carlos Oliveri afirmou que foram despejados em diversos pontos da cidade, como na rodoviária. Entretanto, a tática de trazer os sem-terra para a cidade surtiu efeito contrário ao desejado.

Conforme o Jornal “O Estado de São Paulo”, de 12 de junho de 1986, de fato, alguns se dispersaram, mas a maioria se organizou novamente e, com ajuda da CPT, realizaram uma procissão até a Igreja Matriz, onde foram acolhidos pelo Bispo Dom Izidoro Kosinski. Após o dia conturbado, de repressão e violência, estavam cansados, famintos e abalados. Como forma de amparar e fortalecer a resistência do movimento, foi oferecida aos acampados uma sopa ali mesmo na varanda da entrada principal da Igreja Matriz, preparada pelos agentes da pastoral de Três Lagoas. Uma nova trincheira foi construída para resistir ao poderio armado do Estado. Ali mesmo passaram a noite, fazia muito frio e foram colocados colchões para, enfim, descansarem depois de um longo dia de luta. No final da tarde do dia seguinte, após se reorganizarem, decidiram por realizar uma procissão, uma marcha pela cidade, denunciando a violência do Estado. No final da marcha, celebraram uma missa, celebração de fé e de esperança (FARIAS, 2006).

O ato em si não cria nenhum efeito concreto, porém, o seu simbolismo gera disputa de consciência ao denunciar a arbitrariedade estatal e o sofrimento dos trabalhadores. A mística religiosa, articulando o divino e o profano, cria narrativas embasadas no Evangelho, na Teologia da Libertação, para se contrapor ao discurso hegemônico, ao discurso oficial. A Igreja, como organismo ativo da sociedade civil, tem grande poder de alcance, seu poder simbólico atinge a sociedade, fazendo ecoar o grito de socorro dos pobres da terra. Territorialmente, pode levar a quebra do consenso e contestação do *status quo*; objetivamente, a Igreja se colocou diretamente no conflito em favor dos sem-terra.

Se por um lado, a marcha, as procissões e as celebrações significavam uma forma de expressão dos trabalhadores, de denúncia e reivindicação, a ação tática de resistência do movimento, por outro, a mídia local procurava agir no sentido contrário. Os ataques da polícia em conluio com o TERRASUL e Prefeitura Municipal

não foram os únicos. A mídia local também cumpriu sua função ideológica veiculando ataques à CPT e ao bispo. A intenção dos meios de comunicação era a formação de um senso comum, de um consenso, de opinião pública contrária ao movimento, de forma a difamá-lo perante à sociedade, os retratando como bandidos perigosos (FARIAS, 2006).

Os jornais mais tendenciosos foram a Folha de Três Lagoas e o Momento e, segundo Farias (2006, p. 180):

Ambos veicularam notícias objetivando atacar diretamente a CPT, a Diocese de Três Lagoas, principalmente na figura do bispo d. Izidoro Kosinski, e pessoas do Partido dos Trabalhadores. Nas manchetes acusavam membros da CPT de espancar os sem-terra ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais; que os sem-terra eram manipulados pela CPT; que armas foram vendidas aos acampados.

Mediante os ataques inflamados dos veículos de comunicação, conforme demonstrado na figura 32, a CPT e os acampados buscavam alternativas para desmitificar o discurso difamatório e calunioso.

Figura 32 - Três Lagoas (MS): “Jornal Folha de Três Lagoas” – 17 de junho de 1986.



Fonte: CPT.

A CPT e a mídia local estavam diante de uma disputa de narrativas e o poder simbólico da Igreja teve peso importante para os acampados. Para confrontar o discurso da mídia, elaboravam, em conjunto, formas de ação pela qual fosse possível revelar o verdadeiro sentido da mobilização, o direito à terra como meio vital de reprodução social, o direito à morada na terra, o direito de extrair da terra, mediante o trabalho, os meios necessários para a reprodução social (FARIAS, 2006).

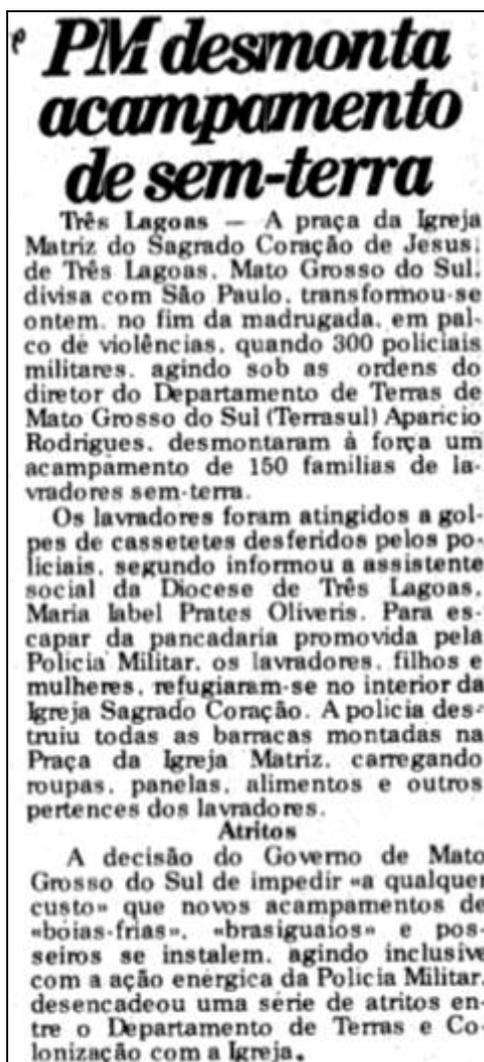
Os acampados organizavam, com esse objetivo, ações pela cidade, buscando visibilidade para os problemas enfrentados pelos camponeses sem terra. O papel mediador da CPT foi de vital importância; as rodas de conversas, as orações, as celebrações e a mística foram cruciais para a resistência dos acampados. Foi como conseguir reforço em uma guerra.

Após a missa, começaram a montar outro acampamento na praça da Igreja, cedida por Dom Izidoro, com pouco mais de 40 barracos, cada um abrigando duas

ou três famílias. A praça é propriedade da Igreja, o que, de certa forma, proporcionou certa sensação de segurança. Aquela fração do território, propriedade privada da Igreja, segundo as próprias leis burguesas, deveria ser inviolável. No entanto, a Polícia Militar constantemente intimidava os acampados com rondas no entorno do acampamento e com intimidações. A presença constante da polícia por si só representava ameaça, simbolizava o autoritarismo e poder de Estado, uma forma de amedrontar os acampados e desestabilizar o movimento (FARIAS, 2006).

Mesmo estando acampados em área privada, no dia 9 de junho de 1986, ocorreu outro despejo, a ação desproporcional envolvendo um contingente de cerca de 300 policiais, agressões e intimidações. De acordo com reportagem do “Jornal de Brasília”, de 10 de junho de 1986 (figura 33), a Praça da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus se transformou em palco de violências. Os policiais, novamente comandados pelo diretor do TERRASUL, Aparício Rodrigues, atacaram os acampados com golpes de cassetete e desmontaram à força o acampamento. Para se protegerem da violência policial, os acampados se refugiaram no interior da Igreja Matriz, carregando consigo o pouco que conseguiram livrar das mãos dos policiais.

Figura 33 - Três Lagoas (MS): “Jornal de Brasília” – 10 de junho de 1986.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Com o segundo despejo em apenas três dias, os acampados perderam o pouco que tinham restabelecido do primeiro acampamento, como lonas, ferramentas, entre outros pertences pessoais. O despejo, dessa vez, contou com a colaboração da prefeitura, órgão fortemente influenciado politicamente pelas oligarquias locais. A prefeitura cedeu caminhões utilizados para transportar a estrutura armada na praça, encontrada, depois de alguns dias, enterrada a cerca de seis quilômetros de Três Lagoas, junto à margem do rio Paraná. Havia sido enterrada pela polícia com suporte de um trator que despedaçou os utensílios dos acampados, seus instrumentos de trabalho e os poucos objetos úteis (FARIAS, 2006).

Refugiados provisoriamente na Catedral, onde conseguiram momentaneamente um abrigo, as famílias permaneceram firmes na luta com o apoio

da Igreja, apesar de todo caos promovido pela ação da polícia (FARIAS, 2006). A Igreja, por simbolizar o poder do sagrado, garantia aos acampados um último refúgio. Em certa medida, tornou-se o espaço intocável, inviolável, onde a violência policial não se atreveu a adentrar, pois significaria agressão a toda comunidade religiosa, a grande maioria da sociedade.

Terminada a ação da polícia e reabertas as portas da Catedral, tudo era desordem, confusão, medo e, sobretudo, decepção. Depois de passado todo aquele momento de violência policial, as famílias foram se acomodando novamente para passarem a noite no interior da Catedral. No mesmo dia, promoveu-se uma assembleia para decidir o futuro dos acampados, novamente permeada pela mística, por orações e cânticos. Estiveram presentes Dom Izidoro Kosinski, além de mais dois padres e o Vigário Geral. O bispo da Diocese, orientado pela Teologia da Libertação, reafirmou o apoio da Igreja aos mais pobres, deixando a Catedral à disposição dos acampados. Ali passaram a noite, onde formaram barricadas nas portas com medo de que a polícia voltasse a agir pela madrugada (FARIAS, 2006).

Posteriormente, no dia 10 de junho de 1986, segundo o Jornal "O Estado de São Paulo" (figura 34), as famílias foram transferidas para o Pátio dos Padres Salesianos, área próxima à praça, murada, com água e luz, mas que não comportava todas as famílias. A transferência dos acampados ocorreu sob forte pressão da polícia, circulando com os camburões e amedrontando os acampados, sobretudo mulheres e crianças. Nessa passagem, ocorreu a morte de América Rodrigues Silva, trabalhadora sem terra oriunda de Paranaíba (MS), falecendo aos 47 anos, em decorrência de ataque cardíaco sofrido ao atravessar a rua e se defrontar com três viaturas que faziam ronda pelo local. O trauma da violência policial, somado aos problemas cardíacos, a levou à morte por "insuficiência respiratória aguda, morte natural". Sua morte provocou forte comoção e, em sua homenagem, os trabalhadores batizaram o acampamento com seu nome, tornando-se símbolo da luta pela terra (FARIAS, 2006).

Figura 34 - São Paulo: "Jornal O Estado de São Paulo" – 11 de junho 1986.

Lavradora

AGÊNCIA ESTADO

A lavradora América Rodrigues da Silva, de 50 anos, morreu ontem quando ela e outros "sem-terra" transferiam suas mochilas da catedral de Três Lagoas (MS), onde estavam acampados, para o campo de futebol da casa paroquial. Esse grupo de 200 pessoas havia acampado sexta-feira nas margens da rodovia Três Lagoas-Brasilândia, mas no sábado a Polícia Militar desfez o acampamento e os lavradores instalaram-se na catedral, com autorização do bispo d. Isidoro Kosinski. Ontem, o bispo distribuiu uma nota responsabilizando diretamente o governo de Mato Grosso do Sul pela morte de América Rodrigues.

A nota do bispo diz que, durante a mudança dos "sem-terra" e "ao defrontar-se com três viaturas da Polícia Militar, foi acometida de mal súbito e veio a falecer a senhora América Rodrigues. A pressão psicológica causada pelo temor de novas investidas policiais e o problema de saúde fizeram com que essa companheira não resistisse, deixando três filhos".

O ESTADO DE S. PAULO - Pág. 8
111 6 19 86

acampada morre em MS

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Em documento emitido pela Agência Ecumênica de Notícias-SP, um "protocolo de intenções" chegou a ser assinado no dia 11 de junho, firmado pelo Secretário do Trabalho, prevendo, entre outras medidas, uma audiência com o Ministro da Reforma Agrária e devolução do material apreendido pela polícia na ocasião do despejo da Praça da Igreja Matriz. Contudo, a reunião com o Ministro da Reforma Agrária não ocorreu e apenas um terço do material dos acampados foi devolvido.

De acordo com a publicação da Revista "Aconteceu", nº 366, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), do dia 30 de junho de 1986, em nota divulgada por Dom Izidoro, os responsáveis pela CPT, CEBs e Pastoral Social denunciavam a situação precária das 120 famílias acampadas no pátio do salão paroquial da Congregação Salesiana.

Diante da repressão, muitas famílias desistiram da luta, reduzindo o número de famílias. A presença das mulheres foi crucial para a resistência do acampamento, que, nos momentos mais difíceis, mostraram-se dispostas a lutar, animando seus maridos e filhos. As famílias que permaneceram na luta organizaram-se, estabelecendo normas de boa convivência e estratégias para resistir. Com apoio da CPT, o acampamento passou a desenvolver trabalho educativo, tornando-se espaço político-pedagógico de construção da resistência. Desta maneira,

[...] nesse processo, há a recriação do espaço social, quando aprendem outras formas de fazer política e constroem novas experiências estruturadas na convivência coletiva, permanecendo em barracos lado a lado, comendo a mesma comida, organizando filas para comer e tomar banho, compartilhando vivências e experiências; conhecendo e definindo seus papéis como novos sujeitos sociais e políticos. (FARIAS, 2006, p. 184).

As atividades desenvolvidas eram marcadas pela mística, pela teologia libertadora, pelo exercício do sagrado em cantos, orações, reuniões, passeatas e celebrações. Os registros de atas e de organizações de comissões expressavam essa forma característica dos movimentos de base da Igreja, das CEBs, da CPT, carregada de fé e esperança. De acordo com carta lida em reunião no dia 13 de julho, no dia 6 de junho, um mês após o início da luta no acampamento Água Limpa, cerca de 100 acampados, lavradores, mulheres e crianças do acampamento se reuniram na esquina da praça da Igreja Matriz para iniciar um culto ecumênico. Na carta, é possível observar claramente a mística religiosa por meio de procissões ao longo dos barracos, o oferecimento a Deus das ferramentas de trabalho, das crianças e dos símbolos do acampamento. Conforme a carta, a programação do culto era a seguinte:

- início na praça: comemoração do domingo (dia do Senhor e da Ressurreição) e do trigésimo dia do acampamento
- procissão até a sala da assembleia, no salão Paroquial, e ato penitencial
- procissão ao longo dos barracos, com oferecimento das ferramentas de trabalho, das crianças e dos símbolos da vida dos acampamentos
- leitura final da Palavra de Deus e Orações, na sala das assembleias.

Ainda segundo a carta, por volta das 8 horas da manhã, pouco após o início da Celebração, um grupo de policiais militares cercaram os acampados saindo da praça e voltando em procissão ao acampamento, gritando e brandindo os

cassetetes, interrompendo violentamente o culto que estava sendo celebrado. A celebração da fé em si não representava nenhuma afronta, é um ato tradicional da Igreja, porém, seu simbolismo expressava o apoio à luta dos sem-terra, o confronto às ideias da classe dominante.

A violência e a resistência continuaram seu movimento dialético e contraditório. Em notícia publicada pelo Jornal “Correio Brasiliense”, de 7 de julho de 1986, passados quase um mês entre despejos, violência e resistência, os acampados novamente tiveram que se defrontar com a violência da polícia. As famílias novamente faziam uma procissão pacífica pela cidade quando foram surpreendidos e agredidos por cerca de 70 policiais. Não havia nenhuma razão legal para a ação violenta da polícia, pois as famílias não estavam praticando nenhum tipo de ato ilícito. Foram atacadas simplesmente por estarem lutando pela democratização da terra, algo inaceitável pela classe dominante brasileira. Conforme Martins (1994), no Brasil, a terra é um instrumento de poder.

Era apenas uma celebração popular pacífica, pois caminhavam pela cidade reivindicando melhores condições de vida e homenageando a falecida companheira de luta, a senhora América Rodrigues da Silva. Havia cerca de 500 pessoas reunidas no ato e ficaram todos imóveis como forma de resistência à truculência policial. Diante da resistência popular, os policiais começaram as agressões com cassetetes, de maneira que o coordenador das Comunidades de Base da Regional Extremo-Norte da CNBB, João Carlos Olivieri, precisou ser hospitalizado com vários ferimentos pelo corpo. A mulher dele, Maria Isabel Olivieri, também foi espancada pelos policiais, como demonstrado na figura 35.

Segundo Memorando de Denúncia, nº 51/89, emitido pelo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Rondonópolis (MS), João Carlos Olivieri foi espancado a tapas e golpes de cassetete, chegando a cair no chão. Isabel Olivieri foi violentamente empurrada e teve sua roupa rasgada por policiais. Ainda conforme o documento, a atuação arbitrária da polícia teve diversas características condenáveis, tais como: violação do direito de reunião pacífica em lugar público; violação do direito de culto; violação do direito à integridade física dos cidadãos; toda a ação fez-se sem nenhuma ordem judicial.

Figura 35 - Brasília (DF): "Jornal Correio Brasiliense" – 7 de julho de 1986.

Policiais calam os sem-terra

O culto ecumênico programado ontem por 137 famílias de sem-terra na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, acabou num verdadeiro inferno. Cerca de 70 homens da Polícia Militar chegaram à praça em frente à Catedral, onde mais de 500 pessoas já estavam reunidas, dispostas a dispersar a multidão e impedir a realização do culto. Os sem-terra, que há vários dias estão acampando numa área dos padres Salesianos perto da Catedral, tentaram resistir, permanecendo imóveis na praça. Ai os soldados começaram a utilizar os cassetetes com vigor.

Um dos mais atingidos foi José Carlos Oliveri, coordenador das Comunidades de Base da Regional Extremo-Norte da CNBB, que teve de ser hospitalizado. A mulher dele, Maria Isabel Oliveri, que também foi espancada, telefonou imediatamente à CNBB pedindo que o caso fosse levado ao conhecimento dos ministros da Justiça, Paulo Brossard, e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira.

Ontem, as 137 famílias acampadas em Três Lagoas prestariam também homenagem a uma companheira que morreu há 30 dias. Segundo elas, a morte foi causada pelo susto da mulher quando a polícia invadiu o acampamento, há pouco mais de um mês.

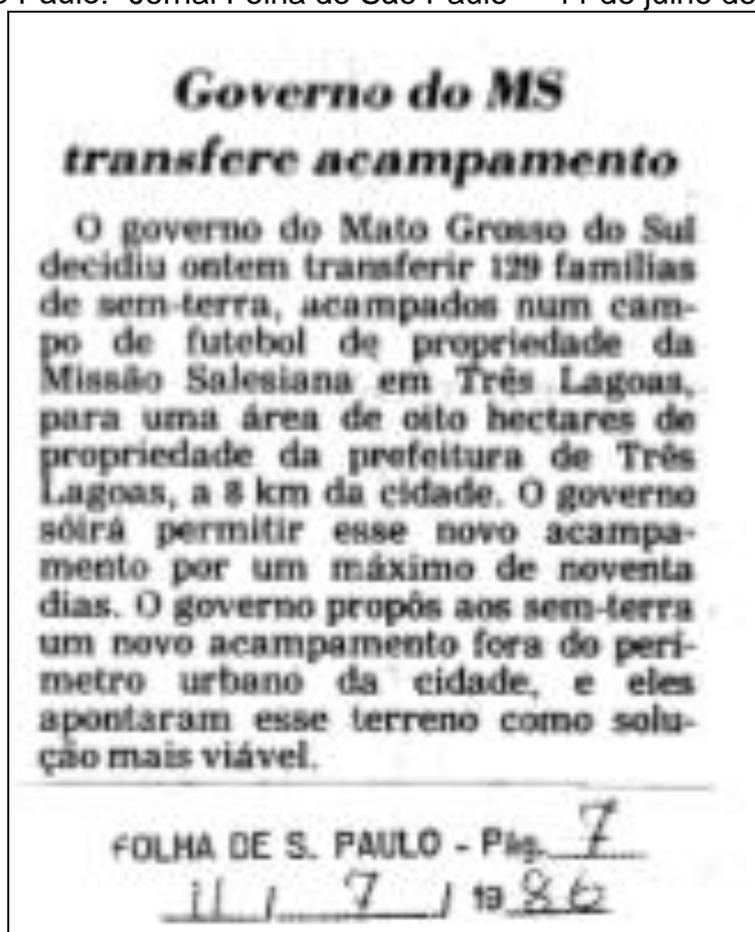
Correio Brasiliense - Brasília
 Fonte Cidade
 Pág. 19 - 7. 7. 1986.

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Foi noticiado no jornal "Folha de São Paulo", no dia 11 de julho, demonstrado na figura 36, que o Governo do Estado tomou a decisão de transferir as famílias acampadas para uma área de 8 hectares de propriedade da Prefeitura de Três Lagoas, a 8 quilômetros da cidade, mas a permanência na área seria permitida por, no máximo, 90 dias. O governo propôs que o acampamento fosse transferido para fora do perímetro urbano da cidade e os acampados apontaram esse terreno como mais viável. A cidade é o *locus* do capital, onde a burguesia reside e administra seus

negócios. O acampamento na cidade representou o enfrentamento às oligarquias locais nunca visto antes. Remover o acampamento era crucial do ponto de vista da manutenção da ordem estabelecida. Era necessário deslocar a luta para outra parte do território e, assim, tentar ocultar, calar e desarticular o movimento dos sem-terra.

Figura 36 - São Paulo: “Jornal Folha de São Paulo” – 11 de julho de 1986.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Em relatório enviado à Misereor, em 19 de fevereiro de 1987, prestando contas das atividades realizadas no segundo semestre de 1986, o acampamento exigiu a presença constante da CPT para assessorar os trabalhadores na negociação. Foram realizadas várias reuniões e assembleias, além de inúmeras viagens a Campo Grande (MS) para encontros com os órgãos do Governo na busca de solução definitiva, ou seja, o assentamento das famílias. Após sete meses, o quadro continuava indefinido, exigindo a presença constante da CPT durante todo o segundo semestre de 1986, de maneira que algumas outras atividades tiveram que ser paralisadas momentaneamente, visto que o acampamento era prioridade.

Depois de muita luta e resistência, a maioria dos sem-terra foi para o Acampamento João André, no dia 20 de agosto de 1987. Conseguiram permissão

de um pequeno proprietário de terras, próximas à Brasilândia, na barranca do rio Paraná, para se estabelecerem. Uma das filhas do proprietário da área participava do acampamento. Nele, novamente, as famílias viveram uma situação de instabilidade. Permaneceram no novo acampamento por cerca de um ano, até a transferência (Figura 37) para o Assentamento Marcos Freire, no município de Dois Irmãos do Buriti (MS), onde, finalmente, alcançaram, depois de tanta luta, fé e esperança, a tão desejada terra prometida (FARIAS, 2006).

Figura 37 - Brasilândia (MS): mudança para o assentamento Marcos Freire – 1987.



Fonte: Farias (2006). Foto: CPT/Três Lagoas.

Como relatado por jornais e documentos da CPT, o Acampamento América Rodrigues foi marcado pela violência – elemento universal inerente à luta de classes. No estado, foram muitas as vítimas da violência policial e de jagunços. De acordo com dados do Caderno de Conflitos Pela Terra, só em 1986, ano em que foi realizado o Acampamento América Rodrigues, no estado ocorreram 10 mortes, sendo três de trabalhadores rurais sem terra e sete de indígenas. Além das mortes, foram registradas três ocorrências de ameaças de morte, cinco prisões e três feridos

ou torturados. Também houve registro de oito despejos judiciais, 150 casas derrubadas e queimadas (CADERNO CONFLITOS NO CAMPO, 1986).

O Acampamento América Rodrigues foi um símbolo dos ardorosos anos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul e é fundamental para a compreensão da questão agrária no estado, sobretudo, na Diocese de Três Lagoas. O fazer histórico e territorial desse movimento expôs as contradições da lógica de reprodução do capitalismo no campo. Uma realidade repleta de elementos desiguais e contraditórios que abarca ao mesmo tempo o poder do latifúndio e a resistência camponesa. A luta de classes existe e precisa ser revelada.

4.4 A luta da CPT em apoio ao povo Ofayé

A questão indígena envolvendo o povo Ofayé fez parte da atuação da CPT, como pode ser constatado no depoimento do agente do CIMI e morador do município de Brasilândia, Carlos Alberto Dutra (2021):

O CIMI sempre manteve parceria com a CPT. Seja um apoio, um manifesto, um posicionamento, favores aos indígenas, e-mails, tinham vários meios que fazíamos, mobilizações e notas públicas assinadas por D. Izidoro Kosinski, enfim, acho que a CPT também teve uma participação muito decisiva na conquista tanto da terra para os ribeirinhos como para os indígenas na conquista do seu território. Embora a coordenação dos trabalhos fosse sempre do CIMI, pertencia a Comissão Pastoral Indígena. A CPT sempre manifestou apoio divulgando juntamente com representantes do CIMI a fala, a realidade de ribeirinhos, entre eles, os indígenas Ofayé. Então, respondendo sua pergunta, sim, a CPT participou direta e indiretamente da mobilização da sociedade para que os Ofayé obtivessem êxito na sua luta para demarcação de suas terras iniciada em 1991 e que todos sabemos demorou 20 anos para ser resolvida.

Conforme o “Projeto Trienal 2002-2004 da CPT Regional Mato Grosso do Sul”⁸⁸, no início do século XX, o estado detinha a segunda maior população indígena do país, totalizando 51.000 indígenas, sendo que 40.000 viviam em aldeias e os demais nas periferias urbanas, trabalhando como boias-frias nas lavouras, fazendas ou usinas de álcool. Expulsos de seu território, perderam suas terras para fazendeiros e especuladores fundiários e regularizadas pelo Estado brasileiro. Esses

⁸⁸ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

dados representam a gravidade da questão indígena em Mato Grosso do Sul, que, com a perda de seu território, enfrentam grandes dificuldades para realização de suas práticas tradicionais de reprodução social, como a caça, a pesca, a coleta de frutas, de mel, etc. Ademais, frequentemente, entram em conflitos com fazendeiros quando se organizam para tentar reconquistar seu território ancestral. De acordo com o “Jornal Correio do Estado”, de Campo Grande, do dia 19 de abril de 1994, o antropólogo Darcy Ribeiro, em seu livro publicado em 1970, “Os Índios e as Civilizações”, afirmava que os Ofayé estavam extintos como entidade étnica. Após 14 anos, o antropólogo do CIMI, Carlos Alberto dos Santos Dutra, os encontrou nas distantes terras da Serra da Bodoquena. Eles estavam lá após serem expulsos de suas terras às margens do rio Paraná, em 1978.

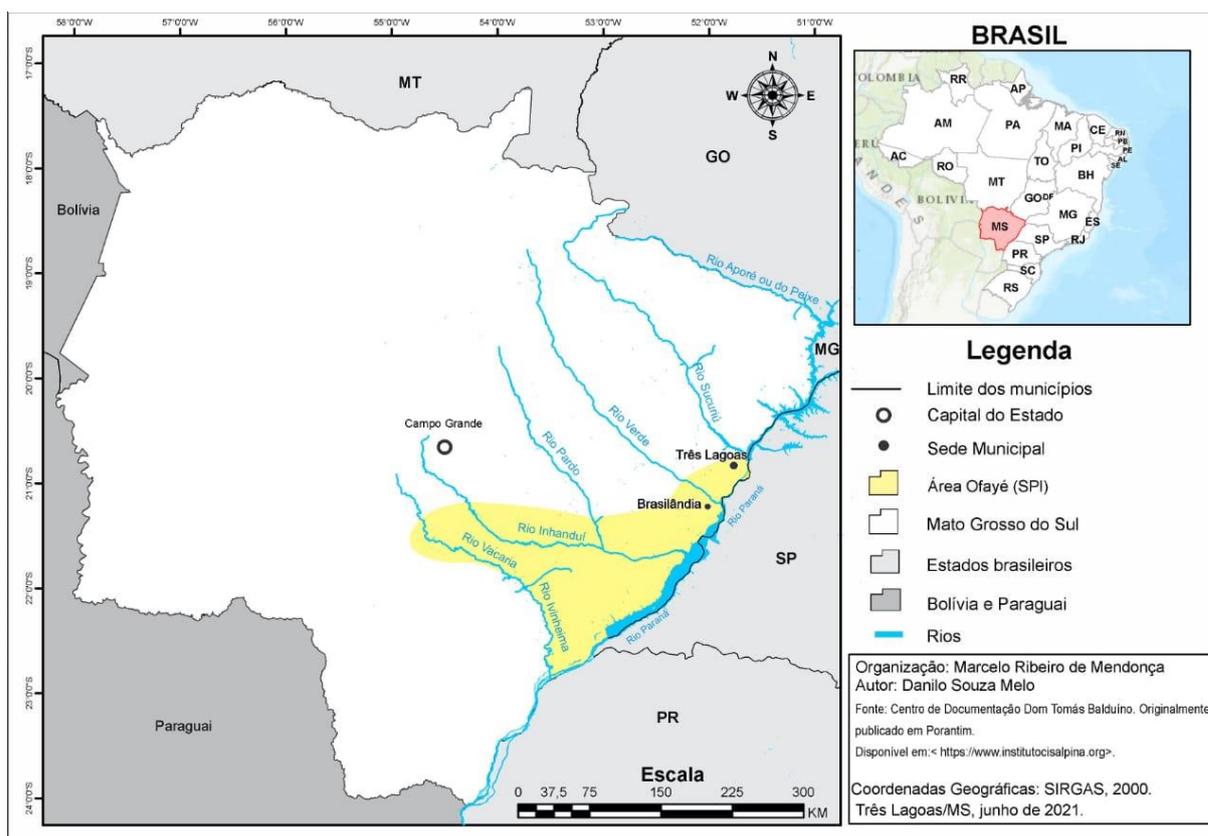
Carlos Alberto Dutra, em entrevista ao “Jornal Correio do Estado”, os caracterizou como um povo pacífico, para alguns considerados pacatos, o que, por sinal, quase os levou à extinção. No entanto, Dutra salienta que tribos mais bravas, como os Otí-Xavante, por exemplo, desapareceram diante do poder dos não indígenas, enquanto os Ofayé sobreviveram. Dessa maneira, os Ofayé ainda mantêm algumas tradições e se caracterizavam por gostar de frutas, como o marolo (araticum do mato), comido quando maduro, e, na medida em que iam comendo, também iam enterrando suas sementes.

Segundo pesquisa realizada pelo próprio teólogo e agente pastoral Carlos Alberto Dutra, em 30 de dezembro de 1999, denominada “Ofayé Xavante: Ainda Estamos Vivos!”, o primeiro contato dos Ofayé com os não indígenas se deu no chamado “Ciclo do Ouro da América Portuguesa”, praticamente dizimando os tradicionais habitantes da margem direita do rio Paraná. Foram inúmeras expedições pelos rios Tietê e Paraná, subindo os rios Pardo e Inhanduí rumo às minas de Cuiabá, ocorrendo vários massacres nesse trajeto. Ao contrário dos discursos que retratam os bandeirantes como heróis nacionais, suas ações objetivamente se desenvolveram de forma cruel e desumana, resultando em verdadeiro genocídio. Esse processo não se trata apenas de uma questão moral, mas de característica universal do modo de produção capitalista, que é a expropriação dos meios de produção, a chamada acumulação originária.

Ao mesmo tempo que é característica universal do capitalismo, a acumulação primitiva também possui suas particularidades territoriais. Tratando-se do território Ofayé, sua invasão se deu entre 1590 e 1700 por exploradores, como Joaquim

Francisco Lopes, Joaquim Barbosa e Ramon Coimbra, que escravizaram e exterminaram milhares de Ofayé-Xavante. Por volta de 1880, para não serem definitivamente exterminados, eles deixaram seu território, conforme demonstrado no mapa 9.

Mapa 9 - Mato Grosso do Sul: Território original dos Ofayé.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Originalmente publicado em Porantim. Outros mapas podem ser conferidos em: <https://www.institutocisalpina.org/mapas0.htm>.

A maioria se deslocou para o sul do estado, nos limites do atual município de Bataiporã (MS); outro grupo menor buscou refúgio nos brejos do rio Taboco, afluente do rio Aquidauana (MS). Em 1904, atravessam o rio Paraná, fixando cinco aldeias nas barras do rio Tietê e Sucuriú, estendendo seu território até a barra do rio Santo Anastácio, ao sul do estado de São Paulo.

Durante anos, foram forçados a migrar, dividindo-se em pequenos grupos para sobreviver ao ataque de pistoleiros, que os assassinavam com o pretexto de que estavam roubando o gado de seus patrões, ou seja, a vida de um boi valia mais do que a de um Ofayé – no capitalismo, a mercadoria é mais importante que a vida. Migrando de um lado para outro, cada vez mais divididos em grupos, aos poucos foram perdendo o contato entre si e aos poucos os Ofayé foram se incorporando à

economia não-indígena – economia capitalista –, fornecendo mão de obra barata para acumulação de capital.

Com este processo de perda do território ancestral, passaram a se identificar cada vez mais como peões e procurando “esconder” sua condição de indígena. Para o capital, não basta expropriar os meios de produção, a terra, mas também colonizar as mentes e submeter a humanidade à condição de mera fornecedora de força de trabalho. Modos de vida alternativos ao capital são empecilhos à expansão/concentração do capital e até mesmo ameaças, tendo em vista os valores e conhecimentos que se colocam como críticas pontuais e incisivas à sociedade capitalista.

Diante da barbárie contra o povo Ofayé e sua repercussão negativa na comunidade internacional, a Comissão de Linhas Telegráficas do Marechal Rondon, em 1916, conseguiu relativo cessar nas perseguições dos índios que, para Rondon, estavam sendo caçados e exterminados sistematicamente a tiros de carabina pelo Coronel José Alves Ribeiro. Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, e com a construção da NOB, concluída em 1914, diversas áreas ocupadas por indígenas no estado do então Mato Grosso (atual MS) começaram a ser reservadas, porém, nenhum encaminhamento oficial no sentido de garantir uma área de terra para os Ofayé.

Por volta de 1940, os Ofayé, refugiados nas margens do rio Samambaia e Ivinhema, migraram, em sua maioria, para as redondezas do córrego Boa Esperança, na época município de Três Lagoas, juntando-se a outros grupos de Ofayé que lá viviam às margens do Rio Verde. Eles fixaram suas aldeias por toda a região, no entanto, essas terras, mais tarde, foram apropriadas e incorporadas pela Fazenda Boa Esperança, dando prosseguimento à perseguição aos Ofayé.

Ademais, até meados dos anos 1940, os Ofayé viveram em conflito com a empresa conhecida como a inglesa *Brazil Land Cattle and Packing Company*⁸⁹, de propriedade do norte-americano Percival Farquhar, considerada a maior fazenda do mundo, como afirmado por Dutra (1997, p. 306):

Essa propriedade que se tornou popularmente conhecida na região de Brasilândia como *firma inglesa da marca Argola*, convém frisar,

⁸⁹ Apesar de ser conhecida como inglesa, a referida empresa tinha sua sede no estado do Maine, nos EUA. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/171084-concede-autorizauo-u-brazil-land-cattle-and-packing-company-para-continuar-a-funcionar-na-republica.html>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

tratava-se na verdade da firma Brazil Land Cattle and Packing Company, considerada a *maior fazenda do mundo*, criada pelo americano Percival Farquhar (1864-1953). Mas, sobre ela a pesquisa discorrerá adiante, quando revelará o encontro dos Ofaié com o pessoal desta fazenda e a confirmação dos temores de Nimuendajú de que os norte-americanos iriam mesmo lançar mão de medidas violentas contra os indígenas que ali viviam [...].

As terras desta fazenda foram adquiridas pelo fundador do município de Brasilândia, Arthur Hoffig.

Mesmo em meio à perseguição, os Ofayé mantinham suas roças ao longo do rio, caçavam, pescavam e, assim, mantinham seu modo de vida e reprodução social. A partir de 1950, a área mais antiga onde viviam os Ofayé foi vendida, o que os levou à expulsão e refúgio nas margens do Rio Verde, na região do “Puladouro”. Dois anos após a expulsão, retornam novamente para as margens do ribeirão Boa Esperança e logo foram expulsos outra vez, abrigando-se às margens do córrego Sete. Com mortes, perseguições e doenças, a população Ofayé foi se reduzindo drasticamente.

Devido à violência executada pelos jagunços e à proibição da pesca e da caça, os Ofayé foram obrigados a buscar emprego nas fazendas da região, submetendo-se ao trabalho forçado e pagamento em cachaça, o que acentuou a diminuição de sua população, sendo pouco a pouco dizimados por doenças. Em 1970, a indústria canavieira se instalou na região de Brasilândia (MS) e grande parte da fazenda Boa Esperança foi ocupada pela Destilaria Brasilândia S.A. (DEBRASA). A “Aldeia Esperança”, localizada a 5 km da estrada que liga Brasilândia ao distrito de Xavantina (MS), tornou-se um impedimento físico à ocupação daquela área pelo capital.

Conforme pesquisa realizada por Carlos Alberto Dutra, em parceria com a Diocese de Três Lagoas, intitulada “Porto Primavera e os Índios Ofaié”⁹⁰, os indígenas continuavam a empreender suas caminhadas em busca de caça, de pesca e de mel silvestre, o que causou constantes conflitos com fazendeiros locais. Naquela época, encontravam-se espalhados pelas margens do rio Paraná, Verde e Pardo. A área onde se encontrava o maior grupo, na margem esquerda do córrego Sete, foi então vendida e, novamente, sucederam as expulsões, proibições e violências. Em 1976, apenas 27 Ofayé ainda resistiam, até que, em 1978, foram

⁹⁰ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

retirados de seu território imemorial e transferidos para a distante Serra da Bodoquena, onde permaneceram por oito anos até seu retorno.

Segundo pesquisa realizada pelo teólogo Carlos Alberto Dutra, com apoio do CIMI, em 30 de dezembro de 1999, denominada “Ofayé Xavante: Ainda Estamos Vivos!”⁹¹, na área para a qual foram levados, na Serra da Bodoquena, existiam inúmeros conflitos entre posseiros e indígenas, disputando com fazendeiros a posse e o arrendamento das terras da Reserva Indígena Kadiwéu, e, juntamente com os Kaiowá, os Ofayé foram enganados e jogados no meio do conflito.

A situação foi piorando no momento que os fazendeiros passaram a firmar contratos de arrendamento dentro da Reserva dos Kadiwéu, com a cooptação de lideranças e ingerência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), desencadeando um quadro de perseguição e mortes contra os Ofayé. Sob o risco de serem mortos pelos Terena, que se aliaram aos fazendeiros, não restou outra saída a não ser deixar a região. Em seu retorno, em 1986, cerca de 40 remanescentes Ofayé perambulavam pelas fazendas de Brasilândia. A princípio, tentaram retornar para a área da antiga aldeia, nas margens do ribeirão Boa Esperança, mas encontraram o território totalmente descaracterizado. Após a retirada dos índios, em 1978, os fazendeiros que ocupavam a área haviam passado o correntão⁹², destruindo todo e qualquer vestígio dos Ofayé no local e, com isso, foram transferidos.

Um ano após retornarem do exílio na Bodoquena, em 1987, dois representantes Ofayé viajaram para Brasília para entregar à FUNAI um relatório elaborado pelo CIMI, fornecendo todos os subsídios necessários para recuperarem pelo menos parte da terra tomada dos indígenas. Em outubro daquele mesmo ano, conseguiram uma área provisória de 2 hectares às margens do Rio Paraná, a 27 quilômetros de Brasilândia, onde ficaram acampados em barracos de lona, aguardando uma solução oficial por parte do Governo. Eles obtiveram, por meio de Luigi Cantone, italiano naturalizado brasileiro e proprietário da Fazenda Olympia/Cisalпина, um contrato de arrendamento gratuito para ocupação do local até 1991, quando toda a área seria inundada pelas águas da barragem da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera.

⁹¹ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/cedoc>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

⁹² O correntão é uma técnica de desmatamento controversa que possibilita a rápida retirada da vegetação nativa por meio da utilização de correntes presas a tratores, em geral, um par de grandes tratores de esteiras.

Uma situação contraditória expressa nas próprias palavras do líder indígena, Ataíde Francisco (*apud* DUTRA, 1999), ao jornal “Agência Estado”: “nós temos vergonha de dizer, mas a verdade é que estamos morando de favor nas terras que nos pertenciam”. A área era muito pequena e, no período das chuvas, as cheias do rio Paraná os castigavam muito. O rio transportava os restos de peixes podres e todo tipo de imundície, além da poluição de combustíveis lançados no rio por barcos de pescadores. Também sofriam com doenças infectocontagiosas: em 1988, dois integrantes da aldeia morreram por tuberculose. Não bastasse todas as adversidades, ainda tinham que conviver com a violência e as ameaças dos fazendeiros vizinhos, que, inclusive, mandaram derrubar a área que protegia os 2 hectares do acampamento.

Diante dessa dura realidade construída mediante processo histórico/geográfico de expropriação e violência, a Diocese de Três Lagoas não se absteve de atuar na defesa dos Ofayé. Conforme figura 38, em julho de 1987, no jornal da Arquidiocese de São Paulo, Dom Izidoro Kosinski denunciou a violência contra os Ofayé.

Figura 38 - São Paulo: “Jornal O São Paulo” – 1988.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Conforme publicado no “Jornal Porantim”, de Brasília, do dia 30 de junho de 1987, na luta pelo território, os Ofayé tinham três alternativas principais e todas problemáticas, eram elas: o levantamento histórico por um grupo de trabalho interministerial, do território requerido; a desapropriação de uma área para transformá-la em reserva; ou então a aquisição, pelo órgão tutor, de uma pequena parcela, para onde os índios seriam transferidos.

O problema da primeira alternativa era a demora. Comprovada a imemorialidade da área, o processo de anulação dos títulos ocorreria por um longo período na Justiça. Para a segunda alternativa, a desapropriação de uma área para transformá-la em reserva exigia recursos que a FUNAI alegava não ter na época. Com relação à terceira alternativa, adquirir uma pequena parcela de terra não daria aos Ofayé nenhuma garantia, pois não seria considerada nem área indígena nem reserva, mas propriedade da FUNAI.

A despeito das promessas, os Ofayé tiveram que se defrontar com a morosidade dos trâmites oficiais e da indisposição do Governo do Estado em lidar com as questões fundiárias, foi quando a CESP demonstrou interesse em viabilizar uma área de terra definitiva para os índios, uma vez que alguns de seus projetos afetaria terras tradicionais dos Ofayé.

Segundo pesquisa realizada pela Diocese de Três Lagoas (MS), intitulada “Porto Primavera e os Índios Ofaié”⁹³, desde seu retorno, em 1986, a situação de violência contra os Ofayé se manteve, até serem transferidos para o Rio Verde, em 1990, onde permaneceram durante seis anos, até 1996, quando a inundação desta área pelo lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera os desalojou novamente. Em 1991, foram para uma área arrendada pela FUNAI, de 300 mil metros quadrados, como publicado pela “Folha de São Paulo”, em 27 de março de 1991.

Em 1992, a Câmara Municipal de Brasilândia promoveu uma reunião com a participação de técnicos da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Este encontro teve a participação do representante da CPT, Mieceslau Kudlavicz, do representante local do CIMI, Carlos Alberto Dutra, lideranças locais e representantes da antiga ARABAP. As obras nesta época apresentavam-se 60% já concluídas (DUTRA, 1997).

Em abril de 1994, firmou-se o convênio entre CESP, FUNAI e a Sema (Secretaria de Estado do Meio Ambiente), garantindo aos Ofayé uma área de terra de mata nativa fora da área de inundação, com benfeitorias e projetos de subsistência para os índios, garantindo-lhes condições mínimas para reagrupamento e reprodução social.

Os Ofayé, desde o início, posicionaram-se contra a demarcação das terras naquela área, longe de córregos e rios considerados sagrados. Eles reivindicavam a posse da reserva de 1.937 hectares localizados entre os córregos Sete e São Paulo. O problema é que a área se encontrava em litígio sob posse de pelo menos quatro fazendeiros. A área oferecida pela CESP era inadequada para a manutenção do modo de vida Ofayé, conforme publicado pelo “Jornal Correio do Estado”, de 28 de novembro de 1994: “não tem riachos, não tem córrego que é sagrado para o índio”.

⁹³ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

Segundo estudo de Dutra (1999), em parceria com a Diocese de Três Lagoas/MS, denominado “Porto primavera e os Índios Ofaié”, apesar de toda reivindicação dos Ofayé, eles tiveram que se contentar com a área oferecida pela CESP, de 484 hectares. Ainda conseguiram fechar um convênio como forma de compensação pela inundação da área de cerca de 100 hectares, que estavam ocupando na época, e a CESP se comprometeu a perfurar três poços para abastecimento de água; construir um posto de saúde com 200 metros quadrados e dois barracões comunitários, com área de 600 metros quadrados; fornecer material de construção para a readaptação das residências e cestas básicas durante um ano; dar apoio logístico para transferência e readaptação dos índios, equipamentos e materiais específicos para um projeto de alfabetização bilíngue; realizar projetos de assistência técnica visando a parte socioeconômica e bem-estar da comunidade, além de outros compromissos.

De acordo com documento escrito pelo agente da CPT, Mieceslau Kudlavicz, apresentado em Audiência Pública da Comissão Mundial das Barragens nos dias 12 e 13 de agosto de 1999, intitulado “Grandes Barragens e suas alternativas na América Latina”, os Ofayé só foram transferidos três anos depois, em 1997, com a promessa de que seriam beneficiários de projetos de assistência técnica, fornecimento de alevinos, agricultura, pecuária e apicultura, ou seja, condições necessárias para a reprodução da comunidade. No entanto, dois anos após a firmação do convênio, o que se viu foi o abandono. A maior parte dos convênios firmados pela CESP e FUNAI não foram executados.

Após 30 anos de luta, o povo Ofayé conquistou a regularização fundiária da Terra Indígena Ofayé-Xavante e da Reserva Indígena Ofayé-Xavante, em um total de 2.421 hectares, ambos os territórios no município de Brasilândia⁹⁴.

⁹⁴ Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/09/05/apos-decadas-aguardando-terra-indigena-ofaye-xavante-e-demarcada-em-ms/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

4.5 A CPT e os sindicatos autênticos

As duas organizações sindicais ligadas à luta pela terra em Mato Grosso do Sul são FETAGRI/MS e DETR/CUT-MS.

Na I Assembleia da CPT-MS, em 1978, foi verificado que em vários municípios do estado não havia sindicatos autênticos, combativos, classistas. Compreende-se que o sindicato é uma das principais formas de organização da classe trabalhadora e a CPT direcionou seu trabalho à formação de sindicatos comprometidos com a luta camponesa, realizando reuniões nas bases, demonstrando papel do sindicato, quais os direitos dos trabalhadores, realizando cursos e elaborando materiais. Em fevereiro de 1981, na Assembleia da CPT-MS, decidiu-se fazer uma Campanha Sindical, ativando ou fundando sindicatos autênticos. O Sindicalismo tornou-se uma das prioridades no seu trabalho (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

As relações de poder no território são relações sociais, o seu uso e a sua exploração se dão por meio de apropriação de mais-valia (além da renda da terra), pois a classe dominante compra a força de trabalho em troca de um salário mínimo possível. Os trabalhadores, por sua vez, despossuídos dos meios de produção, entre eles, a terra, são obrigados a vender sua força de trabalho no mercado para sobreviver e se reproduzir. O capital precisa que o proletariado se reproduza e, ao mesmo tempo, tem que lhe explorar o máximo de mais-valia. Assim como um escravo, o trabalhador dispõe de sua força de trabalho recebendo em troca apenas dos recursos necessários para sua reprodução – moradia, comida, água, roupas etc. –, com diferença que, no capitalismo, o trabalhador pode ir ao mercado escolher ou trocar seu senhor, o que lhe dá a ilusão de liberdade e aliena seu trabalho. No capitalismo, o trabalhador é escravo do mercado, mesmo que inconscientemente, pois vender sua força de trabalho para a burguesia é sua única forma de reprodução social.

Sendo assim, conforme registrado no “Relatório das Atividades no Período de Janeiro a Julho de 1987”⁹⁵, para combater a superexploração do trabalhador do campo, a CPT passou a promover a fundação de sindicatos, fazer o acompanhamento das diretorias pelo fato de terem pouca experiência na prática sindical e, também, os auxiliando nas partes burocráticas. Foram realizadas

⁹⁵ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

atividades de apoio à organização interna dos sindicatos, contabilidade, assessoria nas questões trabalhistas, jurídicas, acompanhamento nas negociações e encontros de lideranças.

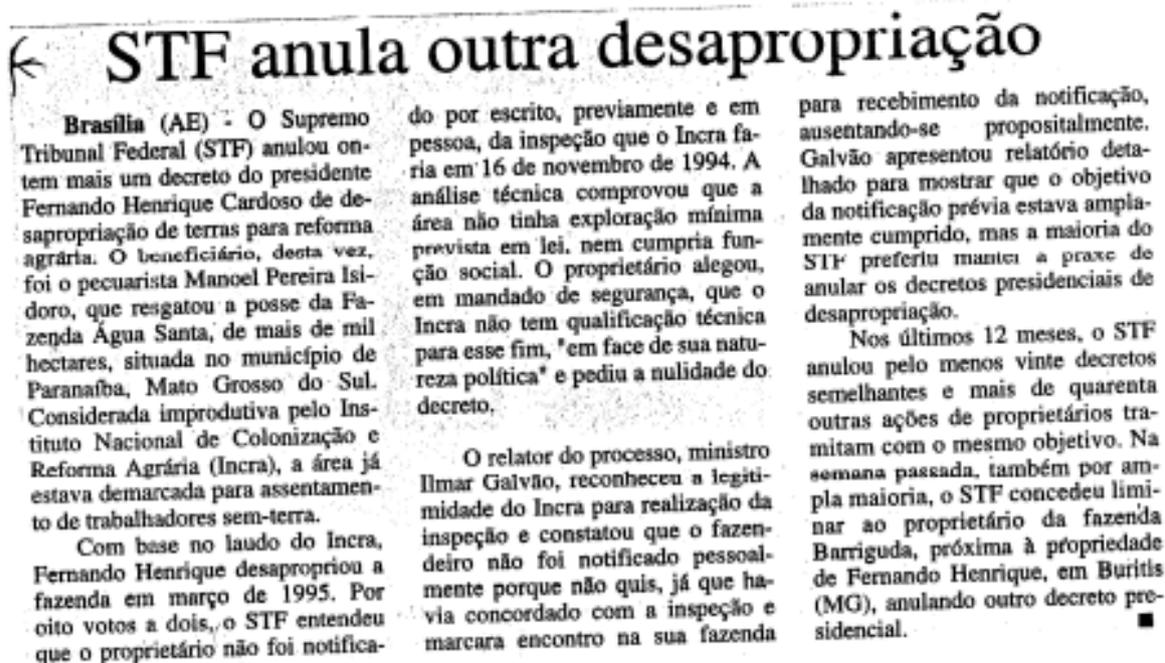
Segundo a “Ata do Encontro de Sindicalistas”⁹⁶, realizado em Dourados (MS), nos dias 22 e 23 de junho de 1991, até 1930, eram os trabalhadores que definiam os sindicatos. A partir de então, com o governo ditatorial de Getúlio Vargas, os sindicatos passaram a ser estruturados da seguinte forma: Ministério do Trabalho, CONTAG, FETAGRI e STR local. Os sindicatos formam a federação, que, por sua vez, forma a Confederação sob o comando do Ministério do Trabalho. Dessa maneira, os sindicatos estavam em uma estrutura controlada pelo governo, razão pela qual o sindicalismo combativo fazia oposição à FETRAGI, CONTAG e toda a estrutura sindical. Em 1975, começou a discussão sobre esta estrutura e como romper com ela. Assim, em 1983, formou-se a CUT, como forma de oposição, abrangendo sindicatos do campo e da cidade sob a bandeira da quebra de unidade com os patrões e a unidade das diversas categorias sindicais existentes.

A FETAGRI-MS surgiu em 1979, ano de implantação do estado de Mato Grosso do Sul, desenvolvendo ações em parceria com STRs municipais existentes nos municípios de Anaurilândia, Bataiporã, Coxim, Ivinhema, Iguatemi, Nova Andradina e Naviraí. A FETAGRI participou da ocupação de propriedades em processo de desapropriação, apoiando as famílias até a divisão dos lotes, porém, geralmente se restringe às áreas oferecidas pelo governo. A luta pela terra, por meio de ocupação, não consta no estatuto da FETAGRI, que rege todos os sindicatos filiados, entretanto, no final da década de 1990, passou a trabalhar com acampamentos pelo não atendimento por parte do governo das reivindicações protocoladas e pressão de sindicalistas. Foi somente por meio das ocupações de terra que o governo passou a atender aos pedidos de desapropriação de terras no estado.

Conforme o Jornal “O Estado do Paraná”, de 21 de junho de 1996, nos 12 meses anteriores, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou pelo menos 20 decretos presidenciais de desapropriação, como, por exemplo, a Fazenda Água Santa, em Paranaíba (MS), município integrante da Diocese de Três Lagoas, como pode ser visto na figura 39.

⁹⁶ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

Figura 39 - Paraná: "Jornal O Estado do Paraná" – 21 de Junho de 1996.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

A FETAGRI procura não gerar enfrentamentos com poderes públicos, não fazer pressão, não fazer tumulto, garantindo assim uma relação harmônica com esses órgãos. Sua passividade resulta por gerar certo conformismo, mantendo os trabalhadores por mais tempo nos acampamentos (FALCHI, 2007). O depoimento do agente Pastoral Mieczslau Kudlavicz atesta essa assertiva:

A FETAGRI sempre foi contra ocupações de terra, abertamente. Ela trabalhava com a ideia de respeito à propriedade. Foram defensores da reforma agrária pelos Correios na época do FHC. No máximo aceitavam organizar algum tipo de acampamento que fosse da paz. A FETAGRI por pressão de alguns sindicalistas começou a apoiar a luta pela terra no final da década de [19]90 início do século XXI.

A FETAGRI possui no estado um número maior de acampamentos e assentamentos que o MST. Isso pode ser explicado pela presença da Federação em quase todos os municípios do estado por intermédio dos sindicatos, o que lhe garante maior representatividade e condições de assentar os trabalhadores, uma vez que consegue se articular em todas as regiões (FALCHI, 2007).

A CUT/MS foi fundada por um grupo de sindicalistas que perderam a eleição pela direção da FETAGRI/MS, no ano de 1986. A CUT havia sido fundada

nacionalmente, em 1983, por ativistas do meio sindical brasileiro, que junto a outros grupos, também havia fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Em Mato Grosso do Sul, os sindicalistas que participaram da fundação da CUT/MS estavam insatisfeitos com a falta de autenticidade e de comprometimento do sindicalismo, o chamado sindicalismo pelego. Esse grupo de sindicalistas autênticos obteve o apoio da CPT, passando a concorrer com a FETAGRI na fundação de sindicatos (FALCHI, 2007).

Dessa forma, surgiu a disputa de representatividade dos sindicatos de trabalhadores rurais. De um lado, os sindicatos autênticos, mais comprometidos com a luta, assessorados pela CPT, e, por outro lado, a FETAGRI-MS, desenvolvendo seu trabalho com apoio integral das autoridades, fazendo o sindicalismo de gabinete, legalista, desligado da base e sem nenhuma preocupação com a conscientização dos lavradores (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Como escrito anteriormente, o sindicato é uma das principais armas de luta da classe trabalhadora. Para a burguesia e oligarquias rurais, é estratégico controlá-lo e manipulá-lo. Já para a classe trabalhadora interessa o sindicato combativo, de base, que promova ações efetivas na reivindicação de seus direitos. Em torno dessa contradição, estabeleceu-se a disputa pela representatividade sindical ancorada nos opostos interesses de classe.

Um exemplo da disputa por representatividade sindical na Diocese de Três Lagoas (MS) foi a formação do STR de Brasilândia (MS). Em fevereiro de 1985, o sindicato formado por trabalhadores rurais de Brasilândia enviou uma carta de repúdio para a FETAGRI, intitulada “...O Que os Pelegos Fazem... – FETAGRI Une-Se ao PDS Contra os Trabalhadores”⁹⁷. Como demonstrado no título da carta, a FETAGRI uniu-se ao PDS, partido aliado às oligarquias rurais desde o período militar, para a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilândia, promovendo uma reunião sem a participação dos trabalhadores e sem nenhuma reunião de base, baixando o Edital de Fundação do Sindicato para o dia 10 de março daquele ano.

Os trabalhadores perceberam que se tratava de um “sindicato dos políticos”, mas, mesmo assim, estavam dispostos a fundar o sindicato. Os vereadores do PDS, ignorantes e mal-informados na questão sindical, perderam o prazo de envio dos

⁹⁷ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

documentos para a Delegacia Regional de Trabalho (DRT). Como de costume, a FETAGRI não consultou os trabalhadores e adiou a data da fundação para dia 14 de março, porque o edital não havia dado entrada na DRT em tempo hábil. Esse fato demonstra o tamanho da burocratização da Federação e o descaso com a base.

No dia 10 de março, os trabalhadores, sem saber do adiamento, compareceram à assembleia, que não ocorreu. Já que se encontravam reunidos e perplexos pelo adiamento da assembleia, resolveram então fundar seu próprio sindicato. O processo de Investidura Sindical deu entrada na DRT⁹⁸ e protocolado no dia 14 de março, solicitando à Federação parecer favorável à sua fundação, antes mesmo da fundação do sindicato dos pelegos.

O então Presidente da FETAGRI, Pedro Ramalho, de início, reconheceu a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, chegando a cumprimentar a diretoria eleita, porém, voltou atrás e deu início ao boicote ao Sindicato, não reconhecendo a vontade de 197 trabalhadores que firmaram sua fundação, preferindo se associar a três convocantes, sendo eles o administrador de fazenda, um “gato” e um funileiro, além de vereadores do PDS, formando um novo Sindicato de Trabalhadores Rurais no mesmo dia em nova assembleia realizada, o que é ilegal, segundo o artigo 8º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil:

[...] é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município. (BRASIL, 1988).

Segundo o depoimento do agente pastoral Dalve Manoel, os trabalhadores sindicalizados, direção e agentes da CPT estiveram na assembleia de fundação do sindicato dos pelegos para contestar sua fundação mediante a ilegalidade do fato, um episódio tenso e conturbado, pois os pelegos não queriam aceitar a derrota – luta de classes expressa na disputa por representatividade sindical. Assim:

⁹⁸ A DRT, hoje denominada SRTE, é a representação do MTE em nível regional. Apesar de ser um termo muito utilizado pela população em geral, é preciso pontuar que esta nomenclatura, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), não mais existe. Este era o termo designado nas normas regulamentadoras originais, quase todas elaboradas no final da década de 70. Muitas delas, contudo, mesmo que tenham sido alteradas, ainda possuem estas titulações desatualizadas, assim como a CLT. O termo DRT foi substituído por SRTE, que significa Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Cada estado brasileiro possui uma SRTE, que é a representação do Ministério do Trabalho em nível regional, com um Superintendente Regional do Trabalho, que é a autoridade máxima dentro daquele órgão regional (<https://www.blogsegurancadotrabalho.com.br/drt-delegacia-regional-do-trabalho/>).

Brasilândia, nós fundamos o sindicato lá, em Brasilândia, e aí a FETAGRI queria criar um outro sindicato com o pessoal ligado a Usina de álcool Debrasa. Aí nós corremos e nos adiantamo e criamo o Sindicato. Aí eles vieram lá em Brasilândia e fizeram o serviço, correram pra lá e pra cá e marcaram a data pra fundar o Sindicato. A gente tinha uma articulação boa, inclusive, política na época, aí nós já tinha fundado o Sindicato e mandamo o Irineu pra Brasília, tinha um deputado amigo nosso lá, Sérgio Cruz, na época eu acho que era MDB ou PMDB na época, não tô lembrando. Aí nós articulamos com Brasília, mandamo o, esse, o Irineu, com todos os documentos de fundação do Sindicato, lá pra Brasília. O ministro do trabalho era o Almir Pazianoto nessa época, aí mandamo ele pra lá porque o que reconhecia o Sindicato era o Ministério do Trabalho, chamava Carta sindical, então eu sei que fundou o Sindicato. Aí nós corremos pra lá e articulamo lá e, com esse deputado lá, e quando chegou no dia da assembleia do Sindicato deles, nós juntamos todo o povo do nosso Sindicato, vamos dizer assim, era o nosso né porque a gente fazia parte né, já com a Carta Sindical e fomos pra lá, pra assembleia deles, entendeu? Aí chegamos lá reunido, chegamo esse povo, e o pessoal da FETAGRI tudo lá, era um pessoal meio pelego lá, da FETAGRI na época. Aí, chegamo lá, entramo, e aí eles falano, e aí chegamo lá e tomamo a palavra e falamo: olha só pessoal, se vocês quiser continuar com essa enganação desse sindicato, ceis continua, mas o nosso Sindicato, mas o nosso Sindicato, o Sindicato dos trabalhadores rurais não é nosso, é dos trabalhadores rurais de Brasilândia, inclusive de vocês aqui, todos os que são trabalhadores rurais que quiserem se associar né, já está fundado, aqui está a Carta Sindical que é o documento máximo do sindicalismo assinado pelo Dr. Almir Pazianoto. Mas deu uma briga rapaz, deu uma confusão danada. Quase saiu pau lá. (MANOEL, Agente Pastoral, entrevista, fev. 2021).

Segundo entrevista de Irineu Brito, que foi presidente do STR de Brasilândia por quatro mandatos, durante algum tempo, os dois sindicatos rurais coexistiram no município até a ação do poder público que deu fim à ilegalidade. Como pode ser observado na entrevista do Sr. Irineu, uma vez fundado, o STR de Brasilândia promoveu inúmeras ações em sua base territorial, ações de enfrentamento ao latifúndio e capital, principalmente, junto dos moradores da barranca do rio Paraná contra a CESP. Acerca disso, Sr. Irineu relata:

A nossa bandeira maior de trabalho sempre foi a briga da barranca do rio Paraná ali, a indenização da população que estava sendo realocada pelo enchimento do lago de porto primavera né, e pelo de fato de ser vereador do município né, a gente também brigava por indenização pro município pra benfeitorias como a ponte e outras obras. Eu fui presidente da Comissão na Câmara para Assuntos da Barragem de Porto primavera e, enquanto a gente tava como vereador e presidente do sindicato a gente, quer dizer, tomemo pé da situação e organizamo o pessoal, fizemo pesquisa, fizemo

levantamento, é, nesse levantamento que o Sindicato fez, que eu fiz pessoalmente, a gente tinha um enfrentamento muito grande com a diretoria da CESP sabe? A CESP quando via a gente na reunião começava a coçar a cabeça porque sabia que a gente ia lá pra brigar, pra protestar né. (SR. IRINEU, entrevista, mar. 2021).

Para os trabalhadores rurais, de forma geral, as maiores dificuldades eram: conseguir financiamentos no banco, assistência técnica, falta de políticas para a comercialização dos produtos, associada à presença de atravessadores que se apropriavam da renda da terra no processo de circulação sem terem produzido nada, além de outras adversidades como a falta de assistência médica, educação no campo, transporte, estradas, entre outros. Dessa forma, muitos trabalhadores se viam obrigados a migrar do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, como pode ser observado na tabela 9.

Tabela 9 - Região do Bolsão (MS): população rural e urbana no Bolsão – 1980

Cidade	População em 1980		População em 1991	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Três Lagoas	28.378	48.697	6.512	61.650
Paranaíba	14.887	22.009	9.163	28.491
Água Clara	3.450	1.358	4.274	2.265
Aparecida do Taboado	4.923	9.103	3.359	11.813
Brasilândia	9.037	3.594	5.464	4.885
Chapadão do Sul	-----	-----	3.055	2.328
Cassilândia	5.771	11.269	2.806	15.055
Inocência	4.465	1.429	3.293	2.986
Santa Rita do Pardo	-----	-----	3.258	2.276
Selvéria	-----	-----	2.181	3.786

Fonte: Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://assomasul.org.br>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

Como pode ser observado na tabela 9, somente o município de Água Clara teve aumento de sua população rural no período entre 1980 e 1991. Números que confirmam o processo de migração campo-cidade ocorrido à época, com destaque para Três Lagoas e Paranaíba, que duplicaram sua população urbana e, ao mesmo tempo, tiveram uma diminuição significativa de sua população rural. A migração campo-cidade é uma lei do desenvolvimento capitalista, a separação e subordinação do campo à cidade; está presente na sua origem e se mantém em seu

desenvolvimento histórico e geográfico. A expansão das relações capitalistas perpassa pela expulsão de camponeses e povos tradicionais de suas terras, principalmente, em áreas de fronteira agrícola. Um processo contraditório que engendra dialeticamente a luta pela permanência e reconquista da terra, ou seja, recriação do campesinato.

De acordo com o boletim “Companheiros da Terra⁹⁹” (figura 40), no intuito de apoiar os sindicatos rurais, a CPT passou a assessorá-los na organização e, para isso, elaborava materiais informativos explicando, de forma didática, a importância dos sindicatos e como se organizar para resolver os problemas que, sozinhos, não eram possíveis de serem resolvidos. Uma ferramenta dos trabalhadores para lutar por seus direitos, de todos aqueles que trabalham na roça. Esses materiais orientavam sobre os direitos trabalhistas, como conduzir negociações, greves, acordos, contratos coletivos, convenções e dissídios.

Figura 40 - Mato Grosso do Sul: Boletim Companheiros da Terra – S.D.

Como vive o lavrador?

Vive sem a terra para trabalhar e dela tirar o sustento. Por isso é chamado de Bóia-Fria, meeiro, peão, parceiro, etc... Terra que é bom, fica com os ricos. O pagamento do seu trabalho mal dá pro arroz e feijão. Muitas vezes é expulso das fazendas porque o capim e o gado são mais importantes para o patrão. Quando precisa de um financiamento no banco, o juro é tão alto que sempre fica devendo. Quando vai vender o produto, não consegue preço. A vida é dura. Se precisa de médico, tem que ficar na fila do Funrural ou paga do seu próprio bolso. Se precisa de transporte, tem que pagar. Se precisa dar escola para os filhos, tem que sudar para a cidade, onde só tem miséria e abandono. No armazém, fica sempre devendo.

Veja se não é assim

RIQUEZA (man with large belly)

Pobre (group of people)

Quem constrói a riqueza do RICO? Quem é a causa da pobreza do pobre?

Para que serve o SINDICATO?

O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS é uma entidade composta de Diretoria e Assembleia Geral, que representa e defende a Classe Trabalhadora Rural nos seus direitos. A organização do Sindicato é prevista na lei nº 4214 de 1 de março de 1963 e é formado de sócios contribuintes. O SINDICATO serve portanto para organizar e defender os interesses dos lavradores diante do PATRÃO, JUIZ e DO GOVERNO. Por isso a Diretoria deve ser formada de lavradores, que devem ser eleitos em Assembleia Geral. O SINDICATO deve ter também uma sede no município, e delegacias sindicais nos principais núcleos de lavradores.

Quem pode participar do Sindicato?

Todos aqueles que trabalham na roça. Todos os homens e mulheres que trabalham na zona rural.

- Meeiros,
- pequenos proprietários
- arrendatários
- pescadores
- tratorista
- oleiro
- horticultores
- peão
- sitiente
- boiadeiro
- carvoeiro
- sementeiro
- bóia-fria
- retireiro
- e outros...

Fonte: CPT.

⁹⁹ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Porém, o movimento sindical autêntico não deixou de apresentar suas contradições, suas teses e antíteses. Por meio da experiência do sindicalismo de base que vinha sendo desenvolvido no estado do Espírito Santo, trazida para o MS pela CPT, os sindicatos começam a criar uma articulação entre si, que foi se consolidando e ficou conhecida com o nome de Articulação Sindical (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). Em 1985, foram realizados encontros sindicais para debater o papel do sindicato, entretanto, a relação entre a CPT e o grupo da Articulação Sindical tornou-se conflituosa.

Em novembro de 1987, em Assembleia da CPT-MS, levantou-se a proposta de formação de um novo grupo de oposição, já que não estavam satisfeitos com o grupo existente ligado à FETAGRI, o grupo Articulação Sindical. Assim, formou-se a chapa Alternativa Sindical com a coordenação composta por um sindicalista de cada Diocese. A CPT ficou responsável por incentivar a participação dos trabalhadores rurais no sindicato, apoiar, assessorar e acompanhar o trabalho do grupo da Alternativa Sindical. Nesse momento, começou o racha no movimento sindical em torno da questão da assessoria da CPT, não aceita pelos membros do grupo Articulação Sindical, que viam a Alternativa Sindical como "igrejeiros", porém, pela grande maioria da sociedade, os dois grupos assim eram vistos (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Em 1989, em quase todos os municípios do estado, existiam sindicatos de trabalhadores rurais. Na Diocese de Três Lagoas, nos oito municípios, havia sindicatos, todos fundados a partir de 1984 com participação da CPT (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994). Segundo "Ata do Encontro de Sindicalistas¹⁰⁰", realizada em Dourados, nos dias 22 e 23 de junho de 1991, a CPT fez a análise do trabalho sindical no estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando a necessidade de mais união entre os sindicatos combativos, deixando claro que a CPT não era concorrente do grupo Articulação, tampouco da CUT, e que a existência de dois grupos enfraquecia o movimento.

Os dois grupos se diferenciavam pela forma de encaminhamento das ações: a Alternativa Sindical defendia reforçar os sindicatos para a tomada da Federação; já

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

a Articulação Sindical defendia o estreitamento de laços com a CUT. Essa divisão enfraqueceu os sindicatos combativos, prejudicando a união entre eles. Houve também divergências no modo de encaminhar as lutas, com um grupo mais ligado à base e outro mais ligado à organização geral.

Segundo documento (s.d.) intitulado “A Caminhada da Pastoral da Terra/MS”¹⁰¹, a CPT via a CUT como tendência política que se constituía em um dos principais instrumentos de luta da classe trabalhadora no Brasil, mas possuía limitações no que diz respeito às lutas no campo, não conseguindo se consolidar como organização e direção política dos trabalhadores rurais. Limitações em função de suas características urbanas, pois a maioria da direção era composta por setores urbanos e sua forma de pensar e de agir estava ligada à pequena burguesia e aos sindicatos de classe média. Assim:

Quando o Movimento Sem Terra ou sindicatos rurais convidam a CUT para participar e colaborar em mobilizações e concentrações no interior, a única coisa que está na cabeça de certos ‘dirigentes’ é fazer discurso nas assembleias! Nesse sentido repetem a mesma prática que tanto se critica na burguesia.

A CUT é um dos instrumentos mais importantes para a classe trabalhadora que está sendo construído. Representa uma grande esperança para a imensidão de trabalhadores rurais de todo o país. No entanto, em termos de atuação nas lutas do campo, na atual conjuntura, a CUT, enquanto CUT, nos Estados onde o Movimento Sem Terra existe, não conseguiu realizar quase nada. Está passiva. Está imobilizada...

A avaliação resultante destes fatos é de como a CUT ainda não conseguiu se consolidar no campo enquanto ferramenta de organização e direção política dos trabalhadores rurais. As próprias instâncias diretivas não sabem ao certo o que fazer, e aí quando fazem é desfalcado da realidade e da conjuntura, chegando de forma errada ou atrasada [sic]. (CPT, s.d.)

Ainda segundo o documento, a falta de direção política sindical, efetivamente de trabalhadores rurais, ligada a um projeto político da classe camponesa, também representava um ponto de desacerto. As diversas instâncias da direção da CUT eram disputadas pelos grupos políticos de esquerda, dominados pela pequena burguesia, que buscavam na Central uma forma de cooptar pessoas para construção de seus partidos. As várias tendências políticas da época foram resultantes do fim da ditadura e da redemocratização do país, que representou,

¹⁰¹ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 8 fev. 2020.

a *priori*, o fim da criminalização, opressão e violência contra partidos e organizações de tradição ou associação com os ideais do marxismo/socialismo/comunismo/anarquismo, criando a possibilidade de atuação de diversas correntes de esquerda no país. Houve a busca por novas alternativas, dando início ao surgimento e consolidação de novos sujeitos sociais no campo, fazendo emergir novos valores éticos, religiosos, culturais e políticos.

Segundo Almeida (2003), nos primeiros anos após sua fundação, o DETR/CUT acabou por dedicar-se exclusivamente, através de convênio com a CPT/MS, às reuniões e aos encontros regionais, visando discutir a viabilidade da pequena produção.

Ainda em 1991, ocorreu o primeiro Congresso Estadual da CUT em Mato Grosso do Sul, quando se iniciou a organização do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais (DETR), regularizado em 1992. Embora seu lema “Reforma Agrária, Luta pela Terra e Pequena Produção”, os primeiros anos de atuação, que foram acompanhados pela CPT, ficaram restritos a reuniões e a encontros com pequenos agricultores associados aos sindicatos para discutir a viabilidade da pequena produção, o que colocava os sem-terra fora de seu escopo de trabalho. Foi a partir de junho de 1998 que se passou a filiar trabalhadores rurais sem terra com o intuito de organizar ocupações de terras, em função da disputa pela representação sindical (FALCHI, 2007).

Nesse encontro, foi verificado que não existia no estado lutas comuns, organização, só pensamentos progressistas, porém, sem ação. O movimento sindical era para ser um movimento de luta pela Reforma Agrária, no entanto, o MST assumiu essa luta no estado, embora não na Diocese de Três Lagoas. Dessa forma, os sindicatos autênticos foram se esvaziando, quadros novos não foram criados, mantendo os de sempre à frente da direção. Foram surgindo também associações que os enfraqueceram, o movimento sindical saiu das bases, sendo que quase toda a oposição à FETAGRI tinha passagem e origem na Igreja. O resultado das disputas internas ao movimento sindical autêntico evidenciou que não conseguiram nem conquistar a Federação nem a Direção Regional da CUT (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Por fim, o sindicalismo combativo se preocupou com a terra e esqueceu o capitalismo, preocupavam-se mais com questões conjunturais, sem montar um projeto concreto para o estado de Mato Grosso do Sul e, então, partir para a luta.

Havia também aqueles que questionavam algumas assessorias da CPT, não queriam o envolvimento da CPT nos sindicatos por considerá-los “igrejeiros” (REGINA; KUDLAVICZ; JESUS, 1994).

Situação semelhante se deu entre a CPT e o MST. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o poder simbólico da Igreja foi aliado às lutas sociais, também foi motivo de contestações em torno da laicidade sindical. Somam-se a isso a reabertura política e o surgimento de diversas tendências políticas que fragmentaram as organizações de esquerda, inclusive os sindicatos. Atualmente, existem nove Centrais Sindicais no país, cada qual atrelada a específicos grupos político-partidários. As disputas de representação, de concepção sindical e burocratização institucional levaram, em geral, ao enfraquecimento dos sindicatos autênticos. Em Mato Grosso do Sul, coube à FETAGRI ficar como principal organização sindical de trabalhadores rurais.

Segundo o agente pastoral Mieceslau Kudlavicz, no início dos anos 2000, a CPT e os sindicatos tiveram participação conjunta na formação de assentamentos na região do Bolsão. Com o STR de Selvíria, foram formados os assentamentos São Joaquim e Alecrim; com o STR de Brasilândia, o Assentamento São Thomé. Por outro lado, a CPT foi impedida pelo STR de Três Lagoas, ligado à FETAGRI, de participar da formação do Assentamento 20 de Março devido às divergências de como encaminhar a luta pela terra. Essas são contradições que demonstram a complexidade da questão sindical, sintoma da crise de direção e organização da classe trabalhadora. Segundo Bernardo (1997, p. 128-129):

A crise dos sindicatos, que tantos julgam hoje ter sido motivada pela difusão do neoliberalismo, ‘começou na realidade bastante antes e deveu-se ao movimento autonomista. A classe trabalhadora mostrou ter atingido um estágio de formação que dispensava uma direção estritamente burocratizada’.

[...]

Trata-se de uma crise de objetivos: ou os sindicatos se transformam plenamente numa mera administração de investimentos capitalistas, fundos de pensão e outros serviços; ou os sindicatos pretendem continuar a desempenhar um papel nas lutas dos trabalhadores.

No Brasil a contradição entre estes dois aspectos é hoje demasiado profunda para que ambos possam permanecer conjugados num duplo discurso demagógico. A crise atual é a crise desse duplo discurso. E é tanto mais grave quanto, contrariamente ao que muitos pensam, não corresponde a nenhum declínio, quer da classe trabalhadora, quer do papel central ocupado pela exploração.

A criação de organizações de classe foi pauta da CPT em sua trajetória, organismos de defesa dos sujeitos do campo contra a gestão territorial do capital, contra o uso capitalista do território. O MST é a organização de maior destaque devido sua abrangência territorial nacional e poder de ação, um movimento consolidado que faz o enfrentamento às oligarquias rurais lutando por terra. Os sindicatos rurais, por sua vez, não tiveram o mesmo êxito, embora tenham sido, em certa medida, uma grande vitória.

Antes do trabalho de agitação e propaganda da CPT, não existiam sindicatos de trabalhadores rurais na Diocese de Três Lagoas, todos foram fundados a partir de suas ações, de reuniões e rodas de conversa com trabalhadores. Muitos não sabiam ler e escrever, tampouco tinham experiência sindical, então, a CPT realizava cursos de formação e buscava lideranças entre os trabalhadores. A perspectiva da CPT era para que os trabalhadores se auto-organizassem em sindicatos combativos na luta pela terra, na luta pela reforma agrária. No entanto, o aparelhamento estatal da burocratização reduziu o poder de ação dos sindicatos. Foi uma iniciativa classista que se perdeu no caminho e precisa ser reorientada. Apesar das contradições, os sindicatos foram muito importantes para os trabalhadores rurais, que, tendo em vista a falta de fiscalização e ação do poder público no campo, passaram a ter um órgão de defesa de seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos em lei.

4.6 A luta contra o trabalho escravo

A imposição de condições degradantes de trabalho retira do trabalhador sua dignidade, sua liberdade, o coisifica e desumaniza. A primeira denúncia pública de trabalho escravo no Brasil foi feita por Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), em 1971, e, desde então, as equipes da CPT combatem a escravidão moderna. Em 1997, criou-se a Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, com o lema: “Abra o olho para não virar escravo”.

Nesta luta, a CPT conta com várias parcerias e alianças, entre elas: Repórter Brasil, Contag, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Organização

Internacional do Trabalho (OIT). A Campanha de Combate ao Trabalho Escravo realiza ações coordenadas e planejadas, acolhendo e amparando as vítimas, proporcionando seu resgate, suporte social e denunciando empresas e mercadorias que se utilizam do trabalho escravo¹⁰².

4.6.1 A luta contra o trabalho escravo nas carvoarias

Na Diocese de Três Lagoas, a CPT desenvolveu o combate ao trabalho escravo nas carvoarias e destilarias da Diocese, contra a imposição territorial de relações de trabalho fundadas na exploração do trabalho escravo ou análogo. Segundo relatório da primeira etapa do trabalho de acompanhamento de projetos e combate ao trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, apoiados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), “Diversas Faces da Situação dos Carvoeiros em Mato Grosso do Sul”¹⁰³, a produção de carvão vegetal em Mato Grosso do Sul representava uma importante atividade econômica, onde foi implantado o maciço florestal a partir de meados dos anos 1970, como parte do programa de reflorestamento desenvolvido pelos governos militares. Várias empresas florestais se apropriaram de grandes parcelas de terra e deram início ao monocultivo de pinus e de eucalipto.

O plantio de eucalipto era parte dos objetivos do Programa Nacional de Papel e Celulose, que propunha o abastecimento de madeira para as regiões Sul e Sudeste do país, parte do projeto de “modernização” conservadora do uso do território. Embora a “modernização” do campo apresentasse algumas bandeiras sociais, os privilégios fiscais e as facilidades de crédito do Governo Federal beneficiaram somente os grandes proprietários e empresas, dessa maneira, contribuindo para a concentração fundiária no estado. A aliança terra-capital se formou por meio de políticas governamentais que contribuíram para transformar capitalistas em proprietários de terras e proprietários de terras em capitalistas rentistas e especuladores.

¹⁰² Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/campanhas-e-articulacoes/campanhas/campanha-de-prevencao-e-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

¹⁰³ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

Em 1980, haviam sido plantados mais de 340 mil hectares de eucalipto, no entanto, o projeto não vingou em razão da crise do petróleo e a elevação dos custos de transporte na década de 1980, a década perdida. Em meados da década, as empresas reflorestadoras estavam certas de que a fábrica de celulose ou outro empreendimento de base florestal não seria implantado na região do Bolsão e, simplesmente, abandonaram as áreas plantadas. Em 1985, o Governo de Mato Grosso do Sul lançou o Pró-Indústria, oferecendo incentivos fiscais a empreendimentos industriais voltados para o beneficiamento de madeira, mas nenhum grande se instalou na região.

Ainda segundo o documento “Diversas Faces da Situação dos Carvoeiros em Mato Grosso do Sul”¹⁰⁴, como saída para o setor, as empresas começaram a produção de carvão vegetal, impulsionado pelo polo industrial de Divinópolis-Sete Lagoas (MG). A atividade ganhou força na década de 1990 e as usinas siderúrgicas de Minas Gerais e/ou suas empreiteiras montaram suas carvoarias em Mato Grosso do Sul, produzindo carvão e atraindo trabalhadores migrantes, principalmente, de Minas Gerais.

Durante vários anos, Mato Grosso do Sul foi notícia de jornais impressos e canais de televisão, a nível nacional e internacional, devido às denúncias de trabalho escravo e infantil nas carvoarias. No final dos anos de 1980, o STR de Ribas do Rio Pardo já havia denunciado as péssimas condições de trabalho em que se encontravam os trabalhadores das carvoarias instaladas no maciço florestal do município. O fato ganhou maior notoriedade com o trabalho da CPT, com a divulgação do Caderno de Conflitos no Campo Brasil’92, demonstrando o envolvimento de mais oito mil carvoeiros no maciço florestal de Ribas do Rio Pardo, Águas Claras, Três Lagoas e Naviraí (MS). Estes carvoeiros trabalham 12 horas por dia em troca de uma parca remuneração, produzindo carvão para as siderúrgicas. Era comum, nestas carvoarias as ocorrências de espancamento de trabalhadores e assassinatos (KUDLAVICZ, 2011).

A partir de então, muitas entidades governamentais e não governamentais se uniram para criar a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias do Mato Grosso do Sul, realizando várias visitas com o objetivo de denunciar e cobrar dos órgãos públicos

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

responsáveis pelas mudanças nas relações de trabalho nas carvoarias (KUDLAVICZ, 2011).

Ainda segundo o documento “Diversas Faces da Situação dos Carvoeiros em Mato Grosso do Sul”¹⁰⁵ no ano de 1997, o principal atrativo oferecido aos trabalhadores mineiros para sua vinda para o Mato Grosso do Sul eram as promessas de altos salários, porém, defrontaram-se com a superexploração do trabalho nas carvoarias para geração de mais-valia, além de trabalho escravo e análogo. Enquanto milhares de famílias de carvoeiros viviam em condições sub-humanas, algumas centenas de fazendeiros, intermediários, empresários e usinas siderúrgicas auferiam lucros exorbitantes por meio da exploração da mais-valia absoluta. Vindos principalmente da região Norte do estado de Minas Gerais, estes trabalhadores, migrantes em geral, não tinham carteira assinada, não faziam uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e trabalhavam apenas para comer.

Articulando o arcaico e o moderno, de forma desigual e combinada, o carvão produzido por meio da superexploração do trabalho e trabalho escravo era o mesmo que abastecia os fornos dos setores de ponta da indústria de ponta nacional, como as siderúrgicas Valinhos, Sidersul, Pitangi e Pains. Por sua vez, as siderúrgicas atendiam a demanda das produtoras de peças e montadoras de veículos como a WW motores, Ford, Cofap amortecedores, dentre outros (SILVA, 2002).

A falta de fiscalização e ação do poder público permitia ao capital desprezar as próprias leis de regulamentação do trabalho, leis que garantem uma concorrência justa entre os capitalistas no território nacional. Ao quebrar as leis trabalhistas, o capital consegue aumentar suas taxas de lucro pelo menor investimento em capital fixo (infraestrutura, máquinas e equipamentos) e a superexploração da mais-valia absoluta, estendendo a jornada de trabalho ao máximo. Como escreveu Marx em outros tempos, no século XIX: “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2015, p. 392).

Ainda segundo o estudo, devido à baixa remuneração, todos os membros da família trabalhavam nas carvoarias, inclusive, crianças que ficavam expostas diariamente por horários extensos a uma atmosfera poluída pela queima do carvão, radiação solar intensa somada ao calor dos fornos, e vivendo em um cotidiano sem

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

lazer e, muitas vezes, estavam fora da escola. Infâncias roubadas e futuros limitados pela apropriação de sua força de trabalho convertida em mais-valor para o capital.

Os carvoeiros, na sua maioria, eram analfabetos, desorganizados enquanto classe, viviam em péssimas condições de moradia, higiene, alimentação, sem educação para as crianças e adolescentes, sem nenhum serviço de saúde e transporte. O trabalho exigia enorme dispêndio de força física, que, aliado às péssimas condições de trabalho, causava-lhes frequentes acidentes de trabalho e doenças ocupacionais que não eram registradas.

Conforme o “Projeto Trienal 2002-2004 da CPT Regional Mato Grosso do Sul”¹⁰⁶, em apoio ao combate ao trabalho escravo nas carvoarias, a CPT participou da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul, desde a sua fundação em 1993, inspecionando e denunciando as situações de trabalho escravo e análogas, não só em carvoarias, mas também em destilarias, serrarias e olarias. Neste período, a equipe da CPT de Três Lagoas já não mais existia, as ações da CPT na Diocese eram coordenadas pela CPT Regional Mato Grosso do Sul.

Em junho de 1995, foi dado o início à formação da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias/Três Lagoas/MS. A Subcomissão contava com a participação de diversas entidades, além da CPT, como DRT, Secretaria Municipal de Saúde, Sociedade Francesa de Acompanhamento e de Cuidados Paliativos (SFAP), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Centro Universitário de Três Lagoas (UFMS/CEUL), Secretaria de Educação do Estado (SED/MS), STR de Três Lagoas, Câmara Municipal de Três Lagoas e do PT.

A Subcomissão trabalhou nos municípios de Brasilândia, Três Lagoas, Selvíria, Inocência e Água Clara, todos pertencentes à Diocese de Três Lagoas. De início, foi coordenada pela Secretaria Executiva, composta por um presidente eleito, representando a Secretaria Municipal de Saúde de Três Lagoas, e um vice-presidente, representando a CPT e as demais entidades. Eles reuniam-se uma vez por mês ou extraordinariamente, sempre que necessário, estabelecendo um calendário de visitas de inspeção às carvoarias e destilarias, encaminhando relatórios à Comissão Permanente.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Muitos dos trabalhadores das carvoarias eram migrantes vindos dos estados que fazem fronteira com Mato Grosso do Sul, principalmente de Minas Gerais, fugindo da pobreza e em busca de melhores condições de vida, iludidos pelos empregadores com promessas de bons salários e melhores condições de trabalho. Ao chegarem aos locais de trabalho, geralmente de difícil acesso, no interior das fazendas, e distantes dos núcleos urbanos, os trabalhadores eram submetidos a extenuantes e extensas jornadas de trabalho, sem descanso semanal, férias e sem nenhum direito trabalhista (PEREIRA, 2007).

Os salários eram baixos e atrasavam constantemente, além de se tornarem irrisórios, devido aos elevados descontos concernentes à alimentação, remédios, roupas, ferramentas de trabalho e outros objetos trazidos pelo empregador. Em inúmeros casos, os salários não eram suficientes para cobrir sequer as dívidas e, assim, transformavam-se na justificativa para a permanência e sujeição dos trabalhadores junto às carvoarias em situação de escravidão, privados de sua liberdade devido às dívidas contraídas. Uma tática típica da escravidão moderna, pois o capitalista não precisa comprar o seu escravo, apenas o sequestra e lhe mantém preso por mecanismo de dívida (PEREIRA, 2007).

A exploração do trabalho escravo nas carvoarias para o fornecimento de carvão vegetal para o setor industrial é uma contradição entre o arcaico e o moderno, da modernidade industrial e o primitivo trabalho escravo. Uma característica típica dos países de industrialização tardia, onde o capitalismo se desenvolveu de forma desigual e combinada, reunindo, ao mesmo tempo, no circuito do capital, o que há de mais moderno combinado as mais primitivas relações de trabalho (TROTSKY, 1930).

Em relatório da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho (SPIFCT) nas carvoarias e destilarias/Três Lagoas/MS, assinado pelo agente da CPT, Mieceslau Kudlavicz, no dia 28 de agosto de 1995, inspeções e entrevistas foram por ele realizadas. Constatou-se a realidade dos trabalhadores em duas carvoarias no ano de 1995: na Fazenda Santa Gertrudes, a 30 quilômetros da sede de Três Lagoas, e no município de Paranaíba, a 80 quilômetros da cidade.

Na carvoaria de Três Lagoas, foram constatadas quatro famílias com a presença de sete crianças, de 8 a 14 anos, e dois adolescentes, de 14 a 16 anos, que não estudavam. As famílias vieram de Minas Gerais atrás de trabalho, não

diretamente na carvoaria. Estavam ali há aproximadamente dois anos. A remuneração era por produção, R\$ 0,30 (Trinta centavos) por metro cúbico no corte do eucalipto e 12% da produção do carvão por família. Não tinham carteira assinada e os filhos trabalhavam na produção; recebiam mensalmente cerca de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por família, seis salários mínimos à época.

Porém, as compras do mês eram realizadas pelo patrão e descontadas no pagamento, muitas dívidas eram acrescidas de juros abusivos, constituindo-se entre patrão e empregado uma relação de servidão e dependência. As moradias eram barracos de aproximadamente dois metros de altura, cobertas de telha de amianto, paredes de lona ou madeirite; uma casa a apenas 20 metros dos fornos e as demais a 50 metros. Os relatórios da época, em geral, apresentam o mesmo quadro de exploração e más condições de trabalho, refletindo bem a situação não só dos carvoeiros na época. Era preferível trabalhar nas carvoarias a sobreviver na cidade. Em um trecho de um deles, relata-se a situação de exploração:

Segundo depoimento de uma mãe, reconhece que as condições de trabalho não são boas porque o Brasil é muito injusto. Preferem trabalhar na carvoaria porque a remuneração é melhor e mais fácil a sobrevivência do que na cidade, uma vez que já tentaram sobreviver na cidade durante dois anos e acharam muito difícil. Esta família sobrevive do trabalho nas carvoarias a 16 anos. (SPIFCT, 1995).

Conforme “Relatório de Visitas da Subcomissão de Três Lagoas”¹⁰⁷, de 29 de abril de 1996, percebe-se a realidade dos carvoeiros no depoimento de Benedito, de 40 anos, trabalhador na “Carvoaria da Beth”, em Água Clara. Ao referir-se ao patrão: “ele vem aqui, leva o ouro (é preto, mas tem valor de ouro) e eu fico sem nada. Só me resta as câimbras, a tontura, a fraqueza e o escarro preto que sai dos meus pulmões”.

Conforme “Relatório da Subcomissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias/Três Lagoas/MS”, assinado pelo agente pastoral Mieceslau Kudlavicz, do dia 28 de agosto de 1995, em carvoaria localizada no município de Paranaíba (MS), a situação era semelhante. Eram duas famílias, porém, sem menores de idade. O contrato de trabalho era de 60 a 90 dias e, quando recebiam o pagamento, eram levados de

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

volta para seus locais de origem em Iturama (MG), Itamajardiba de Minas (MG) e Três Lagoas (MS).

Ademais, os carvoeiros não possuíam carteira assinada e recebiam por produção. No corte, recebiam R\$ 0,30 (Trinta centavos) por metro cúbico, rendendo-lhes cerca de R\$ 2,00 (Dois reais) por caminhão. Quem trabalhava no caminhão, tirava, em média, R\$ 15,00 a R\$ 18,00 por dia. Nos fornos, era de R\$ 1,50 por forno na queima e R\$ 2,00 por forno para encher o forno. Folgavam sábado e domingo, menos quem cuidava da queima; não tinham nenhum tipo de proteção. Foi encontrado um trabalhador com febre no dia da inspeção e no local não havia nem sequer um analgésico. A comida era por conta do patrão, sendo arroz, feijão e carne. No café da manhã, era servido somente um cafezinho, sem pão ou leite, e moravam em barracos de lona a menos de 100 metros dos fornos.

Diante da precariedade das relações de trabalho nas carvoarias, da imposição de condição análoga à escravidão, a CPT executou intensamente, junto aos órgãos parceiros, denúncias e ações jurídicas contra os proprietários das carvoarias. Não se tratava de uma luta direta pela terra, mas a CPT significou o enfrentamento ao poder do capital na região do maciço florestal dominada pela aliança entre indústria florestal e latifúndio, tornando-se uma barreira à superexploração do trabalho e escravidão, fonte de mais-valia do capital.

Segundo Kudlavicz (2018), devido às várias denúncias, muitas carvoarias foram fechadas na época; e as que não foram fechadas, tiveram que se adaptar às condições impostas pela Justiça do Trabalho, garantindo minimamente os direitos dos trabalhadores:

[...] à partir das exigências que foram colocadas pela própria comissão de trabalho investigação pra melhorar as condições de moradia inicialmente, pras moradias não ficarem perto das carvoarias, pra ficarem a uma distância maior das carvoarias, não serem barracos de lona, mas que minimamente fossem construídos barracos, umas casas de material pré-fabricado, de madeira, com cobertura, com água encanada, enfim impuseram várias condições para melhorar pelo menos as condições de moradias dessas famílias e depois toda a questão trabalhista também, que essas pessoas fossem registradas que tivessem seus direitos respeitados, então essas coisas os trabalhadores acabaram conquistando. Muitas carvoarias meio que se modernizaram, acabaram construindo quase que vilas nos locais de produção de carvão porque nós tínhamos aqui carvoarias enormes, 200 carvoarias envolvendo aí dezenas de famílias de trabalhadores. Então, como eles foram obrigados a construir uma casa pra cada família aí se formava quase que uma

vila nas proximidades dessas carvoarias. (KUDLAVICZ, 2018. Entrevista disponibilizada em sua página no Facebook)¹⁰⁸.

Em função das inspeções e denúncias da subcomissão de investigação, foram assinados diversos acordos entre as carvoarias e as autoridades para oferecimento de condições dignas de trabalho aos carvoeiros. Foram construídos sistemas de distribuição de água, moradias adequadas distantes dos fornos, fossas sanitárias e as empresas acordaram em fornecer um tíquete refeição a seus funcionários no valor da compra. Para assegurar o acordo, as indústrias que não cumprissem sua parte estavam sujeitas a proibição de cortar madeira e transportar carvão.

Pode-se afirmar que o trabalho escravo nas carvoarias foi erradicado, porém e manteve na produção florestal destinada à produção de celulose e papel. No capitalismo, o trabalho escravo faz parte da gênese da agricultura brasileira. Em 2007, por meio de políticas creditícias via BNDES e privilégios fiscais, foram instaladas duas fábricas de celulose no município de Três Lagoas, a territorialização do complexo agroindustrial celulose-papel deu uma nova configuração quanto ao domínio e uso do território. As empresas passaram a se apropriar, pela compra ou arrendamento, de frações do território antes ocupadas por atividades agropecuárias, principalmente, a criação de gado. Essa reconfiguração territorial do capital trouxe consigo novas contradições e desafios à CPT, que continua sua luta pela reforma agrária na Diocese.

De todos os desdobramentos resultantes da implantação do complexo celulose/papel no século XXI, o mais grave dos problemas foi o desrespeito aos direitos trabalhistas, levando os trabalhadores a condições análogas à escravidão. Para reduzir ao máximo os custos com despesas de hospedagem para os trabalhadores, as empreiteiras superlotavam as residências e os hotéis, deixando os trabalhadores em más condições de higiene. Este fato foi denunciado pela Comissão Pastoral da Terra junto ao Ministério Público do Trabalho que criou uma força tarefa¹⁰⁹, reunindo o Ministério Público do Trabalho, fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e integrantes da Comissão Permanente de Investigação

¹⁰⁸ Disponível em: <www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

¹⁰⁹ Representação nº 13/2008 do Ministério Público do Trabalho, procuradoria Regional do Trabalho – 24ª Região/Ofício em Três Lagoas, Relatório.

das Condições de Trabalho para apurar as possíveis irregularidades cometidas pelas empresas contratadas pela VCP (atual Suzano) (KUDLAVICZ, 2011).

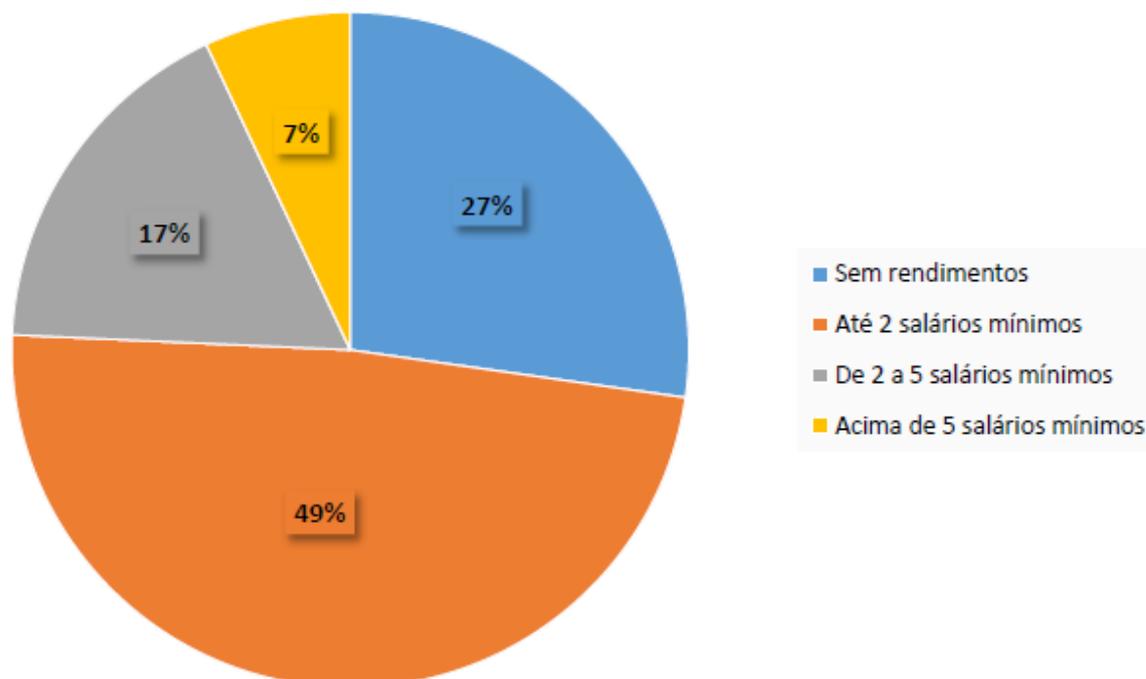
Na condição de representante da Comissão Pastoral da Terra/MS, o agente pastoral Mieceslau Kudlavicz participou dessa força tarefa. Segundo seu relato, no dia 12/02/2008 foram até um dos alojamentos situado num dos hotéis da cidade de Três Lagoas constatando que estavam alojados mais de 400 trabalhadores em quartos com dez beliches, sem guarda roupa, sem ventiladores e com ar condicionado quebrado. No local existia uma fossa a céu aberto exalando mau cheiro próximo a cozinha e ao refeitório e as refeições eram consumidas nos quartos por falta de refeitório. Segundo depoimentos dos trabalhadores, houve dias em que jantaram à meia noite. Nesse hotel estavam principalmente trabalhadores migrantes do Estado do Piauí contratados para trabalhar para as empreiteiras da empresa Camargo Correa. Houve denúncia de tratamento inadequado por parte dos fiscais da obra, do não pagamento das horas extras, de filas imensas para distribuição da refeição que atrasava entre meia hora a quarenta minutos o almoço, não sobrando tempo para o descanso (KUDLAVICZ, 2011).

Durante os anos de construção das fábricas da Internacional Paper (IP) e da Votorantin Celulose e Papel (VCP), período em que a cidade de Três Lagoas recebeu milhares de trabalhadores migrantes, criaram-se expectativas em relação à criação de milhares de postos de trabalho e isso desencadeou a vinda dos trabalhadores estimulados, em grande parte, pela propaganda ideológica das próprias fábricas. Porém o desemprego, condição estrutural do capitalismo, logo passou a se tornar uma realidade para os trabalhadores migrantes. Com o término das obras foram contratados diretamente pelas indústrias IP e FIBRIA, aproximadamente 600 operários para trabalhar na produção industrial. A maioria retornou para os estados de origem e muitos ficaram na cidade em busca da sobrevivência, sendo recontratados por outras empreiteiras que vieram a se instalar posteriormente, seja como empresas terceirizadas da FIBRIA ou de novas indústrias (KUDLAVICZ, 2011).

Comparando os dados de rendimentos do IBGE no município de Três Lagoas – Gráfico 2 – com o custo de vida no município na época aumentado após a

chegada das empresas de celulose, aproximadamente R\$ 2.103¹¹⁰, observa-se o resultado na esfera do rendimento populacional.

Gráfico 2 - Rendimentos por classe monetária



Fonte: (IBGE, 2010).

Como pode ser observado na figura, 76% da população acima de 10 anos como um todo, que somadas alcançaram um número total 86.322 pessoas, não ganhavam o suficiente para se manterem individualmente com um patamar de vida minimamente digno (49 % da população recebia menos de 2 salários (menos de R\$ 1.020,00) e 27%. Com dependentes sem renda a situação se tornava ainda mais difícil (Mendonça; Teixeira; Mariano; Medeiros, 2020).

Se considerarmos os 17% que recebiam de 2 a 5 salários mínimos, temos uma faixa que vai de R\$ 1.020,00 a R\$ 2.550. Portanto, nessa faixa a maioria não detinha rendimento individual para manter o alto custo vida. Com dependentes sem renda ficou impossível para todos dessa faixa. Apenas 5% da população, em 2010, recebia mais que 5 salários mínimos (R\$ 2.250,00). Desse montante (6.045 pessoas), apenas 1.798 pessoas recebiam mais que 10 salários mínimos (R\$ 8.261,50), portanto, apenas 1,76% (Mendonça; Teixeira; Mariano; Medeiros, 2020).

Além do emprego de trabalho escravo ou análogo a escravidão efetuado pelas empresas do complexo celulose/papel, observando os dados percebe-se que

¹¹⁰ Segundo Francisco (2013).

o “desenvolvimento” industrial tão propagandeado pelas empresas do complexo celulose/papel não representa um desenvolvimento concreto, sendo que a grande maioria da população não recebe o mínimo suficiente para se reproduzir socialmente, não detém os meios de produção e são obrigados a vender sua força de trabalho em um mercado regido pelos interesses da burguesia. De um ponto de vista conceitual mais amplo, podemos afirmar que a diferença do trabalhador moderno para escravo colonial, é que o trabalhador moderno tem a “liberdade” de escolher que o vai explorar, embora muitas vezes o mesmo não tenha consciência que está sendo explorado, uma exploração consensual. Essa é a noção de liberdade burguesa que, na realidade, escraviza a classe trabalhadora.

4.6.2 A luta contra o trabalho escravo nas Usinas de Álcool

O combate ao trabalho escravo também foi realizado nas usinas de álcool. Conforme o estudo “A Realidade Sócio-Política e Econômica do Mato Grosso do Sul – Um Desafio Pastoral”¹¹¹, o Programa Nacional do Álcool teve início no estado em 1979, durante a Ditadura Civil-Militar-Empresarial, com a instalação da Destilaria Sonora Estância, no município de Pedro Gomes. No mesmo ano, foi instalada a Destilaria de Rio Brilhante. As usinas, além de empregar mão de obra de fora do estado, usavam parte dos boias-frias oriundos da expulsão do campo, além de grande número de indígenas.

Na época, estima-se aproximadamente 20.000 trabalhadores migrantes, cujas condições de vida, trabalho, segurança, higiene, moradia, saúde, educação e lazer não eram compatíveis com a dignidade humana. Muitos vieram de outras regiões devido ao processo de mecanização do campo, impulsionado pela “Revolução Verde”. Várias usinas no estado se utilizavam dessa prática, como a Usina Debrasa, pertencente à época ao grupo José Pessoa, em área de 13.778 hectares no município de Brasilândia (MS). Em 1987, conforme tabela 10, no estado, somavam-se nove destilarias de álcool, frutos do projeto de “modernização conservadora”.

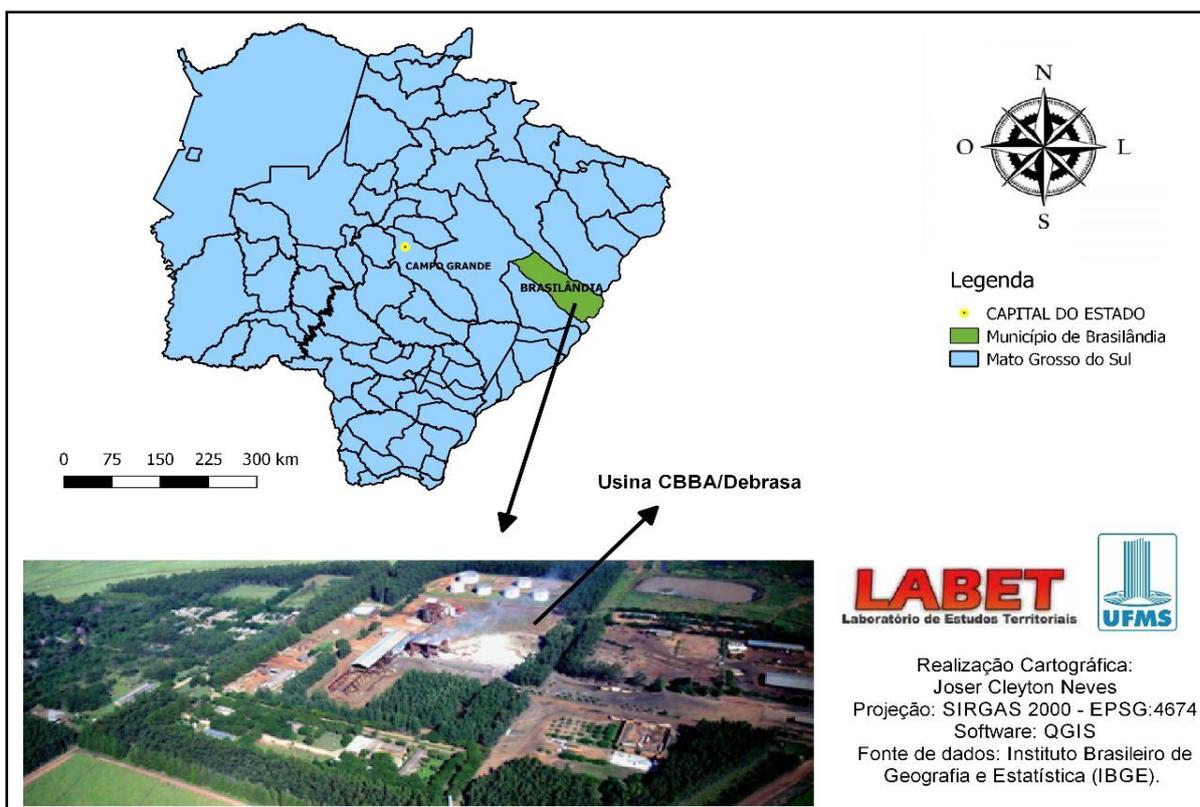
¹¹¹ Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Tabela 10 - Mato Grosso do Sul: Usinas no Estado –1987.

Unidade	Área plantada (ha)	Área Total (ha)	Fornecedores (ha)
Sonora	11.000	30.000	-
Alcoovale	5.615	5.615	600
Coopernavi	3.500	3.500	1.000
RS	4.500	6.050	500
MR	2.350	2.659	750
Cachoeira	3.400	3.500	200
Rio Brilhante	7.588	12.778,67	800
Nova Andradina	9.800	16.658,77	-
Debrasa	8.493,8	13.778	1.500
TOTAL	56.246,8	94.549,44	5.350

Fonte: CPT.

A Comunidade Rural Debrasa, como demonstrado no mapa 10, é um distrito do município de Brasilândia, localizada em área rural da Fazenda Debrasa. De acordo com relatório da CPT de 1987, a Usina Debrasa (Destilaria Brasilândia S/A) foi instalada no distrito em fevereiro de 1979.

Mapa 10 - Brasilândia (MS): Usina Debrasa.

Fonte: LABET (2018).

Em relação aos cortadores de cana que trabalhavam para a Usina, na entressafra, havia um total de 150 trabalhadores, sendo que este número, na safra, se elevava para 1.530 trabalhadores. Todos eram homens e, dos 1.530

trabalhadores, 1.280 eram indígenas. Um grupo Terena vindo de Aquidauana e do território indígena Taunay, outro Guarani de Amambai e do tekoha Sororó, e um terceiro grupo, Caingang, do estado do Paraná. Os grupos ficavam acampados em dois alojamentos da empresa, exclusivo para os indígenas, distante de 8 a 10 quilômetros do alojamento dos trabalhadores não indígenas.

Os trabalhadores indígenas, além de perderem a maior parte de seus territórios, também foram obrigados a se submeter a trabalhos precários e extenuantes para a produção de mais-valia para o capital. Com a perda dos territórios, os indígenas também perdem a sua territorialidade, a sua relação com a natureza passa a ser mediada por relações capitalistas.

A apropriação do território pelo capital se origina nesse processo, na separação entre homem e território, na dissociação do homem dos meios de (re)produção existentes. Tal apropriação condiciona o homem a mero capital variável, à mercadoria, à força de trabalho disposta no mercado, mercadoria que é consumida no processo de produção, reaparecendo nas mercadorias como mais-valor.

Nessa separação, o homem passa a não reconhecer sua ação criadora, fundamento do ser social. O seu trabalho é alienado, estranhado. Com a separação do homem do território, dos meios de produção, perde-se a relação direta do homem com a natureza mediada pelo trabalho, ao invés disso, a relação do homem com a natureza passa a ser determinada por relações entre mercadoria, por leis de mercado. Segundo Marx (2008, p. 80):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (menschenwelt).

Assim, os indígenas tiveram seus territórios invadidos pelo capital. Para sobreviver, muitos têm se adaptar às novas relações sociais, ao território capitalista e às leis de mercado, perdendo sua territorialidade. Conforme estudo da CPT, “A Realidade Sócio-Política e Econômica do Mato Grosso do Sul – Um Desafio Pastoral”¹¹², constatou-se também a existência de milhares de trabalhadores migrantes, que, durante meses, migravam para o trabalho no corte da cana, com

¹¹² Disponível em: <<https://cptms.org>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

baixos salários, vivendo em condições desumanas de moradia e sem assistência médica hospitalar adequada.

Entre povos indígenas e trabalhadores migrantes, muitos eram cooptados pelos chamados “gatos”, serviços terceirizados, atravessadores que faziam falsas promessas, os aliciando e chefiando, e que, além de explorá-los, recebiam uma porcentagem da produção de cada trabalhador. Assim, os “gatos” se apropriavam de uma parcela da mais-valia total que era dividida entre capital industrial, comercial e financeiro. Os “gatos”, uma espécie de comerciante que mediava a compra e venda da força de trabalho, um prestador de serviços, eram uma maneira de camuflar a relação de emprego com a Usina, garantindo-lhe a superexploração do trabalho e não cumprimento da legislação trabalhista. De acordo com a CPT:

A pesquisa desenvolvida na Destilaria de Álcool DEBRASA, desvenda dados, condições de vida e de trabalho deploráveis em uma sociedade dita civilizada, mesmo considerando a crise econômica em que o país atravessa, onde pelo menos, o estado de direito deveria se constituir no imperativo das relações, ao invés do marasmo condicionante das relações desumanas aqui observadas.

Segundo relato de Kudlavicz (2018)¹¹³, em um dos trabalhos realizados na Usina, foram descobertos mais de 1.000 indígenas em condição de trabalho escravo na década de 1990. Entre os vários problemas relatados, foram encontradas irregularidades no transporte. Eram utilizados veículos não autorizados para o transporte de pessoas, a maioria em péssimas condições, alguns motoristas trabalhavam com habilitações vencidas ou não compatíveis com o veículo. Também foi constatada a falta de segurança, como também a falta de suporte de descanso nos horários das refeições e higiene.

Após constantes denúncias da CPT em conjunto com instituições parceiras, em 2007, a Usina Debrasa foi suspensa do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, fechada, interditada e proibida de funcionar. Outros trabalhos análogos também foram feitos em outras usinas do estado, como a de Quebra-Coco – que pertencia ao mesmo grupo da usina Debrasa – e a de Rio Brilhante, que mantinham trabalhadores em regime de escravidão e obrigados a se adequarem às exigências da Justiça do Trabalho, dando fim às práticas exploratórias.

¹¹³ Disponível em: <www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

Segundo relatório da CPT de 1987, trabalho semelhante foi realizado na Diocese junto à Usina ALCOOLVALE – Destilaria Vale do Rio Quitéria S/A, situada no município de Aparecida do Taboado (MS), instalada em 25 de dezembro de 1983. Na safra, eram contratados cerca de 250 trabalhadores, sendo 170 provenientes dos estados de Minas, Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Os outros trabalhadores eram do próprio estado, de municípios como Aparecida do Taboado, Selvíria, em Mato Grosso do Sul; e Castilho, Nova Canaã Paulista, Pereira Barreto e Itapura, no estado de São Paulo.

De forma geral, a CPT participou da luta contra o trabalho escravo, em parcerias com outros órgãos públicos, realizando inspeções e denúncias, uma forma de exigir do Estado o cumprimento da legislação trabalhista vigente. Sua luta contra o trabalho escravo contemporâneo é um grande desafio, principalmente nos recantos do território onde o poder público não chega, como áreas de fronteira agrícola e expansão territorial do capital, o que permite a recriação das formas mais arcaicas de reprodução capitalista, do capital em sua essência.

De acordo com a CPT, nos últimos 24 anos, 54.778 pessoas em situação análoga à escravidão foram libertadas em todo o país. Somente no ano 2019, 130 casos de trabalho escravo foram identificados, envolvendo 1.208 pessoas e resultando no resgate de 1.050 trabalhadores/as¹¹⁴.

Geralmente, são trabalhadores migrantes, descolados territorialmente para regiões pacatas, escondidos aos olhos da grande sociedade e sem ter para quem pedir socorro. A principal contradição que determina o trabalho escravo contemporâneo no campo é o desemprego estrutural associado à concentração de terra. Portanto, é mais que uma luta moral, é uma luta estrutural. Lutar contra o trabalho escravo no campo é lutar contra a burguesia agrária brasileira, é lutar por condições dignas de trabalho assalariado no campo e, principalmente, pela reforma agrária, quiçá, uma revolução agrária.

¹¹⁴ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/5190-na-semana-do-13-de-maio-cpt-reforca-campanha-contratrabalho-escravo-contemporaneo>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

4.7 A CPT no século XXI

Entre 1992 e 1998, a CPT deixou a luta direta pela terra a cabo dos movimentos sociais e dos STRs, embora tenha continuado acompanhando as lutas na Diocese. Após esse breve período de afastamento, a CPT retomou a luta pela terra na Diocese. Segundo o documento “Avaliação da CPT”, de janeiro de 2006, a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, criou uma grande expectativa em torno da Reforma Agrária e multiplicaram-se os acampamentos por todo território nacional; no entanto, muitos foram os obstáculos na Diocese.

De início, os municípios que compõem a base territorial da Diocese Três Lagoas não foram escolhidos como prioritários por não possuírem grande número de acampamentos e assentamentos, em comparação com outras regiões de terras mais férteis do estado. A falta de acampamentos e assentamentos reverberava no atraso dos processos de vistoria e desapropriação de áreas para assentamentos. Processos que só são executados mediante a forte pressão dos trabalhadores, o que dificulta ainda mais a luta pela terra na Diocese e exige mais da CPT. Outro empecilho era o grande avanço da agricultura capitalista por meio do plantio de eucalipto, que encareceu o preço da terra, fomentando o rentismo e a concentração de terras.

Com o afastamento da CPT, entre 1992 e 1998, devido ao fim da equipe pastoral de Três Lagoas, a Igreja se manteve alheia a essa problemática social na Diocese. Com exceção dos STRs e de Associações de Trabalhadores, não existiam outros movimentos de luta no campo. Por outro lado, as parcerias com escolas, prefeitura, UFMS/CPTL, Igrejas, ECONG, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de trabalhadores rurais, Associação para a Evangelização e Educação Popular (AEP) sempre foram muito pontuais.

Em 2001, organizou-se o Seminário da Reforma Agrária na Escola Estadual Afonso Pena, em Três Lagoas (MS), com participação de um representante do INCRA e STRs. Em 2003, organizou-se outro seminário em Selvíria (MS), cobrando a presença do INCRA, que confirmou, mas não foi, então, coube à Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, da UFMS/CPTL, ocupar lugar até então destinado ao INCRA. A parceria entre CPT e UFMS/CPTL foi uma constante no século XXI.

Segundo entrevista do agente pastoral Mieceslau, na época, existiam cerca de 1.100.000 hectares de terras devolutas na região, entre os municípios de Selvíria

(MS) e Inocência (MS). Conforme o Jornal Bolsão Notícias (figura 41), de 15 a 21 de fevereiro de 2003, os trabalhadores de Selvíria (MS) demonstraram interesse nas Fazendas Pântano e Morro Vermelho, de propriedade do grupo empresarial Cizalpina S/A. As fazendas eram improdutivas e estavam sendo degradadas pela atividade carvoeira – degradação ambiental e humana. Cerca 200 fornos alimentados por espécies nativas e do trabalho sub-humano de cerca de 60 famílias de carvoeiros. Uma vez constatado o enquadramento das terras nos quesitos de desapropriação, as terras foram requeridas.

Figura 41 - Três Lagoas (MS): “Jornal Bolsão Notícias” – 15 a 21 de fevereiro de 2003.



Fonte: Acervo particular de Mieczslau Kudlavicz.

Segundo entrevista do agente pastoral Mieczslau, para pressionar o governo, usaram a tática do acampamento com mais de 200 famílias e este durou cerca de 2 anos. Um laudo técnico foi elaborado constando que as terras eram improdutivas, porém, o processo de desapropriação foi anulado sem nenhum tipo de explicação; nem mesmo o INCRA foi capaz de dar uma resposta plausível. Com a derrota judicial, decidiram mover suas trincheiras para outras áreas passíveis de desapropriação.

Novo acampamento foi organizado na Fazenda Alecrim, cerca de 15 km da Fazenda Morro Vermelho. Após a vitória, em 2005, foi constatada sua

improdutividade, desapropriada pela União e criado o Assentamento Alecrim, e, logo em seguida, já no ano de 2006, as famílias entraram nos lotes (LALUCE, 2013).

Com a desapropriação da Fazenda Alecrim, o movimento dos trabalhadores ganhou força, atraindo um número muito grande de famílias acampadas em outras regiões, que acamparam na Fazenda São Joaquim, até então de propriedade de Rubens Justo Fernandes. Ainda em 2005, foi realizada a vistoria e, em dezembro de 2006, foi criado o Assentamento São Joaquim (LALUCE, 2013).

Após a conquista da terra, a luta da CPT se voltou para a luta na terra. De forma geral, desde a crise da CPT e sua autoavaliação crítica, as práticas pastorais em âmbito nacional passaram a ser direcionadas para a luta na terra. Temas como crédito fundiário, comercialização, produção, agroecologia, saúde, educação, preço mínimo, escoamento da produção, associativismo, cooperativismo e sementes crioulas passaram a fazer parte da ação territorial da CPT (BORGES; KUDLAVICZ 2008). Assim, segundo o agente pastoral Mieceslau:

[...] desde o ano 2000 pra cá, e aí se voltando inclusive com uma atenção especial para a produção, não simplesmente a produção do sistema convencional, mas se deu importância mais pro sistema agroecológico, respeitando mais o ambiente, e aí em cima disso vem o trabalho desenvolvido pela CPT em relação com a recuperação de nascentes, a proteção das margens de córregos, riachos e nascentes e aí a CPT começa também a não só pensar na conquista da terra, mas na conquista de uma melhor produção. Mas também a CPT começa a ver que tudo isso tem a ver com o meio ambiente, com a qualidade do meio ambiente que é importante para os camponeses poderem se manter.

Durante aproximadamente cinco anos, os moradores do Assentamento São Joaquim ficaram sem receber nenhum recurso público voltado à estruturação dos lotes. Durante esse período, nem casas nem rede de água havia no assentamento. Conforme demonstrado na figura 42, o morador do Assentamento São Joaquim, Sr. José Bezerra, preserva até hoje o barraco no qual ele e sua esposa residiram até a construção de sua casa. Uma lembrança de toda luta travada pela conquista da terra.

Figura 42 - Selvíria (MS): Antigo barraco provisório do Assentamento São Joaquim – Fevereiro de 2021.



Fonte: trabalho de campo. Foto: do autor (2021).

Diante da precariedade do acampamento, algumas famílias procuraram os agentes da CPT, pedindo apoio para organizar e estruturar os lotes. A partir das demandas do Assentamento São Joaquim, a CPT incluiu as famílias em um projeto desenvolvido pela CPT Nacional, que tinha por objetivo contribuir com o desenvolvimento sustentável e solidário das famílias camponesas no estado de Mato Grosso do Sul, diversificando a produção e garantido a soberania alimentar das famílias (BORGES; KUDLAVICZ, 2008).

Outro assentamento que teve participação direta da CPT foi o São Thomé, em Santa Rita do Pardo. Conforme demonstrado na figura 43, além da luta pela terra, a CPT também realizou reuniões e cursos, discutindo os problemas do assentamento, como falta de assistência técnica, falta de maquinário, problemas de organização, falta de sementes ou envio fora de época, promessas não cumpridas

pelo poder público, verbas para viagens de lideranças do assentamento, importância do coletivo, divisão de tarefas, disciplina, organização, entres outros¹¹⁵.

Figura 3 - Santa Rita do Pardo (MS): Curso realizado no Assentamento São Thomé – 16 de Março de 2002



Fonte: Acervo particular de Mieceslau Kudlavicz.

Outro trabalho desenvolvido pela CPT foi com os moradores do Cinturão Verde, em Três Lagoas, que estavam sendo ameaçados de despejo. O Cinturão Verde é uma área anexa e bem próxima à cidade, especialmente, do conjunto habitacional Vila Piloto, cedida via contratos de comodato, por tempo determinado, com 184 lotes de um hectare cada. Sua origem se deu em 1975, quando ocorreu a desapropriação da fazenda Santa Helena para a implantação de um distrito industrial no município e uma parte da fazenda foi então cedida aos pequenos agricultores para o cultivo de hortaliças. Contudo, foi somente em dezembro de 2002 que os moradores conquistaram, por meio de ampla mobilização, a lei que oficialmente criou o Cinturão Verde, a partir de muitas ações de luta dos trabalhadores do Cinturão Verde e de trabalhos de assessoria de instituições, como a UFMS, e de organizações sociais, como a CPT (BORGES; OLIVEIRA, 2018).

¹¹⁵ Fonte: Arquivos audiovisuais de Mieceslau Kudlavicz.

Segundo entrevista do agente pastoral Mieceslau Kudlavicz, a CPT acompanhava os moradores do Cinturão Verde desde a década de 1980. Com a ameaça de despejo dos moradores, em 2001, começou a parceria entre CPT e UFMS/CPTL, retomando a luta junto aos moradores, realizando várias reuniões, assembleias e manifestações. Essa parceria rendeu um documentário de 20 minutos e encaminhado para o Ministério Público, assim como um Projeto de Extensão promovido pela UFMS/CPTL para realização de um diagnóstico socioeconômico, demonstrando a existência de trabalhadores que se reproduzem socialmente por meio do trabalho naquelas terras. Conforme Mieceslau (2021):

Eu retomei a discussão do Cinturão Verde em 2001. Estava tendo uma ameaça de serem despejados e tal, aí, o pessoal me chamou de novo, o pessoal da CPT já tinha acompanhado essa questão na década de [19]80. Aí começou o movimento e eu comecei a participar lá das reuniões deles, nas assembleias... E aí, eu chamei a Rose e fui com a Rose pra fazer um documentário. Eu era o câmera e ela era a repórter e fizemos o documentário de 20 minutos... Mas e aí, nós entregamos para o Ministério Público, pras mulher, pras promotoras pra mostrar que tem produção e tal, que tem gente, pra convencer a promotora né, pra fazer a defesa, que a intenção nossa era criar o cinturão verde.

Houve uma manifestação que eles fizeram, eles vieram de bicicleta, de carroça, cavalo, do Cinturão Verde até a Câmara Municipal pra convencer os vereadores a aprovar o projeto de lei... e aí foi aprovado em 2002... Aí começou a relação da CPT com a universidade, porque aí, em 2002 eu acho, além desse documentário que fez eu e a Rose né, a professora Édma assumiu a coordenação de um projeto de extensão, pra fazer um diagnóstico socioeconômico lá do Cinturão Verde, então foi o primeiro diagnostico que a gente fez né. Com a parceria da CPT com a universidade.

Conforme demonstrado na figura 44, os primeiros contratos de comodato foram assinados no dia 17 de setembro de 2003 pelo então prefeito Issam Fares, prometendo a posse definitiva dos lotes após o fim do contrato para aqueles que cumprissem o acordo. Porém, ficou só na promessa.

Figura 44 - Três Lagoas (MS): “Jornal do Povo” – 20 de setembro de 2003.

Jornal do Povo de Três Lagoas - sábado, 20 de setembro de 2003 3

Equipe do Meio Ambiente vai visitar moradores do Cinturão Verde

SAEM PRIMEIROS 40 LOTES

O prefeito Izam Fares assinou ontem (19), à tarde, contratos cedendo em comodato 40 lotes para pequenos produtores do Cinturão Verde.

O decreto autorizando a concessão dos lotes de 10 mil metros quadrados por 10 anos foi publicado quarta-feira (17).

Em seu discurso, Izam enfatizou a confiança nos produtores.

“Esperamos que todos cumpram aquilo que foi acordado seja cumprido. Esta terra é para quem quiser realmente produzir e gerar renda”, afirmou o prefeito.

Ele assegurou que apenas quem cumprir tudo o que foi determinado terá direito à propriedade definitiva, a ser concedida daqui a dez anos, quando expirar a atual concessão.

Agora, o próximo passo da Prefeitura é trabalhar na verificação dos demais produtores do cinturão.

► “A partir de terça-feira vamos trabalhar na verificação dos outros cadastrados, em visitas feitas diretamente aos produtores”, explicou o gerente Municipal de Meio Ambiente, Albert Stec.

A volta ao cinturão será para conversar com famílias que não entregaram todos os documentos e também aquelas que ficaram devendo algumas informações.

São 180 famílias cadastradas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Associação dos Produtores Rurais do Cinturão e Legislativo Municipal.

“Assim conseguimos fazer o trabalho, com o qual já lutávamos há mais de 2 anos.” Segundo Stec, todos que assinarem o contrato terão direito a financiamento, Pronaf e apoio à família. “Com isso eles poderão produzir e gerar renda.”

Será formada uma equipe técnica pela Gerência de Meio Ambiente juntamente com o Idaterra para a elaboração de estudos, debates, capacitação e assistência técnica aos agricultores.

Stec pede para que os moradores do cinturão verde não saiam de casa na próxima terça-feira. “Fiquem em suas casas porque nossa equipe estará lá revendo os cadastros.”

Plantação
Um dos contemplados com um lote no Cinturão Verde foi o aposentado Abel Pereira da Silva, 71 anos. Ele está há 10 anos plantando feijão, milho e arroz na área que agora é dele.

► **Jeito simples.** Silva veio da capital paulista há 20 anos, onde trabalhava no colégio Mackenzie.

“Me aposentei e vim para cá tentar uma nova vida. O prefeito está de parabéns por essa iniciativa, já que estamos lutando por isso há muito tempo.”

Ele agora tem a intenção de construir uma casa para que possa cuidar com mais afinco da plantação. “O pessoal da Prefeitura vai ficar contente quando chegar no meu lote e ver como estou trabalhando.”

Com seis filhos e um neto, Silva só reclama por ter trabalhado tanto tempo em uma escola e não ter aprendido a ler. Porém, agora só espera trabalhar na terra.

“Vou apenas esperar começar a chover para iniciar a plantação no lote que agora é meu.”



Prefeito Izam Fares discursa em silêncio de assinatura dos lotes, ontem (19)

Tem novidade no ar!!!

Emocionando quem você ama.
O belo em todo estilo e arte!!!
A partir de 04 de outubro.

Aguardem!!!

Fonte: Acervo particular de Mieczslau Kudlavicz.

Apesar da conquista, o Cinturão Verde é constantemente alvo de intensas disputas, provocando insegurança dos posseiros devido à possibilidade da não

renovação dos contratos de comodato, por serem constantemente ameaçados de despejo e pela falta programas voltados para o Cinturão, de políticas públicas para assegurar a permanência das famílias na terra, como infraestrutura necessária para a produção alimentar, o escoamento da produção e a venda da produção (BORGES; OLIVEIRA, 2018).

Segundo o documento “Avaliação da CPT”, de janeiro de 2006, as famílias do Cinturão Verde conseguiram entrar no programa Federal “Luz Para todos”. Esta era uma reivindicação antiga dos produtores e moradores do Cinturão. As famílias que desejaram, conseguiram acessar o financiamento do Pronaf no Grupo C, e, orientadas no curso sobre direitos, vários moradores conseguiram ter acesso aos benefícios previdenciários.

Conforme o documento “Avaliação Manos Unidas”, de 2007, foram realizados cursos e oficinas sobre agroecologia e produção no sistema orgânico, promovidos pela CPT, ajudando as famílias a usarem menos adubos químicos e agrotóxicos, contribuindo para o melhor aproveitamento da matéria orgânica existente na propriedade, como adubo para as plantas.

Porém, com o vencimento dos contratos de comodato em 2009, iniciou-se outra luta pela sua renovação. Novamente, a CPT, em parceria com a UFMS/CPTL, colocou-se à disposição para apoiar os trabalhadores por meio de projeto de extensão, realizando dois levantamentos socioeconômicos em 2009 e 2017, organizando reuniões, assembleias e fazendo mediações com o poder público.

Como resultado do último levantamento socioeconômico, realizado entre os meses de junho e julho de 2017, foi elaborada uma cartilha sobre a realidade do Cinturão Verde para servir de instrumental de apoio as ações de órgãos responsáveis para contribuir para a permanência das famílias na área, principalmente as famílias que vivem da produção de alimentos. Além de cumprir a função social da terra, com a produção de alimentos para o mercado e autoconsumo, o Cinturão Verde é de fundamental importância para a preservação do meio-ambiente do município de Três Lagoas (OLIVEIRA; BORGES *et. al*, 2018).

Segundo Mieceslau (2021):

Aí depois em 2009, eu acho, foi feito mais um diagnóstico com a parceria da CPT com a universidade. E agora foi feito o último, mais um diagnóstico que a gente apresenta isso pra prefeitura com documento pra provar que ali tem gente, tem uma certa produção, tem os seus problemas, mas também tem gente lá.

No século XXI, a CPT sempre procurou acompanhar os trabalhadores do campo na luta na terra, atuando na organização da produção nos assentamentos, cooperativas, associações, organização de grupos informais, promovendo cursos e palestras de maneira a melhorar e aumentar a produção e, também, a renda das famílias, desenvolvendo a produção pautada no sistema agroecológico, respeitando o meio ambiente, gerando produção de mais qualidade, buscando a recuperação e proteção de nascentes, margens de córregos e riachos. A CPT começa a lutar não somente pela conquista da terra, mas na conquista de uma melhor produção associada com a qualidade do meio ambiente, elementos essenciais para a manutenção do modo de vida camponês.

Nesse sentido, por meio da práxis libertadora de seus agentes, a CPT segue sua missão em busca de “nova forma de ser igreja”, não servido aos interesses das elites e sim aos pobres do campo. Nascida do conflito e no conflito, sua existência só faz sentido na luta pela Reforma Agrária, tarefa democrática fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender as principais determinações e desdobramentos da ação territorial da CPT nos municípios integrantes à Diocese de Três Lagoas, que se concretizou por meio do apoio à organização dos trabalhadores contra as contradições da lógica capitalista no campo, ou seja, a ação da CPT está intrinsecamente conectada à luta de classes.

Geograficamente, o conceito marxista de território é o mais adequado para a compreensão geográfica da ação da CPT, pois, nessa perspectiva, o território é produto da luta de classes, logo, a ação pastoral da CPT junto aos sujeitos do campo também se configura em ação territorial. Constituído por relações de poder desiguais e combinadas, o território está em constante movimento, portanto, o conceito marxista de contradição é basilar para o entendimento do território em sua totalidade. A concepção de totalidade, por sua vez, instiga a busca das ações e contradições engendradas no território, suas múltiplas determinações, assim, procura uma representação ideal mais próxima do real.

Tendo como ponto de partida que a realidade é contraditória e deve ser analisada em sua totalidade concreta, foi possível assimilar as relações de poder e contrapoder que constituem o território, a começar pela hegemonia das oligarquias rurais associadas ao grande capital que, por meio das políticas governamentais, conseguiram “modernizar” o latifúndio sem eliminá-lo, transformando a agricultura tradicional em uma agricultura mecanizada, utilizando equipamentos e insumos produzidos pela indústria. Esse processo alterou significativamente as relações de poder, as relações de trabalho, portanto, o próprio domínio e uso do território.

Cabe salientar que os processos territoriais de “modernização” do campo se deram politicamente com base no autoritarismo de Estado. Foi um processo antidemocrático executado por uma ditadura capitalista formada por civis, empresários e militares, com forte influência do imperialismo norte-americano. Seu objetivo foi pôr fim aos avanços democráticos que gradualmente vinham sendo conquistados pela classe camponesa, tradicional território das oligarquias rurais.

A Ditadura Civil-Militar-Empresarial buscou eliminar a luta pela Reforma Agrária, implantando no campo um modelo de agricultura que beneficiou exclusivamente os grandes proprietários de terra e capitalistas, os concedendo grandes parcelas do território, viabilizando a legalização de terras griladas, ofertando

crédito farto e barato, criando dependência nacional diante do capital internacional e combatendo violentamente as organizações de classe, como partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. Por outro lado, a reestruturação do território pelo capital engendrou as bases da resistência contra as contradições do capitalismo no campo. Por se tratar de um período ditatorial, de forte perseguição e repressão a organizações político-sociais, a ação da Igreja libertadora se tornou a tábua de salvação dos oprimidos.

Fundamentada pela Teologia da Libertação, a CPT participou da articulação e organização de inúmeros movimentos de luta no campo, com destaque para a criação do MST, maior movimento de luta pela terra no Brasil. Apesar de abarcar elementos do marxismo, a CPT não pode ser considerada uma organização marxista; sua fundamentação é o Evangelho e não a tradição marxista; sua proposição, diferentemente de partidos e organizações marxistas, sempre foi de ser um serviço aos mais pobres e não uma direção com um programa político-revolucionário pré-estabelecido; também não se reconhece como movimento social, embora assim seja concebida por muitos autores. A noção de pastoral é o que melhor a defini, pois possui, em seu âmago, as especificidades que a particularizam em relação às outras formas de organização social.

Sendo parte de um organismo religioso, sua intervenção na estrutura social se realiza articulada com as disputas de consciência na superestrutura social. Nesse âmbito, a luta da CPT se deu contra as ideias dominantes, contra a naturalização das relações de poder predominantes no território. O poder simbólico da Igreja e sua utilização como instrumento ideológico da burguesia nasceu com a própria Igreja Apostólica Romana, o que é uma contradição, tendo em vista a essência do Evangelho. Essa contradição se manifesta no território, no posicionamento de classe e no seio da própria Igreja por meio de dois polos contrapostos: a Igreja conservadora e a Igreja progressista; a Igreja dos poderosos e a Igreja dos subalternos. Portanto, a luta da CPT se dava na estrutura social, no território, na luta por um pedaço de chão e, ao mesmo tempo, na superestrutura, no mundo das ideias, nas disputas de narrativas e representação da realidade.

Com o fim do período ditatorial, a reabertura política, o surgimento de “novos movimentos sociais” e o fim do socialismo soviético, a CPT passou por uma crise existencial, em que foi necessária uma avaliação crítica de sua ação pastoral. Tal avaliação resultou na concepção de que era o momento dos trabalhadores

assumirem as rédeas de seu próprio destino, de suas próprias lutas. Embora a CPT não tenha se afastado por completo da luta pela terra, sua luta passou a ser direcionada à luta na terra, na produção e na organização de cooperativas, associações, organização de grupos informais, visando melhorar a renda das famílias assentadas, implementando o sistema agroecológico, desenvolvendo trabalhos com a recuperação de nascentes, a proteção das margens de córregos, não só pensando na conquista da terra, mas na conquista de uma economia socialmente justa em equilíbrio com a natureza.

No entanto, na falta de movimentos sociais organizados na Diocese de Três Lagoas, como o MST ou MAB, por exemplo, exigiu-se mais a presença da CPT junto aos trabalhadores em luta. Fato que, por sua vez, é uma particularidade da CPT na Diocese de Três Lagoas, que agrega maior relevância aos seus 40 anos de luta. Essa relevância, percebida pela classe dominante, reverberou em um grau de violência inversamente proporcional. Durante sua trajetória, os agentes da CPT tiveram que se defrontar contra a violência praticada por jagunços e policiais que, covardemente, os reprimiam, tornando a luta pela terra muito hostil e perigosa na Diocese.

Entre ações e contradições, as lutas dos trabalhadores organizados, mediadas pela CPT, obtiveram muitas conquistas, principalmente o acesso à terra e conquistas trabalhistas. Vitórias que demonstram o poder da classe camponesa quando se coloca em ação de forma organizada, deixando em evidência a possibilidade de transformação social que se abre perante as contradições do modo de produção capitalista.

Apoiados pela Igreja, os trabalhadores foram capazes de se organizar e desenvolver, em conjunto, estratégias e táticas para o enfrentamento aos poderosos. Este estudo, de forma geral, evidenciou e analisou as ações, contradições, desdobramentos e resultados concretos das lutas mediadas pela CPT nos municípios que integram a Diocese de Três lagoas. Uma fração do território dominada pela agricultura capitalista, que esconde, por trás do discurso hegemônico do progresso, os contrastes e as lutas travadas pela classe camponesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. *In*: SILVA, Edima Aranha; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (orgs.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 103-134.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003.

BARBOSA, Tulio; DE AZEVEDO, José Roberto Nunes. A Geografia Quantitativa: ensaios. **Espaço em Revista**, v. 13, n. 2, 2011.

BELON, Vinícius Paschoal. **Comunidades tradicionais da bacia hidrográfica do rio Paraná: reassentamento Piaba**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas (MS). 2012.

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo. **Crítica Marxista**, v. 4, p. 123-139, 1997.

BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 11, n. 22, p. 225-244, 2017.

BORGES, Maria Celma. História e memória dos ribeirinhos de ilha cumprida: a luta contra o desenraizamento. **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS**, p. 135-154, 2006. BORGES, MARIA CELMA. OS CAYAPÓ E A PROPRIEDADE DA TERRA EM SANT'ANNA DO PARANAHYBA, SUL DE MATO GROSSO. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 14, n. 23, p. 105-128, 2017.

BORGES, Maria Celma; DE OLIVEIRA, Mariana Esteves. O cinturão verde e os marcos de memória da terra: entre ir e ficar. **Tempos Históricos**, v. 22, n. 2, p. 101-131, 2018.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. **História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer**. A questão Agrária no Mato Grosso do Sul—Uma Visão Multidisciplinar. Campo Grande: Editora UFMS, p. 81-112, 2008.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. **Pescadores do Jupiá: homens e mulheres do rio**. Curso de História da UFMS/CPTL e CPT/MS. Três Lagoas – MS, 2009.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANO, Wilson. **Desindustrialização no Brasil é real e estrutural**. CEDE, entrevista, s.d. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/cede/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora: Sabotagem, 2004.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na Bancada Ruralista. **Em Tese**, v. 17, n. 1, p. 7-32, 2020.

CPT MS. Onde contém registrado ano a ano documentos que revelam as diretrizes da ação pastoral e os seus desdobramentos. Disponível em: <http://cptms.org/site>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CURY, Carlos Roberto. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. **Em Aberto**, v. 3, n. 22, 1984.

DA SILVA, José Francisco Graziano; VELHO, Otavio Guilherme. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DA TERRA, CPT. Comissão Pastoral. **Caderno Conflitos no Campo**. 1986.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **História e Memória de Brasilândia, Mato Grosso do Sul**. Vol. 1 Pioneiros/ 2. ed. Carlos Alberto dos Santos Dutra. Brasilândia/MS: Edição do Autor, 2020, Il., 374p.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O território Ofaié pelos caminhos da história**. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2017, 410p.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição para a História do Cristianismo Primitivo**. Die Neue Zeit, 1895, Partido da Causa Operária. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1895/mes/cristianismo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FALCHI, Edna. **Na luta por um pedaço de chão**: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues**: Esperanças e desilusões dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS: Dinâmica, 2006.

FRANCISCO, André. **Ciclos econômicos aportados na cidade de Três Lagoas** – da pecuária as indústrias de Transformação. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Três Lagoas - MS, 2013.

FUCHS; P. Werner. Ninguém é forte sozinho: um olhar sobre a missão da Pastoral da Terra. **Saberes e olhares: a formação e educação popular na comissão pastoral da terra**. São Paulo: Edições Loyola, p. 53-68, 2002.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. **Territórios alternativos**, v. 2, 2002.

KUDILAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Três Lagoas - MS, 2011.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Depoimento de Mieceslau Kudlavicz sobre a sua atuação como agente da Pastoral da Terra de Três Lagoas**. 14 de outubro de 2018. Disponível em: www.facebook.com/mieceslau.kudlavicz/videos/1376984172432651/. Acesso em: 11 nov. 2018.

LALUCE, Cícero Rogério Henrique. **Caracterização das atividades produtivas realizadas pelos agricultores familiares do assentamento Alecrim, em Selvíria-MS**. 2013. 100 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2013.

LÉNIN, Vladimir Ilich. **O socialismo e a religião**. Jornal Novata Jizn n. 28, de 3 de dezembro de 1905. Tradução Edições "Avante!". Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/12/03.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LEONARDO, Leticia Alves. **Questão Agrária e Patrimônios Religiosos na Diocese de Três Lagoas (MS)**. 2020. 268 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **O socialismo e as igrejas**. 1. ed. Partido Social-Democrata Polaco, 1905. Tradução de Alexandre Linares. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1905/mes/igrejas.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**, n. 1, p. 17-32, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, Karl. **Tesis sobre Feuerbach**. [S. l.: s. n.], 2004.
- MITIDIERO, Marco. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP, São Paulo, 2008.
- NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério *et al.* (orgs.) **A diversidade da geografia brasileira**: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- OLIVEIRA, André Luiz Amorim de; BORGES, Maria Celma *et al.* **O cinturão verde no município de Três Lagoas-MS**: direito e justiça para a permanência na terra. Campo Grande: UFMS, 2018.
- OLIVEIRA, Arlinda Montalvão de. **Estrada de Ferro Noroeste**: dinâmica sócio-espacial e territorialidade em Mato Grosso do Sul. 2008. 200 f. Mestrado em Geografia) UFMS, Aquidauana, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.
- OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia**: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980. 2006. 297 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2006.
- PEDON, Nelson. **Geografia e movimentos sociais**. São Paulo: Unesp, 2013.
- PELOSO, Ranulfo; SIQUEIRA, Ruben. O fim e o caminho que se faz para chegar lá: sobre a metodologia popular na Pastoral da Terra. **Saberes e olhares: a formação e educação popular na comissão pastoral da terra**. São Paulo: Edições Loyola, p. 13-52, 2002.
- PEÑA, Milcíades. **O que é o marxismo**. Notas de iniciação marxista. Tradução de Paula Maffei. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.

PEREIRA, Altamira. **Os desafios para o trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo**. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2007.

QUAINI, Massimo. **Geografia e marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REGINA, Jesus Eurico Miranda; KUDLAVICZ, Mieceslau; JESUS, Sebastiana Almeida de. **Lutas dos Trabalhadores Rurais em MS (1978- 1992)**. A Participação da Comissão Pastora da Terra. (Revisado em 17 de Maio de 2000, com notas completas). mimeo.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas. **Política e religião: participação política dos católicos carismáticos do Brasil**. 2016. 196 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2016.

RIBEIRO, Júlio César. De como a geografia pode contribuir com a leitura do movimento, enquanto corpo teórico em movimento: breve releitura de teses marxistas. **Terra Livre**, v. 2, n. 35, p. 69-88, 2015.

SANTOS, Alberto Pereira dos. **Geopolítica das igrejas e anarquia religiosa no Brasil**. Por uma geotética de apoio mútuo. 2011. 393 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

SILVA, Adilson. **A educação do campo em Goiás: contribuições da Comissão Pastoral da Terra**. Goiás: PUC, 2012.

SILVA, Edima Aranha. **O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul**. 2002. (Tese Doutorado) Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2002.

SILVA, José Flávio Marques da. **Antes e depois das Sete Quedas: o espaço geográfico de Guaíra PR**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2008.

SOUZA, Edevaldo A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural das famílias atingidas pela UHE Eng. Sérgio Motta: Reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, Brasilândia-MS**. 2005. 166 f. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, de Presidente Prudente.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós, 1985.

TROTSKY, Leon. **Programa de Transição para a revolução socialista: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional**. Traduzido por Ana Beatriz da Costa Moreira. São Paulo: Sundermann, 2017.

UFMS/CPTL. Centro de Documentação Honório Carneiro do Curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / Campus Três Lagoas. Documentos produzidos pela Diocese de Três Lagoas, em 1986.

VASCONCELOS, Pedro. De redes a territórios: o Império colonial português. **GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 10, p. 35-54, 2016.